

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pietro Fernandes Coelho Santos

**União Europeia e Desenvolvimento Socioeconômico: Efeitos do
Bloco sobre os Estados de Bem-Estar Social de seus Membros sob
a Ótica da Felicidade (2005 a 2023)**

Uberlândia - MG

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pietro Fernandes Coelho Santos

**União Europeia e Desenvolvimento Socioeconômico: Efeitos do
Bloco sobre os Estados de Bem-Estar Social de seus Membros sob
a Ótica da Felicidade (2005 a 2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia

Orientador: Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani

Uberlândia - MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237u Santos, Pietro Fernandes Coelho, 2000-
2025 União Europeia e desenvolvimento socioeconômico [recurso eletrônico]: efeitos do bloco sobre os estados de bem-estar social de seus membros sob a ótica da felicidade (2005 a 2023) / Pietro Fernandes Coelho Santos. - 2025.

Orientador: Carlos César Santejo Saiani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Economia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5548>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Economia. 2. União Europeia. 3. Desenvolvimento social. 4. Bem-estar social. I. Saiani, Carlos César Santejo, 1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia e Relações Internacionais. Programa de Pós-graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

Rejâne Maria da Silva
Bibliotecária-Documentalista – CRB6/1925


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 329, PPGE				
Data:	29 de maio de 2025	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:10
Matrícula do Discente:	12312ECO007				
Nome do Discente:	Pietro Fernandes Coelho Santos				
Título do Trabalho:	União Europeia e Desenvolvimento Socioeconômico: Efeitos do Bloco sobre os Estados de Bem-Estar Social de seus Membros sob a Ótica da Felicidade (2005 a 2023)				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Macroeconomia, Dinâmica Macroeconômica e Economia Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Comércio Internacional, Crescimento Econômico, Emprego, Crise e Pandemia do COVID-19 nos Municípios de Minas Gerais e do Brasil				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Profa. Dra. Érica Imbirussú de Azevedo - UFU; Profa. Dra. Mônica Yukie Kuwahara - UFABC; Prof. Dr. Carlos Cesar Santejo Saiani - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em conformidade com deliberação do Colegiado do PPGE e manifestação do orientador, a participação do aluno e dos membros da banca ocorreu de forma remota. A Profa. Dra. Mônica Yukie Kuwahara participou desde a cidade de São Paulo (SP) e o aluno e os demais membros da banca participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Carlos Cesar Santejo Saiani apresentou a Banca Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar Santejo Saiani, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/05/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Érica Imbirussu de Azevedo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/05/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Yukie Kuwahara, Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6364921** e o código CRC **A4823D07**.

AGRADECIMENTOS

Encerro mais esta etapa de formação com a certeza de ter passado por importantes transformações. Muitos foram os momentos que me exigiram diferentes superações. Esses anos de Mestrado em Economia me ajudaram a diminuir as minhas limitações e a aumentar as minhas potencialidades. Por isso, quero agradecer imensamente a todos que puderam contribuir, cada um a sua maneira, para a minha jornada.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Antônio e Elsiene - ambos mestres (e doutores) antes de mim. Foram vocês que primeiro abriram as portas do conhecimento para mim. Agradeço por todo o amor, incentivo, apoio, oportunidades, estrutura, orientação e exemplo ao longo desses 25 anos de vida.

Às minhas incríveis irmãs, Gabriella e Júlia, por terem sido constantes portos-seguros ao longo do Mestrado. A amizade, o carinho e a luz de vocês foram, são e continuarão sendo grandes presentes, bem como um lembrete de que nunca estarei sozinho.

À minha namorada, Karina, por seu grande apoio frente às adversidades encontradas pelo caminho e por sua escuta atenta, que possibilitaram a materialização desta Dissertação. Tive a sorte de te encontrar ainda no fim da graduação. Minha vida nunca mais foi a mesma depois disso. Como uma das pessoas que mais acompanhou de perto todo o processo, você tornou mais leve o meu caminhar.

Aos meus avós, Eurípedes, Iracy, Gabriel e Suzana por seu amor, exemplo, sabedoria e força. Aos meus tios, primos e demais familiares pelo carinho, torcida e tantos momentos memoráveis de alegria, que levo sempre comigo.

À pequena grande Gaia. Uma cachorrinha que ganhou o meu coração desde o primeiro dia em que a conheci. Muitos foram os momentos que não sei bem se eu estava cuidando dela ou se ela de mim. Sempre é a primeira a me receber em casa e, volta e meia, fica do meu lado enquanto trabalho.

Aos meus amigos e colegas. Embora possa fazer a injustiça de esquecer alguém, faço questão de tentar mencioná-los: Isaac, Dermes, Gabriel, Pedro, Murilo, José Victor, Gustavo, Melissa, Thales, Alex, Vitor, Jennifer, Pedro, Poliane, Matheus Ataíde, Matheus Lima, Guilherme, Jussara, Leone, Pablo, Neal, Godson, Vanuzia, Sinara, Vitor, Mariana, Reurison, Rick, Herbert. Sua amizade, parceria, torcida, troca de ideias e compartilhamento de conhecimentos foram imprescindíveis!

Ao meu orientador, Carlos Saiani por ter acreditado e apoiado as minhas ideias desde o princípio. Sou especialmente grato pela confiança que me deu para realizar esta pesquisa, ainda que não fosse em sua área de especialidade. Foi um grande prazer poder ser seu aluno e orientando. Sua paciência, incentivo, orientações e conhecimentos compartilhados certamente acresceram em muito à minha formação enquanto economista e pesquisador.

À toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Eu gostaria de deixar o meu profundo agradecimento a alguns professores representantes: Sabrina Faria de Queiroz (orientadora de monografia), Carlos Alves do Nascimento, Humberto Martins, Marisa Botelho, Ana Paula Avellar, Cleomar Gomes, Marcelo Loural, Marisa Amaral, Guilherme Jonas, José Rubens, Adir A. Juliano, Áureo Toledo, Edson Neves, Lainister Esteves. Aos funcionários técnico-administrativos (Camila e João), de manutenção e de limpeza das salas e do laboratório, por terem atenciosamente prestado os serviços necessários para a execução deste trabalho.

Aos professores que compuseram as minhas bancas de qualificação e de defesa, Paulo Jose Whitaker Wolf (Unicamp), Mônica Yukie Kuwahara (UFABC) e Érica Imbirussú de Azevedo (UFU). Agradeço por terem aceitado o convite para compor as bancas e por suas contribuições ao desenvolvimento desta Dissertação.

Aos professores ao longo de todo o meu processo de formação. Cada um de vocês pôde contribuir com a minha caminhada e, por isso, sou muito grato. Deixo a menção também a alguns representantes: Helenice, Saulo, Hilário, Bruno, Liziane, Heleno, Carminha, Luiz Ângelo, Paulo Régis, Tiago Bessa, Leandra, Gilberto, Miriane.

À minha psicóloga e aos meus professores de artes marciais, Mari(ana), Professor Gustavo (Kung-fu) e Mestre Urso (Capoeira). Só tenho a agradecer a vocês por suas profundas contribuições para a minha saúde mental e física, de forma a manter a minha mente sã e o meu corpo são durante o Mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal e de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta Dissertação. Sou grato também à Dra. Susan Andrews por ter sido a primeira a me apresentar ao campo da Economia da Felicidade.

Por fim, quero deixar registrado um último e especial agradecimento aos meus ancestrais, em reconhecimento aos seus esforços que tanto contribuíram para a minha existência e para a minha jornada.

Muito obrigado a todos ou Ngamisakidila (Kimbundu), Mo dúpé gbogbo (Yorubá), Abaraka bake (Mandinga), Koshukuro vanjene (Makhuwa) e A-î-kugûab eté (Tupi)!

“Ella está en el horizonte —dice Fernando Birri—. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar”

Eduardo Galeano, *Las palabras andantes*, 1993

RESUMO

No contexto do contínuo processo de globalização, a União Europeia representa a experiência em estágio mais avançado de formação de blocos econômicos e, por conseguinte, o maior potencial para influência no desenvolvimento socioeconômico de seus membros. Contudo, poucos trabalhos se dedicaram a investigar tal fenômeno por meio da dimensão do bem-estar subjetivo (felicidade). Destarte, a presente Dissertação buscou investigar a influência da União Europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus membros (nas áreas de seguridade social, educação, saúde, igualdade de gênero e proteção à família) e os decorrentes efeitos em seus desenvolvimentos socioeconômicos, a partir da ótica do indicador de bem-estar subjetivo de satisfação geral com a vida proveniente do Relatório Mundial da Felicidade. Assim, em uma primeira parte, a revisão da literatura foi utilizada para a compreensão dos três pilares de fundamentação deste trabalho — Economia da felicidade, Estados de bem-estar social e União Europeia — e seus possíveis encadeamentos. Na segunda parte desta Dissertação, buscou-se empreender a investigação por meio de métodos econométricos. As regressões foram estimadas pelos métodos de painel por efeitos fixos e painel de efeitos aleatórios para uma amostra de 164 países ao longo de 19 anos (2005-2023). Com dados do Relatório Mundial da Felicidade e do Banco Mundial, buscou-se regredir a variável de satisfação geral com a vida a partir de: variáveis de controle (apoio social, liberdade, generosidade, corrupção e população); variáveis de interesse (*dummy* de União Europeia; variáveis associadas ao Estado de bem-estar social – gastos públicos totais, trabalho vulnerável, gastos públicos com educação, expectativa de vida escolar, gastos públicos com saúde, expectativa de vida ao nascer e força de trabalho feminino –; agregados macroeconômicos – PIB *per capita* e desemprego). Os principais resultados indicaram, no geral, as seguintes evidências: o pertencimento à União Europeia traz efeitos diretos sobre a felicidade, variáveis associadas ao Estado de bem-estar social e agregados macroeconômicos (testes de diferenças de média); resultados de regressões significantes e de sinal positivo para gastos públicos totais (em contexto de União Europeia *versus* demais países da amostra), gastos públicos com educação, força de trabalho feminino (em contexto de União Europeia *versus* demais países da Europa), PIB *per capita*; resultados de regressões significantes e de sinal negativo para a *dummy* (efeito robusto direto e negativo do bloco sobre a felicidade), expectativa de vida escolar e desemprego (no mesmo sentido de ampla literatura sobre os altos custos humanos do desemprego sobre a felicidade); não houve corroboração do “paradoxo de *Easterlin*” ou “paradoxo renda-felicidade”. Diante dos resultados, conclui-se que evidências foram encontradas no sentido de que o bloco europeu influencia direta e

indiretamente (por meio de efeitos sobre políticas de Estado de bem-estar social e, adicionalmente, de agregados macroeconômicos) o desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes, visto sob a ótica do bem-estar subjetivo.

Palavras-chave: desenvolvimento socioeconômico; Economia da Felicidade; Estado de bem-estar social; União Europeia; blocos econômicos.

ABSTRACT

In the context of the ongoing globalization process, the European Union represents the most advanced experience in the formation of economic blocs and therefore the greatest potential for influence on the socioeconomic development of its members. However, few studies have investigated this phenomenon through the dimension of subjective well-being (happiness). Therefore, this thesis sought to investigate the influence of the European Union on the welfare state of its members (in the areas of social security, education, health, gender equality and family protection) and the resulting effects on their socioeconomic development, from the perspective of the subjective well-being indicator of overall life satisfaction, from the World Happiness Report. Thus, in the first part, a literature review was used to understand the three pillars underlying this work – Happiness Economics, welfare states and European Union - and their possible linkages. In the second part of this thesis, the investigation sought to use econometric methods. Regressions were estimated by the fixed effects panel and random effects panel methods for a sample of 164 countries over 19 years (2005-2023). Using data from the World Happiness Report and the World Bank, overall life satisfaction was regressed on: control variables (social support, freedom, generosity, corruption, and population); variables of interest (European Union dummy; variables associated with the welfare state—total public spending, vulnerable labor, public spending on education, school life expectancy, public spending on health, life expectancy at birth, and female labor force—; macroeconomic aggregates—GDP per capita and unemployment). The main results generally indicated the following evidence: membership in the European Union has direct effects on happiness, variables associated with welfare state and macroeconomic aggregates (mean difference tests); significant regression results with a positive sign for total public spending (in the context of the European Union versus other countries in the sample), public spending on education, female labor force (in the context of the European Union versus other European countries), and GDP per capita; significant regression results with a negative sign for EU dummy (robust direct and negative effect of the bloc on happiness), school life expectancy, and unemployment (in line with the extensive literature on the high human costs of unemployment on happiness); no corroboration of the "Easterlin paradox" or the "income-happiness paradox" was found. Given the results, it is concluded that evidence was found that the European bloc directly and indirectly influences (through effects on welfare state policies and, additionally, macroeconomic aggregates) the socioeconomic development of its members, from the perspective of subjective well-being.

Keywords: socioeconomic development; Happiness Economics; welfare state; European Union; economic blocs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	Desenvolvimento socioeconômico pela ótica a satisfação geral com a vida...	49
Figura 3.1	Principais fluxos (canais) a serem promovidos e estimulados por um projeto de desenvolvimento centrado nos serviços sociais públicos (SP)	73
Figura 3.2	Fluxo do desenvolvimento socioeconômico: da União Europeia à satisfação geral com a vida de seus integrantes	77
Figura 4.1	Mapa dos membros da União Europeia segundo seus modelos de Estado de bem-estar social	85
Figura 4.2	Canais de influência (diretos e indiretos) da União Europeia sobre a satisfação geral com a vida de seus integrantes.....	95
Figura 5.1	Gráficos de dispersão entre a variável felicidade e as variáveis explicativas	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1	Linha de regressão ajustada entre a felicidade e o PIB real <i>per capita</i> (dados de países em <i>cross-section</i>)	35
Gráfico 2.2	Flutuações de curto prazo e tendência de longo prazo para a felicidade e a renda	35
Gráfico 6.1	Evoluções das médias da variável <i>felicidade</i> (satisfação geral com a vida), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	133
Gráfico 6.2	Evoluções das médias da variável <i>gastos totais</i> (% do PIB), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	135
Gráfico 6.3	Evolução da média da variável <i>trabalho vulnerável</i> (% do emprego total), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	135
Gráfico 6.4	Evoluções das médias da variável <i>gastos educação</i> (% do PIB), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	137
Gráfico 6.5	Evoluções das médias da variável <i>vida escolar</i> (média de anos), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	138
Gráfico 6.6	Evoluções das médias da variável <i>gastos saúde</i> (% do PIB), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	140
Gráfico 6.7	Evoluções das médias da variável <i>expectativa de vida</i> (média de anos), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	140
Gráfico 6.8	Evoluções das médias da variável <i>trabalho feminino</i> (%), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	142
Gráfico 6.9	Evoluções das médias da variável <i>PIB per capita</i> (logaritmo), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	144
Gráfico 6.10	Evoluções das médias da variável <i>desemprego</i> , segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1	Introdução de esquemas compulsórios de seguridade social nos membros da União Europeia.....	60
Tabela 5.1	Evolução da quantidade de membros da EU no período investigado (2005 a 2023)	110
Tabela 5.2	Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas, amostra total de países (de 2005 a 2023)	121
Tabela 5.3	Mínimos e máximos das variáveis utilizadas, amostra total de países (2005 a 2023)	122
Tabela 5.4	Testes de correlação entre as variáveis	127
Tabela 6.1	Evolução da média da variável <i>felicidade</i> (satisfação geral com a vida), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	131
Tabela 6.2	Evoluções das médias das <i>proxies</i> de EBES na área de <i>seguridade social</i> , segundo os grupos de países	134
Tabela 6.3	Evoluções das médias das <i>proxies</i> de EBES na área de <i>educação</i> , segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	136
Tabela 6.4	Evoluções das médias das <i>proxies</i> de EBES na área de <i>saúde</i> , segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	139
Tabela 6.5	Evolução da média da proxy de EBES na área de <i>igualdade de gênero</i> , segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	141
Tabela 6.6	Evoluções das médias dos <i>agregados macroeconômicos</i> , segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	143
Tabela 6.7	Médias das variáveis de interesse, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)	147
Tabela 6.8	Testes de diferenças de médias das variáveis de interesse entre os grupos de países (de 2005 a 2023)	147
Tabela 6.9	Médias das variáveis de interesse dos países da União Europeia segundo os modelos de Estado de bem-estar social (de 2005 a 2023)	148
Tabela 6.10	Testes de diferenças de médias das variáveis de interesse entre os países da UE segundo modelos de EBES (de 2005 a 2023)	151
Tabela 7.1	Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente <i>felicidade</i>): União Europeia <i>versus</i> “Mundo” (amostra total)	156

Tabela 7.2	Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente <i>felicidade</i>): União Europeia <i>versus</i> “Resto da Europa”	161
Tabela 7.3	Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente <i>felicidade</i>): União Europeia <i>versus</i> “Resto do Mundo”	165
APÊNDICE	A	
Tabela A.1	Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente <i>felicidade</i>): União Europeia <i>versus</i> “Mundo” (amostra total)	194
Tabela A.2	Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente <i>felicidade</i>): União Europeia <i>versus</i> “Resto da Europa”	196
Tabela A.3	Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente <i>felicidade</i>): União Europeia <i>versus</i> “Resto do Mundo”	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1	Desenvolvimento do Estado de bem-estar social nas economias centrais...	59
Quadro 3.2	Síntese dos modelos de EBES discutidos.....	70
Quadro 4.1	Síntese do processo de formação e desenvolvimento da União Europeia.....	82
Quadro 4.2	Cronologia de entradas e saídas de países-membros na integração regional europeia	85
Quadro 5.1	Variáveis utilizadas nas análises	105
Quadro 5.2	Países considerados nas análises.....	109
Quadro 5.3	Síntese da literatura empírica sobre impactos da União Europeia (UE) na felicidade – satisfação geral com a vida (SGV)	110
Quadro 5.4	Fundamentação para as escolhas das variáveis explicativas e os sinais esperados	112
Quadro 5.5	Resumo das variáveis utilizadas nas regressões segundo diferentes especificações	128
Quadro 6.1	Países da União Europeia segundo seus modelos de Estado de bem-estar social.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AELC	Associação Europeia de Livre Comércio
BCE	Banco Central Europeu
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEEA	Europeia da Energia Atômica
CLE	Centro e Leste Europeu
EBES	Estado de Bem-Estar Social
EEE	Espaço Econômico Europeu
EEES	Espaço Europeu de Ensino Superior
UE	União Europeia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrária Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMF	Relatório Mundial da Felicidade
SSP	Serviços Sociais Públicos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	21
II – FELICIDADE NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	29
2.1 Apresentação	29
2.2 Felicidade: breve histórico nas Ciências Econômicas	31
2.3 Abordagens econômicas para o bem-estar	39
2.3.1 Críticas à Economia do Bem-Estar Ortodoxa	39
2.3.2 Abordagem das <i>Capabilities</i>	42
2.3.3 Economia da Felicidade	43
2.3.4 Orientações para políticas públicas	46
2.4 Felicidade e desenvolvimento	49
2.5 Conclusões	51
III – ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	53
3.1 Apresentação	53
3.2 Definições de Estado de bem-estar social	54
3.3 Breve panorama da evolução da discussão sobre Estado de bem-estar social.....	56
3.4 Modelos de Estado de bem-estar social	60
3.4.1 A tipologia de Esping-Andersen	61
3.4.2 Sul da Europa (e além): o modelo meridional de EBES	63
3.4.3 Pós-comunistas do Centro e Leste Europeu	65
3.4.4 Síntese comparativa dos modelos de Estado de bem-estar social	69
3.5 Estado de bem-estar social e desenvolvimento socioeconômico	72
3.6 Conclusões	78
IV – UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL	80
4.1 Apresentação	80
4.2 Breve panorama sobre a União Europeia	81
4.3 União Europeia e Estados de bem-estar social	85
4.3.1 Impactos gerais sobre os Estados de bem-estar social dos membros da UE.....	86
4.3.2 Impactos sobre os modelos de Estados de bem-estar social dos membros da UE	90
4.3.3 Síntese da discussão e o caso dos pós-comunistas	94
4.4 Conclusões	99
V – PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS	102
5.1 Apresentação	102

5.2 Métodos, modelo, dados e amostra	103
5.3 Fundamentações para as opções empíricas.....	110
5.4 Primeiras análises empíricas	121
5.5 Conclusões	128
VI – ANÁLISES DESCRITIVAS	130
6.1 Apresentação	130
6.2 Evoluções das variáveis médias por grupos de países	131
6.3 Testes de diferenças de médias por grupos de países	145
6.4 Análises para os países da UE segundo os modelos de EBES.....	147
6.5 Conclusões	152
VII – RESULTADOS DAS REGRESSÕES	154
7.1 Apresentação	154
7.2 Países da União Europeia <i>versus</i> os países do “Mundo”	155
7.3 Países da União Europeia <i>versus</i> os países do “Resto da Europa”	159
7.4 Países da União Europeia <i>versus</i> os países do “Resto do Mundo”	163
7.5 Conclusões	167
VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
APÊNDICE A - Resultados das regressões por efeitos aleatórios	194

I - INTRODUÇÃO

A partir do desenvolvimento da corrente utilitarista das Ciências Econômicas, ainda no século XIX, houve a construção e disseminação da ideia de que parte da felicidade dos indivíduos se basearia no consumo de bens e serviços. Nesta linha, a expansão da disponibilidade de bens e serviços a cada período em um país poderia ser interpretada como o aumento da fronteira de possibilidades de consumo e, por conseguinte, da qualidade de vida (ou bem-estar ou felicidade) de sua sociedade.

Diante desse contexto, a elaboração de um indicador capaz de calcular a renda agregada de um país produzida em certo ano recebeu diversos esforços que culminaram na proposta do Produto Interno Bruto (PIB) no trabalho intitulado “*National Income, 1929-1932*”, na década de 1930, pela equipe do economista russo, e naturalizado estadunidense, Simon Kuznets (1901-1984) – Prêmio Nobel de Economia em 1971. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, o Escritório de Estatísticas das Nações Unidas adotou o PIB em seu Sistema de Contas Nacionais e passou a incentivar o uso dele por seus países-membros. Diante desse contexto, em 1954, a quase totalidade de países não comunistas já o haviam implementado em suas contabilidades nacionais (Rojas, 2019; Ramos, 2021).

Já no princípio da Guerra Fria, em discurso do presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Harry S. Truman, foram apresentados os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Assim, ganhou popularidade a classificação de países nas categorias “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” a partir do nível de seus PIBs *per capita* – o que alçou a sua taxa de crescimento ao posto de indicador do progresso/crescimento econômico das nações (Rojas, 2019).

A partir desse movimento, os líderes mundiais instrumentalizaram seu objetivo por progresso com a busca pelo crescimento do PIB de seus países. Esta visava ao alcance de um estágio último de desenvolvimento. Na época, ele estava definido, conforme a obra “*The stages of Economic Growth*” (1960) do economista estadunidense W. W. Rostow (1916-2003), como: uma sociedade de consumo em massa (Rojas, 2019). Ressalta-se que a base desse raciocínio – ou seja, *grosso modo* crescimento do PIB aumenta a felicidade dos indivíduos – era justamente a pressuposição de uma forte associação entre o poder de consumo e o bem-estar (Rojas, 2019).

Nessa conjuntura, vale destacar que - embora o uso do PIB tenha sido cada vez mais utilizado, valorizado e investigado (sob a premissa neoclássica da forte conexão entre seu crescimento e o aumento de felicidade/utilidade ordinal) -, desde a sua criação, economistas

defenderam a provável fragilidade dessa mesma premissa. Com efeito, no relatório entregue ao congresso dos Estados Unidos em que se elaborou o PIB, Kuznets argumentou, na seção nomeada “Usos e abusos da mensuração nacional”¹, que: “o bem-estar de uma nação, portanto, dificilmente pode ser inferido a partir de uma medida de renda nacional”² (Kuznets, 1934, p.6, tradução própria). Cabe salientar, ainda, que, em 1959, o economista estadunidense Moses Abramovitz (1912-2000) também teceu questionamentos sobre a possibilidade de alterações nas taxas de crescimento do produto poderem realmente afetar as taxas de crescimento de longo prazo do bem-estar (Rojas, 2019).

Com relação ao conceito de desenvolvimento, após as experiências das duas guerras mundiais e de graves crises econômicas internacionais, indagações foram feitas no sentido de considerar novos padrões de crescimento econômico com maior foco na redução da desigualdade de renda e em melhorias das condições de vida. Nesse sentido, trabalhos acadêmicos passaram a defender um crescimento mais inclusivo do ponto de vista socioeconômico – o moderno conceito de desenvolvimento econômico – e a argumentar sobre a insuficiência do PIB *per capita* para a análise das condições de vida nos países, em razão do indicador apresentar resultados de crescimento positivo em nações com alta concentração de renda e pobreza (Ortega, 2008).

Em um cenário de busca por indicadores alternativos ao PIB para analisar o desenvolvimento de países de forma mais multidimensional, a criação em 1990 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - com base nas dimensões de renda, saúde e educação - alcançou grande fama e aplicação (Ramos, 2021). No mesmo contexto de esforço para a descoberta de medidas alternativas para se discutir o desenvolvimento, um campo das Ciências Econômicas criado em 1974 por Richard Easterlin passava por significativa expansão e atraía maior atenção internacional para o potencial de seu objeto de pesquisa: a Economia da Felicidade.

Os pesquisadores desse campo passaram a abordar bases de dados – inicialmente escassas e posteriormente mais numerosas – sobre felicidade para investigar premissas dedutivas amplamente utilizadas na Economia Neoclássica, porém sem embasamento empírico³, além de outras temáticas com o intuito de melhor discutir o bem-estar e o desenvolvimento, e, por

¹ Título original em Inglês: “*Uses and Abuses of National Income Measurements*”.

² Trecho original em Inglês: “*The welfare of a nation can, therefore, scarcely be inferred from a measurement of national income*”.

³ Com efeito, o próprio artigo inaugural da Economia da Felicidade buscava compreender se o crescimento econômico (leia-se crescimento do PIB) tornava de fato as pessoas mais felizes.

consequente, melhor orientar políticas públicas (Rojas, 2019; Easterlin, 2021; Agrawal *et al.*, 2023).

Com respeito aos dados, embora o campo abranja diferentes indicadores de bem-estar subjetivo (*subjective well-being*), o indicador de satisfação geral com a vida autorreportada (localização do indivíduo em uma escala de 0, representativo da pior vida possível, a 10, melhor vida possível – coletada em questionário) é utilizado com maior frequência, basicamente, em razão de ser mais sensível a mudanças institucionais e aspectos sociais estruturais (Nikolova, 2018).

Quanto ao aspecto técnico de quantificar a satisfação geral com vida relatada ou bem-estar subjetivo reportado, nota-se que a evolução da Economia da felicidade gerou uma crescente convergência metodológica (World Happiness Report, 2023). Os dados para essa medida de bem-estar têm demonstrado comprovada consistência e confiabilidade para a realização de estudos empíricos (Frey; Stutzer, 2002). Além disso, faz-se necessário destacar que tal indicador confirmou ser comparável entre indivíduos, países (médias nacionais), ao longo do tempo e poder permitir predição comportamental razoavelmente bem (Nikolova; Nikolaev, 2016).

Embora o trabalho inaugural de Easterlin não tenha gerado grande repercussão a princípio, a Economia da Felicidade passou a ganhar reconhecimento e a se tornar um tópico cada vez mais pesquisado no fim do século XX (Mota, 2019). Com efeito, a título de mapeamento das atividades realizadas no campo, Stutzer e Frey (2012) realizaram um levantamento de artigos publicados presentes no portal *EconLit*⁴, entre 1986 e 2011, que abordavam os termos “*happiness*”, “*life satisfaction*” e “*subjective well-being*”, e descobriram um crescimento exponencial deles ao longo de quase 30 anos. Ademais, ressalta-se que, após praticamente meio século de produção acadêmica nos maiores centros de pesquisa do mundo, o conhecimento acumulado no novo campo apresenta resultados robustos acerca de determinantes socioeconômicos e políticos para a felicidade (Ramos, 2021).

Uma vez situado o campo da Economia da Felicidade no contexto de busca por indicadores alternativos para se investigar o desenvolvimento de forma mais plural, é importante pontuar que políticas de bem-estar social (por exemplo, nas áreas de assistência social, educação e saúde) são centrais para um desenvolvimento multidimensional. Assim, torna-se necessária uma compreensão panorâmica sobre sua construção. Dessa forma, no

⁴ O portal *EconLit*, da Associação Americana de Economia, consiste em uma grande base de dados de produções científicas (pesquisas de pós-graduação, artigos, livros e resenhas) no campo das Ciências Econômicas com mais de 1,6 milhão de itens registrados ao longo de 130 anos e em 74 países (American Economic Association, 2024).

tocante ao surgimento de tais políticas no mundo eurocêntrico, deve-se evidenciar que, no período pré-industrial, a pobreza só passou a ser reconhecida enquanto um problema “social” a ter soluções de assistência sistematizadas, em algum grau, pelo Estado com as “Leis dos pobres” da Inglaterra no XVI. Contudo, foi apenas a partir da constatação do aprofundamento de problemas sociais vivenciados após a Revolução Industrial no século XIX que as políticas de bem-estar social passaram a se avolumar e se adensar no sentido de um Estado de bem-estar social (Kerstenetzky, 2012).

O fim do século apresentou a construção de um dos primeiros esquemas de seguridade social, ocorrida no recém-estabelecido Estado nacional alemão. Neste sentido, com base em Kerstenetzky (2012), pode-se categorizar a evolução histórica das políticas de Estado de bem-estar social nas seguintes fases: i. formativa (1870-1918); ii. consolidação (1919-1939); iii. franca expansão (1940-1970); iv. retração (a partir de 1970).

A partir da introdução do campo da Economia da felicidade (no contexto de busca por análises multidimensionais de desenvolvimento socioeconômico) e de um breve panorama das políticas de Estado de bem-estar social, torna-se essencial apresentar o bloco da União Europeia (UE), em razão dela se constituir como a mais profunda e antiga união econômica e política de Estados autônomos, isto é, uma configuração de relação entre Estados com grande potencial para influenciar nas condições socioeconômicas e, por conseguinte, no desenvolvimento de seus integrantes. Desse modo, é preciso compreender, em perspectiva histórica, que a experiência de integração regional europeia contemporânea tem início na reconstrução pós-guerra do continente europeu com a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço no ano de 1951 (União Europeia, 2024).

Uma vez criada a UE em 1993, a integração regional europeia apresentava mais um capítulo de aprofundamento, que envolveu uma zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e, enfim, uma união econômica e política. Destaca-se, ainda, a implementação de uma moeda única (Euro) em 1999. Todo esse desenvolvimento implicou não apenas em livre comércio, livre movimento de fatores de produção (pessoas, bens, serviços e capitais) e uniformização de políticas comuns (sobretudo comercial, de agricultura e monetária), mas também na relativa homogeneização das políticas de seus integrantes em diversas áreas (Schmidt, 2021). Por fim, pode-se salientar, ainda, como características da UE não apenas o uso de uma moeda comum, mas também a expressiva quantidade de países (27) e de sua população (448,4 milhões de habitantes), bem como a disponibilidade de dados (União Europeia, 2024).

Diante do exposto e, sobretudo, da problemática acerca da compreensão dos múltiplos e complexos efeitos da integração regional europeia sobre o bem-estar de seus cidadãos, o **objetivo geral** desta dissertação consiste em investigar a influência da União Europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus membros (nas áreas de seguridade social, educação, saúde, igualdade de gênero e proteção à família) e os decorrentes efeitos em seus desenvolvimentos socioeconômicos, a partir da ótica do indicador de bem-estar subjetivo de satisfação geral com a vida proveniente do Relatório Mundial da Felicidade. A **hipótese** a ser testada consiste no potencial da integração regional europeia em alterar os padrões de satisfação geral com a vida nacionais, por meio prioritariamente de sua influência sobre as políticas de bem-estar social.

Para cumprir o objetivo geral e testar a hipótese, os **objetivos específicos** delineados são:

- Fundamentar a compreensão do possível encadeamento entre: União Europeia, Estado de bem-estar social, desenvolvimento socioeconômico e satisfação geral com a vida;
- Investigar empiricamente a influência da União Europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus membros e os decorrentes efeitos em seus desenvolvimentos socioeconômicos, a partir da ótica do indicador de satisfação geral com a vida.

No sentido de viabilizar o objetivo geral e os objetivos específicos, a **metodologia** da presente Dissertação inclui a utilização de abordagens teóricas, histórico-institucional e empírico-quantitativas. Neste sentido, serão empregadas: i) revisão da literatura sobre os principais pilares desta investigação (Economia da Felicidade, Estado de bem-estar social e União Europeia); ii) coleta e tabulação de dados necessários aos procedimentos empíricos - colhidos nas bases de dados do Banco Mundial e do Relatório Mundial da Felicidade para o período 2005-2023 -; iii) análises de estatísticas descritivas, testes estatísticos e regressões econométricas (métodos de painel com efeitos fixos e painel com efeitos aleatórios). A partir disso, espera-se que haja maior elucidação sobre a dinâmica de uma integração regional e seu potencial para impactar o bem-estar agregado⁵ das pessoas circunscritas na mesma.

Com respeito à **relevância** científica, não obstante os avanços acumulados ao longo de três décadas, Lima (2007) afirmou que trabalhos no campo da Economia da Felicidade eram

⁵ Diferentemente de outros trabalhos da Economia da Felicidade com foco em dados individuais, a presente Dissertação objetiva uma investigação centrada na sociedade como um todo, isto é, analisar dados de bem-estar e possíveis fatores influenciadores do mesmo a nível agregado. Assim, nos capítulos de análise empírica, os dados de bem-estar subjetivo utilizados consistem em médias nacionais, enquanto que possíveis variáveis explicativas também são olhadas de forma agregada, a nível de país, como por exemplo: dummy para se o país pertence à União Europeia, gastos públicos como porcentagem do PIB, renda enquanto PIB *per capita* (logaritmo), porcentagem de desempregados, dados nacionais para as variáveis de controle.

quase inexistentes no Brasil até 2007. Outrossim, é possível constatar que, após mais de 15 anos, este cenário não passou por grande mudança. Com efeito, em busca atualizada pelo termo “Economia da Felicidade”⁶, realizada no âmbito do desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado em 2024 - ano de comemoração de 50 anos da fundação do campo -, e em consideração a três das maiores bases de produção científica no país, obteve-se os seguintes resultados:

- a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁷ apresenta 9 trabalhos;
- o Oasisbr⁸ apresenta 40 trabalhos; e
- o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁹ apresenta 6 trabalhos.

Ainda é válido mencionar que, entre as produções encontradas, está justamente o trabalho de Lima (2007). Além disso, um número ainda menor de produções no país propõe o emprego de indicadores de felicidade, no âmbito do supracitado campo, como ótica complementar para uma análise multidimensional sobre o desenvolvimento socioeconômico em meio a fenômenos de integração regional internacional. Assim, mesmo considerando experiências internacionais¹⁰, a Dissertação de Mestrado aqui proposta tem um importante potencial de contribuição a nível nacional e internacional.

Para justificar o estudo proposto, alguns apontamentos adicionais são importantes. Primeiramente, o estudo não se justifica apenas pela incipiência de produções no campo da Economia da Felicidade no Brasil, mas também em razão da própria importância da felicidade *per se*. Ela não apenas faz parte das aspirações dos seres humanos, como também se encontra em contratos sociais/marcos legais firmados por governos e organizações em todo o mundo.

Nesse sentido, ressalta-se que, muito antes do Reino do Butão apresentar em 1972 sua proposta de alçar seu indicador – Felicidade Interna Bruta (FIB) – como meta de governo, dois

⁶ Entre aspas para uma busca específica em títulos e corpos de textos dos trabalhos a fim de evitar resultados fora do âmbito da Economia da Felicidade. A busca foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2024.

⁷ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é promovida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desde a sua fundação em 2002 e contém mais de 900 mil documentos (BDTD, 2024).

⁸ O Oasisbr constitui-se como o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto também mantido pelo IBICT desde a sua criação em 2006 e possui quase 4,6 milhões de documentos tais quais artigos, livros, capítulos de livro, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses etc. (Oasisbr, 2024).

⁹ O Catálogo de Teses e Dissertações foi formado no ano de 2002 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – uma Fundação do Ministério da Educação do Brasil – e dispõe de quase 1,4 milhão de documentos (CAPES, 2024).

¹⁰ Embora as produções internacionais no campo da Economia da Felicidade tenham crescido cada vez mais (particularmente, a partir da década de 1990), Davidson, Pacek e Radcliff (2013) afirmam que pouca atenção foi dada à influência de determinantes sociopolíticos (e.g. determinantes associados ao Estado de bem-estar social) sobre a qualidade de vida/bem-estar. Ademais, Nikolova e Nikolaev (2016) apontam que a literatura sobre os impactos da integração europeia sobre o bem-estar (*well-being*) ainda se encontra em estágio incipiente.

dos eventos mais influentes na história da Idade Contemporânea¹¹ já haviam reconhecido e formalizado o direito à felicidade/bem-estar, nomeadamente: i) Revolução Americana, com a Declaração de Independência dos Estados Unidos (documento magno para a sua única constituição) em 1776; ii) Revolução Francesa e sua Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789.

Assim, influenciados por ambos, diversas constituições pelo mundo também ratificaram a felicidade/bem-estar de seus cidadãos como objetivo de Estado: a) na América Latina, cita-se Colômbia, Venezuela, Chile, Peru, Uruguai, Honduras; b) na Ásia, Japão e Coreia do Sul; e c) na África, Namíbia (Ramos, 2021). Destacam-se, ainda, outros importantes casos como a Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948¹², a Constituição Federal do Brasil de 1988¹³ e o Tratado de Lisboa da UE em vigor desde 2009¹⁴.

Por fim, vale ressaltar que a importância do presente trabalho também se deve a sua associação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, são eles: erradicação da pobreza (1), fome zero e agricultura sustentável (2), saúde e *bem-estar* (3), educação de qualidade (4), igualdade de gênero (5), água potável e saneamento (6), trabalho decente e crescimento econômico (8), redução das desigualdades (10), ação contra a mudança global do clima (13), parcerias e meios de implementação (17) (ONU Brasil, 2024).

Diante do exposto, a presente Dissertação se encontra dividida, para além da introdução (capítulo I), em capítulos que: investigue o campo da Economia da Felicidade no sentido de apresentar um de seus principais indicadores (a ser usado nesta pesquisa) e a sua relação com uma visão multidimensional de desenvolvimento socioeconômico (capítulo II); aborde as políticas de Estado de bem-estar social, com ênfase na experiência europeia (capítulo III); trate da União Europeia e investigue as potenciais influências diretas e indiretas da mesma nas políticas de Estado de bem-estar social de seus integrantes, bem como os potenciais efeitos

¹¹ Na obra clássica de historiografia mundial “A Era das Revoluções”, Eric J. Hobsbawm afirma que a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa (e possivelmente a Revolução Americana) se constituem como os movimentos que irão moldar parte importante da história mundial na Idade Contemporânea (Hobsbawm, 1977).

¹² Na declaração, consta no artigo 25: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (United Nations Human Rights, 1948).

¹³ No preâmbulo da constituição aparece: “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos” (Brasil, 1988)

¹⁴ Como uma emenda ao Tratado EURATOM de 1957, ao Tratado da União Europeia de 2007 (atualização do Tratado de Maastricht de 1995) e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia também de 2007 (versão atualizada do Tratado de Roma de 1957), o Tratado de Lisboa afirma: “A União tem por objetivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos” (EUR-Lex, 2004).

dessas influências no bem-estar subjetivo de seus cidadãos (capítulo IV); apresente os procedimentos e primeiros resultados empíricos (capítulo V), as análises descritivas (capítulo VI) e os resultados das regressões (capítulo VII) acompanhados de interpretações fundamentadas nos capítulos anteriores. Por último, serão tecidas as considerações finais (capítulo VIII) e indicadas as referências.

II – FELICIDADE NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

“Happiness economics [...] is about doing scientific research to understand people’s happiness in order to design better policies and development strategies”¹⁵.

Mariano Rojas

2.1 Apresentação

A felicidade como objeto de análise recebe múltiplas definições em razão de seu caráter multifacetado e relativo. Além disso, é possível que seja conceituada de acordo com diferentes percepções, coletivas ou *sui generis*, de um povo, de um indivíduo ou de campos de conhecimento. Por exemplo, a Economia Neoclássica (Ortodoxa) a associa, implicitamente, à utilidade¹⁶ – “a satisfação que um consumidor obtém com dada cesta de mercado” (Pindyck; Rubinfeld, 2013).

Já o campo da Economia da Felicidade, detalhado ao longo desta seção, apresenta uma definição mais ampla ao trabalhar com a ideia de bem-estar subjetivo. Nessa linha, os termos bem-estar, bem-estar subjetivo, utilidade e qualidade de vida são empregados como sinônimos de felicidade (Ramos, 2021). Ademais, segundo Nikolova (2018), a vertente propõe e utiliza medidas de bem-estar subjetivo baseadas:

- a) em emoções positivas e negativas (instrumentalizadas em respostas de “muito feliz” a “infeliz” em questionários); ou seja, no “sentimento de felicidade” – categoria de bem-estar hedônico (afetivo) –;
- b) na satisfação geral com a vida (instrumentalizada em questionários para a autoavaliação do indivíduo quanto a satisfação em geral com a sua vida) – categoria de bem-estar cognitivo (avaliativo) –;
- c) em significado e propósito na vida – categoria de bem-estar “eudaimônico” (relacionado ao conceito aristotélico de eudaimonia).

¹⁵ Tradução própria: “A Economia da Felicidade [...] se trata de fazer pesquisa científica para se compreender a felicidade das pessoas, no intuito de elaborar melhores políticas e desenvolver estratégias” (Rojas, 2019, p. 21).

¹⁶ Nessa vertente, a utilidade é traduzida em uma função que pode associar diferentes níveis de utilidade a diferentes cestas de mercado, seja de forma ordinal (com o posicionamento das cestas de mercado em ordem da maior para a menor preferência), seja de forma cardinal (com a aferição numérica de quanto uma cesta é preferível a outra) (Pindyck; Rubinfeld, 2013).

Diante dessas possibilidades de medidas, a análise da literatura indica que parcela significativa das pesquisas do campo se concentram na satisfação geral com a vida e nas emoções positivas/negativas¹⁷. Nessa linha, é possível distinguir os objetivos destas duas concepções. Primeiramente, a satisfação geral com a vida diz respeito a um bem-estar cognitivo (avaliativo), em que o respondente do questionário-base deve fazer um balanço geral da sua vida, de modo que reflita sobre suas condições e aspectos mais estruturais. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) pontuam que, por esta concepção, indivíduos que experenciam sentimentos negativos (como dores físicas) podem, mesmo assim, estar muito satisfeitos com a vida se eles valorizam as causas desses sentimentos enquanto contribuições à sociedade ou aos seus objetivos/metapessoais. Já o sentimento de felicidade corresponde a um bem-estar hedônico (afetivo) que depende de o respondente pensar sobre seus sentimentos de modo mais pontual no tempo (período do dia, dia em si, semana, mês, ano ou mesmo a vida toda), podendo ser mais influenciado por questões eminentemente pessoais *vis-à-vis* a aspectos estruturais relacionados à sua vida.

Na comparação das duas concepções, destaca-se que o indicador de satisfação geral com a vida pode captar, em algum grau, o quanto os indivíduos possuem condições, oportunidades e efetivo usufruto destas para suprir suas necessidades básicas e realizar aspirações próprias, familiares e sociais. Portanto, tal concepção aponta para uma percepção cognitiva individual “mais estável” e influenciada por aspectos estruturais – renda/riqueza, educação, saúde, emprego, qualidade do trabalho, entre outros –, que são passíveis de influência externa. Já a concepção do sentimento de felicidade se conecta a uma esfera mais “micro” do indivíduo – como etnia, religião, estado civil, confiança nos outros e preferências pessoais (Nikolova, 2018).

Quanto à precisão de medidas de bem-estar subjetivo, cabe enfatizar que o acúmulo de aperfeiçoamentos em questionários representativos, realizados por economistas e psicólogos ao longo dos anos, gerou um processo de convergência metodológica e permitiu a comprovação da consistência e confiabilidade dos dados (Frey; Stutzer, 2002; World Happiness Report, 2023). O resultado desse processo foi que, embora não seja um indicador perfeito¹⁸, a satisfação

¹⁷ Com efeito, o Relatório Mundial da Felicidade utiliza principalmente o indicador de satisfação geral com a vida e, de forma secundária, as emoções positivas/negativas (World Happiness Report, 2024a).

¹⁸ Em vista de que nenhum indicador/índice (objetivo ou subjetivo) seja perfeito para mensurar uma variável, Nikolova (2018) elenca certas limitações de validação de indicadores de felicidade no geral como: a forma como o indivíduo é entrevistado (por telefone, virtual ou presencialmente), humores temporários, presença de outras pessoas durante a resposta, dia da semana, eventos circunstanciais. Não obstante, essas possíveis distorções podem se dissipar em grandes amostras, além do fato de tais limitações estarem mais associadas ao sentimento de felicidade enquanto emoções positivas e negativas (mais volátil), em comparação com a satisfação geral com a vida (mais estável).

geral com a vida tem a comprovação de comparabilidade entre indivíduos, países (médias nacionais) e temporais, bem como possibilita predição comportamental razoavelmente adequada. Assim, a satisfação geral com a vida (enquanto indicador de bem-estar subjetivo) pode ser uma medida complementar para analisar o desenvolvimento socioeconômico de países e avaliar políticas públicas, podendo se constituir enquanto um instrumento concreto para planejamentos/avaliações governamentais (Nikolova; Nikolaev, 2016; Nikolova, 2018).

Realizados estes apontamentos iniciais, definindo brevemente termos que aparecerão ao longo do texto, é importante traçar um breve histórico da inserção da felicidade na Economia (seção 2.2) e avaliar, de forma comparativa, três campos das Ciências Econômicas em relação à interpretação do bem-estar (seção 2.3): Economia do Bem-Estar Ortodoxa (ou *Mainstream*); a Abordagem das *Capabilities*; e a Economia da Felicidade. Por fim, é defendida uma medida de bem-estar subjetivo como *proxy* para o desenvolvimento socioeconômico (seção 2.4), sucedida pelas conclusões (seção 2.5). Toda a discussão é direcionada para fundamentar uma escolha da presente Dissertação de Mestrado: o emprego de uma medida de felicidade baseada na satisfação geral (subjetiva) com a vida para a investigação do desenvolvimento socioeconômico.

2.2 Felicidade: breve histórico nas Ciências Econômicas

De algum modo, a felicidade fez parte das investigações das Ciências Econômicas desde o princípio, para compreender as motivações dos indivíduos, seus objetivos e comportamentos com os mais diversos fins, inclusive para guiar os governos. Com efeito, exemplos podem ser encontrados já nos trabalhos de Adam Smith, que é reconhecido como fundador da Economia moderna, como nos trechos a seguir: “o que falta à felicidade do homem saudável, que não possui dívidas, e tem a consciência limpa?” e “todas as constituições de governo, entretanto, são valorizadas apenas na proporção em que tendem a promover a felicidade dos que vivem sob elas. Esse é seu único uso e propósito” (Smith, 1759, p.53). De acordo com Ramos (2021), o tema não se circunscreveu a alguns trechos da obra de Smith, mas sim permeou todo o texto.

Já no tocante à famosa obra “A Riqueza das Nações”, é relevante citar a preocupação do autor em destacar a necessidade da busca de melhorias nas condições de vida de toda a sociedade: “ora, o que faz melhorar a situação da maioria nunca pode ser considerado como um

inconveniente para o todo. Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis” (Smith, 1776, p. 129).

Em análise da obra supracitada, Thomas Malthus afirma, em seu “Ensaio sobre a População” (1798), que os resultados de Smith estariam além da natureza e as causas da riqueza das nações, chegando a uma análise ainda mais relevante sobre as causas que podem afetar a felicidade das nações (Rojas, 2019). Ademais, no livro “Princípios de Economia Política e tributação”, David Ricardo não só defende o “Princípio da Utilidade” como também afirma que o objetivo do crescimento da produtividade é o aumento da felicidade. Em um trecho de sua obra, o autor afirma: “eles não percebem que a finalidade de todo o comércio é aumentar a produção, e que aumentando a produção, embora isso possa provocar perdas ocasionais, aumenta a felicidade geral” (Ricardo, 1817, p. 196).

O referido “Princípio da Utilidade”, do iluminista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), precursor do utilitarismo, preconiza que as ações dos indivíduos deveriam ser interpretadas como corretas caso gerassem felicidade (prazer) ou como erradas se resultassem no inverso da felicidade (dor). Assim como Ricardo, os economistas James Mill (1773-1836) e seu filho John Stuart Mill (1806-1873) também defenderam tal princípio (“*the greatest happiness principle*”) e contribuíram para a sua posterior inserção na Economia (Easterlin, 2021).

Assim, diante do exposto, se a felicidade puder ser defendida como um dos pontos centrais das investigações econômicas entre o fim do século XVIII e princípio do século XIX, ao fim deste último, os marginalistas (Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras) construíram um movimento para redirecionar o foco das Ciências Econômicas da felicidade às escolhas dos agentes com base em cálculos quantitativos e em negligência à primeira (Rojas, 2019; Easterlin, 2021). Dessa forma, a felicidade teria sido absorvida pela formulação marginalista da “Teoria do Valor-Utilidade”, a qual fundamentou a “Economia Neoclássica” a partir de então (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

Nessa linha, calcados na doutrina utilitarista e na teoria do valor-utilidade, os esforços de economistas deram forma e sustentação ao comportamento do agente representativo básico, o *homo oeconomicus*, cujo *modus operandi* consistiria na maximização racional de sua utilidade em um ambiente de preços e limitação de renda. Se, por um lado, pode-se argumentar que esse movimento de redirecionamento de foco da felicidade para escolhas de agentes representativos implicou em restrições substanciais às possibilidades de as Ciências Econômicas abordarem e contribuírem de forma significativa na temática da felicidade e bem-estar das sociedades; por outro lado, pode-se defender que a felicidade (utilidade) continuou tanto nas premissas quanto

no objetivo final dos modelos Micro e Macroeconômicos neoclássicos do fim do século XIX à atualidade (Rojas, 2019).

Rojas (2019) destaca, ainda, que independentemente do modo pelo qual o “Princípio da Utilidade” foi absorvido posteriormente pela Economia Neoclássica, os esforços de Jeremy Bentham se davam em um contexto (final do século XVIII e início do XIX) em que o Reino Unido e a Europa continental passavam por um ganho de poder para a população comum em detrimento das monarquias e dos grupos religiosos tradicionalmente estabelecidos. Em razão disso, o objetivo de Bentham consistia em desenvolver um método capaz de orientar os governos às melhores políticas voltadas à população em geral; *i.e.*, que pudessem contribuir às condições de vida dos cidadãos comuns. Assim, a felicidade seria norteadora das políticas públicas e das reformas sociais. Com efeito, as melhores políticas seriam justamente as que lograssem maior felicidade à toda população, o que deveria ser a base de reformas legislativas (Santos, 2015).

Para instrumentalizar, de forma concreta, sua recomendação para as políticas, Bentham tentou criar o que chamou de “*felicific calculus*” (“cálculo felicífico”, em tradução do Latim); ou seja, uma forma sofisticada de cálculo que pudesse quantificar quanto uma experiência poderia ser prazerosa ou dolorosa. Posto isso, embora o cálculo não tenha chegado a uma forma completa e aplicável, Rojas (2019) ressalta que os esforços de Bentham eram conceitualmente revolucionários por tentarem transformar um tema tradicionalmente tratado na academia de forma abstrata e dedutiva em uma análise empírica com o objetivo de orientar políticas públicas.

De todo modo, ganharam maior notoriedade a concepção da Economia Neoclássica de contornar as dificuldades de se mensurar a felicidade (utilidade) com o uso de uma classificação ordinal de utilidade advinda de diferentes combinações de bens/serviços para o consumo e o enfoque de economistas para as investigações de preços. Assim, as pesquisas econômicas se voltaram aos preços – e às escolhas dos agentes maximizadores de utilidade –, com a premissa dos preços informarem, ao menos em algum grau, o bem-estar de consumidores e produtores, enquanto o campo marginalizou a discussão sobre a felicidade dos agentes (Rojas, 2019).

Dessa forma, a Microeconomia Neoclássica passou a dar foco aos preços de mercado para debater bem-estar, enquanto a Macroeconomia Neoclássica utilizou o *homo oeconomicus* em seus modelos para entender fenômenos macroeconômicos – no geral, microfundamentados – e encontrar soluções que garantissem maior crescimento da produção/renda sob a premissa de que sua expansão aumentaria as opções de escolha de consumo e a renda para as efetivar, que, ao fim, daria maior utilidade às pessoas. Assim, generalizou-se o pressuposto – não corroborado

empiricamente de forma robusta – de que a felicidade/utilidade teria forte associação com o consumo e, em decorrência, que o aumento da renda a elevaria, *coeteris paribus* (Rojas, 2019).

Diante desse paradigma das Ciências Econômicas, o economista Richard Easterlin investigou este pressuposto em seu trabalho de 1974, “O crescimento econômico melhora a condição humana? Algumas evidências empíricas”¹⁹. Nesta obra, o autor fundou o campo que foi denominado como “Economia da Felicidade” e gerou significativa mudança epistemológica ao abordar a felicidade não como pressuposto dedutivo, mas com dados empíricos (Rojas, 2019). Cabe acrescentar que, entre os economistas que se juntaram às pesquisas na Economia da Felicidade, estão Daniel Kahneman e Angus Deaton²⁰. Dessa forma, observa-se que o campo atraiu contribuições de autores com grande reconhecimento e já produziu cinco décadas de pesquisa.

Com séries temporais dos Estados Unidos da América (EUA), de 1946-1970, o resultado de Easterlin (1974) foi a sugestão do “Paradoxo da Felicidade” (ou “Paradoxo de Easterlin”). Segundo este, uma vez cobertas as necessidades básicas, um incremento marginal na renda de um indivíduo não geraria um incremento marginal na felicidade reportada; *i.e.*, a partir de certo patamar de renda, o crescimento econômico não se desdobraria na elevação da felicidade.

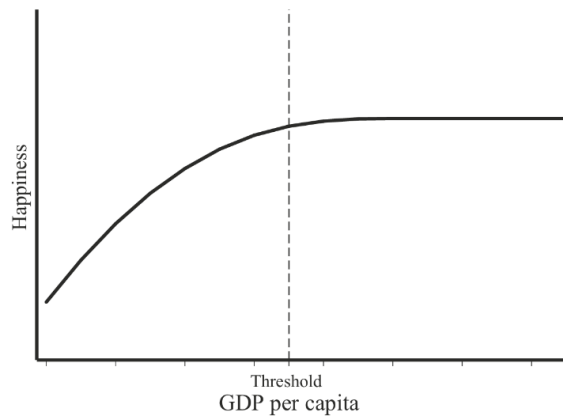
Em desafio à Economia Ortodoxa (Neoclássica), o paradoxo indicava, então, que, em um determinado ponto no tempo (ou no curto prazo), a felicidade de fato tenderia a variar de forma positiva com a renda. Contudo, quando se analisa ao longo do tempo (ou no longo prazo), a tendência é que o padrão citado deixe de ocorrer; ou seja, não há uma correlação sistemática entre as dinâmicas da felicidade e da renda no decorrer do tempo (Rojas, 2019; Easterlin, 2021). À título de ilustração, o Gráfico 2.1 indica justamente que, em dado ponto no tempo, os países com maiores Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* (GDP *per capita*, em inglês) tendem a ser mais felizes (*Happiness*). No entanto, o efeito da renda sobre a felicidade apresentaria um retorno marginal decrescente, de modo que o efeito seria neutralizado após certo limiar de renda (*Threshold*)²¹.

¹⁹ Título original em Inglês: “Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence”.

²⁰ Prêmios Nobel de Economia de 2002 e 2015, respectivamente.

²¹ A literatura indica que esse limiar pode se encontrar em US\$75.000 por ano nos Estados Unidos (Easterlin, 2021).

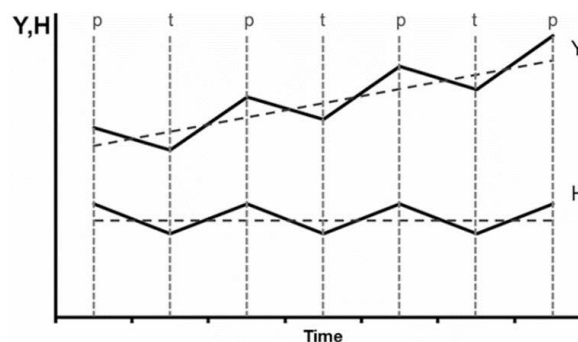
Gráfico 2.1 – Linha de regressão ajustada entre a felicidade e o PIB real *per capita*
(dados de países em *cross-section*)



Fonte: *Apud* Easterlin (2021, p. 130). Nota: Happiness – medida de felicidade; GDP – Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

Já o Gráfico 2.2 ilustra como que, embora no curto prazo as flutuações de renda (Y) e de felicidade (H) possam coincidir em seus picos (p) e vales (t), a tendência de longo prazo (linhas pontilhadas) das duas variáveis se desassocia. Uma explicação seria a comparação social: se o PIB real *per capita* de um país aumentar, *coeteris paribus*, a renda referencial de comparação dos indivíduos – grupos com quem se comparam para aferir sua própria satisfação geral com a vida como familiares, colegas de trabalho etc. – aumenta *pari passu* com suas próprias rendas, de forma que o efeito líquido sobre a média nacional do nível de felicidade seja neutralizado.

Gráfico 2.2 – Flutuações de curto prazo e tendência de longo prazo para a felicidade e a renda



Fonte: Easterlin (2021, p. 136). Nota: Y – renda; H – felicidade; p – picos; t – vales.

Outra possível explicação é derivada da “Teoria da Adaptação”. Sucintamente, ela discute como os indivíduos se adaptam às suas melhorias de poder de consumo, derivadas de aumentos de suas rendas, e atualizam as suas aspirações de consumo para um padrão superior *vis-à-vis*

àquelas que almejavam previamente ao crescimento da renda, mantendo sua média de felicidade (Rojas, 2019; Easterlin, 2021).

Vale apontar que, desde sua fundação, particularmente a partir do fim da década de 1980, uma produção exponencial de trabalhos associados à Economia da Felicidade foi desenvolvida, tanto para avaliar o “Paradoxo de Easterlin”, quanto testar premissas da Economia Neoclássica e determinantes da felicidade de indivíduos e sociedades (Stutzer; Frey, 2012; Mota, 2019). Um dos grandes objetivos declarados de tais incursões consistiu na melhoria das orientações geradas por economistas para as políticas públicas - como Jeremy Bentham já almejava -, sobretudo, para aquelas com maior foco em bem-estar (Rojas, 2019; Easterlin, 2021; Agrawal *et al.*, 2023).

Entre os possíveis determinantes da felicidade tradicionalmente investigados, podem ser destacados fatores: a) demográficos, sociais e pessoais – idade, gênero, raça, circunstâncias familiares, nacionalidade, religião, posição relativa de renda, educação, saúde, confiança social, capital social, trabalho voluntário e segurança -; b) econômicos – sobretudo, desemprego, renda e inflação-; c) políticos – sistema político, poder dos cidadãos para participar na política, grau de descentralização do governo, confiança em instituições do governo, liberdades política, econômica e pessoal-; d) de políticas públicas – benefícios de bem-estar social, entre outros (Frey; Stutzer, 2002; Lima, 2007; Frey; Stutzer, 2012; Campetti e Alves, 2015; Martela *et al.*, 2020; Easterlin, 2021). Ramos (2021) pontua que o campo acumula resultados robustos sobre múltiplos determinantes, como: desemprego, qualidade do emprego, inflação, família, divórcio, filhos, liberdade política e corrupção. Alguns desses aspectos são retomados mais adiante nesta Dissertação.

Cabe ressaltar, ainda, que a supracitada mudança epistemológica oriunda de Easterlin (1974), que norteia o campo da Economia da Felicidade, ao não abordar a felicidade como pressuposto dedutivo, mas sim com dados empíricos (Rojas, 2019), foi beneficiada pelo surgimento de dados quantitativos para a felicidade. Tal fato remonta à segunda metade do século XX, momento em que as insatisfações com o emprego do PIB como indicador sintético de progresso e bem-estar passaram a ganhar melhor forma. Por exemplo, em 1973, William Nordhaus e James Tobin²² propuseram um indicador síntese de bem-estar social: o *Measure of Economic Welfare* (MEW). Ademais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - considerado um marco entre os indicadores de bem-estar social - foi desenvolvido em 1990

²² James Tobin (1918-2002) recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1981, ao passo que William Nordhaus (1941 -) recebeu o seu em 2018.

pela equipe do economista paquistanês Mahbub ul Haq²³ para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Ramos, 2021).

Vale mencionar que, na base da concepção do IDH, há a compreensão de que o desenvolvimento humano não pode ser avaliado de forma unidimensional somente com o aumento da renda/riqueza; mas deve incluir também outras dimensões da vida humana, não necessariamente materiais, e que estejam presentes nas aspirações dos indivíduos (PNUD, 1997, p. 16). Assim, o índice é composto por três dimensões: i) saúde (esperança de vida ao nascer); ii) renda (PIB *per capita*); e iii) educação (combinação entre a educação dos adultos e a frequência da população em idade escolar).

Acrescenta-se, também, que, no intuito de obter um panorama mais rico e multidimensional acerca das condições socioeconômicas, políticas e ecológicas de um país, o PNUD passou a construir e divulgar periodicamente outros indicadores de distribuição de renda, disparidade de gênero, pobreza e liberdade (Ramos, 2021). Porém, tal Programa não é o único a fazer esforços para investigar o bem-estar social para além da produção econômica. Conforme Ramos (2021), outras instituições e pesquisadores propuseram variadas medidas, como: *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISEW), *Genuine Progress Indicator* (GPI), *Measure of Domestic Progress* (MDP), *L'indicateur de bien-être économique* (IBEE) e *Human Well-Being Index* (HWI).

Em meio ao movimento de elaboração de novas métricas multidimensionais, indicadores de felicidade, a nível individual e agregado, também foram estabelecidos por diferentes países, instituições e pesquisadores (Ramos, 2021). Com efeito, no trabalho inaugural da Economia da Felicidade, Easterlin (1974) analisou dados de felicidade internacionais e dos EUA. Segundo o autor, análises de séries temporais eram possíveis, naquele momento, para apenas um país: os EUA (no período de 1946 a 1970), com base em dados de pesquisas de opinião do *American Institute of Public Opinion* (AIPO) e do *National Opinion Research Center* (NORC).

Desde então, outras instituições passaram a compor bancos de dados sobre a felicidade, como: *US General Social Survey* para os EUA; Eurobarômetro para a Europa; *European Values Study* e *World Values Survey* para a Europa e mundo; Latinobarômetro para a América Latina; além de outros, coletado por vários países para avaliar as suas próprias populações²⁴. Ademais,

²³ Com base no trabalho do economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, sobre capacitações humanas (*capabilities*) e desenvolvimento como liberdade.

²⁴ Muitos países colhem dados sobre a felicidade de seus cidadãos em suas estatísticas, tais como: Austrália, Butão, Canadá, França, Itália, Marrocos, Nova Zelândia, Reino Unido (Mackerron, 2012; Nikolova, 2018).

destacam-se ainda: i) *Better Life Index*, da OCDE; e ii) *Happy Planet Index*, da *New Economics Foundation*.

Por ser empregado na presente Dissertação de Mestrado, deve-se destacar o indicador de “satisfação geral com a vida” (SGV), uma *proxy* para a felicidade – ou seja, um indicador de bem-estar subjetivo²⁵ –, coletado pela *World Gallup Poll* (*Gallup Institute*) para países de todo o mundo desde 2005. As informações coletadas embasam o Relatório Mundial da Felicidade (*World Happiness Report*) desde a sua primeira edição (2012)²⁶, e, por conseguinte, se tornaram instrumentos importantes de avaliações conduzidas no âmbito da Economia da Felicidade.

Ainda na obra inaugural de Easterlin (1974), é discutida a utilização de dados oriundos de duas concepções: i) aqueles do tipo que foi empregado por Handley Cantril em 1965²⁷, cuja técnica de mensuração se baseia no que o autor chamou de “*Self-Anchoring Striving Scale*”²⁸ e funciona, *grosso modo*, com uma questão para o indivíduo imaginar uma escala de 0 a 10, em que 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor possível, e se auto posicionar nela; ou seja, uma avaliação de satisfação subjetiva geral com a vida; e ii) aqueles elaborados a partir de uma pergunta nos questionários do instituto AIPO e do centro de pesquisa NORC sobre felicidade, nos quais os indivíduos devem relatar se sentem ser “muito feliz”, “bastante/razoavelmente feliz” ou “não muito feliz”; ou seja, a concepção de emoções positiva/negativas.

Posto isso, é possível distinguir o objetivo das concepções supracitadas – em consonância com a discussão na apresentação deste capítulo: i) a satisfação geral com a vida diz respeito a um bem-estar (avaliativo) e tende a levar o respondente a um balanço geral da sua vida, de modo que reflita sobre suas condições de vida e aspectos mais estruturais da mesma; e ii) o sentimento de felicidade diz respeito a um bem-estar hedônico (afetivo) e estimula o respondente a pensar sobre seus sentimentos de modo mais pontual no tempo (no período do dia, no dia em si, na semana, mês, ano ou mesmo durante sua vida), sendo mais influenciado por questões eminentemente pessoais *vis-à-vis* a aspectos estruturais de vida. Assim, a primeira aponta para uma percepção individual mais estável e afetada por aspectos estruturais (como renda, educação, saúde, emprego, condições de trabalho) e passíveis de influência estatal. Já a

²⁵ É interessante pontuar que medições subjetivas sempre fizeram parte dos instrumentos empíricos para pesquisas de economistas, uma vez que muitas características investigadas de economias e sociedades são coletadas por questionários e entrevistas a partir de um ponto de vista subjetivo de um indivíduo ou de um grupo – por exemplo, com respeito ao desemprego, respondentes são questionados se estão procurando ativamente por trabalho e se estariam disponíveis para trabalhar em um futuro próximo (Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2009).

²⁶ O Relatório Mundial da Felicidade é uma publicação anual produzida sob o controle de um conselho editorial próprio em parceria com a empresa Gallup, o Centro de Pesquisa sobre bem-estar social da Universidade de Oxford e a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (World Happiness Report, 2024b).

²⁷ Na obra “The pattern of human concerns”.

²⁸ Tradução própria: “esforço para escala autoancorada”.

segunda se conecta a uma esfera individual mais “micro” (como raça, religião, estado civil, confiança em outras pessoas e preferências pessoais).

Em complemento, cabe apontar que a escolha do Relatório Mundial da Felicidade (feito em parceria com a ONU) pela autoavaliação da satisfação geral com a vida como *proxy* para a felicidade individual se dá em virtude dela, entre múltiplas medidas de bem-estar subjetivo, ser frequentemente utilizada em estudos acadêmicos, além de recomendada para avaliações do bem-estar nos países (Martela *et al.*, 2020). Essa predileção ocorre em razão de determinados atributos, como: a) ser mais sensível, comparativamente a emoções positivas/negativas – baseadas em experiências mais diárias ou mais pontuais – a alterações em variados fatores institucionais e nacionais, em políticas públicas ou em decisões sobre renda/riqueza; e b) ser uma medida mais informativa, completa, estável e com maior variabilidade entre os países quanto à qualidade e às condições de vida das pessoas como um todo em seus territórios (Martela *et al.*, 2020; World Happiness Report, 2024b).

2.3 Abordagens econômicas para o bem-estar

Após breve incursão sobre o tratamento da felicidade nas Ciências Econômicas, a presente seção busca situar, na atualidade, a Economia da Felicidade enquanto um campo distinto e com importante potencial para contribuir para as análises da Economia sobre o bem-estar. Nesta linha, busca-se apresentar panoramicamente e em perspectiva comparada as principais características de três abordagens para a investigação do bem-estar (a nível filosófico, teórico, metodológico e de orientações para políticas públicas), são elas: a Economia do Bem-Estar Ortodoxa (ou *Mainstream*); a Abordagem das *Capabilities*; e a Economia da Felicidade.

2.3.1 Críticas à Economia do Bem-Estar Ortodoxa

Pode-se caracterizar a Economia do Bem-Estar Ortodoxa, enquanto abordagem integrada e padronizada, a partir: i) do emprego compartilhado de premissas/bases da Economia Ortodoxa – por exemplo, individualismo metodológico, consequencialismo, princípio da racionalidade, uso de modelos e formalizações matemáticas; ii) de ferramental analítico – ferramentas baseadas na retórica da utilidade ordinal, nos excedentes do consumidor e do produtor e na

eficiência de Pareto, ferramentas aplicadas em questionários (para avaliar a disposição a pagar ou aceitar mudanças econômicas e análises de custo-benefício) ou baseadas em regras para decisão social a partir de funções de bem-estar social; e iii) dos dois Teoremas do Bem-Estar (Mota, 2019).

Mota (2019) argumenta que a Economia do Bem-Estar Ortodoxa é um vasto campo, com razoável coerência entre suas ferramentas aplicadas e sua fundamentação teórica com base na utilidade ordinal – esvaziada de uma dimensão psicológica, uma vez que se assume a suficiência de observar o comportamento de escolha racional de agentes econômicos e as decorrentes preferências reveladas. A eficiência de Pareto é um item estrutural ao campo, o que tendência este para questões de eficiência econômica e o afasta de questões sobre equidade. Nessa linha, a abordagem defende a superioridade dos resultados de mercados eficientes (de Pareto); *i.e.*, a maximização do bem-estar é atingida via mercados com livres interações entre os agentes.

Ainda para o autor, as funções de bem-estar social são controversas, dada a inadequação do paradigma da utilidade ordinal diante do Teorema da Impossibilidade de Arrow²⁹, e a falta de consenso sobre alternativas para a questão. Além disso, embora o campo tenha considerável congruência, ele possui certas questões não resolvidas e disputas, mais visíveis a nível teórico – como a escolha entre diferentes funções de bem-estar social e a diferenciação do papel da utilidade cardinal e ordinal – do que prático, onde predomina o princípio da compensação.

Outras relevantes fragilidades são o embasamento no princípio da racionalidade (perfeita) e no individualismo metodológico – em desconsideração a versões mais empíricas dos agentes econômicos (em vista da influência de emoções, hábitos e miopia) – e não levar em conta uma concepção de bem-estar mais realista, que possa o entender enquanto um fenômeno psicológico ou que não possa ser reduzido apenas à experiência individual. Portanto, a abordagem seria insuficiente/limitada (se não equivocada) para discutir importantes problemas de bem-estar social, como o desemprego, a pobreza, a discriminação, a liberdade e o desenvolvimento.

Assim, Mota (2019) argumenta que a análise ortodoxa do bem-estar costuma disfarçar certas incongruências. Ele introduz a questão abordando a falta de clareza da ortodoxia quanto à separação entre as análises positivas – análise objetivas para a explicação de fenômenos, com foco na descrição de relações de causa e efeito – e as normativas – análises sobre o que se supõe ser adequado, que são especialmente utilizadas para tecer orientações para políticas públicas. Neste sentido, de acordo com o autor, embora seja posto que a análise normativa é deixada pela

²⁹ O Teorema da Impossibilidade de Arrow preconiza que nenhuma função de bem-estar social consegue apresentar certas propriedades básicas desejáveis (Mota, 2019).

Economia do Bem-Estar, o uso de funções de utilidade e a decorrente prescrição de implicações de políticas públicas agregam uma dimensão normativa em análises supostamente positivas³⁰.

Além disso, ressalta-se que, por um lado, a Economia do Bem-Estar é respeitada por parte da ortodoxia enquanto um ramo válido – embasado em premissas microeconômicas e em análises positivas a partir de modelos econômicos – para investigar os impactos de bem-estar gerados por políticas públicas, com a produção de análises neutras de valor, calcadas na eficiência econômica, para embasar políticas. Por outro, parte da ortodoxia considera que o campo é poluído por vieses normativos e ideológicos que corroem a sua credibilidade científica. Dessa forma, Mota (2019) argumenta que as orientações de políticas públicas do campo são comprometidas pelo disfarce de premissas (não objetivas) utilizadas em aparatos matemáticos complexos e por sua inconsistência *vis-à-vis* ao quadro teórico das preferências ordinais.

Assim, primeiramente, dever-se-ia definir claramente qual o conceito de bem-estar a ser utilizado: i) progresso material – associado com riqueza, produção, renda e cestas de consumo; ii) bem-estar a nível psicológico – ligado à felicidade, emoções positivas ou, de forma mais geral, utilidade como um conceito subjetivo; iii) utilidade como conceito abstrato – associado com ordenação de preferências a partir de um comportamento racional maximizador; iv) liberdades política, econômica ou social – relacionadas às *capabilities* discutidas mais adiante; e v) expansão das opções de consumo, entre outros. Por conseguinte, a partir da definição escolhida (uma questão subjetiva), determina-se a abordagem (nem sempre compatível ou complementar às demais) para avaliar o bem-estar e o tipo de orientação para políticas públicas (Mota, 2019).

Ressalta-se que a visão da Economia do Bem-Estar Ortodoxa, em conjunto com seus métodos e concepções, é “dominante” nas Ciências Econômicas – por isso é tradicionalmente chamada de *Mainstream*. As alternativas mais sólidas são as abordagens de *capabilities* de Amartya Sen e a Economia da Felicidade – discutidas na sequência –, cada uma delas com suas especificidades em termos de fundamentações filosóficas, concepções de bem-estar, métodos, e, por vezes, diferentes orientações a políticas públicas. Estas abordagens partem das referidas fragilidades, inconsistências e equívocos em orientações para políticas públicas da Economia do Bem-Estar Ortodoxa e, assim, sugerem opções para a avaliação do bem-estar (Mota, 2019).

³⁰ Com efeito, segundo Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 7): “a análise normativa é frequentemente suplementada por juízos de valor. Isto é, [por exemplo], uma comparação entre um imposto sobre a gasolina e um imposto sobre a importação de petróleo poderia provar que o imposto sobre a gasolina seria mais facilmente administrado, porém teria impacto maior sobre os consumidores de menor renda. Nesse ponto, é necessário que a sociedade faça um juízo de valor, confrontando a *equidade* e a *eficiência econômica*. *Quando juízos de valor estão envolvidos, a Microeconomia não pode nos dizer qual será a melhor política a ser adotada*” (destaques próprios em itálico).

Após breve síntese das críticas à Economia do Bem-Estar Ortodoxa, na sequência, são resumidas a Abordagem das *Capabilities* e a Economia da Felicidade. De antemão, pode-se antecipar que a crítica de Amartya Sen recai, especialmente, no conceito de utilidade derivada do comportamento de escolha racional, o que argumenta ser uma fonte incompleta para análises de bem-estar. Para Sen, seriam as *capabilities* (enquanto as reais possibilidades que os humanos possuem para ter a vida que desejam ou que tenham razão para valorizar) uma fonte mais adequada. Já para a Economia da Felicidade, pode ser considerado que um problema grave recai na incapacidade de a ortodoxia considerar utilidades cardinal e subjetiva e em não admitir que o comportamento de escolha não revela tudo – de forma semelhante à racionalidade imperfeita (Mota, 2019).

2.3.2 Abordagem das *Capabilities*

Inicialmente, deve-se reforçar o argumento de Mota (2019) sobre a importância de se valorizar a Economia da Felicidade apenas à medida que ela conseguir trazer aportes ainda não empreendidos pela Abordagem das *Capabilities* derivada de Amartya Sen. Esta se trata de uma abordagem atualmente bem-estabelecida para investigar problemas de bem-estar nas Ciências Econômicas. Em razão de acreditar que a Economia do Bem-Estar Ortodoxa fosse insuficiente para lidar com diversas questões importantes de bem-estar, Sen propôs que um conjunto de *capabilities* (ou, ainda, a privação a elas) deve ser a fonte informacional de base em pesquisas econômicas sobre bem-estar.

A abordagem considera que o uso de informações para além da utilidade (seja a ordinal, ou a cardinal) é crucial para uma análise de bem-estar mais adequada, assim como para questões de distribuição de bem-estar. Para Sen, duas fragilidades que o utilitarismo apresenta são que: i) mesmo a versão mais forte do utilitarismo (a cardinal) é criticada devido a certa extensão do Teorema da Impossibilidade de Arrow; ii) existência de incompatibilidades entre a eficiência (critério) de Pareto e os valores liberais – de modo que mesmo o critério menos controverso da ortodoxia se torna inútil quando são consideradas esferas privadas de liberdade (Mota, 2019).

Quanto à natureza subjetiva da utilidade, mesmo se inferida a partir dos comportamentos individuais de escolha, Amartya Sen considera que a utilidade não se sustenta enquanto um bom critério de bem-estar em razão da propensão à adaptação dos agentes. Assim, defende que seu conjunto de *capabilities* traz as verdadeiras e objetivas fontes de análise para o bem-estar; *i.e.*,

o emprego de indicadores objetivos (não reduzíveis a impactos no bem-estar psicológico) sobre nutrição, saúde, educação, pobreza, exclusão social, expectativa de vida, possibilidade de participação ativa na vida social e de prosperar, entre outras dimensões (Mota, 2019).

Ressalva-se que, embora a Abordagem das *Capabilities* possa reconhecer a possibilidade de se sentir bem – bem-estar subjetivo ou felicidade relatada – enquanto uma *capability* a ser considerada, ela propõe que existem outras tão valiosas quanto (ou ainda mais cruciais para as sociedades humanas) e que não podem ser reduzidas aos efeitos sobre o bem-estar psicológico ou felicidade relatada; por exemplo: expectativa de vida ao nascer, equidade de oportunidades (independentemente de gênero, raça ou classe social), liberdade (política, econômica e social), direitos civis e políticos. Além disso, outro elemento que distingue a abordagem é a importância dada por ela não apenas aos impactos e resultados – em contraste ao quadro consequencialista da Economia do Bem-Estar Ortodoxa –, mas também ao número de caminhos possíveis e ao processo *per se* para se obter os resultados (Mota, 2019).

Por um lado, a Abordagem das *Capabilities* possibilita análises de processos, problemas relacionais e privações absolutas ou relativas que não eram possíveis anteriormente; por outro lado, abre-se o questionamento para qual é exatamente o critério definidor de bem-estar, pois nem o comportamento dos agentes e nem suas avaliações subjetivas teriam grande relevância para análises de bem-estar. Assim, embora Sen liste itens valorizados pelas pessoas ou que elas têm razão para valorizar, ele não apresenta critérios definidos para categorizar algo como *capability*, de forma que a questão fique aberta para discussão, confusão e ambiguidade. Enfim, Mota (2019) defende que a busca por objetividade se esvai neste contexto, redundando na outrora indesejada subjetividade – cada um pode estabelecer o que é ou não *capability* para si.

2.3.3 Economia da Felicidade

A Economia da Felicidade propõe o uso da Econometria para estimar modelos com equações de felicidade (para investigar seus determinantes) e de experimentos para a análise do impacto de eventos da vida sobre a felicidade, a construção de novos índices de bem-estar, bem como interações teóricas interdisciplinares (Mota, 2019). Após 50 anos de produções (mais intensamente nas últimas três décadas), o campo se demonstra plural – e em alguma medida congruente – por seus distintos métodos, modelos, técnicas, concepções teóricas, resultados e conclusões sobre políticas.

Além disso, o campo tem produzido um conhecimento autônomo que não pode simplesmente ser absorvido pela Economia do Bem-Estar Ortodoxa ou Abordagem das *Capabilities*, ainda que compartilhe semelhanças, mas que se apresenta como uma abordagem autônoma (com premissas, técnicas e conclusões para políticas públicas próprias) para realizar análises de bem-estar (Mota, 2019).

Não obstante a pluralidade da abordagem, Mota (2019) defende já ser possível identificar um conjunto básico (denominadores em comum) de premissas, ideias e principais conclusões que grande parte de seus pesquisadores concordam. Esse conjunto básico seria: i) os efeitos da comparação, da adaptação e das expectativas; ii) a utilidade marginal decrescente da renda; iii) a diferença entre a utilidade de decisão (*decision utility*) e a utilidade experienciada (*experienced utility*)³¹; e iv) os impactos distintos que cada domínio da vida tem sobre a felicidade. Assim, defende-se que quatro efeitos da Economia da Felicidade são de grande contribuição e ajudam a explicar as razões pelas quais o aumento de renda nem sempre leva a aumento de felicidade:

- a) efeito de comparação: indica que as pessoas se comparam com um grupo de referência, de modo que seu bem-estar dependa de sua posição relativamente ao grupo; *i.e.*, não deve haver aumento de bem-estar (felicidade) se apenas crescer a renda média³²;
- b) efeito de adaptação: embora as pessoas se comparem consigo mesmas no passado e o aumento de renda *vis-à-vis* a uma situação anterior possa aumentar a felicidade, os indivíduos se adaptam a níveis mais altos de consumo, retornando para o nível de satisfação anterior;
- c) efeito das expectativas: a satisfação com a renda é, em parte, explicada pela distância entre a expectativa de ganho de renda com o real nível recebido; e
- d) efeito das especificidades de cada domínio da vida: os três efeitos anteriores não têm a mesma intensidade em todos os domínios da vida – por exemplo, a satisfação proveniente da renda é a mais propensa a ser impactada pelos efeitos da adaptação e da comparação.

³¹ *Grosso modo*, a diferença entre a utilidade de decisão (*decision utility*) e a utilidade experienciada (*experienced utility*) consiste em que a primeira representa a satisfação esperada (baseada em expectativas) como resultado de uma escolha, enquanto a segunda (verdadeiro resultado) é a utilidade realmente experienciada (Easterlin, 2021).

³² É interessante mencionar que, quanto à comparação a um grupo de referência, Ramos (2021) se refere ainda à possibilidade de um “efeito túnel”. Em síntese, ele implica na constatação de que – para além de um possível “efeito inveja” negativo sobre o bem-estar em razão de um distanciamento de um grupo de referência em termos, por exemplo, de renda – haveria a possibilidade de um efeito positivo do grupo de referência aumentar sua renda: esse fato poderia significar aumentar as esperanças de oportunidades para o próprio indivíduo. Enquanto um “efeito inveja” poderia ser preponderante em países que entendem que as desigualdades possam ser fruto de injustiças e sorte, o “efeito túnel” poderia ser preponderante em países em que prevaleça uma noção de sucesso com base nos esforços mais individuais como nos EUA (Ramos, 2021).

Vale ressaltar que, em contraste com o *homo oeconomicus* – ser racional auto-interessado que busca maximizar sua utilidade por meio do consumo de bens e serviços, em um ambiente de preços, renda limitada e informação completa (ou quase) – apresentado pela ortodoxia, os agentes são sistematicamente míopes na Economia da Felicidade. Em um contexto em que avaliações subjetivas de bem-estar (dotadas de uma dimensão psicológica) são consideradas válidas, comparáveis (entre pessoas, países e ao longo do tempo), cientificamente rigorosas e passíveis de serem coletadas por meio de questionários, a miopia dos agentes é justificada pela incapacidade em perceber que o consumo gera felicidade apenas nas situações em que seja: i) maior *vis-à-vis* ao de um grupo de referência – efeito de comparação; ii) maior que no passado – efeito de adaptação; iii) próximo às suas expectativas – efeito da expectativa (Mota, 2019).

Em razão de sua miopia, os agentes podem, por exemplo, se excederem no trabalho e no consumo em busca de maior felicidade, o que na realidade não se concretiza como esperavam. Ademais, considerando os efeitos de comparação, adaptação e expectativa, pode-se concluir que: os agentes podem não ser perfeitamente racionais, pois cometem erros e apresentam vícios de comportamento; as informações não são facilmente acessadas; e os mercados não podem ser perfeitos (Mota, 2019).

Portanto, com base em descobertas e técnicas da Economia, Psicologia, Neurociência e Sociologia, a Economia da Felicidade aporta uma abordagem alternativa para se investigar o bem-estar que desafia as técnicas da ortodoxia e suas premissas básicas sobre racionalidade e utilidade. Por um lado, a Economia da Felicidade contesta a racionalidade perfeita, a utilidade ordinal revelada, os axiomas clássicos de preferências, a análise de excedente (do consumidor e do produtor) e o papel do produto/renda como medida de bem-estar agregado; contudo, por outro, ela oferece, por exemplo, análises de efeitos de adaptação, comparação e de expectativa, o conceito de “esteira hedônica”³³ (*hedonic tradmills*) e dados sobre bem-estar subjetivo a partir de questionários (Mota, 2019; Ramos, 2021) – conforme foi discutido na seção anterior.

Em perspectiva comparada, Mota (2019) argumenta que a Economia da Felicidade se posiciona entre a Economia do Bem-Estar Ortodoxa e a Abordagem das *Capabilities* de Sen – talvez a primeira podendo ser considerada a versão do utilitarismo³⁴ mais próxima da última.

³³ O conceito de “esteira hedônica” (*treadmill*) foi criado pelo psicólogos Brickman e Campbell e seus colegas na década de 1970 para descrever o processo no qual as pessoas se adaptariam a experiências positivas ou negativas e retornariam a um nível básico/constante de felicidade. Esse conceito passou a ser incorporado tanto na Economia da Felicidade quanto na Economia Comportamental. Ademais, torna-se interessante notar que Kahneman vai além ao fazer uma distinção entre a esteira “hedônica” e a esteira “da satisfação”, em razão de argumentar que a primeira depende da adaptação enquanto a segunda na aspiração (Bruni e Porta, 2007).

³⁴ Torna-se importante lembrar que o utilitarismo possui diferentes versões não necessariamente congruentes entre si. Com efeito, Mota (2019, p.132-133) sintetiza as versões do utilitarismo clássico e da posterior versão “welfarista” do mesmo, bem como trata do princípio max-min (interpretação neoclássica do trabalho de John

Em certo aspecto, a Economia da Felicidade e a Abordagem das *Capabilities* se aproximam por ambas rejeitarem um utilitarismo rígido, o “ordinalismo” (*ordinalism*), a racionalidade perfeita, e o paradigma de comportamento de escolha – todos fundamentos da Economia do Bem-Estar Ortodoxa. Em contrapartida, enquanto a Abordagem das *Capabilities* opta pelas *capabilities* – um corte radical com o utilitarismo, por se tratar de informações não utilitárias –, a Economia da Felicidade defende o uso da felicidade – que *poderia* ser considerada uma nova interpretação e mensuração para a utilidade³⁵, de modo a construir uma nova versão para o utilitarismo.

É importante comentar, ainda, que, enquanto apoiadores da Abordagem das *Capabilities* podem considerar a felicidade como uma *capability* entre outras de relevância igual ou superior (como a liberdade), a Economia da Felicidade tende a usar as *capabilities* como variáveis explicativas em suas equações (no sentido de que pessoas bem-alimentadas, livres e mais ricas possam ser mais felizes, por exemplo). Já do ponto de vista aplicado e político, a Economia da Felicidade é mais próxima à Abordagem das *Capabilities*. Enfim, embora a primeira e a ortodoxia possam compartilhar, em algum grau, a base filosófica utilitarista, elas não se equivalem: a Economia da Felicidade emprega tipos de informações e métodos rejeitados pela ortodoxia (Mota, 2019).

2.3.4 Orientações para políticas públicas

Depois da breve síntese sobre as principais características das três abordagens teóricas no trato do bem-estar, é interessante ressaltar as diferentes implicações a partir da escolha de qual utilizar. Isso se justifica devido ao fato de a escolha se desdobrar em distintos problemas, conclusões para políticas públicas e justificativas para tais conclusões – com base em distintos conceitos e valores. No caso da Economia do Bem-Estar Ortodoxa, seus modelos redundam em orientações liberais para políticas públicas, com o argumento de que mercados de livre interação individual seriam o melhor caminho para as sociedades obterem bem-estar, em função da configuração liberal geralmente resultar em eficiência de Pareto. Ressalva-se que limitações são atribuídas ao paradigma quanto a não ser possível o julgamento de: movimentos não Pareto

Rawls) e de abordagens alternativas como a de *capabilities* do Amartya Sen e a análise contemporânea sobre avaliações subjetivas de utilidade (bem-estar subjetivo).

³⁵ O destaque em itálico na palavra “poderia” é justificado em razão de que não há consenso entre os pesquisadores da Economia da Felicidade quanto ao uso ou não dos paradigmas utilitários e individualistas – utilizados na Economia do Bem-Estar Ortodoxa. Com efeito, parte dos autores rejeita o utilitarismo (aqueles mais próximos à Abordagem das *Capabilities*) e outros o individualismo metodológico (Mota, 2019).

eficientes, questões sobre distribuição de bem-estar entre duas opções Pareto-eficientes, e, em especial, variações de bem-estar não captadas pelo comportamento de escolha (Mota, 2019).

Já a Abordagem das *Capabilities* propõe o distanciamento da maioria das premissas e estruturas da análise de bem-estar; quais sejam: a) consequencialismo – devido à valorização dos processos para se chegar aos resultados finais –; b) utilidade ordinal – em favor das *capabilities* –; c) hedonismo – em defesa de concepção de eudaimonia para o bem-estar, de modo que a felicidade surja do desenvolvimento/florescimento humano e que se renuncia a felicidade como objetivo final da humanidade –; d) individualismo metodológico – em consideração que certos aspectos da bem-estar humano são eminentemente relacionais, ou seja, dependem de relações e contextos sociais –; e) racionalidade ilimitada – em virtude das pessoas serem consideradas como entidades psicologicamente complexas (Mota, 2019).

Ademais, para a mesma abordagem, o conceito de bem-estar diz respeito às possibilidades reais individuais para se viver a vida que se queira ou que se tenha razões para valorizar. Por isso, são considerados itens primeiros (em importância) para o bem-estar: acesso à alimentos, saúde, educação, atividade política, trabalho; proteção contra abusos, tirania e discriminação. Neste sentido, as orientações de políticas públicas englobam prioritariamente a promoção da saúde, educação, democracia, economia de mercado e o Estado de direito (Mota, 2019).

Da perspectiva da Economia da Felicidade, considerando o conjunto básico do arcabouço teórico-empírico do campo, depreende-se que a confiabilidade na Economia do Bem-Estar Ortodoxa se torna minimamente frágil para orientar políticas públicas. No caso específico da renda/produção (e da utilidade marginal decrescente dela derivada), por exemplo, o aumento contínuo desta pode se tornar improdutivo em termos de geração de bem-estar (Mota, 2019).

Em acréscimo às diferenças de orientação das abordagens para políticas públicas, dois elementos (bens básicos ou primários) são considerados fundamentais ao bem-estar de maneira consensual: a liberdade e a renda. No primeiro caso, a ortodoxia considera a liberdade de escolha como uma pré-condição para os agentes maximizarem suas utilidades (e, logo, seu bem-estar). Por seu turno, a Abordagem das *Capabilities* eleva a liberdade ao mais alto patamar de importância ao bem-estar, pois é justamente a efetiva liberdade (e não potencial) para se viver a vida que se queira ou que se tenha razões para valorizar que estrutura a noção de *capability*.

Por esse motivo, diferentemente da Economia do Bem-Estar Ortodoxa, o maior foco da Abordagem das *Capabilities* às políticas consiste em aumentar as liberdades. Já a Economia da Felicidade considera a liberdade como um elemento importante em razão dela poder aumentar o bem-estar subjetivo; *i.e.*, em razão dela ser um relevante determinante para a felicidade (em contraste com a Abordagem das *Capabilities*), o que justificaria a intervenção de políticas para

aumentar a liberdade. Assim, a depender de como a liberdade é interpretada – pré-condição ao funcionamento de mercados para a ortodoxia, um elemento fundamental ao bem-estar para a Abordagem das *Capabilities* ou um importante determinante da felicidade para a Economia da Felicidade -, diferentes políticas podem ser sugeridas para melhorar o bem-estar (Mota, 2019).

No tocante à renda, observa-se que ela é considerada como um elemento central para a Economia do Bem-Estar Ortodoxa; *i.e.*, ela aparece como a principal fonte geradora de bem-estar – mesmo uma referência para a comparação de qualquer coisa. Por isso, sua orientação para políticas tem sido tendenciosa para sugerir a expansão da produção/renda *per capita* (em negligência a outras dimensões, sociais ou individuais, possivelmente relevantes como o meio-ambiente, a vida familiar ou a liberdade) enquanto o único e incontroverso meio de aumentar do bem-estar. Contudo, em consideração aos impactos negativos que essa expansão possa ter em outras dimensões (sociais ou individuais e que também possam influenciar o bem-estar), tal prescrição pode levar a um efeito global que diminua exatamente o bem-estar (Mota, 2019).

Para a Economia da Felicidade, uma vez admitidos os efeitos de comparação, adaptação, expectativas e especificidades de cada domínio da vida, compreende-se que o aumento da renda não necessariamente será sempre bom para o bem-estar (o referido “Paradoxo de Easterlin”). Isso posto, os agentes passam a ser considerados míopes, de modo que irão trabalhar, produzir e consumir em excesso, o que se desdobra no fato dos mercados não serem eficientes na produção de bem-estar. Neste mesmo sentido, haveria externalidades (*e.g.* impacto da renda de um grupo de referência), racionalidade imperfeita e “falhas de mercado” bem-conhecidas (*e.g.* questões ambientais e monopólios) que intensificariam a ineficiência dos mercados em gerar bem-estar. Assim do ponto de vista do bem-estar neste campo, as políticas de renda deveriam buscar o aumento do bem-estar e não a maximização da renda.

Já para a Abordagem das *Capabilities*, a partir de suas críticas à importância dogmática dada pela ortodoxia à renda, entende-se que esta seja importante como ferramenta instrumental (condição *sine qua non*) para o desenvolvimento de *capabilities*, não como o bem-estar *per se*. Entende-se que a relação entre a renda e as *capabilities* não seja linear; *i.e.*, aumentar a primeira nem sempre impacta positivamente nas segundas em termos qualitativos e quantitativos. Assim, a melhor opção seria investir em políticas que possam aprimorar as *capabilities*, não somente as que buscam o aumento do PIB *per capita* em negligência a elas. Portanto, as abordagens têm diferentes orientações para políticas públicas, em razão de que, sobretudo, o destino final (o conceito de bem-estar escolhido por critérios morais e não científicos) não seja o mesmo para as três.

2.4 Felicidade e desenvolvimento

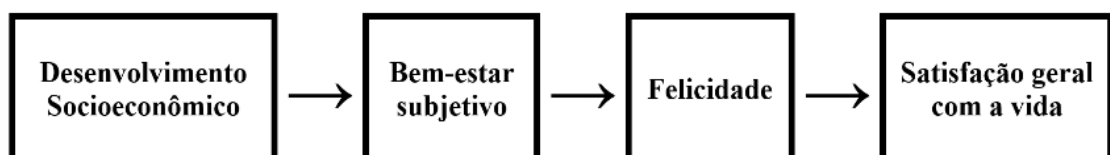
O desenvolvimento pode ser entendido como um fenômeno multidimensional em uma perspectiva mais ampla ao tradicional crescimento econômico associado à variação da renda (produção), como descrito pela Economia Ortodoxa. Com efeito, em sua proposta de agenda de desenvolvimento democrático, Kerstenetzky (2021) ancora-se no paradigma construído pelo relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) e em debates acerca de sustentabilidade decorrentes daquele e define desenvolvimento como: “promoção de bem-estar equitativo e sustentável”.

Em sua proposta de agenda de desenvolvimento com o investimento em serviços sociais públicos enquanto componente central, Kerstenetzky (2021) ressalta que tais serviços gerariam um efeito de bem-estar. Na ocasião, o trabalho usa indicadores objetivos de bem-estar nas áreas da saúde (longevidade, mortalidade fetal, infantil e materna, atendimento a gestantes, saúde de recém-nascidos e incidência de hospitalizações desnecessárias) e educação (atendimento no ensino superior e no ensino infantil). Não obstante o emprego de métricas objetivas de bem-estar, o indicador de bem-estar subjetivo (traduzido em satisfação geral com a vida) pode surgir enquanto uma medida complementar na análise multidimensional do desenvolvimento.

Dessa forma, com base em Kerstenetzky (2021) e no Relatório de Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009), o raciocínio da Figura 2.1 consiste em avaliar o conceito potencialmente abrangente de desenvolvimento socioeconômico enquanto progresso nas condições sociais e econômicas de vida da população (o que possibilita a melhora na qualidade de vida); *i.e.*, o desenvolvimento socioeconômico enquanto progresso nas condições sociais e econômicas, nas oportunidades e no efetivo usufruto destas pela população para suprir suas necessidades básicas e buscar realizar aspirações próprias, familiares e coletivas da sociedade.

O referido progresso, ao influenciar a vida dos indivíduos, pode alterar a sua felicidade. Assim, considerando o caráter multidimensional do desenvolvimento socioeconômico – na linha do desenvolvimento humano, cujo conceito é originário das discussões de Amartya Sen –, a presente Dissertação foca na dimensão do bem-estar subjetivo, captada pela felicidade e instrumentalizada pelo indicador de satisfação geral com a vida.

Figura 2.1 – Desenvolvimento socioeconômico pela ótica a satisfação geral com a vida



Fonte: Elaboração própria com base em Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) e Kerstenetzky (2021).

É relevante mencionar que, em um contexto de busca por medidas para a *performance* econômica e o progresso social, o relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) se dividiu na análise de três áreas: questões clássicas sobre a produção/renda, como qualidade de vida (mais ampla que produção econômica e padrões de vida) e sustentabilidade. Assim, o relatório compreende o bem-estar enquanto um fenômeno multidimensional, cujas principais dimensões – muitas delas negligenciadas nas medidas tradicionais de renda – são: padrões de vida materiais (renda, consumo e riqueza); saúde; educação; atividades pessoais (trabalho incluso); voz política e governança; conexões sociais e relacionamentos; meio-ambiente (condições presentes e futuras); e insegurança (de cunho econômico e físico).

Especificamente em relação à qualidade de vida³⁶, o relatório destaca três abordagens conceituais para a mensurar: i) a abordagem do bem-estar subjetivo (*subjective well-being*); ii) a abordagem de *capabilities*; e iii) a abordagem da Economia do Bem-Estar Ortodoxa (*Welfare Economics*) e a teoria de *fair allocations*. Após o estudo e síntese de suas principais descobertas, a “Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social” concluiu que indicadores não-monetários apresentam um importante papel para medir o progresso social ao lado de indicadores monetários e que os indicadores de bem-estar subjetivo possibilitam a coleta de informações significativas e confiáveis para a análise da qualidade de vida.

Diversos indicadores são apresentados como válidos, a depender do objeto/questão de pesquisa e da abordagem escolhida; dentre eles, são destacados: o nível médio de satisfação geral com a vida no país e índices agregadores de dimensões da vida como o IDH. Neste contexto, a comissão salienta a importância da análise e mensuração tanto de dimensões objetivas do bem-estar (por exemplo, indicadores objetivos de saúde, educação, atividades pessoais, voz política, conexões sociais, condições ambientais e insegurança), quanto de dimensões subjetivas (não obstante suas limitações). Com efeito, faz-se a recomendação de que institutos de estatísticas nacionais incorporem questões em seus questionários para coletar avaliações de vida das pessoas, suas experiências hedônicas e prioridades.

Na mesma linha, Nikolova (2018) define o bem-estar humano de forma multidimensional e defende o uso não de uma métrica sintética única, mas sim tanto de indicadores objetivos – associados a renda, saúde, educação, consumo e emprego – quanto subjetivos – sentimento de

³⁶ Entendida como uma área mais ampla (*vis-à-vis* à produção econômica e os padrões de vida) e que inclui todo o conjunto de fatores que podem fazer a vida valer a pena, inclusive aqueles não negociados em mercados e não capturados por medidas monetárias. Ademais, a qualidade de vida geralmente é associada às oportunidades disponíveis às pessoas, ao significado e propósito de suas vidas, bem como em que extensão elas conseguem fazer usufruto das possibilidades disponíveis ao seu alcance (Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2009).

felicidade (ou “infelicidade”), satisfação com o trabalho e satisfação com a vida. Em conjunto, eles poderiam servir como melhores orientadores para políticas públicas. Por fim, em sua análise sobre bem-estar, Deaton (2013) argumenta que uma análise mais completa do mesmo poderia abranger avaliações de satisfação geral com a vida, mas como complemento a outros fatores (renda, saúde, educação, liberdade política, capacidade de influência na sociedade etc.).

2.5 Conclusões

O presente capítulo buscou construir um referencial de fundamentação teórico-empírica acerca da felicidade. Este intento se concretizou por meio da investigação de sua definição (enquanto medida de bem-estar subjetivo), de breve histórico sobre como tal objeto foi estudado e visto nas Ciências Econômicas, de três abordagens econômicas para o bem-estar (Economia do Bem-Estar Ortodoxa, Abordagem de *Capabilities* e Economia da Felicidade) e sobre a possível defesa da associação entre felicidade e desenvolvimento.

Neste sentido, alguns pontos de maior relevância para esta Dissertação podem ser apontados resumidamente. Primeiramente, o campo da Economia da Felicidade aborda a felicidade enquanto uma medida de bem-estar subjetivo (*subjective well-being*). De forma instrumental, os conceitos utilizados pelo campo se associam ao bem-estar afetivo (emoções positivas), bem-estar avaliativo (satisfação geral com a vida) e bem-estar eudaimônico (relacionado ao conceito aristotélico de eudaimonia). A definição de satisfação geral com a vida se sobressai entre elas - e será utilizada nas análises empíricas – em razão de ser frequentemente utilizada pela literatura especializada e pelo Relatório Mundial da Felicidade, ser mais sensível a alterações em fatores institucionais e nacionais, além de ser mais completa, estável e ter maior variabilidade entre os países. Destaca-se, ainda, o fato de sua variável ser comparável entre indivíduos, países (médias nacionais), ao longo do tempo e permitir predição comportamental razoavelmente bem.

Vale ressaltar que o indicador de satisfação geral com a vida - bem como seus pares de bem-estar e de desenvolvimento humano - e a Economia da Felicidade surgem em razão de crescentes insatisfações com relação tanto ao uso do PIB *per capita* como medida principal para se aferir o desenvolvimento, quanto à definição deste. Diante desse contexto, as discussões do capítulo apontam no sentido de uma visão mais ampla e multidimensional do desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento socioeconômico foi conceituado como progresso

nas condições sociais e econômicas, nas oportunidades e no efetivo usufruto destas pela população para suprir suas necessidades básicas e buscar realizar aspirações próprias, familiares e coletivas da sociedade.

A partir dessa definição, o desenvolvimento socioeconômico será estudado por meio da dimensão do bem-estar subjetivo. Este relaciona-se à felicidade e é instrumentalizado pelo indicador de satisfação geral com a vida – como ilustrado pela Figura 2.1. Em suma, com base no exposto, pretende-se empregar o indicador de satisfação geral com a vida – enquanto *proxy* de bem-estar subjetivo/felicidade – para a investigação do desenvolvimento socioeconômico, bem como utilizar este capítulo como referencial para os demais capítulos (especialmente, com foco na análise empírica).

III – ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

“Ubuntu: eu sou porque nós somos”.

Filosofia Bantu

“Possibly the ultimate test of the quality of a free, democratic, and prosperous society is to be found in the standards of freedom, democracy and prosperity enjoyed by its weakest members”³⁷.

Peter Townsend

3.1 Apresentação

O presente capítulo se propõe a traçar um panorama sobre uma configuração político-socioeconômica relativamente recente em termos históricos e que implica em um compromisso estatal mais contundente na proteção de sua sociedade: o Estado de bem-estar social. Isso se justifica por permitir a pretendida investigação da influência (direta e indireta) do projeto de integração regional europeu, corporificado na União Europeia desde a década de 1990, sobre os Estados de bem-estar social de seus países-membros e o decorrente efeito sobre seus desenvolvimentos socioeconômicos, a partir da ótica do indicador de satisfação geral com a vida.

Neste sentido, serão apresentadas as definições utilizadas pela literatura especializada para o Estado de bem-estar social (seção 3.2), de modo a dar forma para essa configuração estatal abstrata e possibilitar a operacionalização do presente estudo. Em seguida, tratar-se-á de sintetizar o processo de evolução deste objeto e situá-lo no tempo: desde as possíveis origens na Inglaterra do século XVI à formação moderna durante a construção do Estado alemão no século XIX e ao seu desenvolvimento ao longo do século XX (seção 3.3).

Então, tipologias para classificar os modelos e experiências de Estado de bem-estar social serão apresentadas (seção 3.4). A partir de classificações mais consagradas e circunscritas na literatura, serão expostas argumentações para expandi-las de modo a abranger as

³⁷ Tradução própria: “Possivelmente o teste definitivo da qualidade de uma sociedade livre, democrática e próspera pode ser encontrado nos padrões de liberdade, democracia e prosperidade desfrutados por seus membros mais vulneráveis” (Townsend, 1964, p. 230).

experiências históricas e recentes de todos os membros da União Europeia, desde o seu núcleo de países pioneiros na região ocidental aos últimos integrantes do leste europeu aceitos no bloco. Enfim, serão abordadas as relações entre o Estado de bem-estar social e o desenvolvimento socioeconômico (seção 3.5), *i.e.*, os possíveis canais pelos quais o primeiro pode influenciar o segundo. Por último, as conclusões (seção 3.6) indicarão resumidamente as principais contribuições do capítulo para os capítulos subsequentes.

3.2 Definições de Estado de bem-estar social

Wolf (2019) define Estado de bem-estar social (EBES) enquanto um sistema de proteção social específico no qual o Estado se encarrega mais efetivamente, em substituição relativa da família³⁸, do mercado e de outras formas de provisão, de atender as necessidades fundamentais de seus cidadãos. Prevalece, assim, um compromisso social estatal maior e a noção de cidadania – e de direitos coletivos amplos ou universais – em detrimento das noções de troca (como nos mercados) e de caridade/benevolência (como nas famílias e nas demais formas tradicionais de provisão). De acordo com o autor, em um contexto de modo de produção capitalista, os mercados, as famílias e outras formas de provisão não são suficientes para responder a todas as demandas sociais, o que reforça a importância do EBES contemporâneo.

O papel assumido pelo Estado é determinado pelo perfil das políticas públicas do país, sendo este o produto de processos permeados pela política nacional, que envolve atores sociais, seus interesses e seus poderes dentro das instituições. Os EBES podem variar a depender de certas características econômicas, sociais e históricas, como o grau de desenvolvimento da economia, do Estado de direito e do grau de heterogeneidade dos grupos sociais. Desdobra-se da existência do EBES a coletivização (a nível de sociedade) da provisão para o atendimento das necessidades fundamentais – por exemplo, via transferência de renda, serviços sociais públicos, estímulo ao emprego e condições mínimas de trabalho – dos cidadãos em um contexto de compromisso para a proteção mútua ou marcado por laços de solidariedade (Wolf, 2019).

Kerstenetsky (2012), por sua vez, inicia sua discussão sobre o EBES (*welfare state*) com a retomada sobre a origem do conceito, realizada pelo cientista político britânico Sir Alfred Zimmern em 1934 na obra “*Quo vadimus*”. À época, sua definição não estava distante do conceito contemporâneo de “Estado Democrático de Direito”. Posteriormente, muitas foram as

³⁸ O que se constitui como um movimento de estatização (ou desmercantilização ou desfamiliarização) da proteção social e relativo afastamento da lógica de mercado (Wolf, 2019).

tentativas de redefinir este objeto de pesquisa, traduzidas em variados termos; por exemplo: sistema de proteção social, estado-providência, seguridade social, administração social, políticas sociais, bem-estar social, bem-estar público e serviços sociais.

No entanto, certa indefinição da literatura aparece quanto ao significado, à abrangência, à precisão de suas fronteiras históricas, ao julgamento dele (mais ou menos positivos) e aos seus indicadores quantitativos – por exemplo: gastos sociais públicos como porcentagem do produto ou do gasto governamental total ou em razões da população; a cobertura previdenciária; e a quantidade de programas sociais. Assim, analogamente aos conceitos de democracia, mercado e pobreza, entre outros, o EBES se apresenta enquanto um objeto “empírico e abstrato, fático e idealizado, íntegro e múltiplo na experiência histórica” (Kerstenetsky, 2012, p. 3).

Adicionalmente, Øverbye (2021) expõe que, para alguns pesquisadores, o nome “Estado de bem-estar social” corporifica um conjunto de direitos (legais, políticos e sociais) que são interconectados, o qual se dá em um sistema democrático de decisões. Outros pesquisadores, por sua vez, o utilizam convenientemente para amalgamar os muitos e diferentes programas de bem-estar encontrados em grande parte dos países – ou, pelo menos, na maioria com renda média alta –, sem a restrição da presença de um sistema de democrático de decisões ou, ainda, em dissociação à obrigatoriedade de um Estado de direito.

A nível das Ciências Econômicas, Øverbye (2021) chega a salientar uma definição, dentre outras, para o EBES como uma configuração político-socioeconômica confiável que permite aos vencedores antecipados da globalização econômica proverem amortecimento – via proteção social – à resistência de perdedores antecipados. Assim, pode-se amenizar os conflitos sociais, tornar o ambiente político e econômico mais estável e previsível, e atrair capitais estrangeiros satisfeitos com retornos modestos (mas seguros).

Nesse contexto de multiplicidade conceitual, Kerstenetsky (2012) recorre a considerações práticas para delimitar certas “condições mínimas” e “condições máximas” para o EBES, de modo a possibilitar a inclusão, sob o seu manto, de uma variedade de configurações dentro desse intervalo, com objetivo descritivo. Destarte, a partir de um conjunto de processos sem um padrão originário único³⁹, a autora adota a sugestão de Christopher Pierson para compreender “condições mínimas” para a gênese de um EBES.

³⁹ Kerstenetsky (2012) salienta que tais processos parecem ter o elemento comum de voluntarismo político, ocorrido em meio a um ambiente de agenda reformista em mobilização por algum evento importante – por exemplo, contextos de crise, guerra, edificação de um Estado nacional ou tentativa de superação de subdesenvolvimento.

Por um lado, as “condições mínimas” são traduzidas nas datas dos seguintes marcos: i) introdução da seguridade social nacional para suprir a impossibilidade de se gerar renda; ii) introdução do sufrágio universal masculino – possibilidade de beneficiários terem alguma influência sobre as políticas públicas –; e iii) momento em que o gasto social do Estado atinge o nível de 3% do produto agregado – concretização do compromisso social do Estado -. Por outro lado, as “condições máximas” seriam estabelecidas concretamente pelo auge do Estado de bem-estar social do tipo Nórdico ou Social-Democrata (marcado por forte provisão pública, “desmercantilização”, universalismo de benefícios, busca pelo pleno emprego e sustentação de projeto de desenvolvimento econômico e social) (Kerstenetsky, 2012).

No tocante aos principais instrumentos do EBES, Wolf (2019) argumenta que duas políticas públicas basilares merecem destaque; quais sejam, a política econômica – que inclui as políticas fiscal, monetária e cambial – e a política social. Segundo o autor, a última engloba:

a pensão por idade, a pensão por invalidez, a pensão por falecimento do provedor, a pensão por enfermidade, a pensão por acidente ou enfermidade relacionados ao trabalho, a pensão por desemprego, as pensões por maternidade e paternidade, a pensão parental, o apoio para a criação de filhos, os serviços de cuidado e educação de crianças, os serviços de cuidado de idosos e de indivíduos com alguma limitação física ou mental, a assistência social, os serviços de apoio à colocação, recolocação e permanência no mercado de trabalho, os serviços de saúde, os serviços de educação e os serviços de habitação social e as regras mínimas para os contratos de trabalho (Wolf, 2019, p. 31).

Por último, é interessante pontuar que o EBES implica no papel contundente do Estado em prover os meios necessários – sobretudo (ou minimamente) para os grupos sociais mais vulneráveis – para o atendimento (ao menos) de necessidades fundamentais de seus cidadãos, que, de outra forma, não seriam suficientemente supridas pelos mercados, famílias ou demais formas de proteção social. O corolário de tal esforço sistemático é não somente a tentativa de assegurar condições mínimas de vida frente a inúmeras adversidades, mas também a promoção de condições para que, em algum grau, os indivíduos possam ter meios para tentar atingir suas aspirações pessoais, familiares e sociais (Wolf, 2019).

3.3 Breve panorama da evolução da discussão sobre Estado de bem-estar social

A presente seção faz uma sucinta incursão na sustentação teórica sobre a necessidade e importância do Estado e em um histórico das políticas de bem-estar social. Assim, faz-se necessário pontuar que uma compreensão mais aprofundada sobre fenômenos socioeconômicos na contemporaneidade implica, invariavelmente, em algum contato com a figura do Estado.

Dessa forma, ele deve ser considerado como um construto social e histórico, não uma mera abstração moderna com origens imemoriais.

Nesta linha, Elias (1993) busca esclarecer o processo que chama de “sociogênese do Estado”, resumido a seguir: i) no contexto de desintegração máxima do feudalismo na Europa da Idade Média, unidades familiares gradualmente conquistaram terras e se tornaram unidades maiores a ponto de estabelecer monopólios privados (monopólio da força militar e monopólio de tributação, de suma importância); e ii) estes se tornaram monopólios públicos de um Estado – em razão da grande e complexa divisão de atribuições de governo – e, em consequência, desenvolveram a possibilidade de economias de mercado em larga escala – via unificação de tributos, moedas, línguas e a garantia de maior segurança e estabilidade para a economia.

No tocante à natureza do Estado e seu papel na economia, Boyer (1999), ao analisar várias abordagens teóricas, ressalta que o espectro teórico tem certo consenso quanto à necessidade de o Estado garantir certas instituições para possibilitar a existência de uma economia de mercado, quais sejam: a) unidade monetária estável; b) sistema de pagamento que seja eficaz; c) codificação para contabilidade; d) direito comercial e sistema jurídico com estabilidade; e) monopólio da coerção legítima da força; e f) infraestrutura mínima de transporte e comunicação que possa assegurar a unidade do território nacional.

Neste contexto, cabe mencionar que a sustentação teórica para a existência e importância de políticas de bem-estar social – inclusive os serviços sociais públicos (SSP) – pode ser encontrada em diversas perspectivas analíticas, como: Teoria Econômica “Convencional”, Macroeconomia de base keynesiana, Teoria do Desenvolvimento baseada em Amartya Sen e Karl Polanyi, Economia Política, Sociologia Política e Teoria Política Normativa (Kerstenetsky, 2021). Em geral, tais perspectivas se apoiam em certos conceitos; quais sejam:

externalidades, capital humano, demanda efetiva, senso de pertencimento a uma mesma comunidade de iguais, desenvolvimento como liberdade, redistribuição universalista, autoproteção da sociedade, necessidades sociais, direitos sociais, bens sociais primários e oportunidades substantivas em uma sociedade justa (Kerstenetzky, 2021, p. 5)

Ademais, para além das fundamentações teóricas, Kerstenetzky (2021) argumenta que os SSP podem se justificar por seu potencial em ser parte da solução para os riscos sociais contemporâneos, como: políticas de austeridade fiscal – e seus deletérios efeitos sobre bem-estar –; problemas de sustentabilidade ambiental – e.g. mudanças climáticas, ameaças antrópicas à diversidade ecológica e aumento na frequência de aparições de zoonoses e de pandemias –; desigualdades crescentes – em termos de renda e riqueza e seus efeitos negativos

sobre a coesão social e as democracias –; e um avanço descontrolado da digitalização – com profundos impactos sobre o nível de emprego e a precarização do trabalho.

Após ter sido apresentada uma incursão panorâmica à sustentação teórica sobre a necessidade e importância do Estado e de sua configuração focada no bem-estar social, passe-se ao histórico de desenvolvimento do Estado de bem-estar social no mundo eurocêntrico. Assim, deve-se apontar que, no período pré-industrial, a pobreza só passou a ter reconhecimento enquanto um problema “social” - *i.e.*, um problema com necessidade de soluções de assistência sistematizadas, em algum grau - pelo Estado com as “Leis dos pobres” da Inglaterra no XVI. Esta remonta à Lei dos Pobres de 1601 e, posteriormente, a sua reforma em 1834 (Kerstenetsky, 2012).

Já a moderna formação do EBES remete à construção do Estado nacional do Império Alemão empreendida por Otto von Bismarck (ministro-presidente) na segunda metade do século XIX (especialmente na década de 1880). Em meio a profundas mudanças ocasionadas pelo crescimento de uma economia de mercado e os decorrentes riscos para os trabalhadores, como doenças, acidente de trabalho, invalidez e velhice, formou-se um novo modo de ação pública com o compromisso do Estado para proteção da sociedade – ou, particularmente, para os trabalhadores assalariados (Kerstenetsky, 2012).

A proteção ocorreu por meio da construção de um esquema de seguro nacional compulsório – contra condições de incapacidade laboral (seguros no caso de enfermidades, acidentes laborais, invalidez e idade avançada) de trabalhadores urbanos industriais e de áreas correlatas -, ainda que financiado principalmente por patrões e empregados (Kerstenetzky, 2012). Assim, lograva-se ordem social em um momento-chave para uma nação recém-unificada, em vias de industrialização, urbanização e com projeto de se tornar uma potência imperial (Wolf, 2019).

Em contraste, o modelo inglês, criado posteriormente, tinha como foco o *status* de cidadão – todos teriam o direito a um padrão mínimo de vida – e como fonte de financiamento alguns tributos. De forma mais específica, após a I Guerra Mundial, a noção de seguridade social compreendia saúde pública, previdência e assistência social. Ademais, é interessante salientar que a constituição do EBES não chegou a ser radicalmente diferente de outras políticas sociais prévias - especificamente, quanto ao seu impacto e alcance imediato nas nações que primeiro o adotaram). Não obstante, pode-se argumentar que seu caráter inovativo se devia tanto à criação de novas instituições – por exemplo, leis, políticas e programas – quanto à sua nova institucionalidade (Kerstenetzky, 2012).

Cronologicamente, os programas de bem-estar social buscaram oferecer: a) seguros; b) aposentadorias; c) pensões; d) seguros-desemprego; e e) benefícios para famílias ou prestações familiares. Quanto à evolução da cobertura, a ordem foi: i) trabalhadores urbanos industriais estratégicos ou de alto risco – cobertura acentuadamente restrita e limitada –; ii) demais trabalhadores urbanos; iii) trabalhadores rurais; iv) dependentes dos anteriores; e v) população total (universalismo). Dessa forma, o Quadro 3.1 descreve, de forma sintética, as fases da evolução do EBES nas economias centrais do capitalismo.

Quadro 3.1 - Desenvolvimento do Estado de bem-estar social nas economias centrais

Fases	Períodos	Descrições
Fase Formativa	Fim do século XIX ao fim da Primeira Guerra Mundial (1870-1918)	- criação de programas de proteção a trabalhadores (compensação por acidentes de trabalho, seguro-saúde, aposentadoria para idosos e permanentemente deficientes); ênfase nos trabalhadores; e financiamentos diversos - os gastos sociais das economias passam a alcançar os 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB)
Fase de Consolidação	Entreguerras (1919-1939)	- aumento dos gastos sociais; consolidação da saúde pública; previdência e assistência social; ampliação da cobertura; ênfase nos trabalhadores e dependentes; característica contracíclica; financiamento de contribuições compulsórias - os gastos sociais da maioria das economias centrais ultrapassam os 5% de seu PIB
Fase de Franca Expansão	“Anos Dourados” (1940-1970)	- universalismo e foco em direitos sociais; aprofundamento vertical (cobertura e tamanho de benefícios) e horizontal (introdução de prestações familiares/auxílios financeiros para famílias e afins); financiamento pelo pleno emprego e crescimento econômico (sustentados por políticas keynesianas do pós-guerra) - os gastos sociais como porcentagem do PIB saem do intervalo 10-20% (década de 1950) e chegam a 25-33% ao fim da fase
Fase de Retração	A partir da Década de 1970	- implementação, em geral, de austeridade nos gastos sociais públicos

Fonte: elaboração própria com base em Kerstenetzky (2012).

À título de ilustração, no tocante à introdução de esquemas compulsórios de seguridade social – particularmente, nos membros da União Europeia (UE), foco desta Dissertação –, até a década de 1960, a Tabela 3.1 oferece um panorama histórico sobre a construção da seguridade social em economias centrais capitalistas e outros países geograficamente próximos que compõe (ou compuseram⁴⁰) a UE.

⁴⁰ No caso do Reino Unido, que deixou a União Europeia em 2020.

Tabela 3.1 – Introdução de esquemas compulsórios de seguridade social nos membros da União Europeia*

Países	Seguro de Acidente Laboral	Pensões	Auxílio Doença / Auxílio Maternidade	Seguro-Desemprego	Auxílio-Família
Alemanha	1884	1889	1883	1927	1954
Áustria	1888	1854	1854	1920	1948
Bélgica	1903	1884	1844	1920	1930
Bulgária	1924	1924	1924	1925	1942
Chipre	1942	1956	1956	1956	---
Dinamarca	1898	1891	1892	1907	1952
Espanha	1922	1919	1929	1919	1938
Finlândia	1895	1937	1963	1917	1943
França	1898	1885	1928	1905	1932
Grécia	1914	1922	1926	1945	1958
Hungria	1900	1925	1907	1957	1938
Irlanda	1897	1908	1911	1911	1944
Itália	1898	1861	1910	1919	1936
Iugoslávia ¹	1887	1889	1888	1927	1949
Luxemburgo	1902	1911	1901	1921	1947
Malta	1929	1956	1956	1956	---
Países Baixos	1901	1913	1913	1916	1939
Polónia	1883	1889	1889	1924	1947
Portugal	1919	1919	1913	---	1942
Reino Unido	1897	1908	1911	1911	1945
Romênia	1912	1912	1912	---	1944
Suécia	1901	1913	1891	1934	1947
Tchecoslováquia ²	1888	1889	1888	1921	1945
URSS ³	1922	1922	1922	1922	1944
Média	1904	1907	1909	1925	1944
Primeiro	1883	1854	1844	1905	1930
Último	1942	1956	1963	1957	1958

Fonte: elaboração própria com base em **Perrin (1969)**. Nota: * Até a década de 1960. ¹ As atuais Croácia e Eslovênia fizeram parte da Iugoslávia (1918~1992). ² As atuais Eslováquia e República Tcheca fizeram parte da Tchecoslováquia (1918-1992). ³ As atuais Estônia, Letônia e Lituânia fizeram parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991).

Diante do exposto, nota-se que, especificamente a média dos anos de introdução de cada item se demonstra em sintonia com o Quadro 3.1 em termos das periodizações das três primeiras fases de desenvolvimento do sistema de proteção social das economias centrais, como apresentado por Kerstenetzky (2012): i) seguro de acidente laboral, pensões e auxílio-doença/auxílio-maternidade foram basicamente introduzidos na fase chamada de formativa; ii) enquanto o seguro-desemprego aproximadamente na fase de consolidação; iii) e o auxílio-família na fase de franca expansão.

3.4 Modelos de Estado de bem-estar social

Após breve incursão sobre o panorama da evolução de EBES em países centrais, torna-se necessário salientar que tais experiências são divididas em grupos com base em tipologias

tradicionais da literatura - apresentadas a seguir. Embora não haja consenso nessa literatura sobre seu uso e suas configurações, esta classificação pode ser uma ferramenta analítica útil, ao nível teórico, para se depreender certos padrões entre complexas experiências e para se instrumentalizar pesquisas no plano empírico.

Assim, o objetivo de tal empreendimento tipológico é encontrar características comuns – não exatamente presentes em todos os países e da mesma forma, mas com similaridades nas suas predominâncias em contraste com diferenças – para se construir modelos de tipo mais “ideal” do que “real”. Modelos estes em que os reais EBES dos países do mesmo grupo estejam a diferentes distâncias das características centrais (Fenger, 2007; Wolf, 2019; Manow, 2021).

3.4.1 A tipologia de Esping-Andersen

Quanto à classificação de modelos de EBES, em 1990, Esping-Andersen⁴¹ aperfeiçoou a tipologia de Richard Titmuss (de 1974)⁴² ao considerar tanto quali-quantitativamente os gastos sociais quanto seus resultados. A classificação do autor engendra três categorias de EBES a partir de seu grau de “descomoditização”⁴³ e do tipo de “estratificação” produzida na sociedade – ou seja, o quão redistributivo e universal em sua solidariedade ele é (Fenger, 2007; Wolf, 2019).

Cabe ressaltar que o conceito de modelo ou regime de EBES não é construído de forma clara e precisa por Esping-Andersen, de modo análogo à discussão sobre a própria (in)definição de EBES. Contudo, o autor defende a ideia de que tal conceito está associado às variações sistemáticas de provisão de bem-estar social entre o Estado, o mercado e a família. A nível de funções analíticas, a definição de modelo de EBES possui: fundamentação teórica na teoria neomarxista sobre “descomodificação”; proposta objetiva de operacionalização para pesquisas empíricas; intenção de redirecionar o foco de variáveis monetárias (*input*) para variáveis sociais

⁴¹ Fenger (2007, p.5) defendeu que “*Without doubt, Esping-Andersen’s ‘The Three Worlds of Welfare Capitalism’ has been one of the most influential books in late-twentieth and early-twenty-first century welfare state research [...] his tripolar typology has served as a focussing point for both further development and intense criticism*”. Em adição, Manow (2021, p. 788) afirma: “*Notwithstanding the criticism over individual aspects of his work, it would be no exaggeration to say that Esping-Andersen’s The Three Worlds of Welfare Capitalism constitutes the single most important and decisive contribution to welfare state research in the past thirty to forty years, the impact of which goes far beyond its immediate subject area*”.

⁴² Na obra “*Social policy: an introduction*” de 1974. Em observação quantitativa e qualitativa aos gastos sociais, o autor cunhou os modelos residual, meritocrático-particularista e institucional-redistributivo (Wolf, 2019).

⁴³ Grosso modo, a “comoditização” dos serviços sociais de um EBES indica o quanto eles se tornam *commodities*; i.e., serviços comercializáveis e negociados pelo mercado privado, de modo que, quanto mais “comoditizado” é o EBES de um país, mais seus habitantes dependem do mercado para suprir suas necessidades. Por outro lado, a “descomoditização” ocorre quando sua oferta passa a ser ampliada pelo Estado (Piotrowska; Rae, 2018).

e fatores institucionais e estruturais (*output*) (Manow, 2021). Assim, pela tipologia de Esping-Anderson, as experiências de EBES podem ser categorizadas em: i) *modelo liberal*; ii) *modelo conservador* ou *corporativista*; e iii) *modelo social-democrata* ou *nórdico* (Fenger, 2007).

O modelo liberal é caracterizado por: a) menor grau de “descomoditização” (acesso ao bem-estar é fortemente associado ao mercado); b) baixa transferência de renda; c) plano de seguridade social modesto ou mínimo (precedência dada à seguridade privada); d) esquemas de seguro-desemprego e pensões obrigatórios com benefícios geralmente uniformes, fixos e financiados por tributos; e) obrigatoriedade de comprovação de necessidade econômica para benefícios sociais (*means-tested*); f) assistência social limitada e temporária; e g) redistribuição baixa de renda. Além disso, o foco do modelo liberal recai sobre o seguimento social de baixa renda (no geral, da classe trabalhadora) e as regras de acesso a programas sociais são restritivas (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Kerstenetsky, 2018; Piotrowska; Rae, 2018; Manow, 2021).

Assim, no modelo liberal, o objetivo da atuação estatal está no apoio ao mercado enquanto um pilar de bem-estar da sociedade (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Kerstenetsky, 2018; Piotrowska; Rae, 2018; Manow, 2021). O mercado de trabalho é desregulamentado, o que gera participação elevada, inclusive de mulheres e idosos, e o desemprego é relativamente baixo. Países associados ao modelo são: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Kerstenetsky, 2018; Piotrowska; Rae, 2018).

O modelo conservador (ou corporativista) apresenta: a) grau intermediário/moderado de “descomoditização” – em comparação com os outros dois e em razão de generosa política de aposentadorias e pensões para trabalhadores -; b) foco na preservação de divisões de *status* ocupacional (empregado ou não, categoria laboral, emprego público ou privado, idade ativa ou aposentado); c) seguridade social (principal meio de provisão de bem-estar social), obrigatória para trabalhadores (foco no trabalho e não na cidadania), financiada majoritariamente por contribuições sociais dos mesmos e dos empregadores (ao invés de tributos) e administrada por organizações de representação de classe (separadas por ocupação); e d) reduzida importância dada ao mercado (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Piotrowska; Rae, 2018; Manow, 2021).

Ademais, também são atributos importantes do modelo conservador (ou corporativista): i) o aspecto central dado às instituições tradicionais, como a Igreja e a família – inclusive com a participação feminina no mercado de trabalho tradicionalmente desincentivada; ou seja, baixo grau de “desfamiliarização” –; ii) benefícios para manutenção de renda de acordo com o *status* ocupacional (a depender da contribuição individual) e tempo de contribuição; e iii) intervenção estatal condicionada à incapacidade familiar de se manter – o que é conhecido como “princípio da subsidiariedade” (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Piotrowska; Rae, 2018; Manow, 2021).

Cabe apontar, ainda, que a capacidade de redistribuição de renda do modelo conservador (ou corporativista) é moderada, em grande medida, em função do limite de recursos pela contribuição social obrigatória dos trabalhadores e da alta fragmentação de ocupações no sistema de seguridade social. Ademais, no geral, pode-se considerar que há uma intensidade maior em benefícios de transferência de renda *vis-à-vis* aos benefícios via serviços e que há um reforço de características de uma economia de mercado coordenada. Enfim, geralmente atribui-se a este modelo países como Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Kerstenetsky, 2018; Piotrowska; Rae, 2018; Wolf, 2019; Manow, 2021).

Já o modelo social-democrata⁴⁴ pode ser considerado como ápice da “descomoditização” em que o bem-estar social é tratado pelo poder público com abrangência universal com base nos direitos sociais da cidadania – independentemente das contribuições sociais individuais. Outrossim, o modelo caracteriza-se por benefícios – monetários ou em “espécie” (serviços ou bens fornecidos gratuitamente ou de forma subsidiada) – elevados, altamente redistributivos e de alta qualidade, assim como também pode-se dizer que ele é marcado por avançado grau de “desfamiliarização” (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Piotrowska; Rae, 2018; Manow, 2021).

Além disso, no modelo social-democrata, observa-se: a) a busca pelo pleno emprego de forma especial, inclusive via emprego em um extenso aparato estatal de serviços de bem-estar social; b) alto nível de investimento social pelo Estado como porcentagem do produto agregado; c) o financiamento majoritário por altos impostos; d) a centralidade do Estado na provisão do bem-estar social; e e) a busca pela igualdade dos cidadãos, especialmente pela paridade de gênero. Geralmente, são considerados como exemplos do modelo: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia (Fenger, 2007; Kerstenetsky, 2012; Piotrowska; Rae, 2018; Manow, 2021).

3.4.2 Sul da Europa (e além): o modelo meridional de EBES

Após o trabalho seminal de Esping-Andersen de 1990, outros acadêmicos se debruçaram sobre a possibilidade de ser necessária a expansão da tipologia tripla do autor. Em 1996, o cientista político italiano Maurizio Ferrera⁴⁵ argumentou a favor do acréscimo do modelo meridional como um regime *per se*, e não uma versão subdesenvolvida do modelo conservador

⁴⁴ Para mais informações sobre o modelo social-democrata/nórdico e seus efeitos no bem-estar de seus cidadãos, particularmente sobre a satisfação geral com a vida (bem-estar subjetivo), conferir, por exemplo, Santos (2022).

⁴⁵ Na obra “*The ‘southern model’ of welfare in social Europe*” de 1996. O autor, como Esping-Andersen, também considerou para sua tipologia os gastos sociais de forma quali-quantitativa e seus resultados (Wolf, 2019).

(ou corporativista). Isto porque a sua característica distintiva se baseia em um dualismo entre a fragmentação e a ineficiência de seu sistema de proteção social (Gal, 2010; Wolf, 2019).

Para além de características geográficas e etnolinguísticas que reuniram Espanha, Grécia, Itália e Portugal, a literatura aponta outros padrões: i) concentração de terras precoce e intensa; ii) industrialização e urbanização tardia e menos intensa; iii) experiência não democrática histórica e recente; iv) influência da religião (sobretudo, a católica) em vários aspectos da vida, como na família e provisão de bem-estar; v) esquemas de seguridade social fragmentados; vi) maior adesão ao corporativismo; vii) relativa rigidez e segmentação no mercado de trabalho, que discrimina os protegidos na economia formal daqueles excluídos na informalidade; e viii) economias paralelas/informais consideráveis (Gal, 2010; Piotrowska; Rae, 2018; Wolf, 2019).

Defende-se que esse conjunto de características dos países supracitados culminou em determinados fenômenos, como: a) desigualdades socioeconômicas e regionais acentuadas; b) dependência das famílias para a proteção social (em detrimento do Estado, mercado e dos empregadores); c) a reprodução de uma provisão estatal de saúde universal (ou quase universal) em simultâneo com um mercado privado de saúde pujante; d) EBES calcado no particularismo-clientelístico (*particularistic–clientelistic*); e) baixo nível de gastos sociais; e f) preferência por benefícios sociais financiados por contribuições sociais e discriminados segundo a renda dos beneficiários – tendência bismarckiana ou do modelo conservador-corporativista (Gal, 2010).

Nessa linha de inclusão do modelo mediterrâneo e em consideração à validação empírica de uma tipologia com quatro modelos (Piotrowska e Rae, 2018), Gal (2010) defende a expansão do modelo meridional para um modelo mediterrâneo estendido: inclusão, para além dos quatro países supracitados, de Chipre, Israel, Malta e Turquia. A argumentação mobiliza atributos comuns significativos a todos os oito países, ao mesmo tempo que não deixa de reconhecer as diferenças entre eles e não torna necessário a todos um legado bismarckiano de proteção social.

Vale ressaltar que o grupo de oito países – em menor grau a Itália e especialmente a Turquia – compartilham de antemão uma produção econômica e um produto/renda *per capita* mais baixos *vis-à-vis* à maioria das economias industriais avançadas. Com respeito aos gastos sociais, os níveis são abaixo de pares nos modelos social-democrata e conservador; contudo, são maiores, na média, em comparação àqueles que compõem o modelo liberal (Gal, 2010).

No tocante aos resultados de bem-estar social, é perceptível que a proporção da população em risco de pobreza na família mediterrânea estendida é maior do que em países dos modelos social-democrata e conservador-corporativista, enquanto é igual ou superior a nações liberais. De modo similar, há um maior nível de desigualdade no octeto de países, o que demonstra certa incapacidade de superar as disparidades socioeconômicas. Já em termos de desenvolvimento

político e econômico, o quarteto adicional (Chipre, Israel, Malta e Turquia) se aproxima do quarteto tradicional (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) quanto à industrialização atrasada, aos mercados de trabalho paralelos significantes, a passado autoritário (Turquia) ou de dominação colonial (Malta, Chipre e Israel) relativamente recente e a conflitos populares (étnicos, políticos e religiosos) que enfraquecem a democracia e as burocracias públicas ineficientes (Gal, 2010).

Gal (2010) argumenta que as características supracitadas impactam o funcionamento, a estruturação e o funcionamento dos EBES do octeto. Dessa forma, o financiamento é limitado e dificulta a existência de um sistema de proteção social abrangente, enquanto que a força política de defesa de uma cobertura universal e um planejamento de longo prazo são limitados.

Para além dos elementos políticos e econômicos mencionados, o mesmo trabalho defende que os EBES do octeto de países têm sido influenciados por três forças culturais: a) a religião (sobretudo católica apostólica romana ou ortodoxa, judaísmo e islamismo); b) a centralidade da família (entendimento de obrigações de cuidado em famílias com laços mais fortes e extensos); e c) a presença de diferentes formas de relações clientelistas na arena política, especialmente nas áreas de EBES, onde há geração de empregos passíveis de serem alvos de favor político e orçamentos significativos com possibilidade de influência política entre grupos políticos, de forma disseminada, legitimada ou tolerada. Os resultados dessas forças são traduzidos em: gastos sociais relativamente mais baixos; proteção social aos pobres reduzida; provisão de bem-estar social, em grande medida, feita pelas famílias e organizações religiosas (Estado percebido como ator complementar); níveis de desemprego relativamente altos (particularmente no caso das mulheres) e limitada eficácia no combate à pobreza e desigualdade econômica (Gal, 2010).

3.4.3 Pós-comunistas do Centro e Leste Europeu

Muitas foram as tentativas de encaixar diferentes países na referida tipologia dos quatro modelos de EBES com origem nas experiências da Europa Ocidental – em grande medida, provenientes das regiões setentrional, ocidental e meridional. Esse é o caso das regiões delimitadas aproximadamente pelo Centro e Leste Europeus, marcadas por profundas experiências comunistas no século XX e por transições ao capitalismo a partir do fim da década de 1980, para as quais a literatura especializada avaliou a inclusão ou não de países das regiões na tipologia dos quatro modelos.

Previamente às transições para o capitalismo, por meio de benefícios a trabalhadores e de subsídios a consumidores, as políticas sociais comunistas presentes naqueles países buscavam

subsidiar alimentação e habitação, pleno emprego, manutenção de salários relativamente altos e provisão (gratuita ou a baixo custo) de serviços de saúde, educação e cultura (Fenger, 2007).

Deve-se acrescentar que, dada a natureza “decomodificada” (*decommodified*) do trabalho pela política de pleno emprego do Estado monopolista, os empregados podiam contar, ainda, com certos benefícios e serviços de seus trabalhos – alojamentos para férias, serviços de saúde, pensões e creches para crianças. Já aqueles indivíduos que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho podiam, geralmente, ficar em situação de privação e pobreza por não ter acesso a benefícios de bem-estar social (Piotrowska; Rae, 2018).

Com o fim do comunismo e a transição ao capitalismo no alvorecer da década de 1990, um colapso econômico semelhante ao da Grande Depressão dos anos 1930 se seguiu nos países da Europa Central e Leste Europeu, com altas taxas de inflação, desemprego e pobreza (Fenger, 2007; Easterlin 2021)⁴⁶. Na tentativa de amenizar os problemas socioeconômicos, os novos governos adotaram mecanismos para o desemprego, invalidez, enfermidade e aposentadoria. Contudo, foi somente com o início da estabilização econômica em meados da mesma década que os governos passaram a se empenhar na reestruturação de políticas sociais (Fenger, 2007).

Em meio à transição da região para o capitalismo e a discussão sobre o futuro de suas políticas sociais, a literatura especializada se dividiu em dois grupos. Por um lado, houve aqueles que acreditavam em uma convergência das políticas sociais dos países do Centro e Leste Europeu com os seus pares do Ocidente – em uma perspectiva de difusão de políticas no sentido ocidente-orientado e principalmente nos países que entraram na União Europeia (discutida no capítulo IV) a partir de 2004 – e que acreditavam, também, em suas futuras associações com algum dos quatro modelos anteriormente discutidos. Por outro lado, um segundo grupo entendia que ocorreria uma divergência, em que o legado comunista (basicamente de cinco décadas) poderia resultar em um modelo diferente de EBES – em decorrência da existência de *path dependence* (Fenger, 2007).

No sentido de investigar empiricamente o posicionamento (convergência ou divergência) dos países do Centro e Leste Europeu com respeito aos quatro modelos de EBES, Fenger (2007) utilizou a abordagem de análise hierárquica de grupos (*hierarchical cluster analysis approach*) para dados do fim da década de 1990 e início dos anos 2000 para 15 países da região e 19 variáveis, que podem ser divididas da seguinte maneira: i) características dos programas

⁴⁶ Com efeito, os problemas socioeconômicos com o fim do comunismo e a transição ao capitalismo se traduziram em: aumento significativo do desemprego; redução da proteção social; aumento do alcoolismo, tabagismo e drogas; aumento nas taxas de suicídio; aumento da violência contra as mulheres e de divórcios (Easterlin, 2021).

governamentais; ii) situações sociais; e iii) participações políticas⁴⁷. Tais categorias permitem a compreensão sobre o tamanho, a abrangência, os efeitos sociais e a intensidade da força de contramovimento à “comoditização” (*commoditification*) do EBES (Piotrowska e Rae, 2018).

Os resultados de Fenger (2007) indicaram que os 15 países demonstraram ter indicadores de EBES que os diferenciavam da tipologia supracitada dos quatro modelos tradicionais. Efetivamente, eles ficaram divididos em três tipos diferentes de EBES, nomeadamente: a) tipo de ex-membros da União Soviética – Bielorrússia, Estônia, Letônia, Lituânia, Rússia e Ucrânia –; b) tipo pós-comunista europeu – Bulgária, Croácia, República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia –; e c) tipo de EBES em desenvolvimento – Geórgia, Romênia e Moldávia.

O primeiro tipo possuía gastos governamentais totais semelhantes ao tipo conservador-corporativista, mas com valores para as variáveis de programas governamentais, indicadores sociais e de participação política muito inferiores aos modelos tradicionais. O segundo tipo era, em algum grau, semelhante ao anterior, embora, com crescimento econômico *pari passu* a uma inflação menor, indicadores sociais melhores (mortalidade infantil e expectativa de vida ao nascer) e mais igualitários (mais similares aos modelos tradicionais). Já o terceiro tipo exibiu os piores indicadores para as três categorias analisadas.

Assim, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, os indicadores das três categorias de investigação empírica para o EBES (característica de programas governamentais, situação social e participação política) eram consideravelmente mais baixos nos países pós-comunistas (três grupos) *vis-à-vis* aos dos demais modelos tradicionais da Europa Ocidental. Vale mencionar que aqueles países que foram admitidos na União Europeia (discutida mais adiante) não demonstravam grandes diferenças médias em relação aos demais pós-comunistas.

Diante dessas evidências, Fenger (2007) argumenta que os três tipos de modelos pós-comunistas apresentavam um *mix* de elementos conservadores-corporativistas (e, em menor grau, social-democratas) com resultados de programas governamentais não tão divergentes entre si - embora se diferenciasssem principalmente nas variáveis de situação social. O autor conclui que, até o início dos anos 2000, os três modelos pós-comunistas não haviam se constituído exatamente como um modelo de EBES distinto, mas que se caracterizavam, *grosso modo*, por indicadores de EBES inferiores aos da Europa Ocidental e relativamente próximos

⁴⁷ As 19 variáveis utilizadas por Fenger (2007) foram: i) característica de programas governamentais – gastos governamentais totais, gastos gerais em saúde, gastos governamentais em saúde, investimento público em educação, número de médicos por 100 habitantes, gastos em proteção social, receitas provenientes de contribuições sociais, impostos sobre renda e empresas, impostos individuais, pagamentos para funcionários públicos; ii) situação social – desigualdade de renda, participação feminina no mercado de trabalho, crescimento de PIB, taxa total de fertilidade, expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil, desemprego; e iii) participação política – nível de confiança no governo.

entre si. Ou seja, a transição, antecipada por parte da literatura, para os modelos tradicionais (perspectiva de difusão de políticas) apresentaria maior duração do que o esperado ou, ainda, que o legado compartilhado de quase cinco décadas de comunismo poderia os influenciar a uma divergência para um modelo comum mais *sui generis* para a região (perspectiva de *path dependence*).

Com respeito às mudanças ocorridas entre 2004 e 2014 nos 11 países do Centro e Leste Europeu que passaram a integrar à União Europeia (UE)⁴⁸, Piotrowska e Rae (2018) as investigaram também pela abordagem de análise hierárquica de grupos (*hierarchical cluster analysis approach*) e por meio dos três grupos de variáveis de EBES utilizados por Fenger (2007). Em síntese, o estudo indicou que, embora os pós-comunistas da UE se encontravam divididos em dois grandes grupos em 2004, eles haviam convergido para um único grupo e divergido dos modelos tradicionais ocidentais até 2014 (com exceção da Eslovênia). Inicialmente, os grupos eram: i) países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Bulgária, Eslováquia e Romênia; ii) República Tcheca, Hungria, Croácia e Polônia – agrupados com países tradicionalmente classificados como de modelos liberal ou mediterrâneo –; e iii) Eslovênia - ficou posicionada junto aos conservadores-corporativistas e os social-democratas - . Assim, no ano de 2004, os países do Centro e Leste Europeu estavam em três grupos diferentes sem distinção clara para um grupo pós-comunista.

Já em 2014, o grupo dominante entre todos era um exclusivamente constituído por países do Centro e Leste Europeu (10 deles), com exceção novamente à Eslovênia, que permaneceu entre os conservadores-corporativistas e sociais-democratas. No caso deste país, mobilizou-se o argumento da literatura de ter sido o único país da região a não passar por uma reforma econômica aguda (*shock-therapy style*) logo no princípio de sua transição. Já no contexto dos pós-comunistas aderentes à UE, a explicação levantada é que, em seu contexto histórico (comunista e de transição), os países do Centro e Leste Europeu criaram complexos sistemas de proteção social com estruturas híbridas e diferentes camadas institucionais que dificilmente possibilitaria *a priori* uma categorização nos quatro modelos de EBES tradicionais.

Após uma breve incursão nos resultados da literatura sobre os EBES nos países do Centro e Leste Europeu do fim da década de 1990 a meados dos anos 2010, é interessante apontar um panorama geral das experiências dos países pós-comunistas. Nesse sentido, Cook e Inglot (2021) argumentam que os EBES de tais países, especialmente daqueles ingressantes na UE, passaram por quatro períodos de desenvolvimento: a) anos 1990, marcados por redução dos

⁴⁸ Os países pós-comunistas que integraram a União Europeia – e investigados no trabalho – foram: Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca e Romênia.

investimentos sociais e reformas; b) fim da década de 1990 e princípio de experiência na UE (até 2007), caracterizado por consolidação e expansão; c) anos 2008 a 2010, com contração; e d) recuperação após 2010.

Com respeito ao período posterior ao ano de 2010, Cook e Inglot (2021) concluem que, após 30 anos de transição, há indicativos sólidos de possíveis tendências de divergência em algumas áreas específicas entre os EBES dos países do Centro e Leste Europeu que integraram a UE (a partir de 2004) e uma convergência deles com o restante dos membros do bloco. Para os autores, podem ser destacados quatro elementos que influenciaram o EBES desses países no período: i) crescimento econômico acima da média; ii) integração progressiva ao bloco europeu; iii) recuperação das políticas sociais e expansão significativa dos gastos sociais; iv) crescimento simultâneo de nacionalismos de cunho conservador ou de populismos no âmbito político.

O crescimento econômico foi acompanhado por maior arrecadação de tributos e recorde de baixa de desemprego. Sobre as políticas sociais, vale ressaltar que, em certas áreas como a política para família, os gastos sociais se expandiram. Ademais, ainda que todos os países do Centro e Leste Europeu da UE permanecem abaixo da média de gastos sociais do bloco, muitos deles já ultrapassaram outros pares europeus, como Grécia, Países Baixos e a Irlanda. Enfim, no âmbito político, a Polônia e a Hungria são exemplos de como reformas no âmbito do EBES podem ser influenciadas por ideologias conservadoras (até de extrema-direita) e centradas na família, que se vendem enquanto “antídotos” contra um cenário de Europa mais liberal (Cook; Inglot, 2021).

3.4.4 Síntese comparativa dos modelos de Estado de bem-estar social

Com base nos trabalhos de Esping-Andersen (1990) e Ferrera (1996), Wolf (2019) discute quatro modelos de EBES para os países Europeus, com destaque para suas diferenças em termos de políticas sociais – em razão de serem mais acentuadas *vis-à-vis* às diferenças nas políticas econômicas: i) modelo liberal (associado aos países anglo-saxões ou das ilhas britânicas); ii) modelo conservador-corporativista (associado ao bismarckiano ou aos europeus continentais); iii) modelo social-democrata (associado aos escandinavos ou países nórdicos); e iv) modelo meridional (associado aos países mediterrâneos). Adaptando Wolf (2009), e a partir das discussões anteriores sobre os países mediterrâneos e pós-comunistas (Fenger, 2007; Gal, 2010; Piotrowska; Rae, 2018; Cook; Inglot, 2021; Manow, 2021), o Quadro 3.2 sintetiza os modelos.

Quadro 3.2 – Síntese dos modelos de EBES discutidos

Áreas	Modelos de EBES				
	Liberal	Conservador-Corporativista	Social-Democrata	Meridional	Pós-Comunista
Avanço da provisão do Estado	Bastante restrito	Restrito	Pouco restrito	Bastante restrito	<p>- <i>Configuração de sistema de proteção social</i>: complexos sistemas com estruturas híbridas (com elementos dos demais modelos tradicionais) e diferentes camadas institucionais</p> <p>- <i>Características gerais</i>:</p> <p>I – a maior característica distintiva deste abrangente grupo do centro-leste europeu não se fundamenta em sua configuração de sistema de proteção social, mas sim em indicadores inferiores (de tendência mais próxima aos grupos liberal e meridional) de modo considerável em termos de indicadores:</p> <p>I.1 – de programas governamentais (por exemplo, investimento em saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento; benefícios sociais monetários – com possível exceção a indicadores relacionados a algum legado comunista como leitos hospitalares por 10.000 habitantes);</p> <p>I.2 – sociais (por exemplo, desigualdade de renda, pobreza, mortalidade infantil, idade a ter o primeiro filho, expectativa de vida);</p> <p>I.3 – de participação política (por exemplo, confiança no governo,</p>
Público-alvo geral	Mais necessitados	Empregados	Universal	Empregados	
Foco geral	Evitar a pobreza	Manter o padrão de vida já alcançado	Evitar a pobreza e manter o padrão de vida alcançado	Manter o padrão de vida já alcançado	
Capacidade redistributiva (renda)	Baixa	Moderada	Alta	Baixa e desigual	
Regras de acesso	Muito restritivas	Restritivas	Pouco restritivas	Restritivas	
Crítério de acesso	Comprovação de necessidade (<i>means-tested</i>)	Comprovação de ocupação	Comprovação de residência	Comprovação de ocupação	
Estigma associado à provisão	Elevado	Pouco elevado	Pouco elevado	Pouco elevado	
Benefícios monetários	Valores reduzidos por sistema único estatal	Valores elevados por sistema plural (por ocupação ou agrupamento de ocupações) estatal com pequenas diferenças entre os seguimentos	Valores muito elevado por sistema único estatal	Valores reduzidos por sistema plural (por ocupação ou agrupamento de ocupações) estatal com grandes diferenças entre os seguimentos	
Benefícios em “espécie” (serviços sociais ou bens gratuitos/subsidiado)	Sistema único estatal	Sistema plural (por ocupação ou agrupamento de ocupações) organizado pelo Estado e por representações das ocupações	Sistema único estatal	Sistema plural (por ocupação ou agrupamento de ocupações) organizado pelo Estado e por representações das ocupações	
Provisão de serviços sociais	Público-privada	Público-privada	Pública	Público-privada	
Qualidade geral dos serviços sociais	Reduzida	Elevada com pequenas diferenças entre os seguimentos	Muito elevada com pequenas diferenças entre os seguimentos	Reduzida com grandes diferenças entre os seguimentos	

Áreas	Modelos de EBES				
	Liberal	Conservador-Corporativista	Social-Democrata	Meridional	Pós-Comunista
Gasto estatal com provisão	Reduzido	Elevado	Muito elevado	Reduzido	taxa de participação eleitoral, sindicalização de trabalhadores)
Financiamento	Tributário (em grande parte) e por contribuições sociais	Por contribuições sociais (em grande parte) e por tributos	Tributário (em grande parte) e por contribuições sociais	Por contribuições sociais (em grande parte) e por tributos	II – a literatura indica, com base nos indicadores acima, possível subdivisão entre membros da UE (que tem passado por alguma convergência) e não membros da UE - <i>Avanço da provisão do Estado</i> : muito restrito - <i>Capacidade redistributiva</i> : muito baixa - <i>Gasto estatal com provisão</i> : muito baixo - <i>Benefícios monetários</i> : valores bastante reduzidos - <i>Financiamento</i> : taxa de imposto de renda individual mais baixa (<i>vis-à-vis</i> aos demais modelos) e receita de contribuições sociais (% do produto agregado) intermediária (maior apenas que o conjunto de modelos liberal e meridional)
Regras mínimas para contratos de trabalho	Muito reduzidas, de modo que fique muito espaço para livre negociação entre empregadores e empregados	Muito elevadas, de modo que fique muito pouco espaço para livre negociação entre empregadores e empregados	Elevadas, de modo que haja certo espaço para livre negociação entre empregadores e empregados	Muito elevadas, de modo que fique muito pouco espaço para livre negociação entre empregadores e empregados	
Espaço para demais formas de provisão	Bastante espaço (em razão das regras de acesso muito restritivas)	Existe espaço (em razão das regras de acesso restritivas)	Pouco espaço (em razão das regras de acesso pouco restritivas)	Existe espaço (em razão das regras de acesso restritivas)	
Demais formas de provisão (dominante)	Mercado - Estado como grande financiador da provisão privada (isenções fiscais para compradores e vendedores)	Família -considerada como importante fonte de provisão com rígida divisão de tarefas por gênero	Mercado, em detrimento da família ou outras formas tradicionais	Família (formas tradicionais em segundo plano, em detrimento do mercado) -considerada (de modo mais amplo e com laços consideravelmente mais fortes) como importante fonte de provisão com rígida divisão de tarefas por gênero (mas com necessidade de jornada dupla para as mulheres)	
Países associados a cada modelo	Austrália, Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido	Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos e Luxemburgo	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia	Espanha, Grécia, Itália, Portugal – além de Chipre, Israel, Malta e Turquia em versão estendida	Bielorrússia, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Lituânia, Moldávia, Polónia, República Tcheca, Romênia, Rússia e Ucrânia

Fontes: Elaboração própria com base em Fenger (2007), Gal (2010), Piotrowska e Rae (2018), Wolf (2019), Cook e Inglot (2021) e Manow (2021).

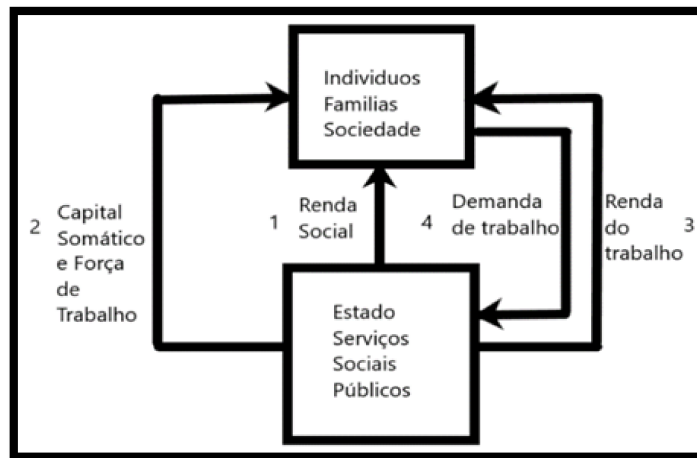
3.5 Estado de bem-estar social e desenvolvimento socioeconômico

Uma vez apresentados as definições, um breve panorama teórico e histórico e os modelos do Estado de bem-estar social, a presente seção irá discutir a argumentação para a associação entre o EBES e o desenvolvimento socioeconômico como proposto nesta Dissertação. Neste sentido, ressalta-se que Kerstenetzky (2021) desenvolve um esquema analítico para a compreensão de como os serviços sociais públicos (SSP) – integrantes do EBES – são capazes de gerar múltiplos efeitos positivos e, assim, de constituir um componente central de uma agenda de atuação pública com foco no desenvolvimento socioeconômico. O esquema analítico mostra os principais canais a serem promovidos e estimulados entre Estado e sociedade civil, por meio de SSP – componentes importantes para os EBES –, para contribuir no enfrentamento de desafios do desenvolvimento em contextos da atualidade marcados por riscos sociais associados a: austeridades fiscais, elevados níveis de desigualdades, avanços descontrolados da digitalização e pressões ambientais.

Com efeito, a autora aponta que os desafios enfrentados por países subdesenvolvidos consistiriam na geração, em meio aos riscos sociais contemporâneos, de uma socioeconomia equitativa e sustentável – em termos ambientais, financeiros e políticos – em concomitante com o atendimento de necessidades sociais e com a criação de empregos de qualidade. Assim, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, argumenta-se que o uso dos SSP como componente central de uma agenda para o desenvolvimento não apenas geraria expansão do consumo – e os decorrentes efeitos multiplicadores – como também teria potencial para mudar o próprio padrão de produto e a estrutura de emprego de uma economia (a nível de setores e subsetores). Dessa forma, o esquema analítico construído por Kerstenetzky (2021) é ilustrado na Figura 3.1 abaixo.

Posto isso, o esquema da autora – sintetizado no Quadro 3.3 - inclui 4 fluxos/canais (renda social, capital somático e força de trabalho, renda do trabalho, e demanda de trabalho) e 7 efeitos (bem-estar, equidade, sustentabilidade, renda, inovação, multiplicador fiscal, mercado de trabalho). Deve-se mencionar que seu esquema também apresenta embasamento empírico, a partir de literatura nacional e internacional. Outrossim, embora ele seja construído com maior foco no caso do Brasil e de países em desenvolvimento, faz-se necessário pontuar que ele também auxilia na compreensão sobre as contribuições potenciais dos SSP (parte integrante dos EBES) presentes em países desenvolvidos.

Figura 3.1 – Principais fluxos (canais) a serem promovidos e estimulados por um projeto de desenvolvimento centrado nos serviços sociais públicos (SSP)



Fonte: Kerstenetzky (2021).

Quadro 3.3 – Síntese de esquema analítico para um projeto de desenvolvimento com base em Serviços Sociais Públicos (SSP)

Fluxos	Explicação	Efeitos
Fluxo 1 (renda social)	<p>Representa a <u>provisão</u> (garantida pela contribuição coletiva da sociedade) pública em “espécie” – oferta não monetária de SSP essenciais gratuitos/subsidiados - para atender necessidades sociais da população (em áreas como saúde, educação, cuidados, saneamento, transporte, moradia e acesso à internet). Seus efeitos são explicados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeito bem-estar: o aumento da provisão pública de serviços sociais (relativamente à privada) poderia melhorar o atendimento de necessidades sociais e, portanto, melhorar indicadores socioeconômicos em suas áreas de atuação; - Efeito equidade: as transferências públicas em “espécie” poderiam gerar maiores reduções de desigualdade e pobreza, em comparação com os efeitos redistributivos da tributação direta e de transferências de renda/monetárias; - Efeito sustentabilidade: uma oferta de SSP mais ampla (ou universal) pode ter uma pegada de carbono menor em comparação com a privada, inclusive por efeitos de corredor de consumo; - Efeito indireto de renda: a provisão se desdobra em certa “poupança” monetária pelo lado das famílias, por reduzirem a sua destinação de renda para a satisfação de suas necessidades básicas e poderem direcioná-la a outros fins; isso significa que a provisão de SSP pode gerar a disponibilidade de uma “renda social” adicional para as famílias, e, quanto maior for, menor será a necessidade de uma renda monetária universal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bem-estar - Equidade - Sustentabilidade - Renda
Fluxo 2 (capital somático e força de trabalho)	<p>Refere-se tanto às contribuições dos SSP em termos de capital somático – capacidades produtivas integradas aos beneficiários em decorrência do usufruto dos serviços de educação, saúde e de mercado de trabalho (para aprendizado, treinamento ou mesmo retreinamento) – quanto ao aumento numérico da força de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equidade - Sustentabilidade - Inovação

Fluxos	Explicação	Efeitos
	<p>pela desocupação de cuidadores domésticos. Seus efeitos são explicados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeito equidade: <ul style="list-style-type: none"> i) o capital somático – especialmente recebido a partir de serviços de educação - recebido poderia contribuir na maior mobilidade social (e intergeracional de renda); ii) a expansão de serviços de educação e cuidados poderiam possibilitar o aumento da participação econômica feminina - esta, por sua vez, poderia se desdobrar, ainda, em aumento de rendimento domiciliar e efeitos de mais longo prazo com respeito ao capital somático dos indivíduos - ; iii) o aumento dos SSP pode causar maiores efeitos sobre equidade étnico-racial e de gênero, uma vez que possam contar com sobrerrepresentação (em comparação com os setores privados) de minorias sociais étnicas ou de gênero – isso pode se dever ao fato de que existe uma persistência histórica na preponderância de atuação feminina em serviços de educação e saúde, além de que os processos seletivos para os SSP podem ser menos discriminatórios (ou poderem promover uma discriminação positiva que repare essas minorias com empregos públicos) e engendrar maior paridade de renda (étnico-racial e de gênero) -; iv) além disso, a expansão de SSP poderia gerar redução de desigualdades socioeconômicas e regionais com respeito ao acesso à serviços (por exemplo: educacionais e de saúde); v) políticas de conciliação entre família e trabalho (e.g. serviços de educação e cuidados) poderia reduzir o diferencial de desempenho (<i>family gap</i>) no mercado de trabalho entre mães e não mães; - Efeito sustentabilidade: a provisão de SSP é intensiva em trabalho (pessoas que produzem e entregam serviços) e, em razão disso, tende a apresentar efeitos de encadeamento ambiental (emissões de carbono) menores em comparação com setores produtores de bens; - Efeito inovação: uma associação pode ser encontrada entre altos gastos públicos em educação e altos gastos privados em inovação, o que pode sugerir que uma força de trabalho com elevado nível educacional pode estimular investimentos privados mais altos em pesquisa e desenvolvimento; ou, ainda, pode sugerir que a provisão social pública engendre um ambiente mais seguro para que os empreendedores considerem investimentos de risco associados a inovações. 	
<p>Fluxo 3 (renda do trabalho)</p>	<p>Retrata a remuneração paga pelo Estado (“renda do trabalho”) aos seus trabalhadores por seus serviços prestados. Seus efeitos são explicados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeito direto de renda: a remuneração estatal possui efeito direto sobre a massa de salários e indireto na demanda de consumo; ele pode se evidenciar ainda por um piso salarial maior e uma proporção menor de trabalhadores recebendo o piso <i>vis-à-vis</i> aos demais setores da economia; - Efeito multiplicador fiscal: os gastos públicos – sobretudo em educação e saúde – podem gerar multiplicadores fiscais substanciais (em comparação com outros componentes da demanda agregada); além dos multiplicadores, os gastos apresentam o benefício adicional de ajudar ao mesmo tempo no crescimento econômico e na equidade; - Efeito mercado de trabalho: os empregos em SSP apresentam potencial para níveis mais elevados de piso salarial (estipulados por lei e acordos coletivos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Renda - Multiplicador fiscal - Mercado de trabalho

Fluxos	Explicação	Efeitos
Fluxo 4 (demanda de trabalho)	<p>Indica o potencial empregador do Estado (demandante de trabalho) via SSP. Seus efeitos são explicados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeito multiplicador fiscal: Estado como empregador com maior potencial de gerar melhores multiplicadores fiscais (em comparação com outros componentes da demanda agregada), em simultâneo com a vantagem de fomentar crescimento e equidade; - Efeito mercado de trabalho: o Estado demanda trabalho para empregos em serviços (intensivos em pessoas) com potencial para ter melhor qualidade – <i>vis-à-vis</i> aos demais setores de serviço e produção - quanto à formalidade, maior piso salarial, menores incidências de jornadas mais longas, maiores densidades sindicais e melhor resiliência em contextos de crise. 	<ul style="list-style-type: none"> - Multiplicador fiscal - Mercado de trabalho

Fonte: elaboração própria com base em Kerstenetzky (2021).

A partir da análise de justificativas teóricas para a importância das políticas sociais e da construção de seu esquema analítico (com 4 fluxos entre Estado e sociedade e seus 7 efeitos derivados), Kerstenetzky (2021) demonstra que os investimentos destinados aos SSP podem ser um alicerce a uma agenda estatal de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, ressalta-se que essa agenda parte de um projeto democrático que possa promover o desenvolvimento; *i.e.*, a promoção de bem-estar social equitativo e ambientalmente sustentável.

Nesta linha, fundamentado no esquema analítico acima exposto, um dos intuitos da presente Dissertação de Mestrado é investigar os possíveis impactos da participação dos países-membros na UE sobre o desenvolvimento socioeconômico⁴⁹ dos mesmos, por meio da influência do bloco nos EBES de seus membros. Para esta finalidade, o desenvolvimento é entendido a partir do prisma do bem-estar subjetivo, com o uso do indicador de felicidade (satisfação geral com a vida) do Relatório Mundial da Felicidade – conforme a discussão do capítulo anterior.

Desse modo, com base na Figura 3.1 e no Quadro 3.3, pontua-se que esse objetivo implica em explorar não apenas o efeito direto de bem-estar gerado pela provisão pública de serviços sociais, mas, também, o conjunto de suas contribuições indiretas para o bem-estar subjetivo. O efeito direto é identificado no fluxo 1, enquanto as contribuições indiretas dizem respeito aos fluxos 1, 2, 3 e 4 (renda social; capital somático e força de trabalho; renda do trabalho; demanda de trabalho) e seus decorrentes efeitos de equidade, sustentabilidade, renda, inovação, multiplicador fiscal e mercado de trabalho.

⁴⁹ Nesta Dissertação de Mestrado, o desenvolvimento socioeconômico é entendido como progresso nas condições sociais e econômicas, oportunidades e efetivo usufruto destas pela população para suprir suas necessidades básicas e buscar realizar aspirações próprias, familiares e coletivas da sociedade.

Uma vez compreendidos os possíveis encadeamentos teórico-empíricos entre um EBES e o desenvolvimento socioeconômico (particularmente, em sua dimensão de bem-estar), deve ser ressaltada, por um lado, a existência de literatura na Economia da Felicidade – por exemplo, O’Connor (2017), Martela *et al.* (2020), Easterlin (2021) e Santos (2022) – com evidências no sentido de que benefícios de bem-estar social (configurados, geralmente, em seguro-desemprego, aposentadoria, educação, saúde e proteção à família) mais generosos e efetivos podem contribuir de maneira significativa e positiva à satisfação geral com a vida das pessoas⁵⁰.

Por outro lado, vale mencionar que as políticas de EBES apresentam potencial maior para elevar a satisfação geral com a vida – qualitativamente, por influenciar diferentes aspectos da vida, seja em nível, seja temporalmente – em comparação ao simples aumento de renda em razão do efeito de especificidades. Isto significa que os efeitos de comparação, adaptação e de expectativas (apresentados no capítulo II) possuem intensidades diferentes sobre a satisfação proveniente de distintas áreas da vida. Assim, o investimento em políticas de EBES pode beneficiar áreas da vida mais resistentes a tais efeitos, de modo que seu efeito positivo na satisfação geral com a vida seja mais duradouro.

Na comparação entre renda e saúde, por exemplo, pode-se argumentar que a primeira é mais sensível aos efeitos de comparação, adaptação e expectativas. Em primeiro lugar, porque é relativamente mais fácil a comparação de renda individual/coletiva com algum grupo de referência (interpessoal ou intrapessoal⁵¹). No caso da saúde, a literatura indica que a referência se ancora mais intensamente na comparação intrapessoal. Por conseguinte, diferentemente de um aumento na renda generalizado em que os níveis de renda de todos os grupos de referência se elevam e o resultado líquido sobre a satisfação geral com a vida tende a se dissipar, o aumento na saúde de uma população geraria uma situação de ganhos para todos, pois a sua referência se estabeleceria sobre a própria saúde passada, que permanece inalterada (Easterlin, 2021).

Ademais, o aumento de renda é mais propenso à adaptação, em razão da atualização das aspirações de consumo ocorrida posteriormente ao aumento. Embora possa ser levantada a hipótese de que as pessoas se adaptem rápida e completamente a problemas de saúde, indícios apontam que aqueles com problemas de saúde são significativamente menos satisfeitos com a

⁵⁰ As diretrizes gerais da bibliografia citada para tais políticas são: busca pela redução do desemprego; programas de auxílio de renda; disponibilidade habitacional; sistema de saúde universal; licença parental (maternidade, paternidade e para o casal sincronamente); investimento em programas de educação do ensino infantil ao superior; e seguridade social. Cabe, também, destacar que essa relação não é encontrada apenas nos países desenvolvidos (por exemplo, os nórdicos), mas também naqueles países em transição (pós-comunistas) e menos desenvolvidos – por exemplo, Costa Rica (O’Connor, 2017; Easterlin, 2021; Santos, 2022).

⁵¹ Comparação interpessoal é aquela realizada entre a situação de alguém/grupo *vis-à-vis* a outro indivíduo/grupo, enquanto a intrapessoal tem como referência o próprio indivíduo no passado (Easterlin, 2021).

sua vida quando comparadas àqueles que não têm – e a diferença é maior quanto mais severo for o problema (Easterlin, 2021). Enfim, a satisfação decorrida do aumento de renda pode estar em descompasso com o aumento esperado. Enquanto espera-se que a saúde decline ao longo da vida devido a processos biológicos próprios do ser humano, a manutenção ou melhora da mesma (por exemplo, a partir da adoção de prática regular de atividades físicas para indivíduos sedentários) pode, em algum grau, sobrepujar as próprias expectativas (Easterlin, 2021).

Diante desse quadro, pode-se compreender como investimentos de EBES têm a vantagem de poder melhorar aspectos estruturais da vida de uma pessoa – por exemplo, emprego, proteção contra perda de renda, nível educacional, saúde, redução da disparidade de oportunidades de emprego, maior segurança para a criação de uma família, moradia –, que, por sua vez, podem trazer efeitos mais duradouros na sua satisfação geral com a vida. Assim, em caso de serem encontradas influências da UE sobre o EBES de seus membros neste trabalho, estas poderão ser indícios dos impactos do bloco sobre a satisfação geral com a vida (*proxy* para o desenvolvimento socioeconômico) de seus cidadãos.

Posto isso, nesta Dissertação, determinantes para a felicidade não são apenas buscados entre fatores econômicos, sociais e socioeconômicos amplamente pesquisados na Economia da Felicidade, mas, sobretudo, entre variáveis que possam, em algum grau, representar o EBES. Assim, fundamentada na explicitação dos possíveis encadeamentos entre o Estado de bem-estar social e o bem-estar (Figura 3.1 e Quadro 3.3) e entre o EBES e a satisfação geral com a vida (discussão subsequente), a Figura 3.2 adiciona o EBES à Figura 2.1. Ademais, diante do objetivo de investigação proposto, a União Europeia também é adicionada para representar a possibilidade de o bloco influenciar, direta e indiretamente, o EBES de seus membros, o que geraria efeitos nos seus desenvolvimentos socioeconômicos - compreendidos como fenômenos multidimensionais. Nesse contexto, o presente trabalho foca na dimensão do bem-estar subjetivo, captada pela felicidade e instrumentalizada pelo indicador de satisfação geral com a vida.

Figura 3.2 – Fluxo do desenvolvimento socioeconômico: da União Europeia à satisfação geral com a vida de seus integrantes



Fonte: elaboração própria com base em Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), O'Connor (2017), Martela et al. (2020), Easterlin (2021), Kerstenetzky (2021) e Santos (2022).

3.6 Conclusões

O presente capítulo buscou construir um referencial de fundamentação teórico-empírica acerca do Estado de bem-estar social e de sua relação com o desenvolvimento socioeconômico. Esse objetivo foi realizado por meio da apresentação de suas definições, de breve incursão ao seu histórico de evolução, de tipologias para auxiliar na caracterização e comparação das experiências de EBES - sobretudo, dos membros da União Europeia -, e de base teórica para a associação entre o Estado de bem-estar social e o desenvolvimento socioeconômico.

A partir do conteúdo exposto, alguns pontos de maior relevância para os próximos capítulos desta Dissertação podem ser indicados em síntese. Em primeiro lugar, com respeito ao Estado de bem-estar social, encontrou-se que certa indefinição da literatura aparece quanto ao seu significado, abrangência, precisão de suas fronteiras históricas, julgamento (mais ou menos positivos) e aos seus indicadores quantitativos. Não obstante, é possível traçar alguns pontos gerais a respeito dele no intuito de se possibilitar análises empíricas sobre o EBES.

Assim, pode-se entender que o Estado de bem-estar social implica em um papel contundente do Estado em prover os meios necessários para o atendimento (ao menos) de necessidades fundamentais de seus cidadãos – sobretudo (ou minimamente) dos grupos sociais mais vulneráveis –, que, de outra forma, não seriam suficientemente supridas pelos mercados, famílias ou demais formas de proteção social. Menciona-se que a provisão do EBES se dá, especialmente, por meio de programas de benefícios monetários/transferência de renda (como seguros, aposentadorias, pensões, benefícios familiares), benefícios não-monetários/serviços sociais públicos (por exemplo, nas áreas de educação; saúde; mercado de trabalho - colocação, recolocação e permanência -; habitação social; saneamento; transporte; lazer; e cuidado) e regulações do mercado de trabalho (no sentido de garantia de condições de trabalho mínimas ou melhores, inclusão social e paridade de gênero).

Quanto à definição do Estado de bem-estar social, compreende-se, de modo mais concreto, que as experiências de sistemas de proteção social podem se encontrar dentro de um espectro que varia desde: a. “condições mínimas” - que podem ser a presença de seguridade social nacional, sufrágio universal e gasto social estatal como porcentagem do PIB acima de 3% -; b) a “condições máximas” - por exemplo, forte provisão pública de serviços sociais ou “desmercantilização”, serviços públicos de alta qualidade, universalismo de benefícios de valor muito elevado, foco em evitar a pobreza e manter um padrão de vida avançado, alta capacidade

redistributiva de renda, reduzido espaços para as demais formas de provisão de bem-estar social, busca pelo pleno emprego.

Com relação às classificações de experiências de EBES, foram encontrados fundamentos na literatura para dividir os países da União Europeia em: sociais-democratas, conservadores-corporativistas, mediterrâneos estendidos, liberais e pós-comunistas. Essas classificações propiciarão bases para a análise dos impactos do bloco europeu sobre os sistemas de proteção social de seus membros a nível regional no capítulo subsequente e em análises empíricas.

Quanto à base teórica para a associação entre o Estado de bem-estar social e o desenvolvimento socioeconômico, destaca-se que o esquema analítico representado pelo Quadro 3.3 e toda a literatura apresentada sobre o EBES indicam que ele tem grande potencial em influenciar o desenvolvimento socioeconômico, *i.e.*, o progresso nas condições sociais e econômicas, oportunidades e efetivo usufruto destas pela população para suprir suas necessidades básicas e buscar realizar aspirações próprias, familiares e coletivas da sociedade. Assim, o capítulo fundamenta as análises empíricas, por um lado, ao associar o EBES e o desenvolvimento socioeconômico (como ilustrado pela figura 3.2) e, por outro, ao indicar que as distintas áreas passíveis de influência do EBES são mais resistentes aos efeitos de adaptação, comparação e de expectativas (em razão do efeito das especificidades), de modo que ele possa ter efeitos mais duradouros sobre as médias nacionais de satisfação geral com a vida.

IV – UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL

“If Europe were once united in the sharing of its common inheritance there would be no limit to the happiness, prosperity and glory which its [...] people would enjoy [...] We must build a kind of United States of Europe. In this way only will hundreds of millions of toilers be able to regain the simple joys and hopes which make life worth living”⁵².

Winston Churchill

4.1 Apresentação

A primeira metade do século XX deixou profundas marcas nas vidas dos habitantes do continente europeu. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi seguida pela crise econômica de 1929, e esta pela grande depressão da década de 1930 e pela ascensão de regimes totalitários (fascistas, nazistas e stalinistas). Esse contexto engendrou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tais acontecimentos geraram rupturas e danos irreparáveis no tecido social, político e econômico europeu.

Com efeito, os sobreviventes haviam sido exauridos e dilacerados fisicamente, mentalmente e espiritualmente. Foram eles que tiveram a incumbência de tentar reconstruir suas vidas em meio à destruição. Essa foi a conjuntura na qual o primeiro-ministro inglês proferiu a epígrafe deste capítulo. Seu discurso estava imbuído por uma vontade de mudanças e que a Europa pudesse construir laços provedores de paz e prosperidade. Assim, um projeto de integração regional europeia passou a ser a esperança de muitos que ansiavam justamente a paz, a prosperidade e a felicidade para uma vida mais significativa.

Assim, com o benefício da possibilidade de estudo dos acontecimentos de forma retrospectiva, este capítulo irá abordar um breve panorama sobre o projeto de integração regional europeu erigido dos escombros do pós-guerra até a concretização e desenvolvimento da União Europeia (seção 4.1). Tal empreendimento será feito no sentido de cumprir os

⁵² Tradução própria: “Se a Europa estivesse unida na partilha da sua herança comum, não haveria limite para a felicidade, prosperidade e glória que os seus [...] povos desfrutariam [...] Devemos construir uma espécie de Estados Unidos da Europa. Apenas desta forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que fazem a vida valer a pena”. Trecho de discurso proferido por Winston Churchill na Universidade de Zurique no pós-guerra (1946).

objetivos de fundamentação teórica e de análises empíricas da presente Dissertação. Outrossim, serão investigados os canais pelos quais o bloco passou a influenciar os Estados de bem-estar social de seus integrantes, bem como os possíveis impactos (gerais e regionais) sobre os EBES, e os potenciais efeitos decorrentes em seus desenvolvimentos socioeconômicos (seção 4.2). Na sequência, as Conclusões (seção 4.3) apresentarão os principais aportes para as análises empíricas iniciadas no próximo capítulo.

4.2 Breve panorama sobre a União Europeia

A criação da união econômica e política hoje conhecida como União Europeia (UE) – composta atualmente por 27 países integrantes – remonta ao período posterior à II Guerra Mundial, quando Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos se juntaram para formar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) com o Tratado de Paris de 1951. Para Fioramonti e Mattheis (2016), o processo de formação da UE foi gradualista e de expansão funcional não linear, cujo desenho institucional envolveu uma fórmula mista para atuação supranacional e dos governos. O processo de adesão foi seletivo e exclusivo com base em prerequisites a serem seguidos; a liderança foi baseada em hegemonia cooperativa; a soberania era comum e subsidiária; e os impulsionadores se deram a partir do livre comércio e da coesão social (prevalência de baixo nível político), enquanto a identidade europeia se deu no sentido *top-down*.

Com a criação da UE em 1993, a integração regional europeia avançou: de uma zona de livre comércio, para uma união aduaneira, então um mercado comum e, enfim, uma união econômica e política. Isso significa a junção de: livre comércio, política comercial uniforme, livre movimento de fatores de produção e harmonização de certas políticas (como financeiras, econômicas e industriais), além da definição de regras claras para o lançamento futuro de uma moeda única. Assim a UE foi criada com as seguintes instituições supranacionais: Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da UE (Conselho de Ministros), Conselho Europeu, Tribunal de Contas Europeu e Tribunal de Justiça – bem como já contava com o Grupo BEI (Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento), o Comitê Econômico e Social Europeu e o Comitê das Regiões Europeu (União Europeia, 2024). Já a criação do Banco Central Europeu (1998) e a introdução do Euro (1999) trouxeram novos e significativos aprofundamentos para a integração regional. Isto posto, o Quadro 4.1 ilustra mais detalhadamente o processo de formação e desenvolvimento da UE.

Quadro 4.1 – Síntese do processo de formação e desenvolvimento da União Europeia

Anos / Períodos	Eventos	Observações
1951	Criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)	- Estados-membros: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos - Fundação de um tribunal para o CECA
1957	Criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEa)	- Expansão da cooperação da CECA para outros setores econômicos e início de implementação de um mercado comum (incluindo a retirada de barreiras alfandegárias e a gestão da produção agrícola para garantir a alimentação no continente) - Renomeação do antigo tribunal para Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE)
1960	Criação da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC)	- Promoção do livre comércio e a integração econômica com outros países não pertencentes à CEE
1962	Formação do Parlamento Europeu	- A Assembleia Parlamentar Europeia substitui a Assembleia Comum da CECA e se transforma em 1962 no Parlamento Europeu para um estabelecimento político e legislativo comum.
1962	Primeira Política Agrícola Comum	- Primeira política para controle conjunto da produção alimentar e que chega a desenvolver superproduções
1968	Constituição da união aduaneira para os membros da CEE	- Garante o livre comércio e uma tarifa externa comum para a importação de produtos exteriores à CEE
1973	Adesão de mais países às Comunidades Europeias	- Adesão de Dinamarca, Irlanda e Reino Unido (ao todo, passam a ser nove membros)
1974-1975	Formação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	- Criação de fundo para as regiões menos desenvolvidas das comunidades europeias
1979	Primeiras eleições do Parlamento Europeu	- Os cidadãos europeus elegeram diretamente deputados para o parlamento regional
1981-1986	Ampliação das Comunidades Europeias	- Adesão de Grécia (1981), e Espanha e Portugal (1986), totalizando então 12 Estados-membros.
1987	Ato Único Europeu	- Embora a união aduaneira de 1968 exauriu direitos aduaneiros, o comércio entre os membros não era completamente livre devido a obstáculos de regulamentação nacionais. Por isso, para aprofundar a integração regional, o Ato instituiu um programa de seis anos para pavimentar um mercado comum único (livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais) e fortaleceu os poderes do Parlamento Europeu e das Comunidades Europeias para a proteção do meio ambiente
1987	Lançamento do Programa Erasmus	- Programa para facilitar e financiar a mobilidade de estudantes universitários a nível europeu
1993	Fundação da União Europeia (UE)	- Em 01/01/1993, o mercado único foi estabelecido com as quatro liberdades (livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais); já em 01/11/1993, o Tratado de Maastricht entra em vigor e estabelece a União Europeia (UE) com 12 integrantes, representados em sua bandeira oficial
1994	Criação do Espaço Econômico Europeu (EEE)	- Expansão do mercado único para os países contidos na AELC – atualmente, o EEE abrange a UE, Islândia, Liechtenstein e Noruega.
1995	Ampliação da UE e criação do Espaço Schengen	- Áustria, Finlândia e Suécia ampliam para 15 os membros da UE - Em março do mesmo ano, é criado o espaço Schengen para a livre movimentação sem necessidade de passaporte entre Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha
1997	Tratado de Amsterdam	- Reforma e fortalecimento das instituições europeias, e garantia de recursos ao emprego e direito humanos
1998	Criação do Banco Central Europeu (BCE)	- Mais um passo para a gestão da futura moeda comum e a política monetária da UE

Anos / Períodos	Eventos	Observações
1999	Introdução do Euro	- O Euro é introduzido em 11 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal)
2001	Ampliação da Zona do Euro (ZE)	- Adesão da Grécia ao Euro (passa a conter 12 Estado-membros)
2003	Operações de paz com a OTAN	- Aumento do ativismo da política externa e de segurança com operações de paz e substituição do exército da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Macedônia do Norte e na Bósnia-Herzegovina
2004	Maior expansão da UE	- Adesão de Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia e República Tcheca (25 Estados-membros).
2007	Adesão à UE e à Zona do Euro	- Entrada de Bulgária e Romênia na UE (27 membros) e da Eslovênia à Zona do Euro (13 membros)
2008	Ampliação da Zona do Euro	- Adesão do Chipre e de Malta à Zona do Euro (15 membros)
2009	Tratado de Lisboa e adesão à Zona do Euro	- Aprofundamento da UE em termos de democracia, eficiência, transparência, desenvolvimento sustentável, segurança, e meio ambiente - Renomeação do TJCE para Tribunal de Justiça da União Europeia, que à época já contava com tribunal de primeira instância (1988) e um tribunal da função pública (2004) - A Eslováquia se tornou o 16º membro da Zona do Euro
2010	Criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES)	- Após 10 anos da Declaração de Bolonha e do Processo de Bolonha (em 1999), 48 países (quase todos os considerados europeus, com exceção de Bielorrússia, com adesão em 2015, e Mônaco) criaram o EEES - Para compatibilizar a educação superior e melhorar a sua qualidade, o EEES fortaleceu a integração regional acadêmica das Instituições de Ensino Superior, já alavancada pelo Programa Erasmus (em 1997)
2011	Ampliação da Zona do Euro	- Adesão da Estônia à Zona do Euro (17 membros)
2013	Adesão à UE	- A Croácia se torna o 28º membro da UE
2014	Ampliação da Zona do Euro	- A Lituânia se torna o 18º membro da Zona do Euro
2015	Acordo de Paris, Crise Imigratória e adesão à Zona do Euro	- Acordo para a mediação das mudanças climáticas, com papel fundamental da UE, e ápice da crise imigratória com mais de um milhão de pedidos de asilo. - Lituânia adere à Zona do Euro (19 membros)
2019	Pandemia	- Crise de saúde global e desafios para o suporte dos sistemas de saúde e desenvolvimento de vacinas
2020	Primeira saída de um membro da UE e pacto de recuperação	- Após aprovação do <i>Brexit</i> , via referendo, em 2016, o Reino Unido sai oficialmente depois de 47 anos de integração regional e deixa a UE com 27 membros - Em dezembro do mesmo ano, o bloco aprovou o maior pacote de investimento de sua história a serem usados ao longo de sete anos (2021-2027) para a superação dos efeitos econômicos da pandemia do Coronavírus e para tornar sua economia mais resiliente, verde e digital
2022	Pacto Ecológico Europeu (<i>European Green Deal</i>)	- Criação de uma comissão em 2019 para estabelecer o Pacto Ecológico Europeu, cujo conteúdo consiste na criação de políticas e estratégias para tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima, aprovado em 2022
2023	Adesão à Zona do Euro	- A Croácia se torna o 20º membro da ZE - Embora não sejam membros da Zona do Euro, 4 países usam e produzem (cédulas e moedas) o Euro por meio de acordos formais com a UE (Mônaco, São Marino, e Vaticano desde 2002, e Andorra desde 2012)

Fontes: Comissão Europeia (2024) e União Europeia (2024). Elaboração própria.

Diante desse quadro de construção da UE, é necessária a compreensão sobre o processo de entrada de novos membros e seus desdobramentos. A princípio, além do país se localizar no continente europeu, o candidato deve cumprir certos critérios de adesão conhecidos também como “critérios de Copenhague”. Estes foram definidos pelo Conselho Europeu de Copenhague no ano de 1993 e reforçado pelo Conselho Europeu de Madrid de 1995 (EUR-Lex, 2024).

Os critérios essenciais à adesão de um novo Estado-membro à UE são: a) critérios políticos – condições de estabilidade das instituições que possam garantir aspectos político-institucionais, como a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e proteção a minorias -; b) critérios econômicos – tanto a exigência de uma economia de mercado com funcionamento efetivo quanto à capacidade de enfrentamento da pressão concorrencial e das forças de mercado da UE -; e c) critérios administrativos – condições para cumprir as obrigações geradas pela entrada na união política, econômica e monetária – inclusas a aplicação da legislação da UE e a adesão a seus objetivos (União Europeia, 2024).

Por outro lado, a partir da efetivação da adesão, o novo Estado-membro do bloco passa a ter acesso a diversos benefícios, por exemplo: i) maior estabilidade política; ii) liberdade para que seus cidadãos possam habitar, estudar ou trabalhar em qualquer um dos países membros; iii) acesso ao mercado único europeu e o decorrente aumento no comércio; e iv) crescimento potencial de financiamentos e investimentos, seja por novos investidores europeus, seja pelo acesso melhor ao sistema financeiro europeu (União Europeia, 2024).

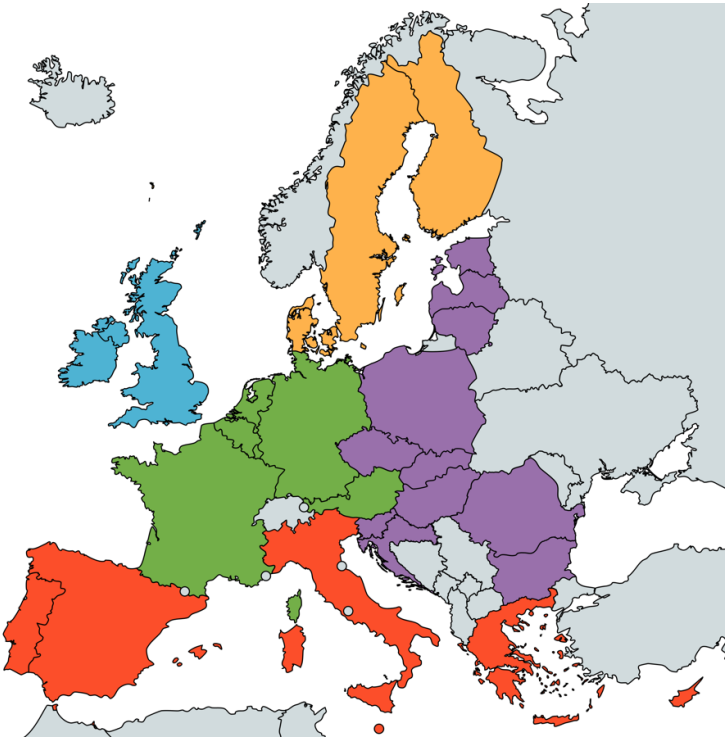
Realizados estes apontamentos, o Quadro 4.2 sintetiza a entrada e a saída de países na integração regional europeia, que culminou na UE a partir de 1993. Já a Figura 4.1 apresenta o mapa da UE com diferenciação de seus integrantes segundo os seus modelos de EBES - discutidos no capítulo III. Vale recordar que, no caso dos países pós-comunistas, seu agrupamento em termos de modelo de EBES não remete a uma configuração própria em termos de sistema de proteção social, como os demais modelos (social-democrata, conservador-corporativista, liberal e meridional), mas diz respeito a uma união por diversos elementos em comum, sobretudo pelo legado de décadas de experiência comunista e de transição para o capitalismo, bem como por resultados em indicadores de EBES (característica de programas governamentais, situação social e participação política) inferiores *vis-à-vis* aos seus pares.

Quadro 4.2 – Cronologia de entradas e saídas de países-membros na integração regional europeia

Datas	Países
01/01/1958	Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos
01/01/1973	Dinamarca, Irlanda e Reino Unido
01/01/1981	Grécia
01/01/1986	Espanha e Portugal
01/01/1995	Áustria, Finlândia e Suécia
01/05/2004	Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, República Tcheca
01/01/2007	Bulgária e Romênia
01/07/2013	Croácia
31/01/2020	Saída do Reino Unido

Fonte: European Union (2024). Elaboração própria.

Figura 4.1 – Mapa dos membros da União Europeia segundo seus modelos de Estado de bem-estar social



Fonte: elaboração própria por meio do portal “mapchart.net”.
Legenda: Laranja – modelo social-democrata (Dinamarca, Finlândia e Suécia); Verde – modelo conservador-corporativista (Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos e Luxemburgo); Vermelho – modelo meridional estendido (Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal); Azul – modelo liberal (Irlanda e Reino Unido); Roxo – modelo pós-comunista (Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polónia, República Tcheca e Romênia).

4.3 União Europeia e Estados de bem-estar social

Uma vez concluída a apresentação panorâmica sobre o desenvolvimento do projeto de integração regional europeu desde o seu princípio no pós-guerra à atualidade, a presente seção abordará os impactos da integração europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus

membros. Com efeito, primeiramente, o foco recairá sobre os impactos gerais (subseção 4.3.1). Então, a análise prosseguirá a nível das sub-regiões do bloco em termos de experiências de EBES (subseção 4.3.2), como apresentadas na Figura 4.1. Enfim, a subseção 4.3.3 fará uma síntese da discussão apresentada - conectada aos capítulos I, II e III – e investigará a experiência dos pós-comunistas nesse contexto.

4.3.1 Impactos gerais sobre os Estados de bem-estar social dos membros da UE

As discussões a seguir mencionam alguns eventos apontados no Quadro 4.1. Primeiro, deve-se destacar que, em observação ao Tratado da União Europeia (2007) e ao Tratado de Funcionamento da União Europeia (2007) – atualizações, respectivamente, do Tratado de Maastricht (1995) e do Tratado de Roma (1957) –, o bloco europeu estabeleceu objetivos socioeconômicos ambiciosos, tais como: a) combate à exclusão social e a discriminação; b) igualdade de gênero; c) solidariedade intergeracional; d) proteção aos direitos das crianças; e) promoção ao diálogo social, sobretudo, entre patrões e trabalhadores; e f) desenvolvimento de recursos humanos no sentido de haver emprego elevado e duradouro (Schmidt, 2021).

Nessa linha, Schmidt (2021) aponta que, entre a criação da Comunidade Econômica Europeia em 1957 a meados da década de 1970, a política social⁵³ dos membros dizia respeito a suas próprias expansões de EBES, enquanto, a nível do bloco, a política social assumia mero caráter acessório em razão de seus poucos princípios, como “pagamento igual para trabalho igual” e “livre movimento de trabalhadores migrantes”. Considerava-se que a integração econômica geraria *per se* melhora no bem-estar de seus cidadãos. Dessa forma, nos primeiros estágios da Comunidade Europeia, a integração para política social era mínima e não se tinha a intenção de evoluir a um Estado de bem-estar unido e federado.

O mesmo autor destaca, ainda, que as expansões da política social europeia das décadas seguintes se deveram a três processos: i) “integração positiva”, com políticas de regulação no intuito de corrigir falhas de mercado – definições de padrões mínimos nas relações de trabalho – entre as décadas de 1970 e 1990; ii) “integração negativa”, com a retirada de barreiras não-tarifárias ao comércio para a construção do mercado comum nas décadas de 1980 e 1990; e iii) “pressões indiretas da integração”, que pressionaram as receitas e gastos sociais.

De acordo com Scharpf (1999), a “integração positiva” diz respeito a uma espécie de reconstrução de um sistema de regulação econômica a nível de uma unidade econômica maior.

⁵³ O termo “política social” refere-se a todas as instituições, medidas e processos associados às decisões sobre os sistemas de seguridade social e às regulamentações de EBES para as condições de trabalhos (Schmidt, 2021).

Ressalva-se que, embora medidas de “integração positiva” possam ser do tipo que “constroem mercados” (“*market-making*”), esse processo abrange medidas para “correção de mercado” (“*market-correcting*”) – como regulações de condições de trabalho ou de controle de poluição.

Na construção da integração regional europeia, a “integração positiva” ocorreu entre a década de 1970 e meados dos anos 1990, durante a construção do mercado comum europeu, quando diferentes coalizões políticas (da centro-esquerda à centro-direita) entraram em acordo quanto à necessidade de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais (“mal necessário”). Isto em razão de expectativas de tornar a Europa em uma comunidade de Estados internacionalmente competitiva (Schmidt, 2021).

Neste contexto, um programa social a nível de bloco foi corporificado em políticas de regulação fragmentadas para a definição de padrões mínimos nas relações de trabalho. Cabe mencionar que, embora foram realizados investimentos na época com objetivos sociopolíticos e financiados pelos Fundo Social Europeu e Fundo de Globalização, a nível supranacional, o período é marcado por incipiência de poderes legislativos, experiência, instrumentos e, sobretudo, recursos financeiros para medidas sociais de saúde, aposentadoria e redistribuição, o que deixou os integrantes a cargo de suas próprias políticas sociais (Schmidt, 2021).

Com o Ato Único Europeu, ratificado em 1986, uma mudança política importante possibilitou um novo período às políticas sociais europeias: a necessidade de unanimidade para a maioria qualificada para o Conselho de Ministros aprovar medidas. Os novos resultados, basicamente políticas de regulação seletivas, ocorreram no sentido de definir padrões sociais mínimos – o que passou a dar mais importância para a política social europeia –, como: a) livre movimentação para trabalhadores; b) padrões mínimos de condições de trabalho; c) políticas de proteção laboral; d) padrões e empregados envolvidos em representações de classe; e) busca de trabalhos para desempregados; e f) provisões de proteção por demissões. Em adição, deve-se mencionar que o Tratado de Amsterdam de 1997 consolidou um regime de proteção contra discriminação e, a partir dos anos 2000, o foco da política social europeia se voltou para as dificuldades específicas que o bloco encontrava com respeito a pobreza e exclusão social (Schmidt, 2021).

Quanto à “integração negativa”, Scharpf (1999) enquadra nessa categoria as medidas de retirada de tarifas comerciais e obstáculos ao livre-comércio, que também são classificadas “construtoras de mercado” (“*market-making*”) – como “harmonização” de padrões nacionais para produtos, eliminando barreiras comerciais não tarifárias. O contexto da integração engloba um processo ocorrido durante, particularmente, as décadas de 1980 e 1990 (Schmidt, 2021).

As bases para a “integração negativa” e uma mudança jurídica histórica e estrutural para o bloco europeu foram estabelecidas em 1964, quando o Tribunal de Justiça Europeu decidiu pela precedência jurídica, a partir daquele momento, das legislações do bloco *vis-à-vis* às jurisdições nacionais. Assim, as decisões da corte passaram a alterar disposições nacionais que julgavam incompatíveis com a concorrência leal e o mercado único. Quanto aos efeitos da precedência jurídica, não há consenso entre especialistas em políticas sociais: por um lado, existem aqueles que consideram as decisões judiciais supranacionais como limitadoras da autonomia de EBES nacionais, geridos por governos democraticamente eleitos; por outro lado, existem especialistas que afirmavam haver o desenvolvimento de “direitos sociais transnacionais” (Schmidt, 2021).

No quadro das “pressões indiretas da integração”, destaca-se a influência que o processo de integração da UE teve na modelagem dos EBES de seus membros. À título de exemplo, o Pacto de Estabilidade e Crescimento Europeu (1997) impactou negativamente a habilidade e inclinação de seus membros a aumentar seus gastos sociais. Ademais, as forças do mercado comum e da globalização do mercado de capitais pressionaram as políticas sociais nacionais no sentido de uma corrida para abaixar os seus impostos e fragilizar o financiamento potencial para os EBES. Nesta conjuntura, se, por um lado, há pressões indiretas sobre as receitas nacionais para políticas sociais; por outro, o processo de globalização e o aprofundamento da integração econômica europeia podem pressionar indiretamente os gastos sociais (Schmidt, 2021).

No tocante às demais pressões, deve-se evidenciar, ainda, que a crise da dívida pública europeia, iniciada em 2010, implicou na necessidade de auxílio financeiro – advindo do Banco Central Europeu, dos membros solventes da Europa Ocidental e Setentrional e do Fundo Monetário Internacional – para os membros endividados – como Grécia, Chipre, Irlanda, Portugal e Espanha –, com a exigência de contrapartidas no sentido de reformas estruturais pelo lado da oferta e austeridade fiscal, o que pressionou sobremaneira as nações em débito a fazer cortes em seus sistemas de bem-estar social (Schmidt, 2021).

Com respeito à política social europeia nas duas primeiras décadas do século XXI, Schmidt (2021) acrescenta que parte da literatura especializada entende que o foco da política social supranacional passou a buscar a promoção do crescimento econômico e do aumento de competitividade para remediar a crise de 2008-2009 e o período posterior de baixo crescimento econômico generalizado. Neste sentido, o Conselho da UE adotou a estratégia “Europa 2020”; porém, não obstante seus ambiciosos objetivos socioeconômicos declarados (como redução significativa de cidadãos afetados pela pobreza e exclusão social), ela apresentou certas fragilidades (como falta de planejamento detalhado, especialmente, quanto ao financiamento).

Posto isso, o autor considera, em síntese, que foram três os princípios que orientaram a evolução da política social europeia: a) política social automática – a primeira fase de integração europeia, entre a década de 1950 até o início dos anos 1970, foi marcada pela crença de que a retirada de barreiras comerciais e restrições à concorrência poderiam elevar o bem-estar nos europeus, de modo que melhorias na política social seriam automaticamente impulsionadas pela expansão do mercado comum -; b) intervencionismo baseado em protecionismo social – os anos 1970 presenciaram ações de regulação e redistribuição -; e c) intervencionismo de construção de mercado (“*market-building*”) – a “integração negativa” supracitada ilustra o período após 1980 e pôde contribuir para pressões para desregulamentação e, assim, limitação dos EBES.

Dentre os princípios influenciadores da dinâmica das políticas sociais europeias, Schmidt (2021) aponta que o intervencionismo de construção de mercado (“*market-building*”) seja, potencialmente, o mais influente. Assim, em meio à “integração negativa” à manutenção do mercado comum, tal princípio, em conjunto com as pressões advindas das políticas econômicas e monetárias europeias, apresenta grande potencial para pressionar os países-membros da UE no sentido da desregulação e enfraquecimento das políticas sociais.

Além disso, o autor argumenta que esse processo poderia ser intensificado caso as autonomias nacionais para decisões sobre políticas sociais fossem completamente repassadas para a Comissão Europeia e para o Tribunal de Justiça Europeu – entes que costumam perseguir uma orientação de livre mercado. Contudo, os efeitos do princípio de intervencionismo de construção de mercado encontram limitações na autonomia dos integrantes da UE. Em razão disso, eles puderam ser mitigados pelos membros, de forma a desacelerar o processo de liberalização em andamento, por meio da capacidade de diluir, circundar, reinterpretar, ignorar ou atrasar as disposições europeias.

Logo, nota-se que o impacto da política social da UE sobre seus membros não é simples – muito menos o seu real impacto nos cidadãos –, em razão da inclinação liberal pró-mercado do bloco, de suas declarações de objetivos ambiciosos contra discriminação e certa ação para correção de problemas de mercado, de tentativas de fortalecimento da proteção social e/ou implementação de políticas sociais intervencionistas, bem como da relativa autonomia dos governos nacionais eleitos democraticamente para gerir as suas políticas socioeconômicas. Outrossim, é necessário pontuar a existência de uma grande distância entre os pronunciamentos sobre políticas sociais e as suas implementações, do modo que seja difícil compreender os reais impactos das diretivas europeias sobre o bem-estar dos cidadãos (Schmidt, 2021).

Em resposta à indagação sobre quão importante é a política social da UE comparada com a dos Estados-membros, Schmidt (2021) argumenta que a comparação entre os anos de 1957,

1967, 1993 e 2017 indica como, embora existam disposições a cumprir, os EBES ficaram amplamente no controle de cada integrante – inclusos organização, financiamento e benefícios dados – nas áreas, especialmente, de sistema de aposentadoria, seguro-desemprego, serviços de saúde, seguro-saúde, seguros para cuidados e acidentes laborais, esquema de bem-estar social para serviços civis, esquemas especiais de trabalho e compensações sociais. Além disso, a regulação das condições de trabalho passou por considerável grau de “europeização”.

Cabe apontar, ainda, que outras políticas – com particular potencial para afetar os EBES – também passaram por um aprofundamento de seu grau de europeização entre 1957 e 2017; são elas: política monetária, política fiscal (limites de débito), políticas regionais e política de agricultura. De modo concreto, Schmidt (2021) ressalta que, quanto à política social comum (influência direta do bloco nos membros), a UE não tem forte liderança, mas um papel de apoio.

Com efeito, não há em sua legislação algum dispositivo jurídico que estabeleça o direito individual à proteção social; não há cobrança de contribuições que possam sustentar serviços sociais (nem departamento administrativo ou orçamento para investimentos sociais); e não há sistemas de pensões, seguro-saúde ou sistema de seguridade social próprios da UE. Assim, a política social do bloco pode ser quase invisível aos cidadãos. O autor associa o baixo nível de europeização das políticas sociais a heterogeneidades e obstáculos: diversidade socioeconômica regional; presença de diferentes EBES – social-democratas, conservadores, meridionais, liberais e pós-comunistas, conforme a discussão realizada no capítulo –; e restrições institucionais e nacionais.

Por último, percebe-se que a integração europeia não gerou fortes impactos diretamente nas políticas sociais de seus membros no intuito de construir um EBES europeu ou uma política social comum. Em síntese, o que houve foi um “transbordamento” para a área social por meio de regulações comuns no sentido de garantir condições mínimas para os trabalhadores, levado a cabo, em grande medida, pelo Tribunal de Justiça da UE. Contudo, de forma indireta e a partir dos objetivos primordialmente comerciais e monetários (especialmente com controle sobre as políticas fiscais e monetárias), a UE gerou forte pressão em seus integrantes para cortes e restrições de seus sistemas de proteção social, o que reverberou nos EBES (Schmidt, 2021).

4.3.2 Impactos sobre os modelos de Estados de bem-estar social dos membros da UE

Em análise dos impactos do projeto de integração regional europeu, desde a década de 1950 até 2007, nos EBES da Europa ocidental, Wolf (2019) conclui que o aprofundamento da integração gerou efeitos consideráveis. Assim, em um ambiente marcado pelo acirramento da

competitividade internacional e de busca por orçamentos equilibrados, a integração reforçou as pressões⁵⁴ para a fragilização, tanto da política econômica quanto das políticas sociais de seus países-membros, a nível nacional, enquanto não houve compensações para as mesmas a nível supranacional⁵⁵, sobretudo a partir da década de 1970.

Em termos de políticas econômicas (monetária, cambial e fiscal), após o fim dos acordos de Bretton Woods em 1973, houve uma mobilização dessas políticas na busca da manutenção dos preços em patamares mais baixos e estáveis. Isso significou manter o nível baixo e estável das taxas de inflação, controlar o valor das moedas nacionais em margens de flutuação e definir regras rígidas para as políticas fiscais dos membros. Já em termos de políticas sociais, após seu auge no contexto de pós-guerra da Europa ocidental, as pressões do projeto de integração – inclusive, indiretamente, por meio dos impactos nas políticas econômicas –, nesse primeiro período, engendraram reformas no sentido de elevar a rigidez das regras de acesso a programas sociais, reduzir benefícios monetários e deteriorar a qualidade de serviços sociais (Wolf, 2019).

A nível regional, por modelos de EBES, o enfraquecimento das políticas econômicas e sociais, acentuado a partir da década de 1970, ocorreu de forma mais intensa nos países da integração regional europeia marcados por maior heterogeneidade social, além de um menor grau de desenvolvimento do Estado, dos direitos civis e políticos. Assim, o enfraquecimento foi liderado pelos países do modelo liberal – Irlanda e Reino Unido –, depois por aqueles do modelo conservador-corporativista – Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos e Luxemburgo – e, enfim, pelos integrantes do modelo social-democrata – Dinamarca, Finlândia, Suécia (Wolf, 2019).

No caso dos países mediterrâneos (Espanha, Grécia, Itália e Portugal), eles só foram fortalecer os seus sistemas de proteção social a partir da década de 1970 – ou seja, relativamente mais tarde do que seus vizinhos –, no contexto de enfraquecimento dos EBES dos demais países da integração regional. Isto foi possível graças a um contexto favorável em que Espanha, Grécia e Portugal (na década de 1970) se juntaram à Itália (democrática a partir do fim dos anos 1940) em um movimento de democratização (após regimes autoritários) e fortalecimento de um Estado social que pudesse prover bem-estar a uma parcela maior da sociedade (Wolf, 2019).

⁵⁴ Em nome do avanço do projeto de integração regional; *i.e.*, em nome da facilitação da união aduaneira, do mercado comum e da união monetária (Wolf, 2019).

⁵⁵ A nível supranacional, Wolf (2019) aponta que a Política Agrícola Comum (PAC) e a Política Regional, ambas financiadas pelo bloco, foram criadas como um reforço às políticas econômicas e sociais de seus membros; porém, em razão de seus restritos orçamentos e da impossibilidade da captação do bloco de recursos por meio de emissão de títulos de dívida, seu poder de auxílio permaneceu limitado.

Dessa forma, no período entre a década de 1950 e 2007, não obstante a relativa expansão das competências sociais diretas da integração regional europeia, deve-se destacar que elas se restringiram a poucas áreas mais necessárias ao aprofundamento desse projeto e que não chegaram a influenciar tão intensamente os EBES de seus membros. Por outro lado, a influência indireta do bloco – por meio do maior controle sobre as políticas monetária, cambial e fiscal – sobre as políticas sociais foi mais significativa e no sentido de as fragilizar quantitativamente e qualitativamente. Nesse contexto, a ordem dos modelos de EBES mais afetados foi a seguinte: meridional; liberal; conservador-corporativista; e, enfim, social-democrata (Wolf, 2019).

Já a partir de 2008, dois grandes eventos se somaram ao contexto da influência da UE sobre os EBES de seus membros: a crise financeira iniciada em 2008 e a grave crise migratória iniciada em 2015. Nessa conjuntura, verificou-se a continuidade do processo, acentuado a partir dos anos 1970, de fragilização dos EBES nacionais, em decorrência do reforço das pressões do projeto de integração regional europeu. Este enfraqueceu as políticas nacionais (gestadas por governos de centro-esquerda e centro-direita), não as compensando com o fortalecimento de políticas supranacionais, o que gerou uma deterioração das condições de vida em geral nos países integrantes do bloco (Wolf, 2019).

No âmbito das políticas econômicas, embora *a priori* a UE tenha tolerado uma flexibilização da política fiscal, por meio do Plano Europeu de Recuperação Econômica, houve posteriormente um posicionamento do bloco de cancelar as pressões de credores sobre os devedores no sentido de os últimos adotarem ajustes fiscais severos. Pelo lado das políticas monetária e cambial, o Eurossistema permitiu maior flexibilização com o objetivo de manter a estabilidade do Euro (em curso desde 2002) e tentar evitar uma deflação. Acrescenta-se que os membros do bloco não aderentes ao Euro acabaram por seguir o Eurossistema no sentido de aumento da liquidez, redução das taxas de juros e do valor de suas moedas (Wolf, 2019).

Com relação às políticas sociais, por um lado, não ocorreram novos avanços na legislação primária após o Tratado de Lisboa (em vigor desde 2009), o que restringiu as competências da UE sobre as políticas sociais ao mínimo necessário ao funcionamento do mercado comum em áreas como: diversidade e discriminação; cidadania; mobilidade entre os membros; contratos de trabalho; serviços de educação; serviços de treinamento laboral; serviços de saúde; emprego; pensões; assistência social; exclusão social; esporte; e Carta de Direitos Fundamentais⁵⁶. Por

⁵⁶ A Carta dos Direitos Fundamentais da UE foi incorporada pelo Tratado de Lisboa e previa os direitos: “à vida; à integridade; à dignidade; à igualdade; à diversidade e à não discriminação; à mobilidade entre os países membros; ao emprego; à duração do contrato de trabalho adequada; à remuneração adequada; à jornada, descanso e férias adequados; à representação e à participação dos empregados adequados; à proteção das crianças e dos jovens; à proteção dos idosos; à proteção dos indivíduos com alguma limitação física ou mental; ao acesso a pensões

outro lado, novos avanços ocorreram na legislação secundária (não obstante a resistência dos membros); contudo, embora tenham permitido uma intervenção relativamente maior do bloco, os países integrantes mantiveram certo grau de autonomia por poderem determinar os meios utilizados para alcançar os fins fixados pelo bloco (Wolf, 2019).

Cabe acrescentar que houve um aumento do controle do bloco sobre as políticas sociais de seus integrantes por meio do Semestre Europeu⁵⁷. Além disso, este intensificou a defesa – iniciada na década de 1970 e reforçada nos anos 2000 – pelo modelo de “flexigurança” e pelo princípio de “estado de investimento social”⁵⁸ enquanto referências às políticas sociais nacionais para se melhor preservar um “modelo social europeu”. Não obstante as vantagens argumentadas para tal modelo, problemas intrínsecos a ele não apenas não foram eliminados com sucesso, mas foram aprofundados, de modo que os retrocessos nos sistemas de proteção social foram consideráveis (Wolf, 2019).

Esse contexto, somado à grande autonomia dos Estados-membros sobre suas políticas sociais, à necessidade contínua de aumento de competitividade individual e ao aumento das pressões para ajuste fiscal em decorrência dos efeitos das crises financeira e de imigração, pressionaram os integrantes no sentido de avançar na flexibilidade e retroceder na segurança, com destaque para: i) aumento de regras para o acesso a benefícios sociais; ii) redução do valor de benefícios monetários; iii) redução da qualidade dos benefícios em espécie (serviços sociais e bens oferecidos gratuitamente ou de forma subsidiada); e iv) redução das regras mínimas para contratos de trabalho (Wolf, 2019).

No caso de políticas e instrumentos financiados pelo orçamento comum para apoiar as políticas econômicas e sociais dos Estados-membros – sobretudo, as Políticas Regional e Agrícola Comum –, permaneceram com modesto poder de alcance no auxílio do atendimento de necessidades fundamentais em razão da diminuição do já reduzido orçamento comum e do impedimento de captação de recursos por meio da emissão de títulos de dívida, mesmo após passarem por reformas. Outrossim, o Grupo Banco Europeu de Investimento e Fundo Europeu

adequadas; ao acesso à assistência social adequada; ao acesso aos serviços de apoio à colocação, recolocação e permanência no mercado de trabalho adequados; aos serviços de educação adequados; aos serviços de saúde adequados; e aos serviços de habitação social adequados” (Wolf, 2019, p. 191).

⁵⁷ O Semestre Europeu consiste em um quadro de coordenação anual da UE para o alinhamento das políticas econômicas, orçamentárias, sociais e de emprego dos Estados-membros, de acordo com as regras fixadas a nível do bloco (Consilium Europa, 2024).

⁵⁸ *Grosso modo*, o modelo de “flexigurança”, criado na Holanda e desenvolvido na Dinamarca, indica maior flexibilização nas regras trabalhistas à contratação pelos empregadores, enquanto o Estado busca gerar segurança para os trabalhadores na ativa ou não (desempregados). Ele busca mobilizar a política social para o estímulo ao emprego e é associado ao princípio ou noção de “estado de investimento social”. Este diz respeito à visão de que a aplicação pública de recursos em capacitações de trabalhadores para o emprego (em “capital humano”) seja vista como um investimento com possibilidade de retornos futuros (Wolf, 2019).

de Investimentos (BEI), tradicional agente complementar das políticas e dos instrumentos dos membros da UE, aumentou a sua cautela para a expansão da concessão de empréstimos, garantias e participações após a crise de 2008 (Wolf, 2019).

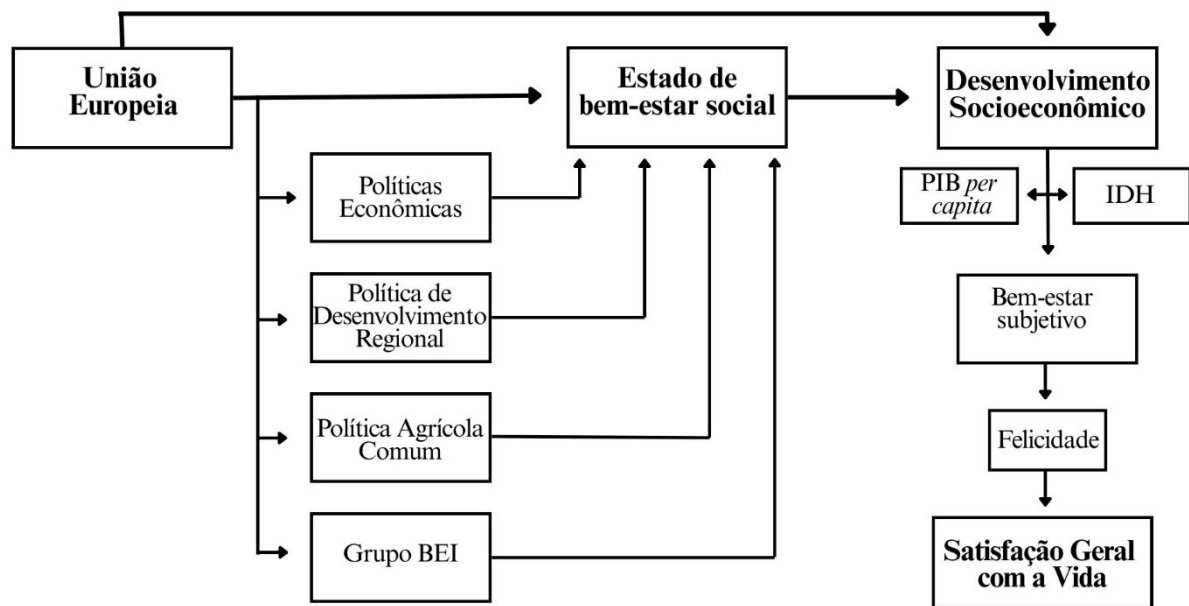
4.3.3 Síntese da discussão e o caso dos pós-comunistas

Diante do exposto nas subseções anteriores, pode-se defender que a UE possui potencial para influenciar direta e indiretamente os EBES de seus países integrantes e, por conseguinte, estabelecer um canal indireto de influência sobre o desenvolvimento socioeconômico de seus membros, a partir da ótica do indicador de satisfação geral com a vida⁵⁹, conforme é ilustrado na Figura 4.2. Esta adiciona à Figura 3.2 os canais de influência direta e indireta do bloco sobre o desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes e, portanto, sobre as médias de satisfação geral com a vida deles. Outrossim, explicita-se também a dimensão do bem-estar subjetivo como uma alternativa aos indicadores de bem-estar objetivo (PIB *per capita* e IDH) utilizados pela Economia do Bem-Estar Ortodoxa e pela Abordagem das *Capabilities*.

Um dos principais canais de impactos da UE sobre a satisfação geral com a vida ocorre por meio de sua influência sobre os EBES de seus membros. Esta se divide em uma influência direta menos intensa e uma influência indireta mais intensa. A direta diz respeito a regulações para padrões mínimos nas relações e condições de trabalho e padrões sociais mínimos necessários ao funcionamento do mercado comum, bem como à difusão de melhores práticas de política social, especialmente nas áreas de inclusão social e paridade de gênero – em políticas de mercado de trabalho e familiares. Já a influência indireta do bloco nos EBES acontece via suas políticas econômicas – monetária, cambial, fiscal e comercial –, políticas de desenvolvimento regional, política agrícola comum e por meio do Grupo BEI (Wolf, 2019; Cook; Inglot, 2021; Schmidt, 2021).

⁵⁹ É imperativo lembrar que o desenvolvimento socioeconômico é entendido na presente Dissertação de Mestrado como um fenômeno multidimensional que pode ser investigado por diferentes indicadores, objetivos e subjetivos. Assim, não obstante a existência de outros indicadores como o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o indicador de satisfação geral com a vida é escolhido em razão da opção de se investigar o desenvolvimento socioeconômico a partir da dimensão do bem-estar subjetivo, sob a argumentação dele enriquecer as investigações sobre tal fenômeno.

Figura 4.2 – Canais de influência (diretos e indiretos) da União Europeia sobre a satisfação geral com a vida de seus integrantes



Fonte: Elaboração própria com base em Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), O'Connor (2017), Wolf (2019), Martela et al. (2020), Cook e Inglot (2021), Easterlin (2021), Kerstenetzky (2021), Santos (2022) e Schmidt (2021).

Um dos principais canais de impactos da UE sobre a satisfação geral com a vida ocorre por meio de sua influência sobre os EBES de seus membros. Esta se divide em uma influência direta menos intensa e uma influência indireta mais intensa. A direta diz respeito a regulações para padrões mínimos nas relações e condições de trabalho e padrões sociais mínimos necessários ao funcionamento do mercado comum, bem como à difusão de melhores práticas de política social, especialmente nas áreas de inclusão social e paridade de gênero – em políticas de mercado de trabalho e familiares. Já a influência indireta do bloco nos EBES acontece via suas políticas econômicas – monetária, cambial, fiscal e comercial –, políticas de desenvolvimento regional, política agrícola comum e por meio do Grupo BEI (Wolf, 2019; Cook; Inglot, 2021; Schmidt, 2021).

Por sua vez, canais diretos de influência da UE na satisfação geral com a vida de seus integrantes podem ocorrer por diferentes possibilidades. Como discutido anteriormente, o próprio bloco avança um conjunto amplo de benefícios para os países que efetivamente se juntam a ele, como: maior estabilidade política; ampliação de liberdades – os seus cidadãos podem habitar, estudar ou trabalhar em qualquer um dos países-membros; inserção no mercado único europeu e o decorrente aumento no comércio; e ampliação do influxo de financiamentos

e investimentos – maior acesso ao sistema financeiro europeu e a investidores europeus (União Europeia, 2024).

Além disso, Nikolova e Nikolaev (2016) sintetizam quatro canais pelos quais a integração à UE possa influenciar diretamente a satisfação geral com a vida de novos membros, são eles: i) instituições econômicas e políticas; ii) resultados econômicos (ou economia); iii) percepções de liberdade de escolha e de controle da vida; e iv) identidade social. Enfim, ressalva-se que outras possibilidades poderiam ser levantadas como canais com relação à democracia, Estado de Direito, segurança, proteção ambiental, tratamento a minorias sociais etc.

Isso posto, uma vez observado que os impactos da UE sobre os EBES de seus membros ocorreram no sentido de pressionar o seu enfraquecimento a nível nacional - sem uma compensação *pari passu* a nível supranacional – a partir da década de 1970 e reforça-lo a partir de 2008, Wolf (2019) aponta que o corolário deste processo se constituiu na deterioração das condições de vida nos integrantes do bloco em termos de: emprego (desemprego e aumento dos empregos atípicos), salário, vida laboral, condições de trabalho, produto e renda, desigualdade de renda, pobreza, atendimento de necessidades (nas áreas de alimentação, educação, saúde, habitação, saneamento, transporte, lazer e cuidado)⁶⁰. Para o autor, a fragilização dos EBES e os decorrentes efeitos negativos nas condições de vida ocorreram em diferentes intensidades ao longo do território da UE. No geral, os países mais afetados foram aqueles pertencentes ao modelo meridional (com ênfase para Espanha, Grécia, Itália e Portugal), seguidos do modelo liberal (especialmente a Irlanda).

Estes teriam recebido maiores pressões por retrocessos em seus EBES em razão de terem estado no centro das crises financeira e migratória, e de serem menos resistentes às pressões, por terem uma estrutura de Estado, economia e de direitos (civis e políticos) menos desenvolvida, sociedades mais heterogêneas, sistemas de proteção social menos sofisticados e condições de vidas pretéritas relativamente inferiores. Depois, em ordem, estão os países do modelo conservador-corporativista e, enfim, aqueles do modelo social-democrata (Wolf, 2019).

Para finalizar, uma vez feita uma incursão sobre os efeitos da integração regional europeia nos EBES de seus membros separados nos quatro principais modelos de EBES discutidos no capítulo III (liberal, meridional, conservador-corporativista e social-democrata), torna-se necessário abordar o caso dos países pós-comunistas que passaram a entrar na UE a partir de

⁶⁰ Os impactos afetaram, sobretudo, as mulheres, os mais jovens, os mais velhos, aqueles com limitações físicas e mentais, as populações de menor escolaridade, bem como os imigrantes e seus descendentes (Wolf, 2019).

2004⁶¹. Assim, deve-se retomar primeiramente que, ao serem integrados ao bloco europeu, esses países já haviam passado por: décadas de regimes comunistas – sobretudo, na segunda metade do século XX – e suas experiências de políticas sociais; pela decadência e fim do comunismo; e por uma transição para o capitalismo.

Nesse quadro, Cook e Inglot (2021) indicam que o desenvolvimento dos EBES dos países pós-comunistas passou por quatro períodos, a saber: i) anos 1990, marcados por reduções dos investimentos sociais e reformas; ii) final da década de 1990 e princípio de experiência na UE (até 2007), caracterizado por consolidação e expansão; iii) anos 2008-2010, com contração em função da crise financeira no período e pressões da UE por cortes de gastos; e iv) recuperação após 2010.

No início dos anos 2000, em análise sobre o EBES, Fenger (2007) encontrou que os pós-comunistas se dividiam em três grupos: a) ex-membros da União Soviética (Bielorrússia, Estônia, Letônia, Lituânia, Rússia e Ucrânia); b) pós-comunistas europeus (Bulgária, Croácia, República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia) – influenciados por negociações que levaram a mudanças para aderirem à UE –; e c) EBES em desenvolvimento (Geórgia, Romênia e Moldávia). Em conjunto, eles se caracterizavam por indicadores de EBES consideravelmente inferiores aos da Europa Ocidental e relativamente próximos entre si.

Para 2004, Piotrowska e Rae (2018) utilizaram a mesma estratégia empírica de Fenger (2007) e encontram evidências de que os pós-comunistas que entraram na UE se encontravam também em 3 grupos distintos: i) Bulgária, Eslováquia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia; ii) República Tcheca, Hungria, Croácia e Polônia – agrupados com países tradicionalmente classificados como de modelos liberal ou mediterrâneo –; e iii) Eslovênia, juntamente aos conservadores-corporativistas e os social-democratas. Já para 2014, os indicadores de EBES dos pós-comunistas integrados à UE apontaram que eles convergiram a um grupo único, excetuando-se o caso da Eslovênia, que permaneceu entre os países dos modelos conservadores-corporativistas e sociais-democratas.

Um elemento destacado pelas autoras é que, embora fosse caracterizado por evidências de EBES inferiores, o grupo apresentou os melhores resultados para as variáveis de crescimento do produto e investimento público (como porcentagem do produto) em comparação a outros dois grupos – social-democrata/conservador e liberal/mediterrâneo. Isto pode ser explicado pelo crescimento significativo do investimento público entre 2004 e 2014, sustentado pelo influxo de fundos da UE. Com efeito, os países do Centro e Leste Europeu foram os maiores

⁶¹ Ordem de entrada dos pós-comunistas na União Europeia: i) Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e República Tcheca em 2004; ii) Bulgária e Romênia em 2007; e iii) Croácia em 2013.

beneficiários do Fundo de Coesão e dos Fundos Estruturais, instrumentos da política regional da UE, o que propiciou o aumento substancial dos investimentos de governos nacionais em suas infraestruturas e, por conseguinte, um reforço ao crescimento do produto – em adição a outros investimentos atraídos para os países em decorrência da primeira década de entrada na UE (Piotrowska; Rae, 2018).

Esses dados indicam que, embora os pós-comunistas tenham se beneficiado de ganhos por sua entrada no bloco, eles não realizaram um *catch up* rápido em direção aos resultados de EBES de seus pares da Europa ocidental como se poderia esperar, enquanto passaram por alguma convergência entre eles mesmos. Ademais, o grande influxo de recursos via fundos estruturais e de coesão foi temporário, devido ao aporte financeiro destinado daqueles países dentro do orçamento comum ter provavelmente caído no tempo (Piotrowska; Rae, 2018).

Vale ressaltar que, no período de 2008 a 2010, no geral, os pós-comunistas enfrentaram grandes consequências da crise financeira, incluindo medidas de austeridade e cortes profundos em programas sociais - especialmente nos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Croácia, Eslovênia, Hungria e Romênia. Em contraste com a influência positiva da UE sobre o bem-estar, ela pressionou a região para uma “camisa de força” fiscal, com estímulo à flexibilização e precarização dos mercados de trabalho, além de queda na cobertura e valores de benefícios da seguridade social. Um agravante foi a combinação entre as baixas taxas de fertilidade (em queda desde a década de 1990) e a emigração em massa da mão de obra jovem ao ocidente, particularmente da Polônia, Romênia e Lituânia. Embora precisassem de mão de obra adicional, esses países se recusaram a aceitar imigrantes vindos do Oriente Médio e do Norte da África e tentaram os substituir por “compatriotas” da Ucrânia e da Bielorrússia (Cook; Inglot, 2021)

Esse cenário levou a uma crescente onda de euroceticismos e populismos na região – em especial na Bulgária, Eslováquia, Estônia, Hungria, Polônia e República Tcheca –, o que se desdobrou em mudanças nas trajetórias das políticas sociais desses países, como: inclinação para o nacionalismo; incentivo pró-natalista e a famílias tradicionais; aumento de solidariedade nos sistemas de pensões e cancelamento do aumento da idade de se aposentar (Cook; Inglot, 2021).

Quanto ao período posterior a 2010, Cook e Inglot (2021) defendem certa convergência dos países pós-comunistas com os demais membros da UE. De acordo com os autores, quatro elementos podem ser destacados como influenciadores dos EBES do grupo a partir de 2010: i) crescimento econômico acima da média; ii) integração progressiva no bloco europeu; iii) recuperação das políticas sociais e expansão significativa dos gastos sociais; e iv) crescimento simultâneo de nacionalismos de cunho conservador ou de populismo no âmbito político.

No período mais recente, no geral, os países do Centro e Leste Europeu da UE passaram por taxas de crescimento econômico acima da média (especialmente no período 2006-2018), uma melhora na arrecadação de tributos e recorde de baixo desemprego. Ainda que tais avanços não signifiquem um aumento automático nos gastos sociais, Cook e Inglot (2021) argumentam que ao menos eles ajudaram a estabilizar certos EBES (por exemplo, Hungria e Eslovênia) ou até a possibilitar a expansão da política social (como na Eslováquia, Lituânia e Polônia).

Com respeito a indicadores de EBES (gastos sociais totais como porcentagem do produto agregado, participação no mercado de trabalho masculina e feminina, população abaixo da linha nacional de pobreza e gastos públicos em saúde como porcentagem do produto agregado), no ano de 2016, Cook e Inglot (2021) mostram os países do Centro e Leste Europeu pertencentes à UE divididos em três grupos: i) no topo, Eslovênia, Croácia e Polônia; ii) Eslováquia, Hungria e República Tcheca; iii. Bulgária, países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e Romênia.

No tocante aos gastos sociais, em 2017, todos os pós-comunistas ficaram abaixo da média do bloco, ainda que alguns deles tenham ultrapassado membros tradicionais, como a Grécia, a Irlanda, os Países Baixos e o Reino Unido. Quanto aos impactos da UE nos benefícios sociais mais importantes dentro dos países pós-comunistas, há certo consenso sobre ele ter sido mais indireto e marginal. Adiciona-se que a “europeização” trouxe melhora nas relações de gênero e em áreas da política familiar⁶². Com efeito, o mecanismo voluntário de Método Aberto de Coordenação do bloco facilitou a difusão de melhores práticas de política social, especialmente nas áreas de inclusão social e paridade de gênero – em políticas de mercado de trabalho e familiares. A situação orçamentária e da política social, em termos de administração, treinamento e infraestrutura, teve apoio em instrumentos de política regional da UE, como os fundos social, de coesão e de desenvolvimento (com particular ajuda para países mais populosos como Hungria, Polônia e República Tcheca) (Cook; Inglot, 2021).

4.4 Conclusões

O presente capítulo buscou construir um referencial de fundamentação teórico-empírica acerca da União Europeia e seu potencial para influenciar o desenvolvimento

⁶² Ao investigar o Estado de bem-estar social nos países da OCDE (parte significativa pertencente à União Europeia, inclusive pós-comunistas como Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia e Polônia) no século XXI, Kerstenetzky e Guedes (2018) destacam o surgimento de novas políticas para famílias, sobretudo, para a primeira infância.

socioeconômico de seus membros, particularmente por meio de seus impactos sobre seus Estados de bem-estar social. Este empreendimento foi realizado para cumprir o objetivo de fornecer sustentação às análises empíricas subsequentes desta Dissertação. Para tanto, buscou-se abordar um breve panorama sobre a evolução da integração regional europeia, os canais de influência e os impactos (gerais e regionais) da UE sobre os EBES de seus integrantes, bem como os potenciais efeitos decorrentes em seus desenvolvimentos socioeconômicos.

A partir do conteúdo exposto, alguns aportes de maior relevância para os próximos capítulos desta Dissertação podem ser resumidos a seguir. Primeiramente, quanto ao panorama de evolução do bloco, seus canais de influência sobre o EBES e os decorrentes efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico, a literatura encontrada apontou que o balanço da influência da União Europeia – a partir da década de 1970 e com aprofundamento a partir de 2008 - sobre os sistemas de proteção social de seus membros foi negativo, no sentido da fragilização a nível nacional ao passo que não houve compensação proporcional a nível supranacional.

Esse processo se desdobrou em efeitos indiretos negativos sobre condições de vida objetivas nos países-membros, em termos de: emprego (desemprego e aumento dos empregos atípicos), salário, vida laboral, condições de trabalho, produto e renda, desigualdade de renda, pobreza, atendimento de necessidades (nas áreas de alimentação, educação, saúde, habitação, saneamento, transporte, lazer e cuidado). Ademais, foi apontado que esse fenômeno ocorreu com intensidades distintas para os diferentes grupos de modelo de EBES presentes na União Europeia, de modo que os mais afetados foram os grupos meridional (Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal – na versão estendida) e liberal (Irlanda e Reino Unido), seguidos pelo conservador-corporativista (Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos e Luxemburgo) e, enfim, pelo social-democrata (Dinamarca, Finlândia e Suécia).

Quanto ao grupo pós-comunista (Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca e Romênia), foi encontrada uma experiência *sui generis* em razão de seu passado comunista, posterior transição para o capitalismo e entrada tardia (e mais recente) na UE. Em síntese, a literatura indicou que, no geral, o grupo passou por diferentes fases com respeito ao desenvolvimento de seus sistemas de proteção social em um contexto pós-comunista: i. o fim da década de 1990 e princípio de experiência na UE (até 2007) foi caracterizado por consolidação e expansão; ii. os anos 2008-2010 foram marcados por contração devido à crise financeira e pressões da UE por cortes; iii. após 2010, certa recuperação é posta em curso, embora até 2017 o grupo não tenha chegado aos padrões médios europeus para gastos sociais e para muitos indicadores objetivos de

desenvolvimento socioeconômico - não houve um *catch up* rápido do grupo com relação aos vizinhos, como se poderia esperar.

Nesse sentido, em resumo, foi encontrado que o impacto da UE sobre os benefícios sociais mais importantes dentro dos países pós-comunistas ocorreu de duas formas diferentes: i. direta e menos intensa, que engendrou a difusão (no sentido ocidente-oriental) de melhores práticas de política social, especialmente nas áreas de inclusão social e paridade de gênero (em políticas de mercado de trabalho e familiares); ii. indireta e mais intensa, com o apoio de instrumentos da política de desenvolvimento regional e considerável afluxo de investimentos (especialmente entre 2004-2014), por um lado, e submissão ao controle dos instrumentos de políticas econômicas (monetária, cambial, fiscal e comercial) e influência do Grupo BEI (Banco Europeu de Investimento e Fundo Europeu de Investimento) por outro.

Dessa forma, uma das principais contribuições do capítulo para as análises empíricas subsequentes consiste na figura 4.2. Esta ilustra o potencial de impacto da União Europeia sobre o desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes, analisado a partir da ótica da satisfação geral com a vida, por meio de sua influência sobre seus Estados de bem-estar social. A literatura indica que a influência ocorreu de forma direta e menos intensa por um lado, e indireta e mais intensa por outro – a partir de instrumentos do bloco quanto a políticas econômicas, política de desenvolvimento regional, política agrícola comum e ao Grupo BEI.

Cabe, ainda, adicionar que uma via direta de impacto do bloco sobre o referido desenvolvimento pode ocorrer por múltiplas possibilidades: instituições e resultados nas áreas política (relacionados, por exemplo, à Democracia, Estado de Direito, proteção ambiental, tratamento a minorias) e econômica (como fluxo de financiamentos, investimentos e comércio); percepções de liberdade de escolha e de controle da vida (tais como possibilidade de habitar, estudar ou trabalhar em qualquer um dos países-membros); identidade social.

V – PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS

“A ciência é mais que um corpo de conhecimento, é uma forma de pensar, uma forma cética de interrogar o universo, com pleno conhecimento da falibilidade humana”

Carl Sagan

5.1 Apresentação

Com respeito aos principais aportes dos capítulos anteriores para a pesquisa empírica, deve-se mencionar, em síntese, que o capítulo II (“Felicidade nas Ciências Econômicas”) apresentou e fundamentou o indicador de satisfação geral com a vida, bem como indicou que o desenvolvimento socioeconômico será investigado por meio da dimensão do bem-estar subjetivo (Figura 2.1). Por sua vez, o capítulo III (“Estado de bem-estar e Desenvolvimento Socioeconômico”) construiu um referencial de fundamentação teórico-empírica acerca do Estado de bem-estar social (ex.: Tabela 3.1 e Quadro 3.1) e de sua relação com o desenvolvimento socioeconômico (Figura 3.2), e construiu uma classificação abrangente para as experiências de EBES de todos os membros da União Europeia (Quadro 3.2).

Já o capítulo IV (“União Europeia e Estados de bem-estar social”) produziu uma fundamentação para a União Europeia (*e.g.* Quadro 4.1 e Quadro 4.2) e seu potencial para influenciar o desenvolvimento socioeconômico de seus membros (Figura 4.2). Esta figura complementa as contribuições da Figura 2.1, Quadro 3.3 e Figura 3.2. Enquanto uma das principais contribuições da Dissertação para as análises empíricas, ela ilustra sinteticamente o potencial de impacto da União Europeia sobre o desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes, analisado a partir da ótica da satisfação geral com a vida, por meio de sua influência sobre seus Estados de bem-estar social.

O presente capítulo tem a intenção de dar início aos procedimentos empíricos adotados na presente Dissertação de Mestrado para atingir o objetivo de pesquisa proposto, reportado na Introdução. Assim, inicialmente (seção 5.2), são apresentados os métodos, o modelo, os dados (variáveis) e amostra utilizados. Na seção 5.3, são apontadas algumas fundamentações para as opções empíricas adotadas, bem como uma extensa discussão sobre como as variáveis explicativas propostas poderiam influenciar a satisfação geral com a vida. Por seu turno, a seção 5.4 exhibe as primeiras análises empíricas com respeito às estatísticas descritivas, mínimos e máximos, gráficos de dispersão, testes de correlação, assim como um resumo das especificações

dos modelos econométricos a serem estimados. Já seção 5.5 representa as conclusões. Por fim, cabe mencionar que o próximo capítulo irá prosseguir com os procedimentos empíricos a partir de análises descritivas.

5.2 Métodos, modelo, dados e amostra

Parte dos procedimentos empíricos consiste em regressões⁶³ (estimações econométricas) com dados em painel; *i.e.*, com observações de cortes transversais (*cross-sections*) ao longo do tempo. Gujarati e Porter (2011) resumem as vantagens do uso de dados em painel em regressões da seguinte forma: i) aumenta consideravelmente o tamanho da amostra; ii) mais adequado para compreender a dinâmica do fenômeno estudado no tempo; e iii) possibilita a modelagem de fenômenos mais complexos. Não obstante estas vantagens, os autores apontam problemas que podem surgir, como os associados a cortes transversais (por exemplo, heterocedasticidade) e às séries temporais (por exemplo, autocorrelação), e que, por conseguinte, precisam ser tratados.

Dentre as possibilidades de estimações com dados em painel, aqui são aplicados dois métodos: a) painel com efeitos fixos (MEF); e b) painel com efeitos aleatórios (MEA) – também conhecido como modelo de componentes dos erros (MCE). Estes métodos possibilitam lidar com a heterogeneidade entre as unidades de análise; no caso, países. O MEF considera que o intercepto da regressão pode diferir entre os países em razão de suas características *sui generis*.

Por isso, é necessário considerar a influência de atributos não observados distintos entre os países, mas constantes no tempo (efeitos fixos). Ramos (2021) indica justamente que modelos de efeitos fixos são aconselháveis para contornar possíveis características culturais ou de personalidade preponderantes em sociedades e que poderiam dificultar as investigações empíricas envolvendo a satisfação geral com a vida. Com estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)⁶⁴, isto pode ser feito inserindo no modelo uma *dummy* para cada país. Uma

⁶³ De acordo Gujarati e Porter (2011), a análise de uma regressão se traduz no estudo da dependência de uma variável dependente (ou explicada ou prevista) em relação a uma ou mais variáveis independentes (ou explanatórias ou explicativas ou previsoras ou regressores), com o objetivo de estimar e/ou prever o valor médio para a população (da variável dependente) a partir dos valores coletados de amostras (das variáveis independentes). Assim, é importante que o modelo estimado seja fundamentado em literatura teórico e empírica.

⁶⁴ Greene (2012) ressalta que, para as estimações feitas a partir do método MQO serem eficientes, suas hipóteses devem ser cumpridas, nomeadamente: a.) linearidade nos parâmetros – o modelo deve especificar uma relação linear entre a viável dependente e as variáveis explicativas –; b) posto completo – não pode haver uma correlação linear perfeita entre as variáveis explicativas –; c) exogeneidade das variáveis independentes – a covariância entre os distúrbios e as variáveis independentes deve ser nula –; d) perturbações esféricas (homocedasticidade e não auto-correlação) – os distúrbios precisam ter variância constante e não ser autocorrelacionados –; e) geração exógena dos dados – as variáveis explicativas devem ter seus dados gerados de modo independente aos distúrbios

desvantagem deste procedimento é ele consumir demasiados graus de liberdade em razão do número de unidades (países) de corte transversal. Uma alternativa, adotada nesta Dissertação, é a estimação em que as variáveis, para cada país, assumem os valores de desvios em relação às suas respectivas médias no período analisado – estimador *Within*⁶⁵. Ademais, são realizadas estimações robustas por *clusters* para lidar com a heterocedasticidade (Gujarati e Porter, 2011).

Já no MEA⁶⁶, estimado por Mínimos Quadrados Generalizados (MQG), considera-se que o intercepto de uma unidade provenha da extração aleatória da população. Ele é adequado se houver correlação entre cada unidade do intercepto do corte transversal e os regressores. Assim, as vantagens do MEA são: a) não consumir muitos graus de liberdade; b) não pedir a estimação de N interceptos de corte transversal; e c) permitir a introdução de variáveis *dummies* constantes em todo o período para cada unidade de análise – o que não pode ser feito por MEF em razão destas serem colineares com o intercepto específico da unidade (Gujarati e Porter, 2011). O teste de Hausman indica qual abordagem (MEF ou MEA) é mais adequada (Wooldridge, 2006).

Uma vez apresentados os métodos utilizados, indica-se que os modelos estimados na presente Dissertação de Mestrado, por MEF e MEA, baseiam-se na equação (5.1).

$$FEL_{it} = \beta_0 + \beta_1 UE_{it} + \beta_2 LPIB_{it} + \beta_3 LPIB_{it}^2 + \beta_4 ApoioS_{it} + \beta_5 Lib_{it} + \beta_6 Gen_{it} + \beta_7 Corrup_{it} + \beta_8 Pop_{it} + \beta_9 Des_{it} + \beta_{10} GPub_{it} + \beta_{11} GEduc_{it} + \beta_{12} GSau_{it} + \beta_{13} TV_{it} + \beta_{14} EVE_{it} + \beta_{15} EVN_{it} + \beta_{16} TFem_{it} + \beta_{17} Tend_t + u_i + \varepsilon_{it} \quad (5.1)$$

sendo: FEL_{it} a variável dependente do país i no ano t ; β_0 a constante; β_1 a β_3 e β_{10} a β_{16} os coeficientes associados às variáveis explicativas de interesse (UE_{it} , $LPIB_{it}$, Des_{it} , $GPub_{it}$, $GEduc_{it}$, $GSau_{it}$, TV_{it} , EVE_{it} , EVN_{it} e $TFem_{it}$); β_4 a β_9 os coeficientes associados às variáveis explicativas de controle ($ApoioS_{it}$, Lib_{it} , Gen_{it} , $Corrup_{it}$ e Pop_{it}); β_{17} o coeficiente de uma variável de tendência linear ($Tend_t$) para controlar efeitos fixos temporais; u_i um conjunto de atributos distintos entre os países e constantes no tempo (efeitos fixos); e ε_{it} o termo de erro. Cumpre mencionar que o Quadro 5.1 descreve todas as variáveis consideradas - dependente e explicativas (de interesse e controle) – e apresenta as fontes dos dados.

–; e f) distribuição normal dos distúrbios – a distribuição dos distúrbios precisa ser normal, com média igual a zero e variância constante. Sob tais hipóteses, os efeitos fixos são os melhores estimadores lineares não-viesados.

⁶⁵ Mais especificamente, o MEF aqui adotado é comumente chamado de *Two-Way Fixed Effects* (TWFE). Este método controla a heterogeneidade não observada entre as unidades de análise e ao longo do tempo.

⁶⁶ Segundo Wooldridge (2006), as hipóteses ideais do MEA são basicamente as mesmas dos efeitos fixos, porém ele necessita de hipóteses adicionais sobre a relação entre os efeitos não observados (a_i) e as variáveis explicativas: i) $E(a_i|X_i) = \beta_0$ – o valor esperado de (a_i), dadas as variáveis explicativas, é constante; e ii) $Var(a_i|X_i) = \sigma_a^2$ – a variância de a_i , dadas as variáveis explicativas, é constante.

Quadro 5.1 – Variáveis utilizadas nas análises

Variáveis	Descrições	Fontes
Felicidade (<i>FEL</i>)	Felicidade – satisfação geral com a vida: média nacional. A pergunta questionada é: “Por favor, imagine uma escada, com degraus enumerados de 0, na parte inferior, a 10, no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você, e a parte inferior da escada representa a pior vida possível para você. Em que degrau da escada você diria que pessoalmente sente que está neste momento?”	RMF (<i>Gallup World Poll</i>)
PIB <i>per capita</i> (<i>LPIB</i>)	PIB <i>per capita</i> em paridade de poder de compra (PPC) a preços constantes internacionais de dólares de 2017 (logaritmo natural)	
Apoio Social (<i>ApoioS</i>)	Apoio social – ter alguém com quem contar em tempos difíceis: média nacional para as respostas binárias (1 = sim ou 0 = não) para a pergunta: “se você estivesse com problemas, você teria parentes ou amigos com quem contar quando precisasse deles, ou não?”	
Liberdade de Escolha (<i>Lib</i>)	Liberdade para fazer escolhas de vida – média nacional para as respostas binárias (1 = sim ou 0 = não) para a pergunta: “você está satisfeito ou insatisfeito com a sua liberdade para escolher o que você faz com a sua vida?”	
Generosidade (<i>Gen</i>)	Medida calculada como resíduo da regressão (MQO) da média nacional das respostas à pergunta “você doou dinheiro para uma instituição de caridade no mês passado?” em função do PIB <i>per capita</i>	
Corrupção (<i>Corrup</i>)	Média nacional para as respostas binárias (1 = sim ou 0 = não) para as perguntas “a corrupção está disseminada pelo governo ou não?” e “a corrupção está disseminada nas empresas ou não?”	
População (<i>Pop</i>)	População total (em milhões) baseada na definição <i>de facto</i> de população, que considera todos os residentes, independentemente de seu <i>status</i> legal ou cidadania. Os valores de estimativas da população no meio do ano (em milhões de habitantes)	Banco Mundial
Desemprego (<i>Des</i>)	Porcentagem da força de trabalho que está sem trabalho, mas que está disponível e procurando por trabalho	
Gastos Totais (<i>GPub</i>)	Gastos públicos (como porcentagem do PIB) – pagamentos para a operação de atividades do governo na provisão de bens e serviços, incluindo compensações a trabalhadores (como salários), juros e subsídios, financiamentos, benefícios sociais e outras despesas	
Gastos Educação (<i>GEduc</i>)	Gastos públicos (corrente, capital e transferências) dos governos locais, regionais e centrais com educação (como porcentagem do PIB) – incluem gastos financiados por transferências de fontes internacionais	
Gastos Saúde (<i>GSau</i>)	Gastos públicos gerais com saúde a partir de fontes domésticas (como porcentagem do PIB)	
Trabalho Vulnerável (<i>TV</i>)	Número de trabalhadores que se dedicam à própria família ou trabalham por conta própria como porcentagem do emprego total	
Vida Escolar (<i>EVE</i>)	Expectativa de vida escolar – número de anos escolares (do ensino primário ao terciário) esperados para uma criança em idade de entrar para a escola	
Expectativa de Vida (<i>EVN</i>)	Expectativa de vida ao nascer – número de anos de vida esperados para um recém-nascido no caso de os padrões de mortalidade de seu ano de nascimento prevalecerem ao longo de sua vida	
Trabalho Feminino (<i>TFem</i>)	Força de trabalho feminino – participação das mulheres que tem ou procuram trabalho na população feminina com 15 anos ou mais	
União Europeia (<i>UE</i>)	Variável <i>dummy</i> que indica se o país é membro da União Europeia no respectivo ano (1 = sim ou 0 = não)	UE

Fontes: ONU (2023), União Europeia (2024), World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: MQO – regressão por Mínimos Quadrados Ordinários; RMF – Relatório Mundial da Felicidade (medição da felicidade da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas a partir de dados coletados pelo *Gallup World Poll*; UE – União Europeia.

Diante disso, baseando-se nas literaturas sobre Economia da Felicidade (capítulo II) e Estado de Bem-Estar Social (EBES; capítulo III), as variáveis consideradas (Quadro 5.1) podem ser divididas nas categorias: a) satisfação geral com a vida – felicidade –; b) econômicas – PIB *per capita* e desemprego –; c) demográficas e sociais – população, apoio social e generosidade –; d) políticas – liberdade de escolha e corrupção –; e) indicadores para o EBES – gastos públicos (total, educação e saúde), trabalho vulnerável, vida escolar, expectativa de vida e trabalho feminino –; e f) *dummy* União Europeia.

A escolha pela variável dependente *felicidade* baseada em uma medida de satisfação geral com a vida (ou seja, um indicador de bem-estar subjetivo) é justificada pela discussão realizada no segundo capítulo desta Dissertação. Por seu turno, a principal variável explicativa de interesse é a *dummy União Europeia (UE)*, pela qual é avaliado o *efeito direto* de participar do bloco na média de satisfação geral com a vida de seus integrantes. Além disso, conforme o referencial apresentado no quarto capítulo, a participação no bloco também pode ter efeitos indiretos.

Assim, são investigados os possíveis *efeitos indiretos* da UE na felicidade, por meio de sua potencial influência sobre os EBES de seus integrantes. Além disso, a discussão do quarto capítulo (Rösler, 2018) também indica ser plausível cogitar que participar do bloco possa também ter efeitos indiretos na felicidade por meio de sua influência (potencial) em agregados macroeconômicos. Por isso, os indicadores (*proxies*) de EBES e as variáveis econômicas – PIB *per capita* (*LPIB*) e desemprego (*Des*) – são inseridas nas regressões enquanto variáveis explicativas de interesse.

Em relação às *proxies* de EBES, deve-se apontar que elas podem ser agrupadas em quatro áreas, conforme é listado na sequência. Ressalta-se que, na maioria dos casos, são consideradas variáveis de “fluxo”, que captam as ações (gastos) em cada área em dado momento (ano), e variáveis de “estoque”, para considerar efeitos mais duradouros (intertemporais) das políticas para as áreas de seguridade social, educação, saúde, igualdade de gênero e proteção à família.

- i) *seguridade social*: a variável de “fluxo” *Gastos Totais (GPub)* é utilizada como indicativa dos gastos com seguridade social; pressupõe-se que o tamanho do Estado, representado pelos gastos públicos, seja relacionado aos gastos com seguridade social – os gastos deste tipo não têm ampla disponibilidade de dados –; ressalta-se, ainda, que *GPub* engloba benefícios sociais; já a variável *Trabalho Vulnerável (TV)* é empregada como um indicador de “estoque” para aferir o nível de seguridade social - em sentido amplo, ela

também indica a qualidade geral do mercado de trabalho formal (característica importante para o EBES), pois pode refletir as suas regulações para o mercado de trabalho;

- ii) *educação: Gastos Educação (GEduc)* - variável de “fluxo” - e *Vida Escolar (EVE)* - variável de “estoque” -;
- iii) *saúde: Gastos Saúde (GSau)* - variável de “fluxo” - e *Expectativa de Vida (EVN)*⁶⁷ - variável de “estoque” -; e
- iv) *igualdade de gênero e proteção à família: a variável Trabalho Feminino (TFem)*.

Ressalva-se que as variáveis potencialmente associadas ao EBES foram definidas com respaldo na literatura aplicada – em parte discutida nos capítulos III e IV⁶⁸ – e a partir da disponibilidade de dados. Assim, a seleção foi realizada no sentido de fornecer à presente pesquisa variáveis que tivessem suporte teórico-empírico e que possibilitassem a investigação do maior número de países e de anos, de modo a alcançar resultados mais robustos para análise.

Deve ser ressaltado que o PIB *per capita* é inserido em logaritmo natural devido à sua alta variabilidade em comparação às variabilidades das demais variáveis. Ademais, a variável é considerada em nível (*LPIB*) e ao quadrado (*LPIB*²) para averiguar a hipótese do “Paradoxo de Easterlin”, discutida no segundo capítulo, para a qual o aumento da renda de um país não geraria necessariamente um crescimento proporcional do nível de felicidade (satisfação geral com a vida). Com o termo quadrático, testa-se a possibilidade de uma relação felicidade-renda em formato próximo a um “U-invertido”; ou seja, que o aumento do PIB *per capita* eleva a felicidade até certo nível e, depois, a diminui. Para isso, os coeficientes associados à variável devem ser estatisticamente significativos, sendo positivo com ela em nível ($\beta_2 > 0$) e negativo nela ao quadrado ($\beta_3 < 0$).

Por último, cumpre mencionar que também são inseridas nas regressões as variáveis de controle *Apoio Social (ApoioS)*, *Liberdade de Escolha (Lib)*, *Generosidade (Gen)* e *Corrupção (Corrup)*. Estas são quatro das seis principais variáveis, embasadas em vasta literatura, utilizadas pelo Relatório Mundial da Felicidade para explicar a satisfação geral com a vida a nível nacional desde o primeiro relatório em 2012 (World Happiness Report, 2024a)⁶⁹. Outra

⁶⁷ Easterlin (2021) defende que a expectativa de vida é uma boa medida síntese das condições de saúde de um país.

⁶⁸ Com efeito, para citar um exemplo, pode-se mencionar que, em seus estudos relacionados ao Estado de bem-estar social, Fenger (2007) e Piotrowska e Rae (2018) utilizam variáveis como: gastos governamentais totais; gastos governamentais em saúde; expectativa de vida ao nascer; investimento público em educação; participação feminina no mercado de trabalho; e gastos em proteção social.

⁶⁹ As outras variáveis são o PIB *per capita* (logaritmo) e a expectativa de vida saudável. Esta não foi incluída por representar um possível efeito na área de saúde – uma das áreas do EBES, aqui investigada com as outras variáveis de interesse – gastos saúde (*GSau*) e expectativa de vida (*EVN*). Ademais, cumpre ressaltar que a última variável (em comparação com a expectativa de vida saudável) foi escolhida em razão de maior disponibilidade de dados.

variável de controle é a *População (Pop)*, inserida em função de seus potenciais efeitos nos gastos públicos (capacidade fiscal e distribuição dos recursos dos países) e na própria satisfação geral com a vida. Finalmente, a *Tendência* (linear) controla a possibilidade de existir um padrão comum médio de evolução da felicidade devido a variações de atributos constantes entre os países, mas distintos no tempo – ou seja, efeitos fixos temporais.

Em sequência à discussão do modelo a ser regredido e à apresentação dos dados, passa-se à amostra como última etapa desta seção. Assim, em razão da escolha da *proxy* para a felicidade (satisfação geral com a vida) oriunda do Relatório Mundial da Felicidade feito em parceria com a ONU, a amostra abrange dados de 164 países em um interstício de 19 anos (2005 a 2023)⁷⁰. No Quadro 5.2, são listados os países da amostra, divididos em: União Europeia, “Resto da Europa” (europeus, exceto os países da União Europeia), Europa, “Resto do Mundo” (exceto os países europeus) e amostra total. Tal divisão é seguida nas análises, de modo a realizar regressões dos países da União Europeia *versus*: i) demais países do mundo (amostra total, exceto União Europeia); ii) “Resto da Europa” (Europa, exceto países da União Europeia); e iii) “Resto do Mundo” (amostra total, exceto países europeus e da União Europeia).

É importante pontuar, ainda, que, como Hong Kong e Taiwan possuem dados disponibilizados em separado da China, eles estão inclusos no total de países. Além disso, os 39 países europeus são aqueles que são assim classificados pelo Anuário Demográfico da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023). Destes 39 países, 28 pertencem (ou já pertenceram) à UE.

Enfim, para garantir evidências adicionais à interpretação de um provável impacto direto da UE sobre as variáveis de interesse (satisfação geral com a vida, variáveis associadas ao EBES e agregados macroeconômicos), serão apresentados procedimentos empíricos adicionais. Eles consistem em realizar testes t (de Student) de diferenças de médias (Gujarati e Porter, 2011) e análises de evoluções comparativas entre os países do bloco, do “Resto da Europa” e do “Resto do Mundo” (Quadro 5.2) para as *proxies* de EBES e variáveis econômicas. Análises deste tipo também são feitas comparando as variáveis de interesse entre os países europeus divididos nos 5 modelos de EBES discutidos no terceiro capítulo: liberal; conservador-corporativista; social-democrata; meridional (estendido); e pós-comunista.

⁷⁰ Cumpre mencionar que o Relatório Mundial da Felicidade do ano de 2025 (que considera os dados de 2024) foi lançado proximamente ao fim da produção desta Dissertação, o que inviabilizou o uso de dados para o ano de 2024. Ademais, deve-se adicionar que o portal que disponibiliza o relatório passou por alterações e reduziu, de todo modo, a disponibilidade de dados, provenientes da empresa *Gallup*.

Quadro 5.2 – Países considerados nas análises

Grupos de Países	Países
<i>União Europeia</i>	Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido ¹ ; República Tcheca; Romênia; Suécia
<i>Resto da Europa</i> (Europa, exceto países da União Europeia)	Albânia; Bielorrússia; Bósnia e Herzegovina; Islândia; Moldávia; Montenegro; Macedônia do Norte; Noruega; Rússia; Sérvia; Suíça; Ucrânia
<i>Europa</i>	Albânia; Alemanha; Áustria; Bélgica; Bielorrússia; Bósnia e Herzegovina; Bulgária; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Islândia; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Moldávia; Montenegro; Macedônia do Norte; Noruega; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; Rússia; Sérvia; Suécia; Suíça; Ucrânia
<i>Resto do Mundo</i> (exceto países europeus e da União Europeia)	Afganistão; África do Sul; Arábia Saudita; Argélia; Angola; Argentina; Armênia; Austrália; Azerbaijão; Bahrein; Bangladesh; Belize; Benim; Bolívia; Botsuana; Brasil; Burkina Faso; Burundi; Butão; Camboja; Camarões; Canadá; Chade; Chile; China; Cazaquistão; Catar; Colômbia; Comores; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Coreia do Sul; Djibuti; Egito; El Salvador; Equador; Estado da Palestina; Essuatíni; Etiópia; Emirados Árabes Unidos; Estados Unidos; Filipinas; Gabão; Gâmbia; Geórgia; Gana; Guatemala; Guiné; Guiana; Haiti; Honduras; Hong Kong; Índia; Indonésia; Irã; Iêmen; Iraque; Israel; Jamaica; Japão; Jordânia; Kosovo; Kuwait; Laos; Líbano; Lesoto; Libéria; Líbia; Lituânia; Madagascar; Malawi; Malásia; Maldivas; Mali; Mauritânia; Maurício; México; Mianmar; Mongólia; Marrocos; Moçambique; Namíbia; Nepal; Nova Zelândia; Nicarágua; Níger; Nigéria; Omã; Paquistão; Panamá; Paraguai; Peru; Quênia; Quirguistão; República Centro-Africana; República do Congo; República Democrática do Congo; República Dominicana; Ruanda; Senegal; Serra Leoa; Singapura; Sri Lanka; Somália; Sudão; Sudão do Sul; Suriname; Síria; Taiwan; Tajiquistão; Tanzânia; Tailândia; Togo; Trinidad e Tobago; Tunísia; Turcomenistão; Turquia; Uganda; Uruguai; Uzbequistão; Venezuela; Vietnã; Zâmbia; Zimbábue
<i>Amostra Total</i> (países europeus, da União Europeia e do resto do mundo)	Afganistão; África do Sul; Albânia; Alemanha; Arábia Saudita; Argélia; Angola; Argentina; Armênia; Austrália; Áustria; Azerbaijão; Bahrein; Bangladesh; Bélgica; Belize; Benim; Bielorrússia; Bolívia; Bósnia e Herzegovina; Botsuana; Brasil; Bulgária; Burkina Faso; Burundi; Butão; Camboja; Camarões; Canadá; Chade; Chile; China; Chipre; Cazaquistão; Catar; Colômbia; Comores; Costa do Marfim; Costa Rica; Croácia; Cuba; Coreia do Sul; Dinamarca; Djibuti; Egito; El Salvador; Equador; Estado da Palestina; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Essuatíni; Estônia; Etiópia; Emirados Árabes Unidos; Estados Unidos; Filipinas; Finlândia; França; Gabão; Gâmbia; Geórgia; Gana; Grécia; Guatemala; Guiné; Guiana; Haiti; Honduras; Hong Kong; Hungria; Índia; Indonésia; Irã; Iêmen; Iraque; Irlanda; Israel; Itália; Islândia; Jamaica; Japão; Jordânia; Kosovo; Kuwait; Laos; Letônia; Líbano; Lesoto; Libéria; Líbia; Lituânia; Luxemburgo; Madagascar; Malawi; Malásia; Maldivas; Mali; Malta; Mauritânia; Maurício; México; Macedônia do Norte; Mianmar; Moldávia; Mongólia; Montenegro; Marrocos; Moçambique; Namíbia; Nepal; Nova Zelândia; Nicarágua; Níger; Nigéria; Noruega; Omã; Paquistão; Panamá; Paraguai; Peru; Países Baixos; Polônia; Portugal; Quênia; Quirguistão; Reino Unido; República Centro-Africana; República do Congo; República Democrática do Congo; República Dominicana; Romênia; Rússia; Ruanda; Senegal; Serra Leoa; Sérvia; Singapura; Sri Lanka; Somália; Sudão; Sudão do Sul; Suriname; Suécia; Suíça; Síria; Taiwan; Tajiquistão; Tanzânia; Tailândia; Togo; Trinidad e Tobago; Tunísia; Turcomenistão; Turquia; Uganda; Ucrânia; Uruguai; Uzbequistão; Venezuela; Vietnã; Zâmbia; Zimbábue

Fontes: ONU (2023) e União Europeia (2024). Elaboração própria. ¹ O Reino Unido se retira da UE em 2020.

5.3 Fundamentações para as opções empíricas

A Tabela 5.1 apresenta a evolução da quantidade de Estados-membros da UE (países) ao longo do período analisado na presente Dissertação de Mestrado. Observa-se que o número de países pertencentes ao bloco variou pouco no período, mas houve alguma variação. Isso permite a realização de regressões em painel por efeitos fixos (Wooldridge, 2002; Gujarati e Porter, 2011).

Tabela 5.1 – Evolução da quantidade de membros da UE no período investigado (2005 a 2023)

Anos	Quantidades de países da UE
2005-2006	25
2007-2012	27
2013-2019	28
2020-2023	27

Fontes: ONU (2023) e União Europeia (2024). Elaboração própria.

No levantamento bibliográfico realizado para o desenvolvimento da presente Dissertação, foram encontrados somente três trabalhos que averiguaram impactos da UE na satisfação geral com a vida (felicidade) em seus países-membros: Otrachshenko e Popova (2012), Nikolova e Nikolaev (2016) e Rösler (2018). Estes trabalhos são sintetizados no Quadro 5.3. Em primeiro lugar, deve-se destacar que as evidências geradas pelos trabalhos do quadro não permitem o estabelecimento de um consenso e, conseqüentemente, de uma expectativa quanto ao sinal do coeficiente associado à *dummy União Europeia* a ser estimado nas regressões aqui realizadas.

Quadro 5.3 – Síntese da literatura empírica sobre impactos da União Europeia (UE) na felicidade – satisfação geral com a vida (SGV)

Trabalhos	Delimitações geográficas e temporais	Método	Principais resultados
Otrachshenko e Popova (2012)	- 12 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal) de 2000 a 2003 - Chipre e Malta de 2006 a 2008 - Eslovênia de 2005 a 2008 - Eslováquia de 2007 a 2010 - Estônia de 2009 a 2011	Diferenças-em-Diferenças	- A adoção do Euro nos 12 países originais levou à redução da <i>SGV</i> nos grupos de mulheres, idosos, desempregados e de mais baixa renda - Os novos membros da UE (Chipre, Eslováquia, Estônia, Malta – exceto Eslovênia) apresentaram resultados positivos ou neutros para a <i>SGV</i>
Nikolova e Nikolaev (2016)	- Bulgária e Romênia de 2006 a 2008	Diferenças-em-Diferenças	- A entrada da Bulgária na UE aumentou a sua média de <i>SGV</i> , enquanto o efeito para a Romênia foi estatisticamente insignificante - Os jovens, os empregados e aqueles com ensino médio completo foram os ganhadores da integração ao bloco

Trabalhos	Delimitações geográficas e temporais	Método	Principais resultados
Rösler (2018)	- 12 países (Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, República Tcheca, Romênia) de 1998 a 2017	Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) robusto e com efeitos fixos para países	- No período pré-crise (1998-2007), há efeito direto positivo e estatisticamente significativo de entrar na UE sobre a SGV, enquanto há efeito indireto significativo por meio de PIB <i>per capita</i> e inflação (a entrada na UE demonstrou efeito direto positivo e significativo sobre ambas) - Nenhum dos três efeitos supramencionados foram significantes para todo o recorte temporal (1998-2017)

Fontes: Trabalhos citados no quadro. Elaboração própria.

Ressalta-se, ainda, que o estudo aqui realizado se distingue da literatura prévia (Quadro 5.3) por alguns fatores principais. Um deles é a proposta do uso do indicador de satisfação geral com a vida como uma medida de desenvolvimento socioeconômico. Ademais, para além do impacto direto, objetiva-se aqui a investigação dos efeitos indiretos do bloco sobre a felicidade por meio de sua (potencial) influência no EBES de seus membros e, adicionalmente, no efeito indireto por meio de sua influência em agregados macroeconômicos – em contraposição ao foco exclusivo em agregados macroeconômicos e adoção do Euro. Ainda, a análise do bloco europeu é aqui feita em comparação com grupos de países do “Resto da Europa” e do “Resto do Mundo”. Outra diferença está no amplo recorte geográfico (164 países) e temporal (19 anos). Enfim, cabe destacar que, enquanto os três trabalhos se baseiam nos dados do Eurobarômetro e *World Database of Happiness*, a presente pesquisa faz uso da base do Relatório Mundial da Felicidade.

Por sua vez, o Quadro 5.4 sintetiza os trabalhos encontrados que avaliam condicionantes da felicidade (satisfação geral da vida) e, assim, fundamentam as variáveis explicativas aqui utilizadas e, ao mesmo tempo, permitem estabelecer expectativas quanto aos sinais que podem ser encontrados nas estimações econométricas para cada um dos coeficientes obtidos associados às variáveis. Dessa forma, a seguir, apresenta-se a argumentação mobilizada para a influência de cada variável sobre o indicador de satisfação geral com a vida, divididas em: a. variáveis de controle (*PIB per capita*, *Apoio Social*, *Liberdade de Escolha*, *Generosidade*, *Corrupção*, *População*); b. variáveis de interesse (*União Europeia* – para investigação dos impactos do bloco sobre a satisfação geral com a vida -; *Gastos Totais*, *Gastos Educação*, *Gastos Saúde*, *Trabalho Vulnerável*, *Vida Escolar*, *Expectativa de Vida*, *Trabalho Feminino* – associadas ao Estado de bem-estar social -; *PIB per capita* e *Desemprego* – agregados macroeconômicos).

Quadro 5.4 – Fundamentação para as escolhas das variáveis explicativas e os sinais esperados

Variáveis	Sinais Esperados	Trabalhos que avaliaram a respectiva variável como determinante da felicidade (satisfação geral com a vida)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	Positivo	Frey e Stutzer (2002); O'Connor (2017); Macchia e Plagnol (2018); Rösler (2018); Easterlin (2021); Araki (2024); World Happiness Report (2024b)
Apoio Social	Positivo	Kim (2021); Araki (2024); World Happiness Report (2024b)
Liberdade de Escolha	Positivo	Kim (2021); Araki (2024); World Happiness Report (2024b)
Generosidade	Positivo	Kim (2021); Araki (2024); World Happiness Report (2024b)
Corrupção	Negativo	Araki (2024); World Happiness Report (2024b)
Desemprego	Negativo	Corbi e Menezes-Filho (2006); Lima (2007); Davidson, Pacek e Radcliff (2013); Campetti e Alves (2015); O'Connor (2017); Macchia e Plagnol (2018); Rösler (2018); Nordheim e Martinussen (2020)
População	Negativo	World Happiness Report (2024b)
UE	Negativo	Wolf (2019)
Gastos Totais	Positivo	Davidson, Pacek e Radcliff (2013)
Gastos Educação	Positivo	Frey e Stutzer (2002); Cheung e Chan (2009); Easterlin (2021); Santos (2022)
Gastos Saúde	<i>Positivo</i>	Frey e Stutzer (2002); Kotakorpi e Laamanen (2010); Nordheim e Martinussen (2020); Easterlin (2021); Santos (2022)
Trabalho Vulnerável	Negativo	Vancea, Shore e Utzet (2019); Karymshakov, Sulaimanova e Bergolo (2020); Bradley (2021)
Vida Escolar	Positivo	Cheung e Chan (2009)
Expectativa de Vida	Positivo	York e Bell (2014); Araki (2024); World Happiness Report (2024b)
Trabalho Feminino	Positivo	Gokdemir e Tahsin (2013); Singh (2014); Arshad, Gull e Mahmood (2015); Kolosnitsyna (2017); Weng et al. (2017); Audette et al. (2018)

Fontes: Trabalhos citados no quadro. Elaboração própria.

No tocante às variáveis de controle, o *Apoio Social* indica, na prática, a porcentagem média da população de cada país que acredita poder contar com o apoio de parentes/amigos em tempos de dificuldade. É plausível esperar que, quanto maior o *apoio social*, melhores são as redes de relacionamentos interpessoais. Por sua vez, estas podem oferecer maior apoio e proteção aos indivíduos em momentos de dificuldades (inclusive econômicas). Assim, o aumento do *Apoio Social* pode se traduzir em maior apoio emocional e satisfação geral com a vida (Kim, 2021; Araki, 2024; World Happiness Report, 2024b).

A variável binária *Liberdade de Escolha* oferece, na prática, a porcentagem média nacional de pessoas satisfeitas com sua liberdade para fazer escolhas de vida. Kim (2021) menciona a Teoria da Autodeterminação para explicar a razão dessa variável influenciar o bem-estar subjetivo. Segundo ela, a autonomia é uma das necessidades psicológicas humanas básicas. Assim, o atendimento a essa necessidade básica gera bem-estar - particularmente em sua dimensão subjetiva.

Neste caso, torna-se necessário retomar o capítulo II para se compreender as razões pelas quais a liberdade possa influenciar a satisfação geral com a vida. Isso se justifica em virtude das três abordagens para o bem-estar das Ciências Econômicas apresentadas estarem em consenso quanto ao caráter fundamental da liberdade para o bem-estar. Na abordagem da Economia do Bem-Estar Ortodoxa, ela é considerada como uma pré-condição para a maximização do bem-estar e para o funcionamento dos mercados. Para a Abordagem das *Capabilities*, ela é posta no mais alto patamar de importância em razão da efetiva liberdade ser fundamental para se poder viver a vida que se queira ou que se tenha razões para valorizar. Já a literatura empírica da Economia da Felicidade encontra resultados contundentes no sentido da liberdade para fazer escolhas ser um importante determinante para o bem-estar subjetivo.

A *Generosidade* consiste no resíduo da regressão (MQO) das porcentagens nacionais de pessoas que realizaram doações em dinheiro para instituições de caridade no mês anterior em função de seus PIB *per capita*. O engajamento em comportamentos mais pró-sociais/altruístas fortaleceriam a confiança social e redes de relacionamentos interpessoais, de modo a gerar maior bem-estar subjetivo independentemente de status econômico (Kim, 2021; Araki, 2024).

Por outro lado, Easterlin (2021) argumenta que a relação entre comportamentos altruístas (como trabalho voluntário e doações em dinheiro) e a satisfação geral com a vida pode se dever, com efeito, a traços de personalidade. Assim, estes poderiam alterar a satisfação geral com a vida entre os indivíduos, e por extensão, entre países de diferentes culturas (traços de personalidade que possam preponderar). Não obstante, no caso desta hipótese estar correta, é importante salientar que o uso de ampla base de dados e a utilização de modelos de efeitos fixos podem contornar possíveis características de personalidade (ou culturais) preponderantes em sociedades (Ramos, 2021). Isto se torna interessante por possibilitar a investigação do quanto as políticas sociais podem influenciar a satisfação geral com a vida, independentemente de características de personalidade prevalecentes nas sociedades.

A variável *Corrupção* abrange a porcentagem média nacional da população que acredita que a corrupção esteja disseminada pelo governo/empresas. A literatura indica ser plausível que a percepção de corrupção possa influenciar a satisfação geral com a vida (Araki, 2024; World Happiness Report, 2024b). Ademais, tanto O'Connor (2017) quanto Ramos (2021) apontam para a importância de se considerar a qualidade de governança (inclusa a dimensão da corrupção) para se avaliar os impactos dos gastos públicos sobre a satisfação geral com a vida dos cidadãos. Posto isso, pode-se estipular que a presença de corrupção pode reduzir a satisfação geral com a vida por prejudicar os recursos e serviços oferecidos pelo Estado para abordar questões sociais enfrentadas por suas populações.

Embora a *População* tenha sido inserida no modelo empírico em função de seus efeitos potenciais nos gastos públicos (capacidade fiscal e distribuição dos recursos dos países), pode-se destacar que ela pode exercer uma influência *per se* na própria média de satisfação geral com a vida dos países. O portal do RMF indica que países com populações inferiores a 15 milhões apresentam médias de satisfação com a vida relativamente mais altas. A explicação para tal fenômeno é a de que, nessas nações, as populações gozam de maior expectativa de vida saudável, maior PIB *per capita*, menor corrupção e maior chance de ter apoio social em tempos de dificuldades (World Happiness Report, 2024a). Além disso, é possível supor que países com menores populações tendam a ter menos problemas com respeito à coesão social, à eficiência de políticas públicas e à poluição.

A variável binária de *União Europeia* - valor 1 para pertencimento do país ao bloco no respectivo ano e 0 para o caso contrário – consiste em uma das principais variáveis de interesse desta pesquisa. A Figura 4.2 - construída com base em Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), Wolf (2019), Cook e Inglot (2021), Kerstenetzky (2021) e Schmidt (2021) – ilustra os canais de influência esperados da União Europeia sobre a satisfação geral com a vida.

A partir disso, é razoável supor, em síntese, que o pertencimento de um país à UE possa reduzir sua felicidade em razão dos múltiplos canais utilizados pelo bloco para pressionar os Estados de bem-estar social de seus integrantes no sentido de enfraquecê-los, ao passo que uma compensação a nível supranacional não é realizada. O corolário desta influência seria a deterioração nas condições de vida em seus membros e, por conseguinte, piora do bem-estar subjetivo.

Com relação às variáveis associadas ao EBES (*Gastos Totais, Gastos Educação, Gastos Saúde, Trabalho Vulnerável, Vida Escolar, Expectativa de Vida, Trabalho Feminino*), torna-se necessário retomar a Figura 4.2 (capítulo IV). Esta foi construída a partir da Figura 3.2, que, por sua vez, remonta ao Quadro 3.3 (ambos no capítulo III) e à Figura 2.1 (capítulo II). Essa digressão se justifica por retomar toda a fundamentação teórico-empírica estabelecida nos capítulos precedentes, que nutre este e os próximos capítulos empíricos.

Posto isso, retorna-se ao encadeamento apresentado na Figura 4.2 entre o Estado de bem-estar social e o bem-estar. Assim, com base no Quadro 3.3, observa-se que o Estado de bem-estar social pode influenciar diretamente no bem-estar da sociedade por meio, por exemplo, da provisão de serviços sociais públicos (SSP) com foco no atendimento de necessidades sociais. De forma indireta, essa configuração estatal pode contribuir por oferecer, em síntese: a) renda social; b) capital somático; c) aumento da força de trabalho disponível; d) renda do trabalho

para os seus servidores; e) demanda por trabalhadores para empregos com relativa melhor qualidade (Kerstenetzky, 2021).

Ressalta-se que esses canais podem gerar diversos efeitos (equidade, sustentabilidade, renda, inovação, multiplicador fiscal, mercado de trabalho) que, em conjunto, podem engendrar uma contribuição indireta para o bem-estar e, portanto, para a satisfação geral com a vida. Ademais, deve ser salientado que não apenas existe literatura na Economia da Felicidade que aponte para os efeitos positivos do EBES sobre a satisfação geral com a vida - por exemplo, O'Connor (2017), Martela *et al.* (2020), Easterlin (2021) e Santos (2022) -, mas também que indique a contribuição potencialmente maior do sistema de proteção social neste caso, em razão de sua influência positiva sobre diferentes áreas da vida com menores propensões aos efeitos de comparação, adaptação e de expectativas (Easterlin, 2021).

Diante dessa introdução aos caminhos pelos quais o EBES pode influenciar na SGV, prossegue-se com a análise individualizada de cada variável explicativa. Assim, menciona-se que os *Gastos Totais* apresentam os gastos totais públicos (inclusos os benefícios sociais) como porcentagem do PIB. Pode-se argumentar que quanto maiores são os gastos totais públicos (quanto maior o tamanho do Estado, basicamente) maiores podem ser os gastos associados ao EBES e seus programas de transferência de renda e serviços sociais públicos.

Por conseguinte, maiores podem ser as chances de melhorias nas condições estruturais de vida (em termos de renda, educação, saúde, colocação/recolocação/permanência no mercado de trabalho, habitação social, saneamento, transporte, lazer e cuidado), em razão da provisão pública em termos de atendimento de necessidades sociais, renda social, capital somático, aumento da força de trabalho disponível, renda do trabalho para os seus servidores e demanda por trabalhadores para empregos com relativa melhor qualidade (Kerstenetzky, 2021). Assim, maior pode ser, em decorrência, a média nacional de satisfação geral com a vida.

Por outro lado, Ramos (2021) aponta que a influência que os gastos totais públicos podem ter sobre a satisfação geral com a vida pode ser diferente a depender de certos fatores políticos e culturais, como: progressividade dos tributos, percepção de corrupção, descentralização institucional, composição dos gastos públicos, preferência da sociedade por maior igualdade, ideologia preponderante na sociedade.

Os *Gastos Educação* compreendem os gastos públicos nessa área como porcentagem do PIB. No contexto da Figura 4.2 e do Quadro 3.3, o aumento dos gastos na área educacional poderia gerar aumento da satisfação geral com a vida em razão de: i) melhoria no atendimento de necessidades sociais; ii) geração de renda social com potencial para ser usada para melhoria de outros fatores estruturais para o bem-estar subjetivo; iii) promoção de capital somático que

propicie melhoras no mercado de trabalho (colocação/permanência/recolocação); iv) liberação de cuidadores no âmbito familiar (via educação infantil para crianças, por exemplo) para o mercado de trabalho; v) aumento de renda para os servidores públicos na área da educação; vi) promoção de empregos com relativa melhor qualidade.

Ramos (2021) argumenta, ainda, que o aumento nesses gastos pode levar ao aumento do nível médio de educação, que poderia, por um lado, corresponder a um maior nível médio de renda e, por outro, viabilizar diversas possibilidades enriquecedoras de bem-estar (inclusive o subjetivo). Tais possibilidades podem ser exemplificadas em: empregos com atividades mais criativas, maiores chances de crescimento de carreira para os trabalhadores ao longo de sua vida ativa, aumento das possibilidades para se disfrutar de ofertas culturais e melhor aptidão para descobrir modos de vida mais saudáveis.

Além disso, Easterlin (2021) aponta que, em contextos de crise e/ou reestruturação econômicas, quanto maior é o nível de educação da população, melhor tende a ser a sua permanência ou recolocação em vagas de emprego. Isto pode ajudar a amenizar os impactos negativos da crise/reestruturação sobre as condições de vida e, por conseguinte, sobre o nível médio nacional de satisfação geral com a vida. Com efeito, embora o impacto de diferentes indicadores de Estado de bem-estar social (principalmente aqueles associados a gastos governamentais) não apresente consenso na literatura, Veenhoven (2010) chega a afirmar que: *“This is not to say that all conditions for happiness are universal. One notable exception is ‘education’”*⁷¹.

Por sua vez, a variável *Gastos Saúde* indica o investimento público na área como porcentagem do PIB. Com base na Figura 4.2 e no Quadro 3.3, o aumento dos gastos na área de saúde poderia gerar aumento da satisfação geral com a vida em razão de: i. melhoria no atendimento de necessidades sociais; ii. geração de renda social com potencial para ser usada para melhoria de outros fatores estruturais para o bem-estar subjetivo; iii. promoção de capital somático que propicie melhoras no mercado de trabalho (colocação/permanência/recolocação – via contribuições para a saúde física e mental); iv. liberação de cuidadores no âmbito familiar (via serviços de gerais de saúde e de cuidados para idosos, por exemplo) para o mercado de trabalho; v. aumento de renda para os servidores públicos na área de saúde; vi. promoção de empregos com relativa melhor qualidade.

Pode-se considerar, ainda, que o aumento dos gastos com saúde apresenta potencial para melhorar a saúde no país (por meio, por exemplo, de aumento da eficiência de cuidados com

⁷¹ “Isso não quer dizer que todas as condições para a felicidade sejam universais. Uma notável exceção é a ‘educação’” (tradução própria).

maior contratação e formação de funcionários, compra de novos e melhores equipamentos, e melhorias de infraestrutura), uma condição estrutural de vida importante para o bem-estar e, em decorrência, para a satisfação geral com a vida (Kotakorpi e Laamanen, 2010).

Destaca-se, adicionalmente, o fato de Ramos (2021) argumentar que a saúde pode influenciar o nível de felicidade de forma indireta, isto é, que problemas de saúde podem levar a dificuldades para permanência dos indivíduos em seus trabalhos ou para recolocação no mercado de trabalho. Ademais, o autor menciona a possibilidade de uma questão crítica sobre a investigação dos vínculos entre saúde e felicidade: a direção da causalidade.

Diante disso, nesta Dissertação, argumenta-se a favor da permanência da variável *Gastos Saúde* e de sua influência sobre a felicidade no contexto de países, em razão não apenas do embasamento teórico e empírico consultado, mas de se acreditar no potencial da causalidade dessa variável objetiva (e, por conseguinte, a saúde objetiva de um país) para a variável de bem-estar subjetivo nacional. Dito de outro ângulo, diferentemente do que poderia ser encontrado em um contexto individual, parece ser mais plausível que uma variável associada às condições objetivas de saúde de um país possa influenciar a média nacional de satisfação geral com a vida *vis-à-vis* à direção de causalidade inversa.

O *Trabalho Vulnerável* engloba a porcentagem de trabalhadores familiares ou por conta própria dentre o emprego total. Uma vez que essa variável seja uma *proxy* para dois aspectos importantes, em particular, do EBES (seguridade social e regulação do mercado de trabalho), é razoável supor que trabalhadores em condições vulneráveis de trabalho possuam satisfação geral com a vida menor (em comparação aos trabalhadores em empregos não vulneráveis) em razão do potencial dessas afetarem negativamente o seu bem-estar subjetivo. Isso poderia ocorrer, principalmente, em decorrência de renda reduzida para suprir suas necessidades básicas (inclusive possibilidade de insegurança alimentar). Além desta dimensão associada à saúde física, o trabalho vulnerável pode engendrar uma piora da saúde psicológica diante de incertezas quanto à subsistência, sobrecarga de trabalho e condições laborais precárias e/ou insalubres (Vancea, Shore e Utzet, 2019). Enfim, vale mencionar, que uma elevação de trabalhadores vulneráveis pode ser sintomática de uma fragilização geral das políticas de EBES (inclusive relacionadas ao emprego), o que afeta as condições estruturais de vida no país e, por conseguinte, o bem-estar subjetivo.

A *Vida Escolar* expressa, basicamente, a expectativa de anos de estudo para cada país. De forma ainda mais direta comparativamente aos *Gastos Educação*, esta variável representa o nível médio de educação (mais próximo ao capital somático, do Quadro 3.3, em sua dimensão educacional/técnica) dos países e, portanto, pode influenciar a satisfação geral com a vida por

meio das mesmas possibilidades apresentadas para a variável de gastos. Ademais, Cheung e Chan (2009) argumentam que - de acordo com o princípio da abordagem *bottom-up*, a qual determina a qualidade de vida a partir de fatores externos ao indivíduo - a educação se constitui como uma necessidade básica humana, de forma que o atendimento dessa necessidade possa elevar a qualidade de vida e, por conseguinte, o bem-estar subjetivo.

Por outra perspectiva, Ramos (2021) aponta que, se considerados como um investimento, existe a hipótese de os anos de educação (ou os anos de educação esperados) poderem ser fonte de uma redução da satisfação geral com a vida. Isso poderia ocorrer no caso deles não gerarem retornos esperados (níveis de salários mais altos, menores taxas de desemprego, empregos mais gratificantes, maior *status* em razão de empregos mais valorizados – ou especialização em áreas mais valorizadas e que demandem maior nível educacional). A partir dessa linha, seria possível uma influência indireta do crescimento econômico (elevação do PIB) sobre a felicidade, isto é, sociedades com crescimento econômico poderiam oferecer mais oportunidades de bons empregos para a população que finaliza os ciclos de estudo e ingressa no mercado de trabalho (Ramos, 2021).

A *Expectativa de Vida* apresenta o número de anos de vida esperados para os recém-nascidos de cada país. Easterlin (2021) aponta que o indicador de expectativa de vida pode ser considerado como uma medida-síntese para a saúde vigente no país. Com efeito, em sua definição (Quadro 5.1), a variável já menciona a consideração dos padrões de mortalidade do país. Além disso, uma vez que a saúde seja considerada uma necessidade básica e uma condição estrutural para a qualidade de vida – e em consideração à literatura consultada -, é razoável esperar que a melhora neste indicador de saúde possa gerar elevação na satisfação geral com a vida.

Ademais, em retomada ao Quadro 3.3, salienta-se que esta variável pode ser associada ao capital somático, em sua dimensão de saúde. Assim, o aumento da expectativa de vida pode significar melhora no nível de saúde, que pode se traduzir em maior potencial da população economicamente ativa em participar ativamente e contribuir no mercado de trabalho e, por conseguinte, elevar o bem-estar subjetivo.

Enquanto última variável associada ao EBES, o *Trabalho Feminino* representa a porcentagem de trabalhadoras ou mulheres em busca de trabalho com respeito a população feminina com idade igual ou superior a 15 anos. Inicialmente, com base no conteúdo exposto no capítulo III, deve-se mencionar que Estados de bem-estar mais robustos podem aumentar a porcentagem da força de trabalho feminino por intermédio de políticas de igualdade de gênero e proteção à família (inclusive por meio de serviços sociais públicos como de educação, saúde

e cuidados). Posto isso, pode ser salientado que existem múltiplas razões pelas quais o aumento desse indicador – enquanto *proxy* para igualdade de gênero - pode influenciar as médias nacionais de satisfação geral com a vida. A primeira diz respeito ao fato de que essa variável está associada à liberdade de escolhas e, portanto, retoma às razões explicadas para a *Liberdade de Escolha*. É possível ainda adicionar, a estas, a maior autonomia sobre seus corpos, mentes, família e propriedades (Audette *et al.*, 2018).

Pode-se argumentar que, em sociedades que valorizam uma maior igualdade de gênero, o aumento da participação feminina na força de trabalho poderia se correlacionar com níveis maiores de bem-estar subjetivo. Assim, essa maior igualdade não só beneficiaria as mulheres (com maior autonomia sobre suas vidas) – parcela importante da população -, mas também poderia beneficiar o restante da sociedade que as vê enquanto iguais aos homens e que enxergaria esse fenômeno como um aumento líquido da liberdade e equidade gerais do país (Audette *et al.*, 2018).

Pelo lado econômico, o aumento de mulheres no mercado de trabalho poderia aumentar a disponibilidade de trabalhadores qualificados, o que melhoraria qualitativamente a força de trabalho e, portanto, impulsionaria o crescimento econômico, que poderia, por sua vez, aumentar as possibilidades de se elevar as médias de satisfação geral com a vida. Ademais, segundo Audette *et al.* (2018), o aumento de *Trabalho Feminino* poderia gerar mais renda para as mulheres, o que, embora não aumente o bem-estar subjetivo *per se*, possibilitaria, por exemplo, maior autonomia, liberdade de escolha e recursos para a busca de aspirações (próprias, familiares e sociais) para além da subsistência (e reduzir efeitos negativos físicos e psicológicos que a falta de dinheiro pode causar). Enfim, Audette *et al.* (2018), em referência à teoria psicológica da Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow⁷², argumentam que o aumento da igualdade de gênero (aqui representada pelo *Trabalho Feminino*) poderia levar, em síntese, ao atendimento de necessidades humanas básicas e aspirações de ordem superior, o que levaria a um aumento nas médias de satisfação geral com a vida.

Quanto aos agregados econômicos, o *PIB per capita* (logaritmo natural) indica o Produto Interno Bruto *per capita* de cada país (a preços constantes internacionais de dólares de 2017). Em se tratando de uma das variáveis mais estudadas nas abordagens das Ciências Econômicas

⁷² A partir da Psicologia, a teoria da Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow de 1943 estabelece as necessidades humanas em categorias hierarquizadas e ordenadas em um formato de pirâmide. Da base para o topo, encontram-se as necessidades fundamentais à vida, então às necessidades por segurança, então as de relacionamentos, depois as de autoestima e, enfim, a realização pessoal (Audette *et al.*, 2018).

para o bem-estar, torna-se importante retomar o conteúdo apresentado no capítulo II para se compreender as possíveis influências da renda agregada sobre a satisfação geral com a vida.

Se para a Economia do Bem-Estar Ortodoxa a renda é vista como a principal fonte geradora de bem-estar (em razão de possibilitar o consumo e, por conseguinte, a utilidade) e seu aumento como único e incontroverso meio de aumentar o bem-estar, para a Abordagem das *Capabilities*, ela não possui uma importância dogmática *per se*. Para a segunda, a renda representa uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de *capabilities* e a relação entre ela e o bem-estar não seria linear (aumentar a renda nem sempre impactaria positivamente o bem-estar).

No caso da Economia da Felicidade, as investigações empíricas (com dados de corte transversal – *cross-section*) apontam que a renda apresentaria retornos marginais decrescentes para a satisfação geral com a vida, isto é, o aumento de renda poderia ocasionar incrementos na média nacional de felicidade cada vez menores até se neutralizar a um certo limiar de renda. Isso significaria que, após o atendimento de necessidades mais básicas, o aumento da renda não aumentaria *per se* a felicidade (ilustrado no Gráfico 2.1). Já pelo lado dos trabalhos que utilizam dados ao longo do tempo, encontra-se que, embora a renda e a felicidade possam estar correlacionadas no curto-prazo, no longo prazo não haveria uma correlação sistemática entre as dinâmicas das duas variáveis (ilustrado no Gráfico 2.2). Esse fenômeno (reconhecido como “paradoxo de Easterlin” ou “paradoxo da felicidade”) poderia ser explicado por quatro efeitos, são eles: a. comparação; b. adaptação; c. expectativas; d. especificidades.

Outrossim, Easterlin (2021) aponta que políticas de criação de empregos e associadas ao Estado de bem-estar social são a chave para a geração de bem-estar subjetivo. Isto significa que o aumento do PIB *per capita* poderia não causar o aumento da felicidade isoladamente, mas tão somente na medida em que contribuisse para tais políticas. Enfim, é plausível considerar que o PIB *per capita* poderia ser sintoma de diferentes mudanças ocorridas na sociedade, não captadas pelas demais variáveis do modelo a ser estimado nesta Dissertação, por exemplo, estar associado a impactos de mudança de paradigma tecnológico mais sustentáveis e que possam, por sua vez, melhorar a saúde e, por conseguinte aumentar o bem-estar subjetivo.

Já o *Desemprego* corresponde às porcentagens nacionais da força de trabalho que está sem trabalho, mas que está disponível e procurando por um. Deve-se destacar que esta é uma das variáveis mais estudadas pela Economia da Felicidade. Com efeito, a literatura apresentada no capítulo II indica a existência de um consenso entre os resultados de trabalhos sobre bem-estar subjetivo quanto aos altos custos humanos associados ao desemprego – um caso de rara unanimidade (Stiglitz, Sen e Fitoussi, 2009; Ramos 2021). Por sua parte, Easterlin (2021)

argumenta que, em suas décadas de pesquisa, são os empregos (e sistemas de proteção social), não o PIB, que importam para a felicidade.

Para além do desemprego gerar completa ou parcial interrupção da renda do indivíduo e/ou de sua família e dependentes (e, conseqüentemente, uma redução no consumo de bens e serviços - seja para subsistência, seja para manter um padrão de consumo mais elevado), deve-se ter em conta que o emprego se constituiu como um importante fator de socialização e de integração nas sociedades modernas. Isso significa que, relações construídas no ambiente laboral podem se estender para além de meros vínculos trabalhistas.

Além disso, o desemprego pode afetar negativamente a satisfação geral com a vida por meio de diferentes prismas relacionados à perda de: autoestima, autonomia (não apenas financeira), sentimento de pertencimento, reconhecimento na sociedade, autovalorização e utilidade social (Ramos, 2021). Enfim, vale salientar que o desemprego não implica apenas em perda parcial ou total dos benefícios do emprego, mas também engendra piora nas condições de vida tais quais: possibilidade de endividamento, redução de qualidade ou corte do suprimento de necessidades básicas ou de objetivos da população e aumento de incertezas sobre o futuro.

5.4 Primeiras análises empíricas

Feita a discussão sobre as fundamentações para as opções empíricas, torna-se possível a realização das primeiras análises de dados. Diante disso, a Tabela 5.2 apresenta as estatísticas descritivas básicas das variáveis utilizadas (Quadro 5.1) para a amostra total de países (Quadro 5.2) e período considerados. Vale destacar que, com exceção da expectativa de *vida escolar*, as variáveis têm mais de 2,2 mil observações, o que permite uma avaliação mais representativa - ao contrário do que se observa na literatura empírica sobre o tema (Quadro 5.3) -, e condições estatísticas adequadas para as estimações realizadas. Ademais, contribui para isso o fato de existir considerável variabilidade entre os países - o que é sinalizado pelos desvios padrões. Assim, a amostra abrange economias de baixa, média e alta renda, além de populações pequenas e grandes, e é heterogênea em termos das demais variáveis.

Tabela 5.2 – Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas, amostra total de países (de 2005 a 2023)

Variáveis	Observações	Médias	Desvios-Padrão	Mínimos	Máximos
Felicidade	2.359	5,48	1,13	1,28	8,02
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	2.335	9,40	1,15	5,53	11,68
Apoio Social	2.346	0,81	0,12	0,23	0,99
Liberdade de Escolha	2.323	0,75	0,14	0,23	0,99
Generosidade	2.282	0,00	0,16	-0,34	0,70

Variáveis	Observações	Médias	Desvios-Padrão	Mínimos	Máximos
Corrupção	2.234	0,74	0,18	0,04	0,98
Desemprego	3.075	7,86	5,99	0,10	37,85
População	3.097	44,58	151,91	0,28	1.438,07
Gastos Totais	2.036	26,28	11,35	0,00	94,21
Gastos Educação	2.360	4,39	1,71	0,24	14,06
Gastos Saúde	2.650	3,35	2,32	0,14	12,63
Trabalho Vulnerável	2.915	38,40	27,60	0,14	93,99
Vida Escolar	1.362	13,55	3,15	3,63	23,09
Expectativa de Vida	2.934	70,78	8,78	42,13	85,53
Trabalho Feminino	3.074	49,86	15,62	4,94	87,12

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria.

A heterogeneidade entre os países também é ilustrada pela Tabela 5.3, assim como a heterogeneidade no tempo. Esta tabela apresenta os países da amostra total com os valores mínimos e máximos – e os anos nos quais cada um dos valores é observado – para cada uma das variáveis consideradas. Verifica-se que, entre as variáveis, se diferenciam bastante os países com os valores mínimos e máximos e os anos em que tais valores ocorrem. Assim, sugere-se que as variáveis apresentam dinâmicas transversais e longitudinais que também podem se refletir em relações dinâmicas que realçam o uso de regressões que utilizam dados em painel.

Tabela 5.3 – Mínimos e máximos das variáveis utilizadas, amostra total de países (de 2005 a 2023)

Variáveis	Mínimos			Máximos		
	Países	Anos	Valores	Países	Anos	Valores
Felicidade	Afganistão	2022	1,28	Dinamarca	2005	8,02
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	Venezuela	2019	5,53	Irlanda	2023	11,68
Apoio Social	Afganistão	2022	0,23	Nova Zelândia Islândia	2015 2022	0,99
Liberdade de Escolha	Afganistão	2023	0,23	Uzbequistão ⁷³	2017	0,99
Generosidade	Grécia	2018	-0,34	Mianmar	2014	0,70
Corrupção	Singapura	2016	0,04	Polônia Hungria	2005 2010	0,98
Desemprego	Catar	2019	0,10	Essuatíni	2022	37,85
População	Belize	2005	0,28	Índia	2023	1.438,07
Gastos Totais	Somália	2017 a 2020	0,00	Malta	2006	94,21
Gastos Educação	Armênia	2023	0,24	Cuba	2008	14,06
Gastos Saúde	Camarões	2017	0,14	Cuba	2021	12,63
Trabalho Vulnerável	Catar	2016 a 2022	0,14	Níger	2014	93,99
Vida Escolar	Níger	2005	3,63	Austrália	2015	23,09
Expectativa de Vida	Essuatíni	2005	42,13	Hong Kong	2021	85,53
Trabalho Feminino	Iemên	2023	4,94	Tanzânia	2006	87,12

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria.

⁷³ Uma possível explicação para tão alto valor em termos de compreensão subjetiva de liberdade para fazer escolhas de vida no Uzbequistão pode estar atrelada a um país de histórico controle rígido do Estado sobre a população, inclusive sobre a religião de seus habitantes, de modo que a compreensão subjetiva média exibida pela população possa divergir relativamente de indicadores de liberdade mais objetivos. Com efeito, em análise de sociedades pós-comunistas, Kizilova, Haerpfer e Kizilov (2015) observam que o país se encontra entre aqueles com mais altos níveis de felicidade (sentimentos positivos), além de apresentar alta satisfação geral com a vida, cuja possível explicação levantada pelos autores se baseia em peculiaridades do país nas áreas cultural, religiosa e social.

Expectativas em relação aos sinais a serem obtidos nas estimações também podem ser criadas a partir dos gráficos de dispersão na Figura 5.1. Pode-se observar que as linhas de ajustes indicam relações positivas entre a *Felicidade* – satisfação geral com a vida – e o *PIB per capita*, o *Apoio Social*, a *Liberdade de Escolha* e a *Generosidade*. Por outro lado, relações negativas são sinalizadas para a *Felicidade* em relação às variáveis de *Corrupção*, *Desemprego* e *População*.

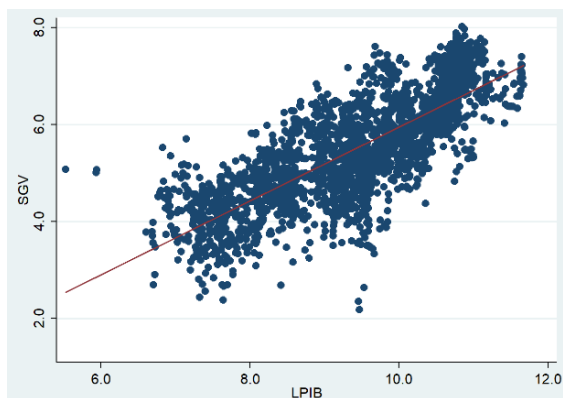
É interessante ressaltar que o posicionamento dos pontos dos gráficos dessas variáveis aparenta inexistir relações não-lineares com a *Felicidade* – por exemplo, relações em formatos próximos a “U”, “J”, “U-invertido” ou “J-invertido” –, enquanto a análise da proximidade deles com a linha de ajuste sinaliza relações mais fortes da *Felicidade* com as variáveis *PIB per capita*, *Apoio Social* e *Liberdade de Escolha*. Ressalta-se, ainda, que há mais *outliers* para a *População*.

No tocante às variáveis explicativas de interesse defendidas como *proxies* do EBES, verifica-se, com o auxílio das linhas de ajustes que, com exceção da variável *Trabalho Vulnerável*, elas parecem possuir relações positivas com a *Felicidade* (satisfação geral com a vida). Ademais, no geral, os gráficos apresentam indícios de relações lineares também para tais variáveis. Contudo, a exceção é o gráfico da variável *Gastos Saúde*, que parece apontar para uma relação não linear, de modo que possa haver um efeito marginal decrescente dos gastos públicos na área de saúde; *i.e.*, o aumento da porcentagem de gastos com a saúde (em relação ao PIB) aumentaria a satisfação geral com a vida (*Felicidade*) em proporções cada vez menores.

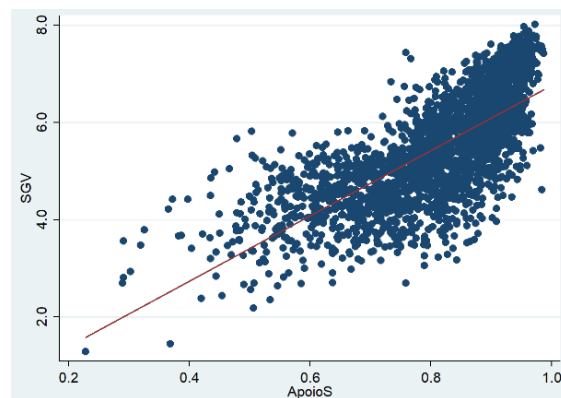
É importante apontar, ainda, que, pela proximidade dos pontos com as linhas de ajuste, as relações mais fortes com a *Felicidade* parecem ser as das variáveis *Trabalho Vulnerável*, *Vida Escolar*, *Gastos Saúde* e *Expectativa de Vida*. Por outro lado, a relação mais fraca parece ser aquela indicada pelo gráfico entre a *Felicidade* e o *Trabalho Feminino*, pela dispersão de seus pontos, assim como esta é a série que apresenta relativamente maior quantidade de *outliers*.

Figura 5.1 – Gráficos de dispersão entre a variável felicidade e as variáveis explicativas

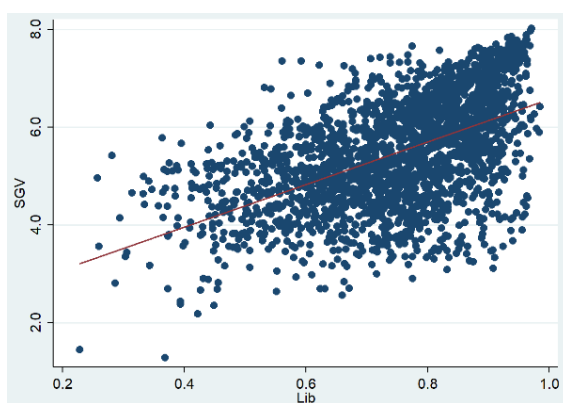
(a) Felicidade e PIB *per capita*



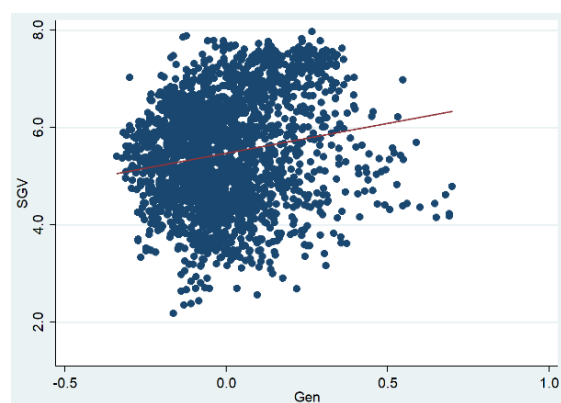
(b) Felicidade e Apoio Social



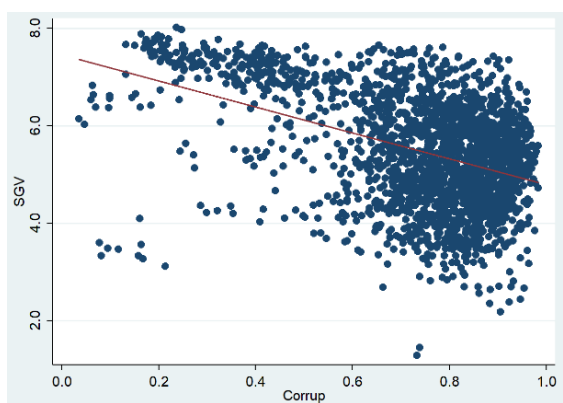
(c) Felicidade e Liberdade de Escolha



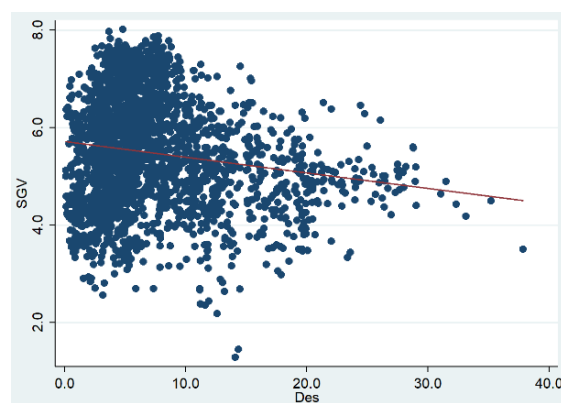
(d) Felicidade e Generosidade



(e) Felicidade e Corrupção



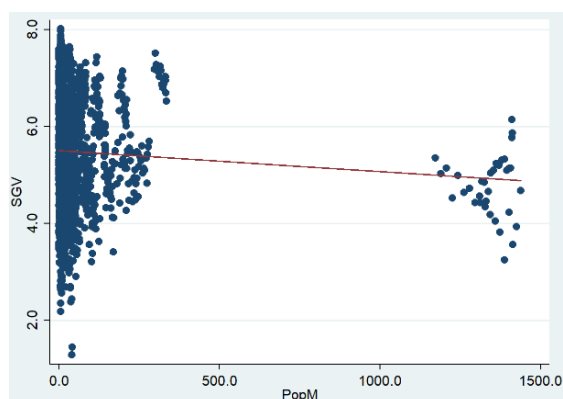
(f) Felicidade e Desemprego



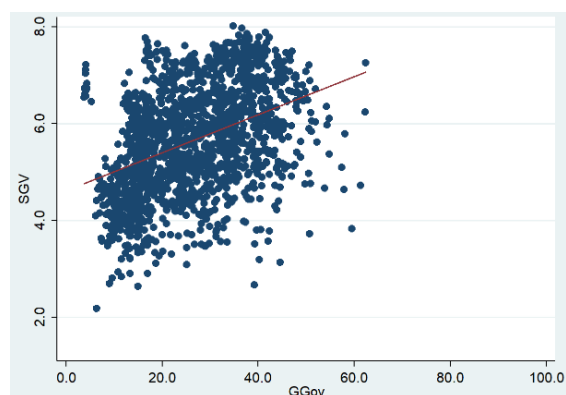
Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024). Elaboração própria.

Figura 5.1 – Gráficos de dispersão entre a variável felicidade e as variáveis explicativas (*continuação*)

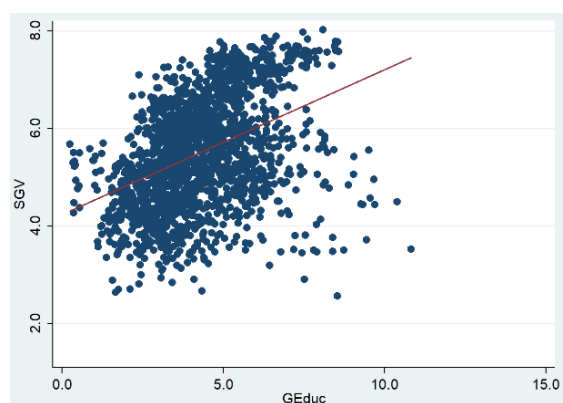
(g) Felicidade e População



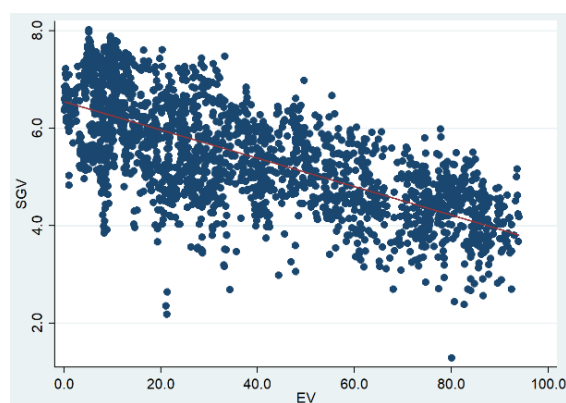
(h) Felicidade e Gastos Totais



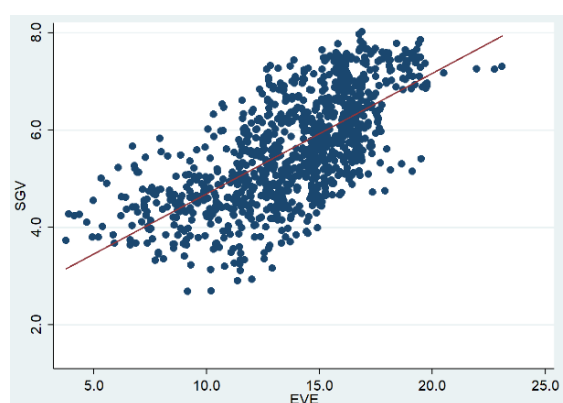
(i) Felicidade e Gastos Educação



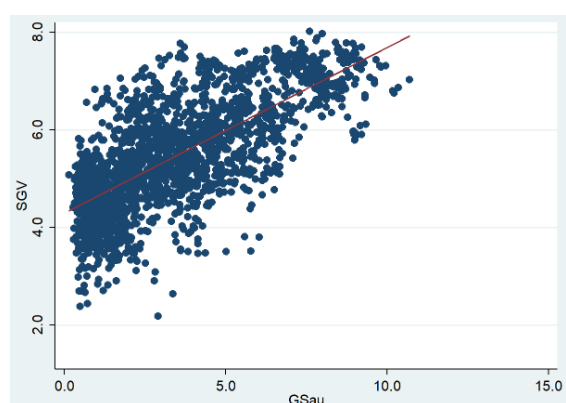
(j) Felicidade e Trabalho Vulnerável



(l) Felicidade e Vida Escolar

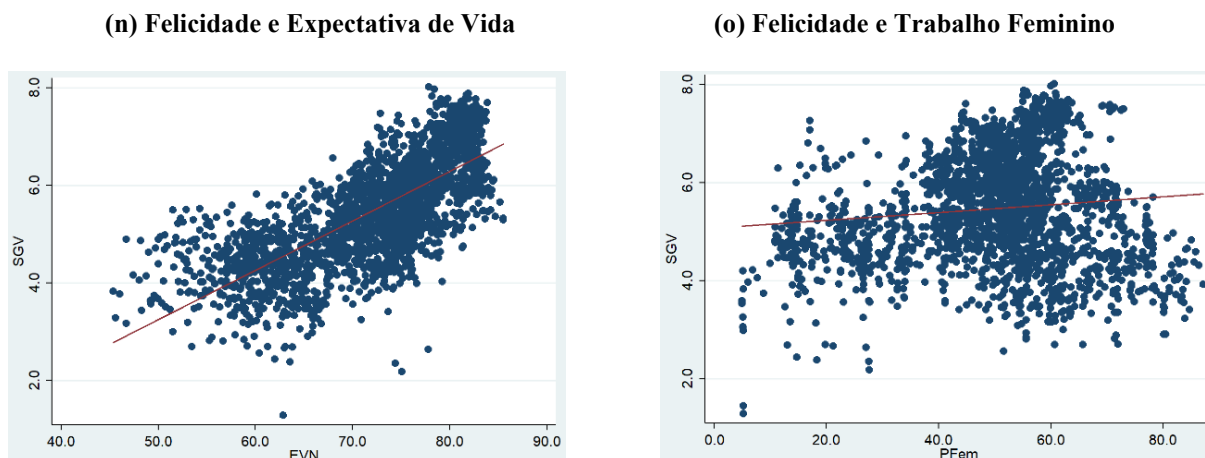


(m) Felicidade e Gastos Saúde



Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024). Elaboração própria.

Figura 5.1 – Gráficos de dispersão entre a variável felicidade e as variáveis explicativas (*continuação*)



Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024). Elaboração própria.

Em complemento à discussão relativa às fundamentações das opções empíricas, a Tabela 5.4 expõe os testes de correlação entre as variáveis com o intuito de identificar as possíveis relações entre elas e a existência ou não de multicolinearidade severa. Para isso, recorre-se à Shimakura (2006) para a interpretação dos coeficientes de correlação de Pearson⁷⁴: i) de 0,00 a |0,19|, correlação bem fraca; ii) de |0,20| a |0,39|, correlação fraca; iii) de |0,40| a |0,69|, correlação moderada; iv) de |0,70| a |0,89|, correlação forte; e v) de |0,90| a |1,00|, correlação muito forte.

A Tabela 5.4 indica que a *Felicidade* tem correlação forte e de sinal positivo com as variáveis PIB *per capita* (LPIB), *Apoio Social* (ApoioS), *Gastos Saúde* (GSau) e *Expectativa de Vida* (EVN). Assim, as últimas são potencialmente relevantes para explicar a satisfação geral com a vida (felicidade), justificando seus controles nas regressões. Já avaliando as correlações entre as variáveis explicativas, observam-se correlações fortes entre algumas delas e muito fortes (ou quase) entre o PIB *per capita* (LPIB) e o *Emprego/Trabalho Vulnerável* (EV), a *Expectativa de Vida* (EVN) e a *Vida Escolar* (EVE) e entre a *Vida Escolar* (EVE) e a *Expectativa de Vida* (EVN). Assim, é possível que estas variáveis apresentem multicolinearidade, o que pode dificultar a interpretação dos efeitos específicos sinalizados pelos coeficientes estimados das respectivas variáveis; ou seja, é possível que gere estimativas não confiáveis (Gujarati e Porter, 2011).

⁷⁴ O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida para quantificar o grau de associação linear entre duas variáveis, que pode variar de -1 (associação negativa perfeita) a +1 (associação positiva perfeita). Quanto maior o coeficiente em módulo, maior é a associação, enquanto o sinal indica se variam no mesmo sentido (sinal positivo) ou em sentidos contrários (sinal negativo). Variáveis perfeitamente independentes têm coeficiente de correlação igual a 0. Contudo, a mera correlação nula não implica necessariamente em independência (Gujarati; Porter, 2011).

Tabela 5.4 – Testes de correlação entre as variáveis

	<i>SGV</i>	<i>LPIB</i>	<i>ApoioS</i>	<i>Lib</i>	<i>Gen</i>	<i>Corrup</i>	<i>Des</i>	<i>PopM</i>	<i>GGov</i>	<i>EV</i>	<i>GEduc</i>	<i>EVE</i>	<i>GSau</i>	<i>EVN</i>	<i>TFem</i>
<i>SGV</i>	1														
<i>LPIB</i>	0,79*	1													
<i>ApoioS</i>	0,72*	0,71*	1												
<i>Lib</i>	0,57	0,34	0,40	1											
<i>Gen</i>	0,38	0,13	0,22	0,53	1										
<i>Corrup</i>	-0,51	-0,34	-0,27	-0,61	-0,39	1									
<i>Des</i>	-0,15	0,15	-0,09	-0,34	-0,33	0,14	1								
<i>PopM</i>	-0,12	-0,13	-0,25	0,01	0,08	0,09	-0,03	1							
<i>GGov</i>	0,37	0,61	0,42	-0,07	-0,15	-0,02	0,42	-0,20	1						
<i>EV</i>	-0,68	-0,90**	-0,74*	-0,24	0,00	0,24	-0,18	0,20	-0,64	1					
<i>GEduc</i>	0,54	0,40	0,45	0,27	0,15	-0,30	-0,01	-0,11	0,49	-0,46	1				
<i>EVE</i>	0,68	0,86*	0,63	0,30	0,08	-0,34	0,23	-0,14	0,61	-0,81	0,43	1			
<i>GSau</i>	0,73*	0,75*	0,65	0,34	0,16	-0,41	0,15	-0,16	0,66	-0,72*	0,61	0,75*	1		
<i>EVN</i>	0,75*	0,90**	0,60	0,35	0,18	-0,34	0,17	-0,12	0,56	-0,78*	0,35	0,83*	0,72*	1	
<i>TFem</i>	0,17	0,06	0,23	0,22	0,18	-0,22	-0,30	-0,28	-0,08	0,00	0,20	0,07	0,15	-0,04	1

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria.

Nota: * Correlação forte ($\geq |0,70|$). ** Correlação muito forte ($\geq |0,90|$). *SGV* – felicidade; *LPIB* – logaritmo do PIB *per capita*. *ApoioS* – apoio social. *Lib* – liberdade de escolha. *Gen* – generosidade. *Corrup* – corrupção. *Des* – desemprego. *PopM* – população. *GGov* – gastos totais. *EV* – emprego vulnerável. *GEduc* – gastos educação. *EVE* – vida escolar. *GSau* – gastos saúde. *EVN* – expectativa de vida. *TFem* – trabalho feminino.

Por isso e para diferenciar efeitos distintos entre as *proxies* de “fluxo” e de “estoque” para os EBES, são realizadas estimações com especificações alternativas, conforme o Quadro 5.5. As especificações I a VI analisam os efeitos das variáveis de “fluxo” do EBES. A especificação I inclui as variáveis de controle (*Apoio Social*, *Liberdade de Escolha*, *Generosidade*, *Corrupção* e *População*) e os agregados macroeconômicos (*PIB per capita* e *Desemprego*). A especificação II adiciona as *proxies* de EBES de “fluxo” (*Gastos Totais*, *Gastos Educação* e *Gastos Saúde*) e o *Trabalho Feminino*. A especificação III inclui a variável de tendência. Já as especificações IV a VI correspondem, respectivamente, às especificações I a III com o acréscimo do PIB *per capita* (logaritmo) também ao quadrado para testar a supracitada hipótese do “Paradoxo de Easterlin”.

Por outro lado, as especificações VII a X buscam explorar as variáveis de “estoque” aqui empregadas como *proxies* para o EBES (*Emprego Vulnerável*, *Vida Escolar* e *Expectativa de Vida*), em substituição aos gastos, de modo a identificar a “robustez” dos resultados para cada área de bem-estar social e tentar analisar efeitos mais duradouros (intertemporais) das políticas voltadas a cada área. Assim, com base na especificação III: i) na especificação VII, os *Gastos Totais* são substituídos pelo *Trabalho Vulnerável*; ii) na especificação VIII, os *Gastos Educação* são substituídos pela vida escolar; iii) na especificação IX, os *Gastos Saúde* são substituídos pela expectativa de vida; e iv) na especificação X, os três gastos são substituídos pelas três

variáveis de “estoque”. Todas as especificações de modelo são feitas para os países da UE *versus*: a) países do mundo (amostra total, exceto UE); b) “Resto da Europa”; e c) “Resto do Mundo”.

Quadro 5.5 – Resumo das variáveis utilizadas nas regressões segundo diferentes especificações

Variáveis Explicativas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
PIB per capita (logaritmo)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PIB <i>per capita</i> (logaritmo) ²	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Apoio Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Liberdade de Escolha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Generosidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Corrupção	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Desemprego	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
População	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
União Europeia (<i>Dummy</i>)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Gastos Totais	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Gastos Educação	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Gastos Saúde	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Trabalho Feminino	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Trabalho Vulnerável	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Vida Escolar	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Expectativa de Vida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Tendência	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria.

5.5 Conclusões

Após a apresentação dos capítulos anteriores de fundamentação, o presente capítulo deu início às análises empíricas para cumprir o objetivo proposto, reportado na Introdução. Assim, inicialmente, a seção 5.2 indicou os métodos, que consistem em testes estatísticos e regressões econométricas estimadas por painel de efeitos fixos e painel de efeitos aleatórios. O modelo fundamentado nos capítulos anteriores definiu a satisfação geral com a vida (*proxy* para desenvolvimento socioeconômico) como variável dependente a ser explicada por variáveis de controle (*Apoio Social*, *Liberdade de Escolha*, *Generosidade*, *Corrupção* e *População*) e variáveis de interesse (*dummy* para União Europeia; agregados macroeconômicos representados por *PIB per capita* e *Desemprego*; e Estado de bem-estar social representado por *Gastos Totais*, *Gastos Educação*, *Gastos Saúde*, *Trabalho Vulnerável*, *Vida Escolar*, *Expectativa de Vida*, *Trabalho Feminino*) e variável de *Tendência* (além de u_i para efeitos fixos e o termo de erro ε_{it}).

A amostra engloba 164 países em um interstício de 19 anos (2005 a 2023). Os países são divididos nos grupos União Europeia, “Resto da Europa”, Europa, “Resto do Mundo” e amostra

total. Além disso, em análise a nível intrabloco, os membros da União Europeia serão divididos entre os 4 modelos de Estado de bem-estar social (social-democrata, conservador-corporativista, meridional estendido e liberal) e o grupo pós-comunista discutidos nos capítulos terceiro e quarto (Quadro 3.2 e Figura 4.1).

A seção 5.3 apontou algumas fundamentações para as opções empíricas adotadas. Esse esforço foi concretizado por meio de uma síntese da literatura empírica encontrada sobre os impactos da União Europeia sobre a satisfação geral com a vida, de apresentação da fundamentação empírica das variáveis a serem utilizadas nas regressões, seus sinais esperados e extensa discussão sobre como as variáveis explicativas podem influenciar a satisfação geral com a vida. Já a seção 5.4 apresentou as primeiras análises empíricas (estatísticas descritivas, mínimos e máximos, gráficos de dispersão, testes de correlação) e também um resumo das especificações nos 10 modelos econométricos a serem estimados. Enfim, cumpre mencionar que o próximo capítulo dará prosseguimento às análises empíricas por meio de análises descritivas.

VI – ANÁLISES DESCRITIVAS

“Without data, you’re just another person with an opinion”⁷⁵

W. Edwards Deming

“Without an opinion, you’re just another person with data”⁷⁶

Milo Jones e Philippe Silberzahn

6.1 Apresentação

Em sequência aos capítulos de fundamentação teórico-empírica, o capítulo V deu início às análises empíricas. Assim, ele apresentou, por um lado, os métodos, o modelo, os dados (variáveis) e amostra utilizados, e, por outro, as fundamentações empíricas adotadas. Além disso, também foram feitas as primeiras análises empíricas com relação a: estatísticas descritivas, mínimos e máximos, gráficos de dispersão, testes de correlação; bem como um resumo das especificações dos modelos econométricos a serem estimados.

Em sequência, este sexto capítulo tem por objetivo apresentar e discutir as evidências encontradas a partir dos procedimentos empíricos adotados, apontados no capítulo anterior. Primeiramente (seção 6.2), são reportadas e analisadas as evoluções das médias, para o período considerado, das variáveis de interesse entre os países da União Europeia (UE), países do “Resto da Europa” e países do “Resto do Mundo” (Quadro 5.2). Depois (seção 6.3), são reportados e avaliados os testes t de diferenças de médias, também comparando os países pertencentes à UE àqueles países dos recortes geográficos supracitados. Por fim (seção 6.4), são realizadas comparações entre os países da UE segundo os modelos de Estado de bem-estar social (EBES) discutidos nos capítulos III e IV⁷⁷.

O intuito das avaliações do presente capítulo consiste em subsidiar as análises do próximo capítulo referentes aos resultados das regressões, especificamente averiguando evidências de que a participação no bloco europeu pode afetar o nível de satisfação geral com a vida

⁷⁵ Tradução própria: “sem dados, você é apenas mais uma pessoa com uma opinião”.

⁷⁶ Tradução própria: “sem opinião, você é apenas mais uma pessoa com dados” (Jones; Silberzahn, 2016).

⁷⁷ Ressalta-se que a abertura por modelos de EBES não é considerada nas estimações econométricas em função do baixo número de unidades de análise (países) e variação deste em cada um dos grupos (modelos).

(felicidade) de seus cidadãos não apenas diretamente, mas, particularmente, de forma indireta. Esta implica na possibilidade de o bloco europeu influenciar o EBES de seus membros e, em decorrência, o bem-estar subjetivo de seus integrantes.

6.2 Evoluções das variáveis médias por grupos de países

As tabelas e, de forma complementar, os gráficos na sequência exibem as médias das variáveis de interesse relacionadas ao indicador de bem-estar subjetivo – *Felicidade* (satisfação geral com a vida) –, às *proxies* para o EBES e aos agregados macroeconômicos, para cada ano analisado e divididas segundo grupos de países (Quadro 5.2): i) UE – países do bloco, sendo considerados a partir do ano de entrada no caso dos membros mais recentes –; ii) “Resto da Europa” (RM) – países europeus não pertencentes à UE –; e iii) “Resto do Mundo” (RM) – países que não pertencem à UE ou à Europa. Ademais, cada tabela contém algumas estatísticas básicas para a variável em pauta para cada grupo (médias, valores mínimos e valores máximos).

Em primeiro lugar, a Tabela 6.1 expõe, para os anos e grupos de países considerados, as médias anuais da variável *Felicidade* (satisfação geral com a vida). Observa-se que, na média para o período todo, países da UE apresentam uma satisfação geral com a vida (6,44) superior ao “Resto da Europa” (5,63) e “Resto do Mundo” (5,26). Considerando parâmetros do Relatório Mundial da Felicidade feito em parceria com a ONU, os valores sinalizam que o bloco da UE possui uma média elevada de satisfação geral com a vida, enquanto os outros dois grupos exibem médias intermediárias. Isto porque o Relatório Mundial da Felicidade estabelece a seguinte classificação: i) de 1,0 a 4,5, nível de felicidade (satisfação geral com a vida) baixo; ii) entre 4,1 e 6,0, nível de felicidade intermediário; e iii) de 6,1 a 8,0, nível de felicidade alto (World Happiness Report, 2024c).

Tabela 6.1 – Evolução da média da variável *Felicidade* (satisfação geral com a vida), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

Anos	Felicidade		
	UE	RE	RM
2005	6,77	5,05	6,23
2006	6,10	5,90	5,01
2007	6,21	5,07	5,29
2008	6,82	5,88	5,12
2009	6,16	5,31	5,33
2010	6,31	5,12	5,33
2011	6,24	5,27	5,25
2012	6,25	5,76	5,19
2013	6,25	5,21	5,17

Anos	Felicidade		
	UE	RE	RM
2014	6,24	5,70	5,14
2015	6,32	5,64	5,13
2016	6,41	5,62	5,10
2017	6,54	5,59	5,17
2018	6,58	5,80	5,18
2019	6,63	5,87	5,27
2020	6,68	5,99	5,38
2021	6,69	6,11	5,26
2022	6,61	5,97	5,16
2023	6,61	6,03	5,31
Médias	6,44	5,63	5,26
Mínimos	6,10	5,05	5,01
Máximos	6,82	6,11	6,23

Fonte: World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RM – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

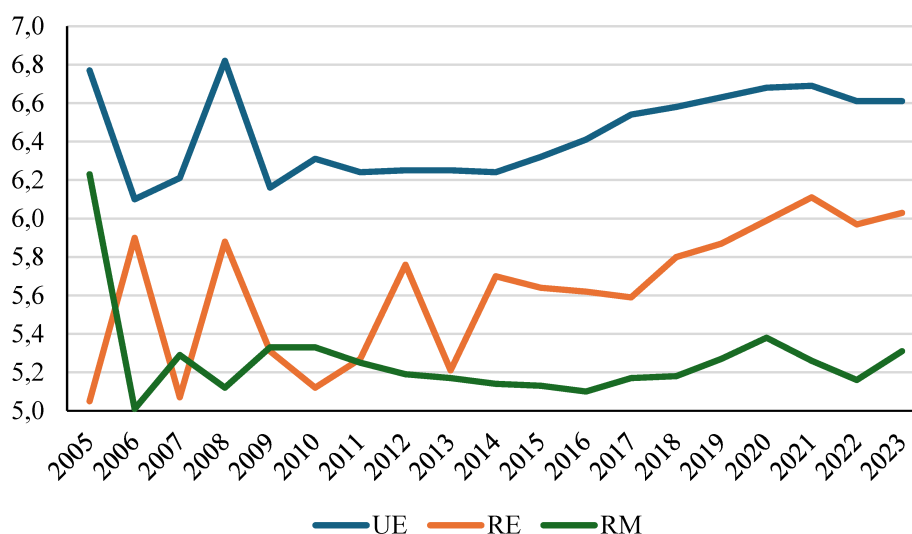
Ainda segundo a Tabela 6.1, o valor máximo dos membros da UE também é superior aos máximos dos demais grupos de países e o valor mínimo do bloco quase equivale ao máximo do “Resto da Europa”. Além disso, cabe ressaltar que a comparação entre o primeiro e o último ano considerados sinaliza que o “Resto da Europa” (RE) passou de um nível intermediário a um nível elevado e o “Resto do Mundo” (RM) desceu de um nível alto para um intermediário.

O Gráfico 6.1 mostra que a felicidade média na UE é superior à dos outros grupos de países em todo o período e oscilou bastante nos anos iniciais, com duas quedas significativas entre 2005-2006 e 2008-2009 – a última pode ter sido causada pela crise de 2008. A partir de 2009, não obstante a entrada de novos países no bloco, sendo eles pós-comunistas do Leste europeu (Bulgária e Romênia em 2007 e Croácia em 2013), e a multifacetada crise migratória de 2015 – aspectos discutidos no quarto capítulo –, houve uma tendência de crescimento da média de satisfação geral com a vida nos países-membros (com pequena queda nos anos finais).

Já a felicidade no “Resto da Europa” (RE) apresentou um comportamento mais volátil, embora com uma tendência de crescimento. Com efeito, de 2005 a 2013, as médias do RE e do RM eram mais próximas, enquanto no período posterior passaram por uma tendência geral de crescimento que alçou o RE a um patamar intermediário entre a UE e o RM. Estes países, por sua vez, passaram por uma tendência de redução de sua média de satisfação geral com a vida.

Já a felicidade no “Resto da Europa” (RE) apresentou um comportamento mais volátil, embora com uma tendência de crescimento. Com efeito, de 2005 a 2013, as médias do RE e do RM eram mais próximas, enquanto no período posterior passaram por uma tendência geral de crescimento que alçou o RE a um patamar intermediário entre a UE e o RM. Estes países, por sua vez, passaram por uma tendência de redução de sua média de satisfação geral com a vida.

Gráfico 6.1 – Evoluções das médias da variável *Felicidade* (satisfação geral com a vida), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Já a felicidade no “Resto da Europa” (RE) apresentou um comportamento mais volátil, embora com uma tendência de crescimento. Com efeito, de 2005 a 2013, as médias do RE e do RM eram mais próximas, enquanto no período posterior passaram por uma tendência geral de crescimento que alçou o RE a um patamar intermediário entre a UE e o RM. Estes países, por sua vez, passaram por uma tendência de redução de sua média de satisfação geral com a vida.

A Tabela 6.2 mostra as médias, por anos e grupos de países, das *proxies* de Estado de Bem-Estar Social (EBES) na área de seguridade social (Quadro 5.1). Em relação aos gastos governamentais (*Gastos Totais*), depreende-se da tabela que, na média do período, a UE é o grupo de países com os maiores gastos públicos como proporção do PIB (38,86%), seguida do RE (31,37%) e, bem distante, pelo RM (21,10%). A porcentagem mínima da UE (32,44%) é um pouco abaixo da máxima do RE (35,37%) e quase 10 pontos percentuais (p.p.) acima da máxima do RM. Comparando as médias do primeiro e último ano, a UE reduziu seus gastos em mais de 7 p.p., já o RE aumentou em quase 6 p.p., enquanto o RM elevou em quase 2 p.p. Não obstante estas alterações, as porcentagens médias máximas têm o mesmo ordenamento: UE (42,06%), RE (35,37%) e RM (23,69%), com maior proximidade entre os grupos europeus.

Tabela 6.2 – Evoluções das médias das *proxies* de EBES na área de *seguridade social*, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

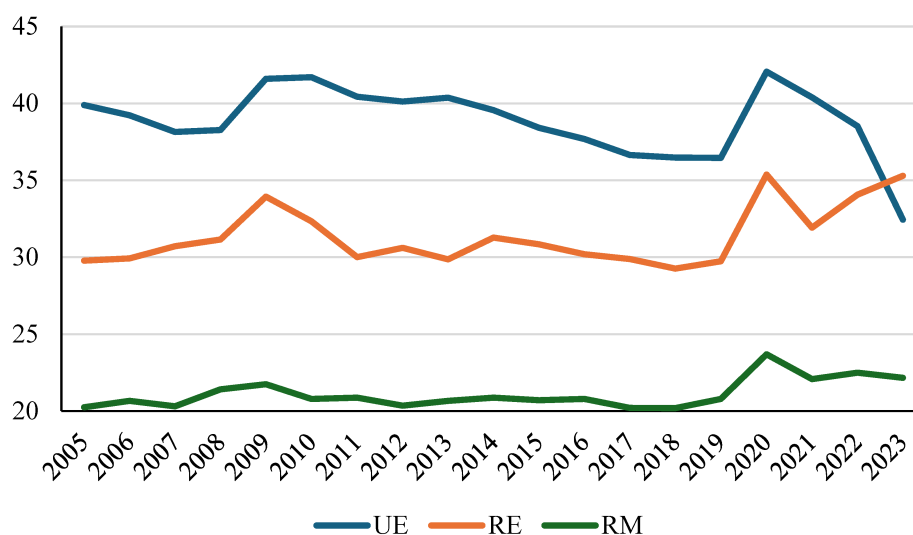
Anos	Gastos Totais (% do PIB)			Trabalho Vulnerável (% do Emprego Total)		
	UE	RE	RM	UE	RE	RM
2005	39,89	29,77	20,24	11,42	21,28	48,53
2006	39,23	29,92	20,67	11,33	21,17	48,20
2007	38,14	30,71	20,3	11,76	20,93	47,72
2008	38,26	31,14	21,41	11,44	21,15	47,33
2009	41,60	33,94	21,75	11,75	21,15	47,20
2010	41,69	32,33	20,78	11,92	21,39	46,82
2011	40,44	30,01	20,88	11,84	21,45	46,57
2012	40,11	30,60	20,34	11,97	21,65	46,13
2013	40,36	29,86	20,66	12,09	22,16	45,87
2014	39,55	31,27	20,86	11,98	21,73	45,43
2015	38,42	30,84	20,71	11,67	21,97	45,22
2016	37,69	30,20	20,78	11,28	21,98	44,93
2017	36,64	29,87	20,21	11,05	21,38	44,86
2018	36,47	29,26	20,19	10,84	20,79	44,77
2019	36,46	29,73	20,78	10,68	20,63	44,60
2020	42,06	35,37	23,69	10,74	19,83	45,00
2021	40,38	31,92	22,08	10,70	19,67	44,75
2022	38,52	34,07	22,49	10,98	19,76	44,43
2023	32,44	35,28	22,16	---	---	---
Médias	38,86	31,37	21,10	11,41	21,12	46,02
Mínimos	32,44	29,26	20,19	10,68	19,67	44,43
Máximos	42,06	35,37	23,69	12,09	22,16	48,53

Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Quanto ao *Trabalho Vulnerável*, nota-se uma ordem decrescente das médias contrária aos gastos governamentais – mas, talvez, condizente, uma vez que é razoável esperar que países com maior volume de gastos públicos tenham menor porcentagem de empregos vulneráveis: RM (46,02%); RE (21,12%); e UE (11,41%). Novamente, observa-se uma maior proximidade entre as médias dos grupos europeus (UE com média quase 10 p.p. abaixo do RE) e maior distanciamento destes com o RM (mais de 20 p.p. a menos da UE em comparação com o RM). Destaca-se, ainda, o fato do auge do trabalho vulnerável da UE (12,09%) ser quase três vezes menor que o mínimo do RM (44,43%). Além disso, a comparação entre as médias do primeiro e o último ano indicam uma tendência conjunta dos grupos de redução do trabalho vulnerável.

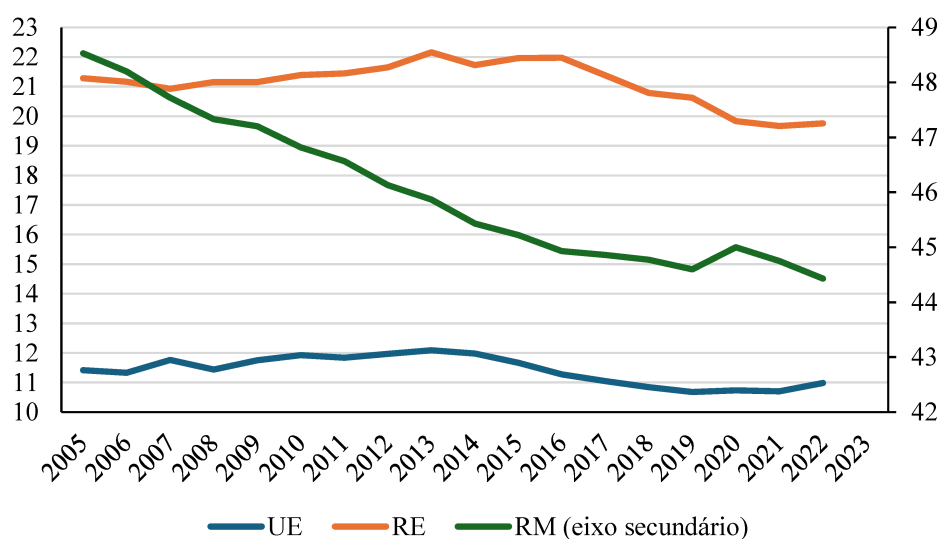
O Gráfico 6.2 mostra a trajetória de redução da média de *Gastos Totais* (como proporção do PIB) da UE simultaneamente à elevação no RE e o discreto crescimento no RM. Deve-se destacar que, no último ano, o RE chega a ultrapassar a UE e que os picos de gastos parecem coincidir com a crise de 2008 e com a crise derivada da pandemia do COVID-19. Já no caso do *Trabalho Vulnerável*, no Gráfico 6.3, houve uma tendência da média na UE oscilar em torno de 11%. O RE exibiu uma queda modesta; já a média do RM (representada em eixo secundário por ser muito maior em relação aos demais) sofreu uma contração significativa (perto de 4 p.p.).

Gráfico 6.2 – Evoluções das médias da variável *Gastos Totais* (% do PIB), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RM – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Gráfico 6.3 – Evolução da média da variável *Trabalho Vulnerável* (% do emprego total), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RM – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Enfim, interessa notar que a análise conjunta da tabela e dos gráficos dos dados de *Gastos Totais* e de *Trabalho Vulnerável* parece indicar certa sintonia, de forma que possa haver alguma conexão entre o primeiro e o segundo – o que sugere que são *proxies* alternativas para a área de

seguridade social, como é defendido na presente Dissertação. Isto porque o RE e o RM foram os grupos que aumentaram os gastos públicos e que mais diminuiram seu emprego vulnerável.

Uma vez tratada a área de seguridade social, passa-se às variáveis selecionadas como *proxies* para o EBES na área da educação: gastos públicos em educação como porcentagem do PIB (*Gastos Educação*) e expectativa de vida escolar (média de anos) do primário ao terciário (*Vida Escolar*). A Tabela 6.3 mostra que a ordem decrescente de gastos médios em educação é: UE (5,14%), RE (5,09%; bastante próximo à UE) e RM (4,11%). Destaca-se o fato de o gasto mínimo da UE (4,84%) ser 0,5 p.p. maior que o valor máximo do RM (4,32%) e que o valor máximo do RE (5,78%) ultrapasse o máximo da UE (5,40%). Ademais, na comparação entre os anos iniciais e finais, a ordem decrescente de gastos se mantém, assim como a proximidade do bloco e o RE, e o distanciamento do RM; já o RE aumentou seus gastos em mais de 1,5 p.p.

Tabela 6.3 – Evoluções das médias das *proxies* de EBES na área de *educação*, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

Anos	Gastos Educação (% do PIB)			Vida Escolar (média de anos)		
	UE	RE	RM	UE	RE	RM
2005	5,19	5,08	4,16	16,14	13,66	10,92
2006	5,15	5,10	4,02	16,04	14,02	11,30
2007	4,89	5,24	3,94	16,01	13,95	11,48
2008	5,08	5,25	4,09	16,00	14,22	11,27
2009	5,40	5,78	4,30	16,19	14,23	11,52
2010	5,38	5,23	3,93	16,23	14,41	11,84
2011	5,31	4,93	4,01	16,41	14,73	11,74
2012	5,25	5,20	4,17	16,33	14,68	12,17
2013	5,39	5,29	4,15	16,83	14,77	12,79
2014	5,24	5,02	4,17	16,88	14,66	12,81
2015	5,10	4,89	4,19	16,75	14,91	12,95
2016	5,05	4,91	4,14	16,80	15,11	13,70
2017	4,84	4,85	4,12	16,88	14,98	13,49
2018	4,89	4,90	4,05	16,93	15,01	13,74
2019	4,92	4,98	4,18	---	13,96	12,97
2020	5,27	5,15	4,32	---	---	---
2021	5,12	4,79	4,23	---	---	---
2022	5,12	4,50	3,91	---	---	---
2023	---	5,60	4,05	---	---	---
Médias	5,14	5,09	4,11	16,46	14,49	12,31
Mínimos	4,84	4,50	3,91	16,00	13,66	10,92
Máximos	5,40	5,78	4,32	16,93	15,11	13,74

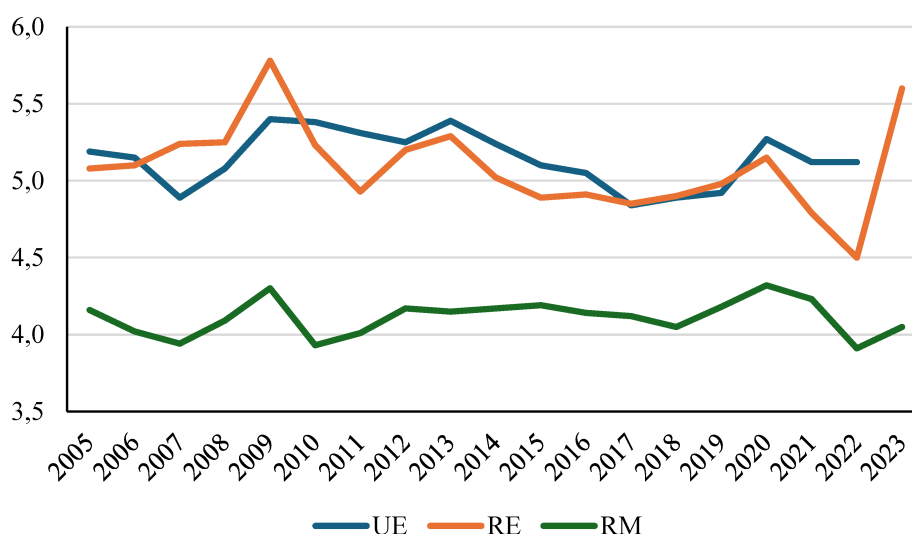
Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Por sua vez, em termos médios, a expectativa de vida escolar (*Vida Escolar*) apresenta a mesma ordem decrescente que os gastos com educação; ou seja: UE (16,49 anos); RE (14,49 anos); RM (12,31 anos). Nota-se não haver substantiva proximidade na variável dos dois grupos europeus, ao mesmo tempo que se distanciam do RM. Pode ser ressaltado que a expectativa

mínima para a UE (16 anos) é superior à máxima do RE (15,11 anos – diferença de mais de 1 ano) e do RM (13,74 – diferença de mais de 2,5 anos). Já os dados do primeiro e do último ano apontam para uma tendência geral de crescimento das médias dos anos escolares esperados.

Posto isso, nos Gráficos 6.4 e 6.5 são expostos os comportamentos das médias dos gastos com educação e da expectativa de vida escolar, respectivamente. Quanto aos *Gastos Educação*, de modo geral, os três grupos de países tiveram uma tendência de oscilar proximamente a níveis médios, embora se possam notar modestas tendências de decréscimos na UE e no RE, e de aumento no RM. Por seu turno, a *Vida Escolar* demonstra uma tendência geral de crescimento para os três grupos de países no recorte temporal considerado. Destaca-se que, no RM, elevou-se em mais de 1 ano a média de anos escolares esperados. Assim, este pôde se aproximar do grupo de países do RE, embora tenha permanecido consideravelmente abaixo da média dos membros da UE.

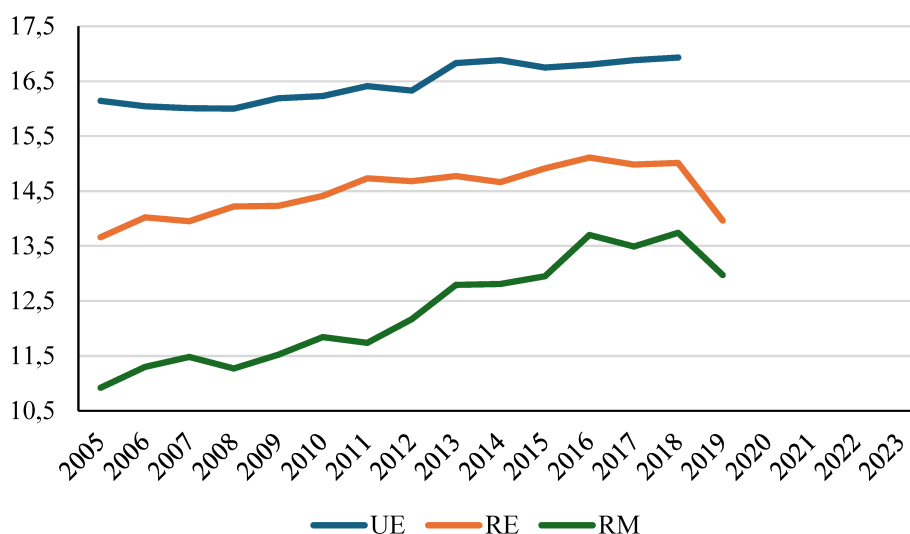
Gráfico 6.4 – Evoluções das médias da variável *Gastos Educação* (% do PIB), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

A partir da tabela e dos gráficos para as variáveis da área da educação, é possível notar que, embora o tamanho dos gastos em educação em termos de participação no PIB não tenha tido alterações consideráveis no período, a *Vida Escolar* (proxy para o “estoque” de educação) média dos três grupos teve uma tendência de crescimento no período analisado. Ademais, em um contexto de gastos com educação e de comportamento dinâmico da expectativa de vida escolar semelhantes, na média, entre a UE e o RE, nota-se que o RM conseguiu reduzir sua diferença de média de anos de escolaridade esperada de forma considerável frente ao RE.

Gráfico 6.5 – Evoluções das médias da variável *Vida Escolar* (média de anos), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Na sequência, são analisadas as *proxies* de EBES na área da *saúde*, correspondentes aos gastos em saúde como proporção do PIB (*Gastos Saúde*) e a *Expectativa de Vida* ao nascer. Pela Tabela 6.4, observa-se, uma vez mais, a ordem decrescente em termos de média de gastos da seguinte maneira: UE (6,21%), RE (4,81%) e RM (2,67%). É interessante ressaltar que, ao contrário das médias dos gastos totais e com educação, as médias dos gastos com saúde da UE e do RE não apresentam considerável proximidade *pari passu* a uma distância de ambas *vis-à-vis* à média do RM. Ademais, a comparação entre os primeiros e os últimos anos mostra um crescimento das médias nos três grupos, principalmente para o RE e RM, embora a supracitada ordem decrescente não se altere. Nota-se redução da distância entre UE e RE, com destaque ao fato de o RE ter ultrapassado o bloco europeu no último ano, assim como nos gastos totais. Observa-se também que a média mínima de gastos da UE só foi superior à máxima do RM.

Em termos de *Expectativa de Vida*, verifica-se o mesmo ordenamento: UE (79,15 anos), RE (75,20 anos) e RM (68,52 anos). Neste caso, há uma proximidade dos grupos europeus e certo distanciamento da média de RM. As médias dos três grupos passaram por aumento quando se compara o primeiro e o último ano, especialmente no RM (crescimento de 2,89 anos). Os valores de mínimos e máximos indicam que a média mínima da UE é superior às médias máximas do RE e do RM. Além disso, o valor máximo da UE é basicamente 10 anos ao máximo do RM. Convém destacar, ainda, que as médias de expectativa de vida ao nascer atingiram o seu

ápice em 2019, ano sucedido pelo período da crise sanitária da pandemia da COVID-19 (2020-2021) e subsequente recuperação (2023) – a qual não chegou a voltar ao nível pré-pandêmico.

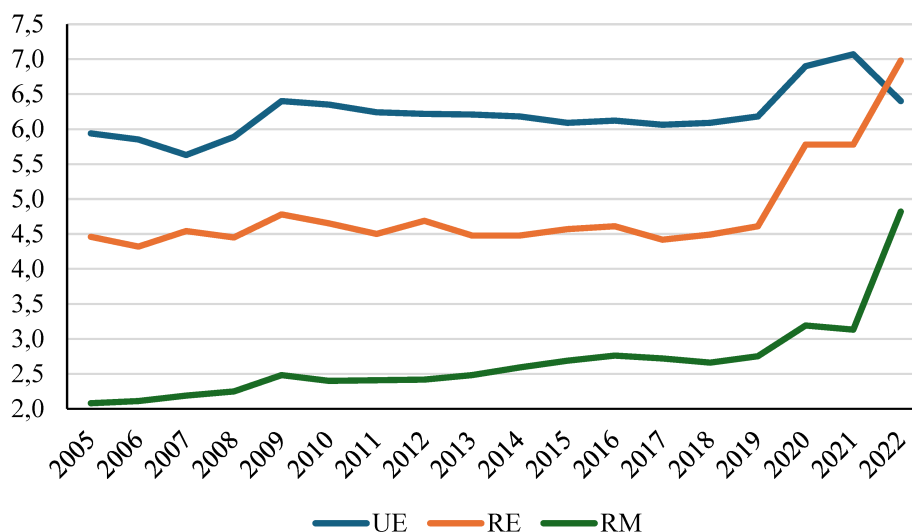
Tabela 6.4 – Evoluções das médias das *proxies* de EBES na área de *saúde*, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

Anos	Gastos Saúde (% do PIB)			Expectativa de Vida (média de anos)		
	UE	RE	RM	UE	RE	RM
2005	5,94	4,46	2,08	77,63	73,15	65,63
2006	5,85	4,32	2,11	77,88	73,52	66,05
2007	5,63	4,54	2,19	77,66	74,02	66,44
2008	5,89	4,45	2,25	78,01	74,37	66,79
2009	6,40	4,78	2,48	78,33	74,60	67,30
2010	6,35	4,65	2,40	78,64	74,91	67,60
2011	6,24	4,50	2,41	79,12	75,14	68,12
2012	6,22	4,69	2,42	79,21	75,37	68,50
2013	6,21	4,48	2,48	79,42	75,40	68,84
2014	6,18	4,48	2,59	79,77	75,50	69,12
2015	6,09	4,57	2,69	79,64	75,67	69,45
2016	6,12	4,61	2,76	79,94	76,01	69,77
2017	6,06	4,42	2,72	80,00	76,27	70,08
2018	6,09	4,49	2,66	80,12	76,46	70,31
2019	6,18	4,61	2,75	80,44	76,61	70,56
2020	6,90	5,78	3,19	79,68	75,81	69,82
2021	7,07	5,78	3,13	79,21	75,00	69,16
2022	6,40	6,98	4,82	79,94	75,76	69,89
2023	---	---	---	---	---	---
Médias	6,21	4,81	2,67	79,15	75,20	68,52
Mínimos	5,63	4,32	2,08	77,63	73,15	65,63
Máximos	7,07	6,98	4,82	80,44	76,61	70,56

Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Complementarmente, no Gráfico 6.6, observa-se que o período de 2005 a 2019 é marcado por uma tendência geral de relativa estabilidade na média do percentual do PIB dos gastos com saúde nos três grupos de países: a UE manteve sua média em torno do nível de 6% e o RE oscilou a partir de 4,5%, enquanto o RM teve um modesto aumento (0,67 p.p.). Para além da elevação geral de gastos com saúde na conjuntura da breve pandemia do vírus H1N1 (causador da popularmente denominada “gripe suína”), em 2009, o comportamento geral dos grupos de países foi de aumento desta categoria de gastos no contexto pandêmico da COVID-19, de 2020 a 2021. O bloco europeu reverteu esse processo com uma queda relativamente acentuada de gastos nos anos de 2022 e 2023 - em vista que o RM demorou 14 anos para aumentar a sua média de gastos na mesma magnitude.

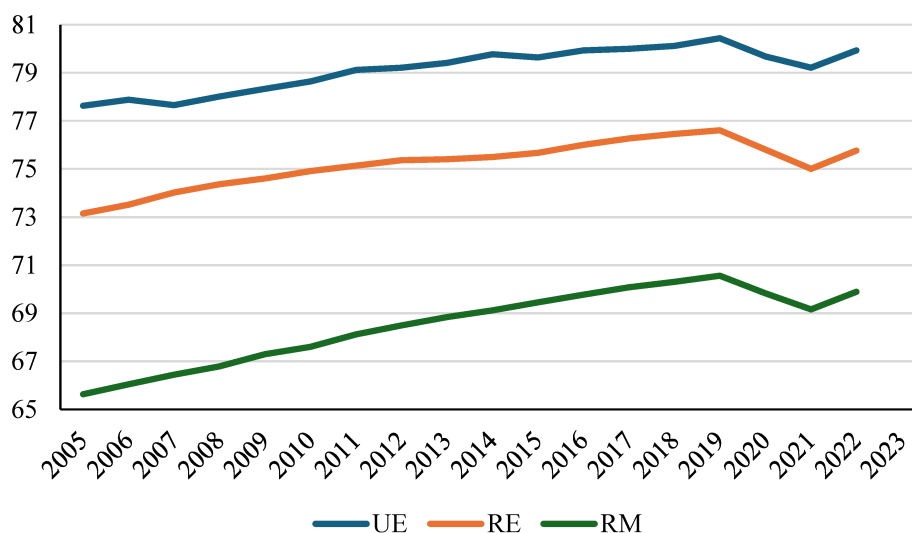
Gráfico 6.6 – Evoluções das médias da variável *Gastos Saúde* (% do PIB), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

O Gráfico 6.7, para a *Expectativa de Vida*, mostra um padrão geral de maior proximidade entre os grupos europeus e a distância relativa de ambos em comparação ao RM. A tendência geral entre 2005 e 2019 é de crescimento das médias de expectativa de vida, que é revertida no contexto pandêmico e só apresenta recuperação em 2023, mas sem atingir os níveis anteriores pré-pandêmicos.

Gráfico 6.7 – Evoluções das médias da variável *Expectativa de Vida* (média de anos), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Para a área de *igualdade de gênero* (ou *proteção à família*) do EBES, cuja *proxy* é a participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho (*Trabalho Feminino*), a Tabela 6.5 indica que, na média, a UE tem a maior participação da força de trabalho feminina (52,40%), seguida do RE (51,83%) e, por último, do RM (49,11%). Destaca-se que, ao contrário de todos os indicadores já analisados, as médias dos três grupos são relativamente próximas. Contudo, a média mínima da UE (51,02% em 2005) é maior que o máximo do RM (49,69% em 2023).

Tabela 6.5 – Evolução da média da proxy de EBES na área de *igualdade de gênero*, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

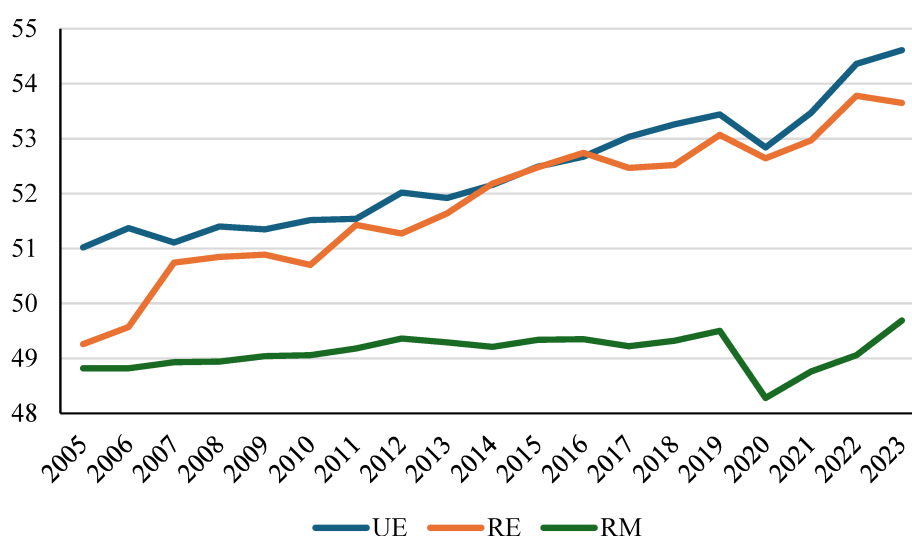
Anos	Trabalho Feminino (%)		
	UE	RE	RM
2005	51,02	49,26	48,82
2006	51,37	49,57	48,82
2007	51,11	50,74	48,93
2008	51,40	50,85	48,94
2009	51,35	50,89	49,04
2010	51,52	50,70	49,06
2011	51,54	51,43	49,18
2012	52,02	51,27	49,36
2013	51,92	51,64	49,29
2014	52,16	52,18	49,21
2015	52,49	52,48	49,34
2016	52,67	52,74	49,35
2017	53,03	52,47	49,22
2018	53,26	52,52	49,32
2019	53,44	53,07	49,50
2020	52,84	52,64	48,28
2021	53,47	52,97	48,76
2022	54,36	53,78	49,06
2023	54,61	53,65	49,69
Médias	52,40	51,83	49,11
Mínimos	51,02	49,26	48,28
Máximos	54,61	53,78	49,69

Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

A comparação entre 2005 e 2023 aponta aumentos das participações da força de trabalho feminina nos três grupos de países: 3,59 p.p. (UE); 4,52 p.p. (RE); 0,87 p.p. (RM). Embora estas alterações tenham acontecido, a ordem decrescente das médias supracitada não mudou. De modo complementar, o Gráfico 6.8 mostra que as médias dos três grupos iniciaram mais próximas, com destaque à proximidade entre RE e RM. Ademais, a tendência mais acentuada de crescimento dos grupos europeus em simultâneo à estabilidade das médias do RM resultou no distanciamento de médias dos dois primeiros com respeito ao último ao longo do período.

É interessante notar que uma possível explicação na tendência de crescimento dos grupos europeus possa se dever ao aumento contínuo de ingresso de mulheres imigrantes em idade ativa (particularmente na UE), além do fato da difusão de melhores práticas de política social (nas áreas de inclusão social e paridade de gênero, no sentido ocidente-oriental) dentro do bloco europeu poderem ter contribuído para o aumento de seu *Trabalho Feminino* agregado – ambos aspectos discutidos no quarto capítulo.

Gráfico 6.8 – Evoluções das médias da variável *Trabalho Feminino* (%), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Convém salientar, ainda, que o crescimento do *Trabalho Feminino* mais acentuado no RE distanciou a sua média do RM e basicamente a igualou à média da UE no período 2014-2016. A partir de então, as médias dos dois grupos europeus se mantiveram mais próximas. Além disso, é possível constatar que o recuo nas taxas de participação da força de trabalho feminina passou por uma redução mais pronunciada no ano de 2020, quando uma parcela considerável das populações femininas dos três grupos perdeu seus postos de trabalho no contexto de crise mais aguda da COVID-19 em 2020, sobretudo no RM – em comparação com a UE e o RM.

Concluídas as avaliações sobre as variáveis associadas ao EBES, passa-se aos agregados macroeconômicos de interesse: i) *PIB per capita* (logaritmo); e ii) *Desemprego* (% da força de trabalho sem emprego). A Tabela 6.6 demonstra a média de ambas as variáveis dos grupos de países e período analisados. As médias do *PIB per capita* indicam a seguinte ordem decrescente

de renda: UE, RE e RM. Salienta-se que a renda do bloco é consideravelmente maior aos demais grupos – por exemplo, a média mínima de *PIB per capita* da UE é aproximadamente US\$ 33.860,35, enquanto as médias máximas do RE e do RM são, respectivamente, próximos a US\$25.084,36 e US\$16.983,54. Na comparação entre os anos iniciais e finais, o RE e o RM iniciam com médias bastante próximas, mas o primeiro consegue diminuir a sua diferença com a UE enquanto que o RM encerra com uma média razoavelmente inferior à sua média inicial.

Quanto ao *Desemprego*, algo aqui inédito é observado: o indicador médio da UE é pior que o do RM, enquanto o do RE é quase 4 p.p. superior em comparação aos demais. A análise das médias mínimas e máximas indicam que a UE e o RE passaram por considerável variação em suas taxas de desemprego, uma vez que as máximas de ambos são basicamente 100% superior às mínimas, enquanto o RM não sofreu significativa mudança. Já os valores iniciais e finais indicam que o trio de grupos de países terminou a série com níveis de desemprego mais baixos.

Tabela 6.6 – Evoluções das médias dos agregados macroeconômicos, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

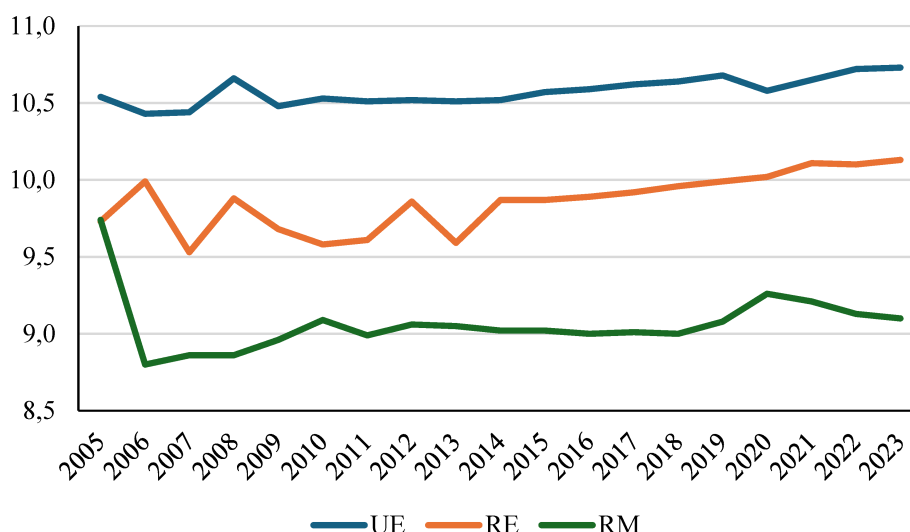
Anos	PIB <i>per capita</i> (logaritmo)			Desemprego (%)		
	UE	RE	RM	UE	RE	RM
2005	10,54	9,73	9,74	8,01	14,43	7,76
2006	10,43	9,99	8,80	7,15	13,55	7,46
2007	10,44	9,53	8,86	6,30	13,02	7,27
2008	10,66	9,88	8,86	6,27	11,42	7,23
2009	10,48	9,68	8,96	8,99	12,33	7,56
2010	10,53	9,58	9,09	10,11	13,15	7,48
2011	10,51	9,61	8,99	9,96	13,31	7,34
2012	10,52	9,86	9,06	10,43	13,41	7,30
2013	10,51	9,59	9,05	10,78	12,98	7,28
2014	10,52	9,87	9,02	10,04	12,83	7,24
2015	10,57	9,87	9,02	9,26	12,54	7,38
2016	10,59	9,89	9,00	8,31	11,82	7,45
2017	10,62	9,92	9,01	7,30	10,68	7,46
2018	10,64	9,96	9,00	6,36	9,82	7,35
2019	10,68	9,99	9,08	5,83	8,78	7,41
2020	10,58	10,02	9,26	6,69	8,85	8,56
2021	10,65	10,11	9,21	6,57	8,61	8,28
2022	10,72	10,10	9,13	5,64	7,48	7,54
2023	10,73	10,13	9,10	5,66	7,20	7,23
Médias	10,57	9,86	9,07	7,88	11,38	7,50
Mínimos	10,43	9,53	8,8	5,64	7,20	7,23
Máximos	10,73	10,13	9,74	10,78	14,43	8,56

Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Por seu turno, o Gráfico 6.9 para o *PIB per capita* indica que a UE passou por uma tendência de crescimento econômico mais suave ao longo do período de 19 anos, enquanto o

RE passou por oscilações na primeira década da série (2005-2015) e depois elevou a sua renda média de forma mais estabilizada até o final do período. Já o RM teve uma queda considerável (retração econômica) entre 2005 e 2006, da qual não se recuperou nos próximos 18 anos.

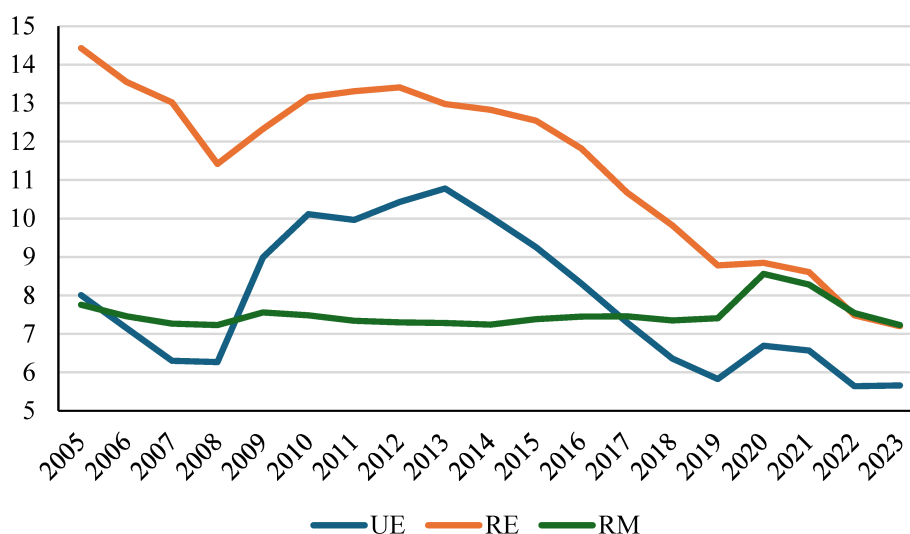
Gráfico 6.9 – Evoluções das médias da variável *PIB per capita* (logaritmo), segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Já quanto ao Gráfico 6.10 para o *Desemprego*, é útil destacar como a UE e o RE passaram por padrões de evolução semelhantes: reduziram suas médias de desemprego entre 2005 e 2008, para então a elevarem consideravelmente até 2012/2013, quando passam a cair continuamente até 2019 – o que pode ter alguma associação ao grande influxo de imigrantes ao continente europeu no mesmo período – e, depois, aumentam novamente durante o período coincidente com a crise da pandemia da COVID-19, para novamente se reduzir. Por sua vez, o RM passa por uma tendência de estabilidade, interrompido apenas pelo período também coincidente da crise pandêmica. Enfim, é válido ressaltar que a UE e o RM começam a série considerada com 6 p.p. abaixo do RE e que, ao fim e após uma tendência de queda na média do grupo europeu, os três grupos terminaram a série notavelmente mais próximos (abaixo de 8%).

Gráfico 6.10 – Evoluções das médias da variável *desemprego*, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)



Fonte: World Bank (2024). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; RM – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Por fim, torna-se relevante ressaltar que a UE é o grupo com a maior média de satisfação geral com a vida (*Felicidade*), maiores gastos públicos (*Gastos Totais*, *Gastos Educação* e *Gastos Saúde*) e, no geral, com os melhores indicadores de “estoque” associados ao EBES (*Trabalho Vulnerável*, *Vida Escolar*, *Expectativa de Vida* e *Trabalho Feminino*). Ao mesmo tempo, ao menos no final da série analisada, em comparação ao RE e RM, a UE tinha, na média, maiores níveis de PIB *per capita* e menores taxas de *Desemprego*.

6.3 Testes de diferenças de médias por grupos de países

A Tabela 6.7 apresenta as médias das 10 variáveis de maior interesse para a presente Dissertação de Mestrado (relacionadas à felicidade, Estado de bem-estar social e agregados macroeconômicos) segundo os três grupos de países comparados: i) União Europeia (UE); ii) “Resto da Europa” (RE); e iii) “Resto do Mundo” (RM). Contudo, torna-se necessário esclarecer dois pontos. O primeiro refere-se à inclusão do grupo “Mundo” (M), que corresponde a todos os países da amostra que não fazem parte da UE – ou seja, agrega o RE e o RM. Justifica-se tal inclusão para manter coerência com as regressões, que buscam entender, por meio de uma *dummy* para a UE, se a participação nesse bloco explica possíveis variações encontradas nos dados de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) uma vez controladas as *proxies* para o EBES.

Outro ponto a ser esclarecido é que o grupo de membros da UE apresenta médias diferentes daquelas apresentadas anteriormente em função de opções para as análises. Mais especificamente, diferentemente da análise prévia, que considerava os países do bloco a partir do seu ano de entrada e se objetivava a entender o comportamento das médias do grupo no tempo, na sequência, busca-se investigar se há diferenças médias entre os grupos de países da UE – independentemente do ano de entrada para Bulgária, Romênia e Croácia, e de saída no caso do Reino Unido – e os demais.

Os dados da Tabela 6.7 demonstram como a satisfação geral com a vida e os gastos públicos apresentam basicamente a mesma ordem decrescente apresentada na seção anterior – com a adição do grupo “Mundo” (M), que se posiciona entre o RE e o RM): UE; RE; M; e RM. É interessante apontar que a soma dos gastos com educação e saúde ultrapassam a marca dos 3% para todos os grupos. Este fato é relevante à medida que a literatura apresentada (capítulo III) indica ser ele uma das possíveis condições mínimas para a concretização de um mínimo compromisso social do Estado, ou seja, uma condição mínima para a existência de um sistema de proteção social, independentemente das configurações que assuma (Kerstenetzky, 2012).

Já para os indicadores de “estoque”, defendidos como *proxies* alternativas do EBES, o ordenamento dos grupos com as melhores médias é o mesmo do observados para os gastos governamentais. Em termos dos agregados macroeconômicos, o mesmo ordenamento é observado para o nível de renda (*PIB per capita*); no entanto, o *Desemprego* tem uma ordem decrescente distinta: RE; UE; M; e RM.

Apresentadas as médias, passa-se aos testes de diferenças das médias das variáveis de interesse entre os grupos de países. O objetivo desses testes é indicar se a diferença existente entre as médias das variáveis de interesse dos membros da UE e as médias dos demais grupos de países são estatisticamente significantes; *i.e.*, testar se as médias do bloco europeu se sobressaem de forma significativa *vis-à-vis* aos outros grupos, de modo que haja indícios no sentido de um impacto direto da UE sobre as variáveis de interesse analisadas de seus membros, o que é importante para subsidiar as análises dos resultados econométricos do próximo capítulo.

A Tabela 6.8 expõe as diferenças de médias e se elas são estatisticamente significantes a 1% (o que é indicado por três asteriscos). Depreende-se da tabela que, no geral, a UE de fato possui médias excepcionais, quando comparadas com as médias do M, do RE e do RM. A exceção se traduz nas diferenças entre as médias para a variável de *Desemprego* da UE comparativamente ao M e ao RM; e entre as médias de *Gastos Educação e Trabalho Feminino* do bloco em comparação com o RE). Com efeito, as diferenças de médias para as três variáveis

e grupos de países supracitados não chegaram a ser estaticamente significantes (ao menos a 10%).

Tabela 6.7 – Médias das variáveis de interesse, segundo os grupos de países (de 2005 a 2023)

Variáveis	UE	M	RE	RM
Felicidade	6,44	5,25	5,63	5,22
Gastos Totais	39,14	22,1	30,56	21,04
Trabalho Vulnerável	11,59	44,01	21,4	46,02
Gastos Educação	5,13	4,2	5,11	4,12
Vida Escolar	16,39	12,51	14,49	12,22
Gastos Saúde	6,2	2,72	4,58	2,55
Expectativa de Vida	79,08	69,06	75,07	68,52
Trabalho Feminino	52,29	49,35	52,03	49,11
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	10,58	9,11	9,84	9,04
Desemprego	7,92	7,84	11,66	7,51

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; M – Mundo (RE + RM); RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo.

Tabela 6.8 – Testes de diferenças de médias das variáveis de interesse entre os grupos de países (de 2005 a 2023)

Variáveis	UE <i>versus</i> M	UE <i>versus</i> RE	EU <i>versus</i> RM
Felicidade	1,19***	0,81***	1,22***
Gastos Totais	17,04***	8,58***	18,11***
Trabalho Vulnerável	-32,42***	-9,81***	-34,43***
Gastos Educação	0,93***	0,02	1,01***
Vida Escolar	3,88***	1,90***	4,17***
Gastos Saúde	3,48***	1,62***	3,65***
Expectativa de Vida	10,02***	4,01***	10,55***
Trabalho Feminino	2,94***	0,25	3,17***
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	1,47***	0,74***	1,54***
Desemprego	0,07	-3,74***	0,41

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: UE – União Europeia; M – Mundo (RE + RM); RE – Resto da Europa; RM – Resto do Mundo. *** Significativas a 1%.

Portanto, os resultados encontrados apontam indícios na direção da existência de efeitos diretos da UE sobre: a *Felicidade* (satisfação geral com a vida) – ou seja, sobre o bem-estar subjetivo de seus cidadãos –; as variáveis *proxies* para o EBES (de “fluxo” e de “estoque”) e os agregados macroeconômicos (PIB *per capita* e *Desemprego*). Deve-se destacar que estas evidências apontam no sentido de uma possível confirmação da figura 4.2 e que os últimos dois achados convergem para os resultados sinalizados por Rösler (2018) e Wolf (2019).

6.4 Análises para os países da UE segundo os modelos de EBES

Considerando as discussões realizadas anteriormente, no terceiro e no quarto capítulos da presente Dissertação de Mestrado, o Quadro 6.1 divide os 28 países que pertencem ou

pertenceram ao bloco europeu (EU) de acordo com cinco modelos de EBES; quais sejam: a) modelo social-democrata (SD) – ou nórdicos; b) modelo conservador-corporativista (CC); c) modelo meridional estendido (ME); d) modelo liberal (L); e e) pós-comunistas (PC).

Quadro 6.1 – Países da União Europeia segundo seus modelos de Estado de bem-estar social

Modelos	Social-Democrata (SD)	Conservador-Corporativista (CC)	Meridional Estendido (ME)	Liberal (L)	Pós-Comunistas (CC)
Países	Dinamarca; Finlândia; Suécia	Alemanha; Áustria, Bélgica; França; Luxemburgo; Países Baixos	Chipre; Espanha; Grécia; Itália; Malta; Portugal	Irlanda; Reino Unido	Bulgária; Croácia; Eslováquia; Eslovênia; Estônia; Hungria; Letônia; Lituânia; Polônia; República Tcheca; Romênia

Fonte: elaboração própria

Levando em conta os países do Quadro 6.1, a Tabela 6.9 apresenta as médias dos grupos de países da UE, segundo os modelos de EBES, para as variáveis de maior interesse. Destaca-se que os países pertencentes aos modelos SD, CC, ME e L – ou seja, os membros mais antigos do bloco europeu – apresentam médias de satisfação geral com a vida no nível alto (6,1 a 8,0), enquanto os países pós-comunistas se encontram no nível intermediário (4,1 a 6).

Tabela 6.9 – Médias das variáveis de interesse dos países da União Europeia segundo os modelos de Estado de bem-estar social (de 2005 a 2023)

Variáveis	Modelos de Estado de bem-estar social				
	SD	CC	ME	L	PC
Felicidade	7,55	7,01	6,08	6,96	5,81
Gastos Totais	36,32	40,41	44,3	36,52	37,92
Trabalho Vulnerável	7,17	8,47	15,87	11,7	12,43
Gastos Educação	7,06	5,24	4,91	4,94	4,54
Vida Escolar	17,7	16,62	15,98	17,25	15,56
Gastos Saúde	8,06	7,29	5,59	7,16	4,93
Expectativa de Vida	80,9	81,09	81,22	80,89	75,81
Trabalho Feminino	58,44	53,32	48,06	56,31	50,43
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	10,83	10,93	10,51	10,93	10,27
Desemprego	7,00	6,19	10,98	6,98	7,99

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: SD – modelo social-democrata; CC – modelo conservador-corporativista; ME – modelo meridional estendido; L – modelo liberal; PC – modelo pós-Comunista.

Com respeito às variáveis de “fluxo” e de “estoque” *proxies* para o EBES, a primeira informação a ser destacada é que a porcentagem de gastos governamentais (*Gastos Totais*) como um todo do grupo SD, ao contrário do esperado, é o mais baixo entre os grupos do bloco. Embora, deva-se levar em consideração que a variável representa um agregado de gastos governamentais do governo como porcentagem do PIB e não representa integralmente o EBES

do grupo. Não obstante este resultado, praticamente todas as outras variáveis são, na média, melhores para o SD em comparação aos demais grupos – com exceção à *Expectativa de Vida*, maior nos modelos CC e ME.

Por outro ângulo, com exceção dos *Gastos Totais* e do *Trabalho Feminino*, os PC têm as piores médias nos indicadores socioeconômicos e nos percentuais de gastos governamentais. Adiciona-se, ainda, que o fato dos *Gastos Totais* do grupo PC ter ficado em terceiro (a frente dos grupos L e SD) parece estar em linha com a recuperação das políticas sociais e da expansão significativa de seus gastos - em meio a um período de crescimento econômico acima da média durante o período pós-2010 e maior arrecadação de tributos - como apontaram Cook e Inglot (2021) e como encontrado por Piotrowska e Rae (2018), ambos os trabalhos discutidos no capítulo IV.

É interessante notar que, em convergência com a literatura encontrada sobre os modelos de EBES, o modelo social-democrata é aquele com maior força de trabalho feminino, seguido pelo modelo liberal, então o modelo conservador-corporativista e, enfim, pelo modelo pós-comunista. Essa sequência pode ser, em parte, explicada por características tradicionais e intrínsecas aos modelos como:

- i) tradicional esforço estatal dos países nórdicos no sentido da paridade de gênero;
- ii) marcada característica de desregulamentação do mercado de trabalho que pressiona a taxa de participação de mulheres (e idosos) a níveis elevados entre os países do modelo liberal;
- iii) centralidade atribuída à Igreja e à família para provisão de bem-estar social e o decorrente desincentivo à participação feminina no mercado de trabalho nos países do modelo conservador-corporativista;
- iv) maior dependência de famílias (e das mulheres) com laços mais fortes e extensos, e de organizações religiosas para a provisão de bem-estar social, em um contexto de percepção do Estado enquanto um ator complementar (sistema de proteção social fragmentado e ineficiente) e maior desemprego (particularmente, no caso das mulheres); e
- v) relativo atraso dos pós-comunistas *vis-à-vis* aos seus pares da UE em matéria de igualdade de gênero, que passou – após a sua entrada no bloco – a ser influenciado pela difusão (ocidente-oriental) de melhores práticas nas áreas de inclusão social e paridade de gênero.

Já pelos agregados macroeconômicos, observa-se a seguinte ordem decrescente de *PIB per capita*: CC e L; SD; ME; e PC. Quanto ao *Desemprego*, o resultado do modelo ME se sobressai, com quase 11% e superior em mais de 3 p.p. em comparação com o segundo lugar - em sintonia com o característico alto desemprego desse modelo apontado no capítulo IV.

Aquele é seguido pelo PC, depois pelos SD e L (bastante próximos) e, enfim, pelo modelo CC. Verifica-se que, com exceção ao ME, os demais grupos exibiram médias abaixo de 10% para o período (2005-2023).

Finalmente, a Tabela 6.10 apresenta os testes de diferenças de médias das variáveis de interesse para esta pesquisa de acordo com os modelos de EBES dos países da UE, de modo que os cinco modelos são comparados aos pares entre si. Primeiramente, é interessante apontar que, na comparação entre as médias da variável *Felicidade* (satisfação geral com a vida), quase todas as duplas de modelos de EBES confrontados exibiram diferenças de médias estatisticamente significantes (pelo menos a 10% de significância). As exceções ocorreram para as seguintes comparações: CC *versus* L e ME *versus* PC.

No tocante às sete variáveis *proxies* do EBES, a Tabela 6.10 demonstra que as diferenças de médias dos grupos de modelos são estatisticamente significantes na maioria dos casos; i.e., ela indica indícios de razoável diferença de Estados de bem-estar social entre os países da UE agrupados conforme os cinco modelos de EBES, o que representa certa convergência com a literatura revisada no quarto capítulo. Destaca-se a persistência do grupo pós-comunista em manter-se diferente dos demais - em confluência com a hipótese de *path dependence* ou, ao menos, em acentuada demora para uma convergência (*catch up*) dos modelos e resultados de seus pares – no sentido das evidências encontradas pela literatura consultada (Fenger, 2007; Piotrowska; Rae, 2018). Outrossim, a análise dos testes de diferenças de médias referentes aos agregados macroeconômicos aponta para divergências médias estatisticamente significantes também para o *PIB per capita* e o *Desemprego*. Nestes agregados, as exceções ocorrem para CC *versus* L em termos de *PIB per capita*; e para SD *versus* L e L *versus* PC no *Desemprego*.

Tabela 6.10 – Testes de diferenças de médias das variáveis de interesse entre os países da UE segundo modelos de EBES (de 2005 a 2023)

Variáveis	Modelos de Estado de bem-estar social									
	SD versus CC	SD versus ME	SD versus L	SD versus PC	CC versus ME	CC versus L	CC versus PC	ME versus L	ME versus PC	L versus PC
Felicidade	-0,54***	-1,47***	-0,59***	-1,74***	-0,93***	-0,06	-1,20***	0,88***	-0,27	-1,15***
Gastos Totais	4,09***	7,98***	0,21	1,6**	3,89***	-3,88***	-2,49***	-7,77***	-6,38***	1,39
Trabalho Vulnerável	1,3***	8,70***	4,53***	5,26***	7,4***	3,23***	3,96***	-4,17***	-3,44***	0,73
Gastos Educação	-1,82***	-2,15***	-2,12***	-2,52***	-0,33***	-0,29***	-0,7***	0,04	-0,37***	-0,40***
Vida Escolar	-1,09***	-1,73***	-0,46	-2,1***	-0,64**	0,63*	-1,06***	1,27***	-0,42***	-1,69***
Gastos Saúde	-0,76***	-2,47***	-0,9***	-3,13***	-1,71***	-0,13	-2,37***	1,58***	-0,66***	-2,24***
Expectativa de Vida	0,19	0,32	-0,01	-5,09***	0,13	-0,19	-5,27***	-0,32	-5,40***	-5,08***
Trabalho Feminino	-5,12***	-10,38***	-2,13***	-8,01***	-5,26***	2,99***	-2,89***	8,25***	2,37***	-5,87***
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,1**	-0,32**	0,1**	-0,56***	-0,42***	0	-0,66***	0,42***	-0,24***	-0,66***
Desemprego	-0,81***	3,98***	-0,02	0,99**	4,79***	0,8*	1,80***	-4,0***	-2,99***	1,01

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: SD – modelo social-democrata; CC – modelo conservador-corporativista; ME – modelo meridional estendido; L – modelo liberal; PC – modelo pós-Comunista. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

6.5 Conclusões

Em sequência ao capítulo anterior, este deu prosseguimento às análises empíricas para cumprir o objetivo proposto, reportado na Introdução. Dessa forma, primeiramente, a seção 6.2 apresentou a análise das tabelas e gráficos de comportamento das variáveis para os grupos União Europeia, Mundo, Resto da Europa e Resto do Mundo permitiu a constatação de certos fatos e padrões, os mais destacados são:

- i) as médias indicam uma ordem decrescente de melhores desempenhos dos grupos em termos de satisfação geral com a vida, variáveis associadas ao EBES (*Gastos Totais*, *Trabalho Vulnerável*, *Gastos Educação*, *Vida Escolar*, *Gastos Saúde*, *Expectativa Vida* e *Trabalho Feminino*) e do agregado macroeconômico *PIB per capita* no sentido de UE, Resto da Europa e Resto do mundo;
- ii) diferentemente do padrão supracitado, o *Desemprego* possui uma ordem decrescente distinta; qual seja: Resto da Europa, UE, Mundo e Resto do Mundo;
- iii) a média da satisfação geral com a vida do UE foi considerada de nível alto, enquanto os outros dois grupos apresentaram nível intermediário;
- iv) com relação aos seus gastos durante o período 2005-2023, a UE exibiu tendências gerais de redução dos *Gastos Totais*, de pouca oscilação nos *Gastos Educação* e de relativa estabilidade para os *Gastos Saúde*;
- v) quanto às variáveis de “estoque”, o bloco oscilou pouco no *Trabalho Vulnerável*, cresceu 0,8 p.p. na *Vida Escolar*, elevou em mais de 1,5 anos a sua *Expectativa Vida* e o *Trabalho Feminino* aumentou em 3,5 p.p; e
- vi) no tocante às variáveis de agregados macroeconômicos, observou-se sutil tendência de crescimento de seu *PIB per capita* ao longo de 19 anos, enquanto o seu *Desemprego* teve tendência geral de se reduzir (2005-2008), aumentar notavelmente (2009-2013), reduzir (2014-2019) e crescer temporariamente (2020-2021) – padrão semelhante ao observado para o Resto da Europa.

Os testes de diferenças de média para todo o período (2005-2023), apresentados na seção 6.3, demonstraram não apenas que a União Europeia foi o grupo com a maior média de satisfação geral com a vida, maiores gastos públicos, melhores indicadores socioeconômicos associados ao Estado de bem-estar social e de riqueza, mas, sobretudo, que as diferenças de média para essas variáveis do bloco *vis-à-vis* aos grupos Resto da Europa e Resto do mundo são quase todas altamente significantes estatisticamente. Deve-se destacar que, no contexto *vs.*

Resto da Europa, *Gastos Educação e Trabalho Feminino* não foram significantes, ao passo que desemprego foi significativa apenas no mesmo contexto. Dessa forma, esses resultados significam indícios na direção da existência de efeitos diretos da União Europeia sobre a *SGV*, os indicadores associados ao Estado de bem-estar social e sobre os agregados macroeconômicos (*PIB per capita* e *Desemprego*) – e indícios empíricos no sentido da figura 4.2. Interessa salientar que os últimos dois achados convergem para os resultados de Rösler (2018) e Wolf (2019).

Por fim, a seção 6.4 apresentou as comparações entre os países da UE segundo os modelos de Estado de bem-estar social (EBES) discutidos no terceiro e no quarto capítulos. Assim, foi encontrado que os membros mais antigos do bloco europeu (SD, CC, ME e L) apresentaram médias de satisfação geral com a vida no nível alto, enquanto os países pós-comunistas se encontram no nível intermediário. Com respeito às variáveis de “fluxo” e de “estoque” *proxies* para o EBES entre os integrantes mais antigos, observa-se que os sociais-democratas apresentaram os maiores gastos e melhores indicadores socioeconômicos (exceto para *Gastos Totais* e *Esperança de vida*), enquanto os pós-comunistas exibiram as piores e mais baixas médias nos indicadores socioeconômicos e percentuais de gastos governamentais (com exceção aos *Gastos Totais* e do *Trabalho Feminino*).

Destacou-se, ainda, que, os dados de *Gastos Totais* dos pós-comunistas e os dados para todos os grupos em termos de *Trabalho Feminino* apresentaram convergência, respectivamente, com as análises do período recente e as características tradicionais dos modelos de EBES apresentados no capítulo IV. No tocante aos agregados macroeconômicos, observou-se as seguintes ordens decrescentes, respectivamente, de *PIB per capita* e de *Desemprego*: CC e L, SD, ME, PC; ME, PC, SD, L, CC. Depreende-se desse resultado que, na média, os grupos com maior *PIB per capita* foram os mesmos com menor *Desemprego* (com alternância apenas entre ME e PC quanto à renda menor e o desemprego maior). Já as diferenças de médias dos grupos de modelos são estatisticamente significantes na maioria dos casos em termos de satisfação geral com a vida, variáveis de EBES e agregados macroeconômicos, de modo que encontram-se indícios empíricos no sentido da diferença entre os cinco grupos da UE, ao encontro das discussões e resultados apresentados no quarto capítulo.

Diante do exposto, os resultados apresentados indicaram subsídios para as análises de regressões do próximo capítulo, particularmente por demonstrar evidências de que a participação na União Europeia pode efetivamente influenciar o Estado de bem-estar social de seus membros e, indiretamente, o nível de satisfação geral com a vida (felicidade) – bem-estar subjetivo – de seus cidadãos.

VII – RESULTADOS DAS REGRESSÕES

“Alles Wissen und alles Vermehren unseres Wissens endet nicht mit einem Schlußpunkt, sondern mit einem Fragezeichen”⁷⁸

Hermann Hesse

7.1 Apresentação

Em sucessão aos três capítulos de fundamentação teórico-empírica, o presente capítulo se estrutura a partir dos últimos dois capítulos empíricos. Assim, no que tange aos modelos econométricos analisados a seguir, deve-se mencionar que o capítulo V apresentou os métodos, modelo, dados, amostra, estratégias empíricas escolhidas e especificações dos modelos estimados. Já o capítulo VI indicou evidências no sentido de que a União Europeia possa influenciar efetivamente o EBES de seus integrantes e, em decorrência, seus níveis de bem-estar subjetivo.

Neste capítulo, são analisados os resultados encontrados nas regressões cujas fundamentações foram discutidas no quinto capítulo. Os testes de Hausman apontam, no geral, a melhor adequação das estimações por efeitos fixos em comparação às estimações por efeitos aleatórios. Por isso, neste capítulo, são reportados e analisados somente os resultados obtidos nas regressões em painel por efeitos fixos. Os resultados achados nas regressões por efeitos aleatórios constam em tabelas do Apêndice.

Diante desse contexto, primeiramente (seção 7.2), são avaliados os resultados para os países da União Europeia (UE) *versus* os países do “Mundo” (todos os demais, inclusive da Europa). Depois (seção 7.3), são discutidos os resultados da UE *versus* o “Resto da Europa” (países da Europa não pertencentes à União Europeia). Na sequência (seção 7.4), são analisados os resultados da UE *versus* o “Resto do Mundo” (demais países do mundo, excetuando-se aqueles localizados na Europa). Enfim (seção 7.5), são apresentadas as conclusões com análises mais amplas e aprofundadas sobre os resultados encontrados.

⁷⁸ Tradução própria: “Todo o conhecimento e todo o aumento do nosso conhecimento não terminam com um ponto final, mas sim com um ponto de interrogação”.

7.2 Países da União Europeia *versus* os países do “Mundo”

A Tabela 7.1 apresenta os resultados das regressões por efeitos fixos para a amostra total - considerando os países da UE e todos os demais países do mundo (Quadro 5.2) – de acordo com as especificações já apresentadas (Quadro 5.5). Nota-se que, na *especificação I*, a *dummy União Europeia (UE)* não é associada a um coeficiente estatisticamente significativo; *i.e.*, ao inserir somente a *dummy*, os agregados macroeconômicos e as variáveis de controle, o resultado sugere que os países do bloco europeu não apresentam nível médio de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) diferente dos outros países da amostra.

Contudo, a partir da *especificação II*, com a inclusão das *proxies* de Estado de bem-estar social (EBES), de “fluxo” e “estoque”, e da tendência, a *dummy UE* é associada a coeficientes negativos e, no geral, significativos. Assim, aparentemente, a participação no bloco tem um efeito direto negativo na *Felicidade* – ou um efeito via canais não controlados de redução média da felicidade –, de modo que é plausível cogitar que a não significância na *especificação I* possa decorrer de impactos no EBES e econômicos que, indiretamente, elevam a *Felicidade*, anulando o efeito direto negativo. Vale lembrar que as análises do capítulo anterior (VI) apontam relativa superioridade média da UE nos agregados macroeconômicos e nas variáveis *proxies* do EBES.

Tabela 7.1 – Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Mundo” (amostra total)

Variáveis	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
UE	-0,1157 (0,125)	-0,1567* (0,0837)	-0,1567* (0,0882)	-0,1206 (0,1278)	-0,1559* (0,087)	-0,1561* (0,091)	-0,1886* (0,0988)	-0,1537** (0,068)	-0,0748 (0,0994)	-0,1806** (0,0778)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,5554*** (0,0799)	0,8423*** (0,1987)	0,8424*** (0,2844)	0,1164 (0,9117)	0,9019 (1,7965)	0,903 (1,778)	0,6652** (0,2568)	1,1733*** (0,2669)	0,9200*** (0,2765)	0,6450*** (0,2411)
PIB <i>per capita</i> ² (logaritmo)				0,0265 (0,0551)	-0,0032 (0,0963)	-0,0034 (0,0956)				
Desemprego	-0,0341*** (0,0069)	-0,0419*** (0,0084)	-0,0419*** (0,0091)	-0,0325*** (0,0075)	-0,0420*** (0,009)	-0,0420*** (0,0098)	-0,0420*** (0,0077)	-0,0352*** (0,009)	-0,0356*** (0,009)	-0,0428*** (0,0074)
Gastos Totais		0,0112* (0,0062)	0,0112* (0,0062)		0,0112* (0,0065)	0,0112* (0,0064)		0,0109 (0,0073)	0,0073 (0,0055)	
Trabalho Vulnerável							-0,0039 (0,0077)			-0,0009 (0,0098)
Gastos Educação		0,0710*** (0,0247)	0,0710*** (0,0255)		0,0709*** (0,0242)	0,0709*** (0,0251)	0,0604** (0,0232)		0,0747*** (0,0234)	
Vida Escolar								-0,0518* (0,027)		-0,0440* (0,0264)
Gastos Saúde		-0,0295 (0,0236)	-0,0295 (0,0297)		-0,0293 (0,0255)	-0,0294 (0,0306)	-0,0141 (0,0257)	0,0239 (0,0367)		
Expectativa Vida									-0,0281* (0,0168)	0,0383 (0,0367)
Trabalho Feminino		-0,004 (0,0079)	-0,004 (0,0079)		-0,0039 (0,0082)	-0,0039 (0,0082)	-0,0072 (0,0075)	-0,0049 (0,012)	-0,0023 (0,008)	-0,0012 (0,01)
Apoio Social	2,0228*** (0,3361)	1,7620*** (0,3842)	1,7620*** (0,3734)	2,0249*** (0,3362)	1,7612*** (0,3871)	1,7615*** (0,3762)	1,5317*** (0,3292)	1,5153*** (0,5171)	1,8474*** (0,3535)	1,2443*** (0,3844)
Liberdade de Escolha	0,7478*** (0,1822)	0,5644*** (0,2103)	0,5644*** (0,2115)	0,7277*** (0,1777)	0,5639*** (0,2102)	0,5636*** (0,2105)	0,5167*** (0,1907)	0,4499* (0,2641)	0,6228*** (0,2069)	0,6396** (0,2502)
Generosidade	0,6243*** (0,1612)	0,4200*** (0,153)	0,4200** (0,1629)	0,6321*** (0,1605)	0,4197*** (0,1523)	0,4199** (0,1627)	0,6142*** (0,1611)	0,3484* (0,1832)	0,3785** (0,1552)	0,3523** (0,178)
Corrupção	-0,6209*** (0,2067)	-0,6306*** (0,2135)	-0,6307*** (0,2175)	-0,6055*** (0,2077)	-0,6315*** (0,2094)	-0,6311*** (0,2159)	-0,6167*** (0,2055)	-0,6908** (0,2888)	-0,7110*** (0,2106)	-0,3356 (0,2808)
População	-0,0091*** (0,0012)	-0,0131*** (0,0024)	-0,0131*** (0,0024)	-0,0092*** (0,0012)	-0,0131*** (0,0025)	-0,0132*** (0,0024)	-0,0124*** (0,0017)	-0,0111*** (0,0017)	-0,0118*** (0,002)	-0,0112*** (0,0012)

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 7.1 – Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Mundo” (amostra total) – *continuação*

Variáveis / Estatísticas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Tendência			0,0000 (0,0078)			0,0000 (0,0077)	0,0041 (0,0065)	0,0013 (0,0077)	0,0008 (0,0067)	-0,0045 (0,0127)
Constante	-0,7859 (0,8253)	-3,2473* (1,8797)	-3,2479 (2,7389)	0,9606 (3,6439)	-3,5183 (8,41)	-3,5182 (8,4161)	-0,7423 (2,5137)	-5,3036* (2,6902)	-2,2259 (2,6456)	-2,9013 (3,5864)
R ² <i>within</i>	0,2957	0,3129	0,3129	0,2962	0,3129	0,3129	0,2666	0,3333	0,32	0,2786
R ² <i>between</i>	0,4059	0,3312	0,3312	0,4228	0,3305	0,3301	0,3315	0,4166	0,3503	0,3357
R ² <i>overall</i>	0,3358	0,3113	0,3114	0,3513	0,3105	0,3101	0,2925	0,3276	0,3317	0,264
Observações	2.124	1.318	1.318	2.124	1.318	1.318	1.592	787	1.375	975
Teste Hausman	91,32***	70,24***	67,61***	94,48***	70,07***	67,34***	91,28***	68,66***	90,51***	84,82***

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Em relação ao *PIB per capita* (logaritmo), em nível, destacam-se os coeficientes positivos e, no geral, estatisticamente significantes, sinalizando que maiores níveis de renda *per capita* aumentam o nível de satisfação geral com a vida (*Felicidade*). Por outro lado, a não significância dos coeficientes para o *PIB per capita* ao quadrado (*especificações IV a VI*) não corrobora a hipótese do “Paradoxo de Easterlin”; no caso, não apontando a existência de uma relação não linear – em formato próximo a um “U-invertido” – entre a felicidade e o nível de renda. Para o outro agregado macroeconômico, os coeficientes negativos são robustos – *i.e.*, estatisticamente significativos em todas as especificações em que a variável é controlada –, sugerindo que o aumento (a redução) do *Desemprego* diminui (aumenta) o nível de satisfação geral com a vida.

Em relação às *proxies* de EBES na área de seguridade social, os *Gastos Totais* (públicos), como porcentagens do PIB, são associados a coeficientes estimados positivos e, no geral, estatisticamente significantes; ou seja, aparentemente, quanto maiores são os gastos públicos – o que tende a elevar todas as despesas, inclusive as de seguridade social – maior o nível de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) dos países. Este resultado para a *proxy* de “fluxo” da área não se repete para a variável de “estoque”. Isto porque, nas duas especificações em que é controlada, o *Trabalho Vulnerável* não é associado a coeficientes estimados significativos.

Para as *proxies* de EBES na área de educação, no caso da variável de “fluxo” (*Gastos Educação*), constata-se que uma relação positiva e robusta – estatisticamente significativa em todas as especificações em que a variável é inserida –; ou seja, gastar mais com educação (em porcentagem do PIB) eleva o nível médio de *Felicidade* (satisfação geral com a vida) dos países. Porém, pela *proxy* de “estoque”, quanto maior a expectativa de vida escolar, menor é o nível de *Felicidade* – isto porque os coeficientes associados à *Vida Escolar* são negativos e significativos).

Na área de saúde do EBES, não são constatados resultados relativamente robustos, tanto na *proxy* de “fluxo” (*Gastos Saúde*) como na de “estoque” (*Expectativa de Vida*) para inferir algum efeito no nível de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) – isto porque a grande maioria dos coeficientes destas variáveis não apresenta significância estatística. O mesmo se observa na *proxy* de EBES (*Trabalho Feminino*) da área de igualdade de gênero (ou proteção à família).

Já em relação às variáveis de controle, verifica-se que as quatro também extraídas do Relatório Mundial da Felicidade feito em parceria com a ONU e tradicionalmente utilizadas em estudos que avaliam determinantes da felicidade são associadas a coeficientes estatisticamente significativos em quase todas as especificações, o que sinaliza a importância destes controles e a coerência com o que é defendido pela literatura. Quanto maiores o *Apoio Social*, a *Liberdade*

de *Escolha* e a *Generosidade*, maiores os níveis de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) – coeficientes positivos. Porém, quanto maior a *Corrupção*, menor a *Felicidade* – coeficientes negativos. Além disso, quanto maior a *População*, menor a *Felicidade* – coeficientes negativos –, sendo que esta não possui uma dinâmica específica no tempo – coeficientes não significativos da *Tendência*.

7.3 Países da União Europeia *versus* os países do “Resto da Europa”

Neste segundo contexto, a Tabela 7.2 apresenta os resultados das regressões por efeitos fixos para a amostra com apenas os países pertencentes à UE e os demais países europeus (Quadro 5.2). Ao contrário da comparação com os outros países do mundo, inclusos os europeus (Tabela 7.1), observa-se que, sem os controles pelos agregados macroeconômicos e pelas *proxies* de EBES (*especificação I*), o nível de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) na UE é, na média, inferior aos dos demais países europeus – coeficiente negativo e estatisticamente significativo associado à *dummy UE*. Porém, ao controlar as supracitadas variáveis, a diferença média condicional entre os grupos passa a ser, no geral, não estatisticamente significativa. Assim, infere-se que, em comparação ao resto da Europa, não existiria um efeito direto (ou de atributos não controlados) em termos de *Felicidade* no pertencimento ao bloco europeu. Nas demais especificações, este potencial efeito é neutralizado por impactos indiretos de aspectos econômicos e de bem-estar social. Lembrando, que as análises do capítulo anterior (VI) foram favoráveis aos países da UE.

O PIB *per capita*, no geral, continua associado a coeficientes positivos e, no geral, significativos, o que sinaliza que maior nível de renda *per capita* eleva a *Felicidade*, ao passo que não foram encontrados indícios de uma relação não linear que corroboraria o “Paradoxo de Easterlin” – coeficientes não significativos do PIB *per capita* ao quadrado. Da mesma forma, o *Desemprego* persiste com uma relação negativa com o nível de satisfação geral com a vida; ou seja, o aumento (a redução) da proporção de indivíduos sem emprego diminui (aumenta) a *Felicidade*. Os *gastos totais* perdem significância e o *Trabalho Vulnerável* se mantém sem, assim como os *gastos saúde*, a *expectativa de vida* e a *vida escolar*. Contudo, na área de educação do EBES, a variável de “fluxo” *Gastos Educação* permanece significativa (relação positiva). De forma inédita (em comparação com a seção 7.2) a *proxy* de EBES (*Trabalho Feminino*) da área de igualdade de gênero passa a apresentar coeficientes associados positivos e estatisticamente significantes.

Ademais, perdem significância os coeficientes associados à variável *Generosidade*, mas persistem com significância os coeficientes associados ao *Apoio Social* (positivos), *Liberdade de Escolha* (positivos), *Corrupção* (negativos) e *População* (negativos). Por fim, na amostra de países da UE e do restante da Europa, também não há coeficiente significativo para a *Tendência*. Ou seja, não há um comportamento específico (crescimento ou queda) da *Felicidade* no tempo.

Tabela 7.2 – Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto da Europa”

Variáveis	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
UE	-0,2085** (0,0877)	-0,1663 (0,0994)	-0,1618 (0,1032)	-0,1967** (0,0861)	-0,1675 (0,0995)	-0,1629 (0,104)	-0,1339 (0,1097)	-0,094 (0,0989)	-0,1314 (0,0889)	-0,0353 (0,1284)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,6171* (0,3392)	0,8411** (0,4039)	0,8640* (0,4523)	4,6601 (4,4385)	0,4499 (5,0715)	0,4509 (5,0812)	0,7303 (0,436)	0,7012 (0,62)	0,8565* (0,4534)	0,3789 (0,6026)
PIB <i>per capita</i> ² (logaritmo)				-0,1961 (0,2196)	0,019 (0,2422)	0,0201 (0,2415)				
Desemprego	-0,0217** (0,0089)	-0,0322*** (0,0118)	-0,0318** (0,0121)	-0,0220** (0,0095)	-0,0322*** (0,0117)	-0,0318** (0,012)	-0,0312*** (0,0114)	-0,0360*** (0,0129)	-0,0297** (0,0125)	-0,0382*** (0,0124)
Gastos Totais		0,0112 (0,0071)	0,0113 (0,0072)		0,0114 (0,0073)	0,0115 (0,0074)		0,0108 (0,0085)	0,0085 (0,0067)	
Trabalho Vulnerável							0,0039 (0,0141)			0,0085 (0,0148)
Gastos Educação		0,0804** (0,0376)	0,0792** (0,0367)		0,0804** (0,0376)	0,0792** (0,0369)	0,0931** (0,0351)		0,0772** (0,0376)	
Vida Escolar								-0,0361 (0,0314)		-0,0464 (0,0294)
Gastos Saúde		-0,0223 (0,03)	-0,0201 (0,0286)		-0,0227 (0,031)	-0,0205 (0,0301)	0,009 (0,0301)	0,0054 (0,0393)		
Expectativa Vida									-0,0084 (0,0236)	0,0481 (0,0372)
Trabalho Feminino		0,0287** (0,0135)	0,0289** (0,0134)		0,0292* (0,0162)	0,0294* (0,0161)	0,0290** (0,0134)	0,0351*** (0,0125)	0,0288** (0,0123)	0,0291** (0,0142)
Apoio Social	2,5691*** (0,723)	2,2343** (0,8455)	2,2381** (0,8398)	2,5350*** (0,7244)	2,2414** (0,8687)	2,2458** (0,8619)	2,3215*** (0,8067)	2,6326** (0,9963)	2,4052*** (0,829)	2,5620*** (0,8705)
Liberdade de Escolha	1,0906*** (0,3354)	1,0489*** (0,3479)	1,0602*** (0,3859)	0,9317*** (0,2724)	1,0569*** (0,3006)	1,0689*** (0,3385)	1,1017*** (0,3597)	0,497 (0,358)	1,0732*** (0,387)	0,5564* (0,3179)
Generosidade	-0,0547 (0,2148)	-0,0242 (0,1891)	-0,0285 (0,2006)	-0,0931 (0,2052)	-0,0197 (0,2042)	-0,0239 (0,2152)	0,0013 (0,2062)	0,0644 (0,2667)	-0,0493 (0,2107)	-0,027 (0,2947)
Corrupção	-0,8810*** (0,2654)	-0,4367 (0,2932)	-0,4552 (0,2879)	-0,9906*** (0,2608)	-0,4281 (0,2627)	-0,4466 (0,2684)	-0,5222* (0,3041)	-0,2819 (0,3379)	-0,4571 (0,2766)	-0,4058 (0,3629)
População	-0,0682** (0,0259)	-0,0499** (0,0242)	-0,0484 (0,0291)	-0,0659** (0,0253)	-0,0500** (0,0244)	-0,0485 (0,0293)	-0,0581* (0,0317)	-0,0351 (0,0398)	-0,0572* (0,0295)	-0,0427 (0,0414)

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 7.2 – Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto da Europa” – *continuação*

Variáveis / Estatísticas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Tendência			-0,0011 (0,0075)			-0,0011 (0,0075)	-0,0006 (0,0074)	0,0061 (0,0112)	-0,0013 (0,0065)	-0,002 (0,0136)
Constante	-0,9822 (3,518)	-5,7774 (3,9593)	-6,0624 (4,6906)	-21,5783 (22,6549)	-3,8123 (26,1254)	-3,9918 (26,4157)	-4,4241 (4,5945)	-4,2841 (6,7378)	-5,3247 (4,2463)	-3,5964 (6,468)
R ² <i>within</i>	0,5531	0,551	0,551	0,5576	0,551	0,5511	0,5464	0,4854	0,5547	0,4822
R ² <i>between</i>	0,1223	0,2665	0,2836	0,1291	0,2662	0,2837	0,222	0,3229	0,2292	0,2161
R ² <i>overall</i>	0,1108	0,2413	0,2567	0,1182	0,2408	0,2566	0,198	0,2893	0,2054	0,1854
Observações	610	494	494	610	494	494	501	370	504	385
Teste Hausman	23,22***	35,90***	28,70***	24,65***	34,53***	25,43**	42,75***	38,05***	26,39**	18,87

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

7.4 Países da União Europeia *versus* os países do “Resto do Mundo”

Neste último contexto, a Tabela 7.3 apresenta os resultados das regressões por efeitos fixos para a amostra com apenas os países pertencentes à UE e os demais do mundo, exceto os outros europeus (Quadro 5.2). Na *especificação I*, a *dummy UE* tem um coeficiente negativo, mas não significativo, o que sinalizaria que não há diferenças entre as médias dos níveis de satisfação geral com a vida (*Felicidade*) nos membros da UE e nos países não-europeus do restante do mundo. Contudo, nas demais especificações, ao controlar os agregados macroeconômicos e as *proxies* de EBES, os coeficientes associados à *dummy* permanecem negativos e passam a ser significativos. Assim, filtrando os possíveis impactos indiretos via variáveis econômicas e EBES – lembrando que nas análises do capítulo VI, as evidências para essas medidas são favoráveis, no geral, aos países do bloco –, o pertencimento à UE parece ter um efeito direto negativo na *Felicidade*.

No tocante aos agregados macroeconômicos *PIB per capita* (logaritmo), em nível, ressaltam-se novamente coeficientes positivos e, em geral, estatisticamente significantes – exceto nas especificações com a presença do seu par quadrático. Assim, há uma nova sinalização de que maiores níveis de renda *per capita* aumentam o nível de satisfação geral com a vida (*Felicidade*). Ademais, este terceiro contexto de regressão também não apresentou indícios de uma relação não linear entre renda e felicidade que corroboraria o “Paradoxo de Easterlin” – *PIB per capita* ao quadrado com coeficientes não significativos. Por sua vez, os coeficientes de *Desemprego* permaneceram negativos e robustos - *i.e.*, estatisticamente significativos em todas as especificações em que a variável é controlada -, no sentido de que o aumento (a redução) do *Desemprego* diminui (aumenta) o nível de satisfação geral com a vida.

Quanto às *proxies* de EBES na área de seguridade social, os *Gastos Totais* (públicos) e o *Trabalho Vulnerável* não foram associados a coeficientes estimados significativos estatisticamente. Na área de educação, tanto a variável de “fluxo” (*Gastos Educação*) quanto a de “estoque” (*Vida Escolar*) foram estatisticamente significantes e de sinais, respectivamente, positivos e negativos. Assim, foi constatado novamente que gastar mais com educação (em porcentagem do PIB) eleva o nível médio de *Felicidade* (satisfação geral com a vida) dos países, enquanto que a maior expectativa de vida escolar estaria associada a um menor nível de *Felicidade*. Com relação à área de saúde, as variáveis de “fluxo” e “estoque” (*Gastos Saúde* e *Expectativa de Vida*) não foram significantes. Já a *proxy* da área de igualdade de gênero (ou proteção à família) também não apresentou significância estatística.

As variáveis de controle provenientes do Relatório Mundial da Felicidade, por seu turno, exibiram coeficientes altamente significantes na maioria das especificações, o que sinaliza uma vez mais a importância destes controles e a coerência com o que é defendido e encontrado pela literatura abordada nesta Dissertação. Assim, o aumento de *Apoio Social*, *Liberdade de Escolha* e *Generosidade* aumentam a satisfação geral com a vida (*Felicidade*) – coeficientes positivos – ao passo que o aumento de *Corrupção* reduz a *Felicidade* – coeficientes negativos. Outrossim, por sua robustez e sinal negativo, os resultados apontam que quanto maior a *População*, menor é a *Felicidade* – coeficientes negativos. Por fim, a falta de significância de *Tendência* aponta para a não existência de uma dinâmica específica de *Felicidade* no tempo.

Tabela 7.3 – Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto do Mundo”

Variáveis	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
UE	-0,1306 (0,1357)	-0,1587* (0,0921)	-0,1775* (0,1059)	-0,1361 (0,1387)	-0,1620* (0,0947)	-0,1782 (0,1077)	-0,2094* (0,1164)	-0,1856*** (0,0626)	-0,0905 (0,1152)	-0,2366*** (0,08)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,5656*** (0,0811)	0,8493*** (0,2035)	0,7684*** (0,2881)	0,089 (0,9256)	0,6019 (1,7778)	0,6889 (1,7408)	0,5682** (0,2605)	1,1661*** (0,2933)	0,8618*** (0,2842)	0,5582** (0,2711)
PIB <i>per capita</i> ² (logaritmo)				0,0288 (0,0562)	0,0135 (0,0952)	0,0044 (0,0938)				
Desemprego	-0,0390*** (0,0077)	-0,0427*** (0,009)	-0,0438*** (0,01)	-0,0370*** (0,0084)	-0,0422*** (0,0097)	-0,0436*** (0,0108)	-0,0434*** (0,0082)	-0,0338*** (0,0111)	-0,0364*** (0,0101)	-0,0437*** (0,0088)
Gastos Totais		0,0106 (0,0067)	0,0106 (0,0067)		0,0107 (0,0069)	0,0107 (0,0069)		0,0104 (0,008)	0,0069 (0,0059)	
Trabalho Vulnerável							-0,0065 (0,0083)			-0,0048 (0,0119)
Gastos Educação		0,0760*** (0,0261)	0,0774*** (0,0271)		0,0766*** (0,0255)	0,0775*** (0,0264)	0,0589** (0,025)		0,0820*** (0,0247)	
Vida Escolar								-0,0610** (0,0247)		-0,0477* (0,0266)
Gastos Saúde		-0,0146 (0,0249)	-0,0253 (0,032)		-0,0156 (0,0267)	-0,0255 (0,0328)	-0,0061 (0,027)	0,0419 (0,0404)		
Expectativa Vida									-0,0274 (0,0184)	0,0391 (0,0406)
Trabalho Feminino		-0,0083 (0,008)	-0,0087 (0,008)		-0,0088 (0,0084)	-0,0088 (0,0084)	-0,0096 (0,0075)	-0,0141 (0,0124)	-0,0066 (0,0083)	-0,0047 (0,0103)
Apoio Social	1,9944*** (0,3463)	1,7653*** (0,3839)	1,7963*** (0,366)	1,9960*** (0,3461)	1,7687*** (0,387)	1,7968*** (0,3688)	1,5504*** (0,3312)	1,2850** (0,5106)	1,8461*** (0,3453)	1,0372*** (0,3815)
Liberdade de Escolha	0,8312*** (0,1959)	0,5842*** (0,2175)	0,5654*** (0,2141)	0,8089*** (0,1905)	0,5865*** (0,2165)	0,5665*** (0,2115)	0,5147*** (0,1931)	0,5658** (0,2464)	0,6222*** (0,206)	0,7515*** (0,2507)
Generosidade	0,7633*** (0,1749)	0,5457*** (0,1625)	0,5718*** (0,1793)	0,7734*** (0,1744)	0,5469*** (0,1618)	0,5717*** (0,1796)	0,7454*** (0,1702)	0,4669*** (0,172)	0,4939*** (0,171)	0,4348** (0,1796)
Corrupção	-0,5647*** (0,2128)	-0,6897*** (0,2166)	-0,6550*** (0,2258)	-0,5493** (0,214)	-0,6865*** (0,2133)	-0,6546*** (0,2249)	-0,6262*** (0,2104)	-0,6941** (0,3049)	-0,7345*** (0,2153)	-0,234 (0,291)
População	-0,0094*** (0,0013)	-0,0136*** (0,0026)	-0,0138*** (0,0027)	-0,0095*** (0,0013)	-0,0135*** (0,0026)	-0,0138*** (0,0027)	-0,0129*** (0,0019)	-0,0118*** (0,0018)	-0,0123*** (0,0022)	-0,0116*** (0,0012)

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 7.3 – Resultados das regressões por efeitos fixos (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto do Mundo” – *continuação*

Variáveis / Estatísticas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Tendência			0,0039 (0,0082)			0,0038 (0,0081)	0,0068 (0,0066)	0,0044 (0,0082)	0,004 (0,007)	-0,0023 (0,0135)
Constante	-0,898 (0,8363)	-3,0667 (1,9641)	-2,2901 (2,7785)	0,9946 (3,6873)	-1,9395 (8,3534)	-1,9353 (8,2566)	0,4051 (2,5705)	-4,5272 (2,8915)	-1,4701 (2,7193)	-1,6969 (3,8132)
R ² <i>within</i>	0,286	0,3158	0,3164	0,2866	0,3159	0,3164	0,2695	0,336	0,3167	0,2732
R ² <i>between</i>	0,3847	0,3195	0,2852	0,4027	0,3218	0,2865	0,2919	0,3832	0,3074	0,2938
R ² <i>overall</i>	0,3163	0,3035	0,2723	0,3328	0,3065	0,2738	0,2612	0,3036	0,2961	0,2328
Observações	1953	1205	1205	1953	1205	1205	1477	696	1258	874
Teste Hausman	96,52***	66,83***	66,11***	99,11***	66,54***	65,68***	94,22***	71,37***	86,35***	91,52***

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

7.5 Conclusões

A partir dos capítulos de fundamentação teórico-empírica (II, III e IV) e dos aportes dos demais capítulos empíricos (V e VI), o presente capítulo buscou analisar os resultados encontrados nas regressões econométricas estimadas pelo método de efeitos fixos - em razão de ter sido apontado como mais adequado pelos testes de Hausman. Neste sentido, foram avaliados os resultados das regressões para três contextos diferentes: i. União Europeia (UE) *versus* os países do “Mundo” (seção 7.2); ii. UE *versus* o “Resto da Europa” (seção 7.3); iii. UE *versus* o “Resto do Mundo” (seção 7.4). Assim, uma vez avaliados panoramicamente os principais resultados dos 10 modelos em cada um dos três contextos, passa-se, doravante, ao exame mais aprofundado de suas interpretações, especialmente sobre as variáveis de interesse da presente Dissertação de Mestrado.

No tocante às variáveis de maior interesse desta pesquisa, primeiramente, discute-se os resultados da *dummy* da União Europeia. Esta pode indicar a existência ou não de um efeito direto de ser membro da UE sobre a satisfação geral com a vida. No caso do primeiro e terceiro contexto (UE *versus* “Mundo” e UE *versus* “Resto do Mundo”), a inclusão das *proxies* de Estado de bem-estar social (EBES), de “fluxo” e “estoque”, e da tendência – a partir da *especificação II* –, tornou os coeficientes negativos da *dummy UE* significativos, no geral. No segundo caso (UE *versus* o “Resto da Europa”), ao controlar as supracitadas variáveis, inferiu-se que não existiria um efeito direto (ou de atributos não controlados) em termos de *Felicidade* no pertencimento ao bloco europeu, de modo que, o potencial efeito direto pode ser neutralizado por impactos indiretos de aspectos econômicos e de bem-estar social. Dessa forma, os resultados indicam na direção de que, em geral, a participação no bloco tem um efeito direto negativo na *felicidade* – ou um efeito via canais não controlados de redução média da felicidade –, de modo que é plausível cogitar que a não significância encontrada nas *especificações I* possa decorrer de impactos no EBES e econômicos que, indiretamente, elevam a *Felicidade*, anulando o efeito direto negativo.

Em retorno ao Quadro 5.3, depreende-se que esses resultados contrastam com os de Rösler (2018), cujos dados apontaram para um efeito direto significativo (e positivo) da UE sobre a satisfação geral com a vida apenas no período 1998-2007, enquanto ele se tornava não significativo estatisticamente quando considerado o período analisado como um todo (1998-2017). Em alguma medida, as evidências aqui exibidas contrastam com

os de Nikolova e Nikolaev (2016), por eles terem encontrado que a entrada da Bulgária na UE implicou em efeito direto de aumento de sua média de *Felicidade*, enquanto o efeito para a Romênia foi estatisticamente insignificante. Já em comparação com Wolf (2019), observa-se uma convergência das evidências sobre a *dummy* da União Europeia no sentido de um efeito negativo sobre a *Felicidade* (*proxy* de bem-estar subjetivo, *subjective well-being*, com dimensões psicológicas) com os resultados apresentados pelo autor. Vale recordar que ele encontrou efeitos negativos (iniciados na década de 1970 e reforçados nos anos 2000, particularmente após 2008) do bloco sobre os sistemas de proteção social de seus membros e decorrentes efeitos negativos sobre as condições de vida objetivas de seus integrantes em termos de: emprego, salário, vida laboral, condições de trabalho, produto, renda, desigualdade de renda, pobreza e atendimento de necessidades básicas. Enfim, os resultados encontrados se apresentaram ao encontro da Figura 4.2 e do quadro da argumentação exposta no capítulo V.

Com relação aos agregados macroeconômicos, os resultados do primeiro e do terceiro contextos indicaram que os coeficientes estimados de *PIB per capita* (logaritmo), foram significantes e positivos em basicamente todo os modelos, com exceção aos casos com o *PIB per capita* ao quadrado (*especificações IV a VI*). Adiciona-se que resultados semelhantes, no geral, foram encontrados para o segundo contexto. Esses resultados indicam na direção da renda *per capita* ser uma variável importante e positiva para as médias nacionais de satisfação geral com a vida, mesmo considerado um período de 19 anos (2005-2023). Essas evidências estão de acordo com parte da literatura aplicada consultada: O'Connor (2017); Macchia e Plagnol (2018); Rösler (2018); Araki (2024); World Happiness Report (2024b). Por outro lado, elas divergem, por exemplo, de Davidson, Pacek e Radcliff (2013), Nordheim e Martinussen (2020), Easterlin (2021), Kim (2021).

Por outro lado, os coeficientes para o *PIB per capita* ao quadrado (*especificações IV a VI*) não foram significantes em nenhum dos modelos estimados, de forma que os resultados não apontam para uma corroboração da hipótese do “Paradoxo de Easterlin”, como apresentado em Easterlin (1974) e Easterlin (2021); *i.e.*, uma relação não linear – em formato próximo a um “U-invertido” – entre a felicidade e o nível de renda. Assim, eles sugerem que a renda *per capita* possui efeito positivo e que este não apresenta necessariamente um teor marginal decrescente que configure um gráfico do tipo “U-invertido” - algo também sugerido pelo gráfico de dispersão entre *Felicidade* e *PIB per capita* (Figura 5.1).

Vale pontuar que Easterlin (2021) argumenta que esse possa ser o caso para amostras não suficientemente longas temporalmente. Isto é, o autor argumenta que para se testar o paradoxo, seria necessário uma série de período mínimo de 10 anos e, ainda, que as tendências de longo-prazo podem aparecer em períodos de amplitude distintas: as experiências de países pós-comunistas em transição para o capitalismo demonstram que até 20 anos podem não ser suficientes para identificar essas tendências (Easterlin, 2021). Outra hipótese para esse resultado pode ser que a parcela considerável de economias de baixa ou média renda influam sobremaneira no resultado geral, de modo que seus aumentos de renda *per capita* possam gerar direta ou indiretamente aumento em suas médias nacionais de satisfação geral com a vida.

Para o outro agregado macroeconômico (*Desemprego*), seus coeficientes estimados foram negativos e robustos – *i.e.*, estatisticamente significativos na maioria das especificações em que a variável é controlada para os três contextos –, o que aponta na direção de que o aumento (a redução) do *Desemprego* diminui (aumenta) o nível de satisfação geral com a vida. Estes resultados indicam na mesma direção da associação negativa entre o *Desemprego* e a *Felicidade* esperada (Quadro 5.4) e de ampla literatura da Economia da Felicidade: Corbi e Menezes-Filho (2006); Lima (2007); Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009); Davidson, Pacek e Radcliff (2013); Campetti e Alves (2015); O'Connor (2017); Macchia e Plagnol (2018); Rösler (2018); Nordheim e Martinussen (2020); Ramos 2021. Dessa forma, os resultados empíricos se somam aos da literatura em contraposição à premissa da Economia Neoclássica sobre o *Homo Economicus* escolher entre trabalhar e ganhar um salário (com objetivo de ter utilidade com o consumo) ou não trabalhar e disfrutar da utilidade advinda do ócio/desemprego.

Quanto às *proxies* de EBES na área de seguridade social, a variável de “fluxo” (*Gastos Totais*) obteve coeficientes positivos e estatisticamente significantes apenas no primeiro contexto. Assim, os resultados indicam um potencial limitado dessa variável para explicar a satisfação geral com a vida, no sentido de que aumento nos gastos totais (benefícios sociais inclusos) do Estado influenciarem positivamente no crescimento da média nacional de *Felicidade* (satisfação geral com a vida).

Por um lado, essas evidências convergem para o sinal esperado indicado (Quadro 5.4), por outro, estão de acordo com uma literatura (não consensual) acerca dos impactos dos Estados de bem-estar social, particularmente, quanto ao efeito dos gastos governamentais agregados (no sentido de “tamanho do Estado”) (Ramos, 2021). Com efeito, embora Nordheim e Martinussen (2020) não encontraram resultados robustos para

a influência de gastos sociais totais sobre a satisfação geral com a vida, impactos estatisticamente significantes foram apresentados para os subcomponentes de gastos sociais. Dessa forma, esses dados poderiam sugerir que o uso de gastos sociais por área seja mais adequado para se verificar os possíveis efeitos do Estado de bem-estar social sobre o bem-estar subjetivo⁷⁹.

Vale adicionar, ainda, que O'Connor (2017) e Ramos (2021) apontam para a importância de se considerar o contexto institucional (no sentido de qualidade de governança) em que os gastos governamentais se dão. Assim, o efeito de *Gastos Totais* apareceu em um contexto que a variável política *Corrupção* já estava entre as variáveis de controle. Isto significa que, mesmo tal variável de contexto institucional sendo controlada, os gastos públicos totais apresentaram algum potencial explicativo para influenciar positivamente a satisfação geral com a vida (contexto UE *versus* demais países).

Por sua vez, a *proxy* de “estoque” (*Trabalho Vulnerável*) não foi significativa em nenhuma das especificações em que esteve presente. Este fato *per se* não permite muita interpretação para além do fato de *Trabalho Vulnerável* não ter indicado poder explicativo no contexto em que estava presente com as demais variáveis. De todo modo, ao menos a sua forte correlação com a satisfação geral com a vida (-0,68; Tabela 5.4) e seu gráfico de dispersão com linha ajustada negativamente inclinada (Figura 5.1) são possíveis indícios de que o aumento do trabalho de caráter vulnerável possa reduzir a média de satisfação geral com a vida dos países, como apontado pelo Quadro 5.4 e explicado no capítulo V.

Em comparação com as variáveis de interesse associadas ao EBES - especificamente as de gastos associadas às áreas de seguridade social, educação e saúde -, os resultados da *proxy* da área da educação (*Gastos Educação*) se sobressaíram. Ela foi a única variável a apresentar coeficientes estimados estatisticamente significantes em todas as especificações em que esteve presente para cada um dos três contextos. Tais evidências apontam para a corroboração da importância da área de educação para a compreensão da satisfação geral com a vida, tal como esperado (Quadro 5.4) e argumentado no capítulo V. Neste sentido, elas indicam que o aumento na porcentagem de gastos em educação pode elevar a *Felicidade*, no mesmo sentido da literatura

⁷⁹ Com relação a este ponto, torna-se necessário destacar a dificuldade para se encontrar dados em painel para os subcomponentes dos gastos sociais para uma amostra ampla em países e em anos disponíveis.

apresentada: Frey e Stutzer (2002); Cheung e Chan (2009); Easterlin (2021); Ramos (2021); Santos (2022).

Deve ser ressaltado que a *proxy* de “estoque” da área de educação (*Vida Escolar*) foi a variável que apresentou significância estatística em mais especificações *vis-à-vis* às demais de “estoque”: foi significativa em todas as especificações (*VIII* e *X*) em que estava inserida no primeiro e terceiro contexto – enquanto perdeu a significância no segundo. Não obstante a sua significância, seu sinal foi negativo, em contraste com o seu sinal esperado (Quadro 5.4), o gráfico de dispersão entre *Felicidade* e *Vida Escolar* (Figura 5.1) e a argumentação apresentada no capítulo V.

Assim, os resultados indicam que quanto maior a expectativa de vida escolar, menor é o nível de *Felicidade* – isto porque os coeficientes associados à *Vida Escolar* são negativos e significativos. Hipóteses teóricas explicativas para tal resultado podem residir na possibilidade de que, a partir de certo número de anos escolares, os anos adicionais possam implicar em desvantagem em certos mercados de trabalho - que priorizem uma menor qualificação em função de redução de custos e em detrimento da qualidade do trabalho prestado – ou em trabalhadores subutilizados ou, ainda, subvalorizados. Embora essas hipóteses aventadas possam ser possíveis, o contraste com o gráfico de dispersão anteriormente apresentado (Figura 5.1) leva a crer que algum ajuste no modelo possa ser necessário.

No tocante à área de saúde, as variáveis de “fluxo” e “estoque” (*Gastos Saúde* e *Expectativa Vida*) não foram significantes, no geral. Esses resultados podem indicar a necessidade de outras variáveis que representem a potencial influência do Estado sobre a saúde e seu decorrente efeito sobre a satisfação geral com a vida, em razão de que: i) a saúde de um país seja uma área prioritária para os Estados; ii) ela seja uma área importante para a *Felicidade* - Frey e Stutzer (2002), Kotakorpi e Laamanen (2010), Nordheim e Martinussen (2020), Easterlin (2021) e Santos (2022); iii) os gráficos de ambas as variáveis apresentaram correlação positiva com a *Felicidade* nos testes de correlação (Tabela 5.4) e gráficos de dispersão (Figura 5.1). Adicionalmente, é interessante mencionar que o gráfico de dispersão entre *Expectativa de Vida* e *Felicidade* (Figura 5.1) parece sugerir a possibilidade de uma relação não linear entre ambas (os dados indicam a possibilidade de um efeito marginal decrescente da primeira sobre a segunda).

No caso da área de políticas de igualdade de gênero (ou proteção à família), a variável de *Trabalho Feminino* não apresentou significância estatística nas especificações do primeiro e terceiro contextos. Diferentemente, no segundo contexto (UE *versus* Resto

da Europa) a variável foi significativa em todas as especificações em que esteve presente, com coeficientes positivos – em acordo com o esperado no Quadro 5.4 e com a explicação apresentada no capítulo V. Isso indica que, na comparação entre os europeus membros da União Europeia e os não-membros, a variável tem potencial explicativo e aponta que o aumento da força de trabalho feminina (taxa da população feminina com 15+ anos empregada ou que procura um emprego) pode elevar a média nacional de satisfação geral com a vida. Esses achados podem apontar para a importância do investimento estatal em políticas que envolvam: promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho, cuidados com a primeira infância, benefícios familiares e conciliação trabalho-família.

As variáveis de controle provenientes do Relatório Mundial da Felicidade, por seu turno, exibiram coeficientes altamente significantes na maioria das especificações estimadas para os três contextos. Isso sinaliza a convergência com os sinais esperados (Quadro 5.4), a importância destes controles e a coerência com o que é defendido e encontrado pela literatura (Kim, 2021; Araki, 2024; World Happiness Report, 2024b).

Dessa forma, o aumento de *Apoio Social*, *Liberdade de Escolha* e *Generosidade* aumentam a satisfação geral com a vida (*Felicidade*) – coeficientes positivos – ao passo que o aumento de *Corrupção* a reduz – coeficientes negativos. Aqui, interessa ressaltar o fato de a *Liberdade de Escolha* ter aparecido enquanto um importante determinante para a satisfação geral com a vida, como apontado no capítulo II, o que significa que a sua importância não apenas justifica-se com a abordagem de *Capabilities* de Amartya Sen, mas se demonstra, por meio das evidências encontradas, enquanto importante contribuinte para o bem-estar subjetivo, sendo que ambas confluem para o desenvolvimento socioeconômico, tal como foi discutido nesta Dissertação. Outrossim, por sua robustez nos três contextos e sinal negativo, os resultados apontam que quanto maior a *População*, menor é a *Felicidade* – coeficientes negativos.

Por fim, a variável de *Tendência* também não foi significativa em nenhuma das especificações estimadas em que esteve presente. Assim, os resultados não apresentam evidências no sentido de algum padrão linear comum entre os 164 países no período analisado (2005-2023) de alta ou baixa na satisfação com a vida ao longo dos 19 anos analisados. Menciona-se, ainda, que a constante foi basicamente não estatisticamente significativa em todas as regressões estimadas.

VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A felicidade permeia os trabalhos de pesquisadores das Ciências Econômicas modernas desde a sua fundação no século XVIII. Isso ocorreu porque os economistas buscavam compreender as motivações, objetivos e comportamentos dos indivíduos para os mais diversos fins, dentre eles o de guiar os governos. Assim, pode-se encontrar a temática nas principais obras de Adam Smith e de sucessivos economistas.

Entre o fim do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial (1870-1918), a Europa passou a ter diversas experiências de criação de programas de proteção a trabalhadores em larga escala, de modo que seus gastos sociais passaram a alcançar 3% do PIB. Esse foi o contexto de formação da configuração estatal de proteção social que se convencionou chamar de Estado de bem-estar social a partir da década de 1930. Ao longo do século XX, o EBES passou por fases de consolidação, franca expansão e retração. Muitos foram os economistas que se dedicaram a investigá-lo em termos de financiamento, desenvolvimento, aplicações, efeitos e limitações.

Mais adiante, o continente europeu foi palco de uma das maiores e mais profundas experiências de integração regional: a União Europeia. Desde as suas origens recentes no pós-guerra, que remontam à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951, até a sua efetiva fundação em 1993, o bloco se desenvolveu de uma zona de livre comércio para uma união econômica e com aprofundamento de diversas políticas comuns com potencial para influenciar de diversas formas os seus membros.

Neste contexto, a presente Dissertação de Mestrado teve o objetivo geral de investigar a influência da União Europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus membros (nas áreas de seguridade social, educação, saúde, igualdade de gênero e proteção à família) e os decorrentes efeitos em seus desenvolvimentos socioeconômicos, a partir da ótica do indicador de bem-estar subjetivo de satisfação geral com a vida proveniente do Relatório Mundial da Felicidade. Para além de buscar por efeitos diretos, o foco da pesquisa reside em seus efeitos indiretos (potenciais) no bem-estar subjetivo de seus integrantes, por meio, primordialmente, de sua influência direta sobre os Estados de bem-estar social de seus membros, e, adicionalmente, sobre agregados macroeconômicos.

Diante disso, os objetivos específicos consistiram, primeiramente, em fundamentar a compreensão do possível encadeamento entre: União Europeia, Estado de bem-estar social, desenvolvimento socioeconômico e satisfação geral com a vida. Ademais, buscou-

se investigar empiricamente a influência da União Europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus membros e os decorrentes efeitos em seus desenvolvimentos socioeconômicos, a partir da ótica do indicador de satisfação geral com a vida. Neste sentido, recorreu-se a abordagens teóricas, histórico-institucional e empírico-quantitativas.

Assim, buscou-se realizar análises de estatísticas descritivas, gráficos de dispersão e de comportamento das variáveis ao longo do tempo, testes estatísticos e regressões econométricas com respaldo na revisão da literatura anteriormente implementada. Com base nos resultados, objetivou-se compreender e interpretar o papel que a integração regional no continente europeu possa ter no desenvolvimento socioeconômico de seus membros, sob o prisma do indicador de satisfação geral com a vida, seja de forma direta ou indireta, em razão da influência do bloco nos EBES e em variáveis macroeconômicas de seus membros. Diante desse contexto, a hipótese testada consistiu no potencial da integração regional europeia em alterar os padrões de média de felicidade nacionais, por meio de sua influência sobre as políticas de bem-estar social e agregados macroeconômicas ou por impactos mais diretos.

A revisão da literatura teórico-empírica permitiu a construção de importantes bases para esta Dissertação. Inicialmente, no capítulo II, apresentou-se um breve panorama das investigações sobre a felicidade na Economia, de modo a demonstrar que ela foi objeto de estudo de economistas influentes. Mesmo após o movimento dos marginalistas que redirecionou o foco da Economia sobre a felicidade para a área mais restrita de escolha de agentes maximizadores de utilidade, este conceito utilizado para instrumentalizar o bem-estar foi incorporado em premissas importantes do *mainstream* econômico, de forma que a felicidade, em certo sentido, continuasse sendo considerada no princípio (motivações humanas) e fim (objetivo de uso da renda para adquirir utilidade) de modelos econômicos.

Nesse contexto, dissertou-se sobre a fundação da Economia da Felicidade na década de 1970 a partir da importante mudança epistemológica em abordar a felicidade não mais como um pressuposto dedutivo em modelos econômicos, mas a partir de dados aperfeiçoados por economistas e psicólogos que pudessem sustentar pesquisas empíricas sobre o assunto. Dentre as diversas possibilidades de conceituação (virtualmente infinitas), a felicidade, enquanto um conceito associado ao bem-estar subjetivo, passou a ser instrumentalizada pela Economia da Felicidade em indicadores de três categorias. No âmbito desta discussão, a presente pesquisa optou pelo indicador da categoria de bem-

estar cognitivo (avaliativo) – satisfação geral com a vida -, em razão, principalmente, dos indivíduos questionados sobre a autoavaliação de sua satisfação geral com a sua vida serem levados a uma balanço geral de sua vida, de modo a considerar suas condições de vida e os aspectos estruturais da mesma (passíveis de influências de políticas públicas). Assim, esse indicador – mais estável, comparável entre indivíduos, países (médias nacionais) e ao longo do tempo, e que permite predição comportamental razoavelmente boa - pode melhor refletir alterações estruturais nas condições de vida e demais fenômenos sociais.

Além disso, após uma revisão panorâmica de mais de 50 anos de publicações, foi possível tanto, por um lado, compreender a diversidade de métodos, modelos, técnicas, concepções teóricas, resultados e conclusões presentes nas produções da Economia da Felicidade, quanto, por outro, encontrar tentativas de delimitação de aspectos comuns entre elas, inclusive em comparação a outros influentes campos da Economia dedicados análise do bem-estar (nomeadamente, a Abordagem de *Capabilities* de Amartya Sen e a Economia do Bem-Estar Ortodoxa).

Após o respaldo teórico-empírico apresentado para o indicador de satisfação geral com a vida, objetivou-se uma sustentação para a associação entre desenvolvimento e felicidade. Neste sentido, com base em Kerstenetzky (2021) e no Relatório de Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009), a presente Dissertação passou a se embasar na definição de desenvolvimento socioeconômico enquanto progresso nas condições sociais e econômicas, oportunidades e efetivo usufruto destas pela população para suprir suas necessidades básicas e buscar realizar aspirações próprias, familiares e coletivas da sociedade. Assim, a partir da noção de um desenvolvimento socioeconômico multidimensional, focou-se na dimensão do bem-estar subjetivo, captada pela felicidade e instrumentalizada de forma concreta no indicador de satisfação geral com a vida.

No capítulo III, no sentido de fundamentar a discussão sobre o Estado de bem-estar social, a literatura apresentada indicou que ele se trata de uma configuração econômico-política em que o Estado se encarrega de proteger os seus cidadãos de intempéries da vida humana e de problemas surgidos de configurações econômicas, sociais e políticas em larga escala. A sua definição não chega a ser muito estrita, bem como não consiste em um objeto resoluto, estático e permeado por consensos na literatura, mas um objeto que se transforma e gera discussões entre os acadêmicos que o estudam.

Não obstante, “condições mínimas” mais objetivas são apresentadas como a introdução de seguridade social nacional atender aqueles impossibilitados de gerar renda,

a introdução do sufrágio universal e momento em que os gastos sociais do Estado ultrapassam o nível de 3%. De todo modo, pode-se perceber que ele pode ser entendido como um espectro de atuação estatal, desde aquela que apenas cumpre os “requisitos mínimos” até um extenso aparato estatal para a provisão de serviços de bem-estar social. Assim, seja pelo patamar mínimo, seja pelo aparato de serviços sociais máximo, o capítulo indicou que o Estado de bem-estar social pode influir em aspectos estruturais da vida da população por meio de programas de benefícios monetários/transferência de renda, benefícios não-monetários/serviços sociais públicos e regulações do mercado de trabalho.

Com relação às classificações de experiências de EBES, foram encontrados fundamentos na literatura para dividir os países da União Europeia em: sociais-democratas, conservadores-corporativistas, mediterrâneos estendidos, liberais e pós-comunistas. Outrossim, o capítulo fundamenta as análises empíricas, por um lado, ao associar o EBES e o desenvolvimento socioeconômico (como ilustrado pela figura 3.2) e, por outro, ao indicar que as distintas áreas passíveis de influência do EBES são mais resistentes aos efeitos de adaptação, comparação e de expectativas (em razão do efeito das especificidades), de modo que ele possa ter efeitos mais duradouros sobre a satisfação geral com a vida.

No tocante à União Europeia tratada no capítulo IV, buscou-se construir um referencial de fundamentação teórico-empírica acerca do bloco e seu potencial para influenciar o desenvolvimento socioeconômico de seus membros, particularmente por meio de seus impactos sobre seus Estados de bem-estar social. Quanto aos impactos da UE sobre o EBES de seus membros, a literatura consultada indica que, entre os anos de 1957 e 2017, os efeitos diretos do bloco sobre a organização, financiamento nacional e benefícios dados (qualitativamente e quantitativamente) foram bastante moderados, de modo que cada país manteve amplo controle sobre as suas políticas de bem-estar social. Embora, deva-se mencionar que a regulação para condições mínimas de trabalho tenha passado por considerável grau de “europeização”.

Por outro lado, descobriu-se que certas políticas com especial potencial para influenciar (indiretamente) os EBES dos membros da União Europeia passaram por considerável “europeização” no período de 1957-2017, nomeadamente: políticas econômicas (monetária, cambial, fiscal e comercial), políticas de desenvolvimento regional e políticas de agricultura comum. Dessa forma, embora a influência da União Europeia sobre o EBES de seus membros seja complexa, a literatura auxiliou na

compreensão de canais (diretos e, principalmente, indiretos) pelos quais esse processo pode ocorrer: de forma direta, as competências do bloco sobre as políticas sociais nacionais se mantiveram bastante restritas, de modo a garantir apenas o mínimo de condições necessárias para o funcionamento do mercado; de forma indireta (e mais intensa), a UE passou a influenciar os EBES de seus integrantes por meio de políticas econômicas (monetária, cambial, fiscal e comercial), políticas de desenvolvimento regional, política agrícola comum e pelo Grupo BEI (Banco Europeu de Investimento e Fundo Europeu de Investimento). Dessa forma, uma das principais contribuições do capítulo para as análises empíricas subsequentes consistiu na Figura 4.2 que ilustra esses canais.

Uma vez compreendidos os canais (diretos e indiretos) de influência da União Europeia sobre os Estados de bem-estar social de seus membros, pretendeu-se explorar qual poderia ser o balanço de tal influência. Assim, foi possível encontrar que, a partir da década de 1970 e com aprofundamento a partir de 2008, no contexto de sucessivos acirramentos por competitividade internacional, busca por orçamentos equilibrados e por avanço do projeto de integração regional, o balanço da influência da União Europeia sobre os sistemas de proteção social de seus membros foi negativo (no sentido da fragilização a nível nacional ao passo que não houve compensação proporcional a nível supranacional), o que engendrou efeitos indiretos negativos sobre as condições de vida objetivas nos países-membros, em termos de: emprego (desemprego e aumento dos empregos atípicos), salário, vida laboral, condições de trabalho, produto e renda, desigualdade de renda, pobreza, atendimento de necessidades (nas áreas de alimentação, educação, saúde, habitação, saneamento, transporte, lazer e cuidado). Esse fenômeno ocorreu com intensidades distintas para os diferentes grupos de modelos de EBES presentes na UE, com a seguinte ordem de mais para menos afetados: meridional (de forma estendida contém Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal); liberal (Irlanda e Reino Unido); conservador-corporativista (Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Países Baixos e Luxemburgo); social-democrata (Dinamarca, Finlândia e Suécia).

Com relação ao grupo pós-comunista (Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca e Romênia), em resumo, foi encontrado que o impacto da UE sobre os benefícios sociais mais importantes dentro dos países pós-comunistas ocorreu de duas formas diferentes: i. direta e menos intensa, que engendrou a difusão de melhores práticas de política social; ii. indireta e mais intensa, com o apoio de instrumentos da política de desenvolvimento regional e considerável

afluxo de investimentos (especialmente no período 2004-2014), por um lado, e submissão a instrumentos mais controlados de políticas econômicas (monetária, cambial, fiscal e comercial) e influência do Grupo BEI (Banco Europeu de Investimento e Fundo Europeu de Investimento) por outro – tal como ocorrido com os seus pares e ilustrado na Figura 4.2.

Em sequências aos capítulos de fundamentação, o capítulo V apresentou os métodos (testes estatísticos e regressões econométricas estimadas por painel de efeitos fixos e painel de efeitos aleatórios), o modelo (variável de satisfação geral com a vida - *proxy* para desenvolvimento socioeconômico - a ser explicada por variáveis de controle - *Apoio Social, Liberdade De Escolha, Generosidade, Corrupção e População* -, variáveis de interesse - *dummy* para União Europeia; agregados macroeconômicos representados por *PIB per capita* e *Desemprego*; e Estado de bem-estar social representado por *Gastos Totais, Gastos Educação, Gastos Saúde, Trabalho Vulnerável, Vida Escolar, Expectativa de Vida, Trabalho Feminino* - e variável de *Tendência*) e amostra de 164 países em um interstício de 19 anos (2005 a 2023). Ademais, as análises preliminares de dados e a literatura consultada lograram trazer aportes para os capítulos subsequentes.

O capítulo VI de análises descritivas apresentou importantes achados. Dentre os principais, pode-se mencionar a indicação de uma ordem decrescente de melhores desempenhos dos grupos em termos de satisfação geral com a vida, variáveis associadas ao Estado de bem-estar social (*Gastos Públicos, Trabalho Vulnerável, Gastos Educação, Vida Escolar, Gastos Saúde, Expectativa de Vida e Trabalho Feminino*) e do agregado macroeconômico *PIB per capita* no sentido de UE, Resto da Europa e Resto do mundo. Ademais, embora os *Gastos Totais* tenham passado por tendência geral de redução ao longo do período analisado, os *Gastos Educação* e *Gastos Saúde* apresentaram relativa baixa oscilação, enquanto que suas variáveis de “estoque” associadas ao EBES (*Trabalho Vulnerável, Vida Escolar, Expectativa Vida e Trabalho Feminino*) apresentaram maior variabilidade. Já os agregados macroeconômicos exibiram sutil tendência de crescimento de seu *PIB per capita* e padrão mais variável para *desemprego*.

Além disso, os testes de diferenças de média para todo o período demonstraram não apenas que a União Europeia foi o grupo com a maior média de satisfação geral com a vida, maiores gastos públicos, melhores indicadores socioeconômicos associados ao Estado de bem-estar social e de riqueza, mas, sobretudo, que as diferenças de média para essas variáveis do bloco *vis-à-vis* aos grupos Resto da Europa e Resto do mundo são quase todas altamente significantes estatisticamente. Assim, as evidências encontradas apontam

na direção da existência de efeitos diretos da União Europeia sobre a *satisfação geral com a vida*, os indicadores associados ao Estado de bem-estar social e sobre os agregados macroeconômicos no sentido da figura 4.2.

Quanto às comparações entre os países da UE segundo os modelos de Estado de bem-estar social (EBES) discutidos no terceiro e no quarto capítulos, não apenas se encontrou indícios de que, no geral, os cinco grupos (sociais-democratas, conservadores-corporativistas, mediterrâneos estendidos, liberais e pós-comunistas) se diferenciam estatisticamente em termos das variáveis de *Felicidade*, de EBES e agregados macroeconômicos, mas também que os sociais-democratas apresentaram, no geral, os maiores gastos e melhores indicadores socioeconômicos, enquanto os pós-comunistas exibiram, no geral, as piores e mais baixas médias nos indicadores socioeconômicos e percentuais de gastos governamentais. Ademais, resultados interessantes foram encontrados para os pós-comunistas em termos de *Gastos Totais* e *Trabalho Feminino* em razão de sua convergência, respectivamente, com as análises do período recente e as características tradicionais dos modelos de EBES apresentados no capítulo quarto.

Diante das estimações empíricas apresentadas no capítulo VII, a hipótese foi, no geral, confirmada, isto é, as evidências apresentadas apontaram para a corroboração do potencial da integração regional europeia em alterar o desenvolvimento socioeconômico de seus membros, visto pela ótica do indicador de satisfação geral com a vida. De forma direta, os resultados indicaram para um efeito direto negativo e estatisticamente significativo em contraste com Rösler (2018) – em algum grau com Nikolova e Nikolaev (2016) - e em convergência com Wolf (2019). De forma indireta, eles indicaram, inicialmente, para uma influência do bloco sobre os EBES de seus membros, cuja variável de *Gastos Educação* apresentou, posteriormente, efeito estatisticamente significativo e positivo. Este efeito indireto foi indicado pela literatura consultada como possível a partir dos instrumentos da influência direta (por meio da difusão de melhores práticas de política social, estabelecimento de padrões mínimos sociais para o funcionamento do bloco, e, sobretudo, por regulações diretas sobre condições mínimas de trabalho) e de influência indireta (políticas econômicas, políticas regionais, políticas de agricultura comum) do bloco sobre os EBES de seus integrantes.

Por fim, com relação às limitações encontradas nesta Dissertação, pode-se elencar algumas. A primeira diz respeito ao número reduzido de trabalhos encontrados que investigassem o impacto da União Europeia sobre a satisfação geral com a vida. Quanto aos dados empíricos, não houve disponibilidade de dados específicos para gastos de

seguridade social para um grande conjunto de países ao longo do período de análise. Ademais, em razão do número reduzido de observações para uma análise regionalizada de impactos da União Europeia sobre os seus membros, tal exercício não pôde ser feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAWAL, S.; SHARMA, N.; BRUNI M. E.; IAZZOLINO, G. Happiness economics: Discovering future research trends through a systematic literature review. **Journal of Cleaner Production**, v. 416, p. 137860. 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652623020188>. Acesso em: 23 mar. 2024. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.137860>

AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. **Econlit**. Portal virtual, [1969]. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/econlit/>. Acesso em: 7 set. 2023.

ARAKI, S. The societal determinants of happiness and unhappiness: evidence from 152 countries over 15 years. **Social Psychological and Personality Science**, v. 15, n. 5, p. 603–615, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/19485506231197803>. Acesso em: 15 dez. 2024. <https://doi.org/10.1177/19485506231197803>

ARSHAD, M.; GULL, S.; MAHMOOD, K. Life satisfaction among working and non-working women. **European Journal of Research in Social Sciences Vol**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.idpublications.org/wp-content/uploads/2014/10/LIFE-SATISFACTION-AMONG-WORKING-AND-NON-WORKING-WOMEN-Full-Paper.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AUDETTE, A. P. *et al.* (E)Quality of Life: A Cross-National Analysis of the Effect of Gender Equality on Life Satisfaction. **Journal of Happiness Studies**, v. 20, p. 2173-2188, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-018-0042-8>. Acesso em: 25 jan. 2025. <https://doi.org/10.1007/s10902-018-0042-8>

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Base de dados, [2024]. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BOYER, R. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI?. **Economia e Sociedade**, n. 8, v.1, p.1-20. 1999

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRADLEY, R. **Why Does Precarious Work Matter?: The Implications of Precarious Work on Job and Life Satisfaction in Canada**. 2021. Tese de Doutorado. Acadia University. Wolfville, Nova Scotia, 2021. Disponível em: <https://library-archives.canada.ca/eng/services/services-libraries/theses/Pages/item.aspx?idNumber=1289327952>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRUNI, L.; PORTA, P.L. **Handbook on the Economics of Happiness**. 1º ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2007. <https://doi.org/10.4337/9781847204158>

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Base de dados, [2024]. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CAMPETTI, P. H. M.; ALVES, T. W. Economia da felicidade: estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina. **Revista Pesquisa & Debate**, SP, volume 26, número 1(47) pp.99-123, jan-mar 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196/16279>. Acesso em: 6 abr. 2023.

COOK, L.; INGLOT, T. Central and Eastern European Countries. In: BÉLAND, D. *et al.* **The Oxford Handbook of the Welfare State**, 2ª ed., Oxford Handbooks online, Oxford Academic, 2021. cap.50, p.881. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198828389.013.50>

COMISSÃO EUROPEIA. **Ações, resultados e serviços realizados pela Comissão Europeia**. Portal virtual. [2024]. Disponível em: https://commission.europa.eu/index_pt. Acesso em: 7 out. 2024.

CONSILIUM EUROPA. **O Semestre Europeu, em síntese**. Portal virtual, [2024]. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, nº 4 (104), p. 518-536, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572006000400003. Acesso em: 22 out. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400003>

CHEUNG, H. Y.; CHAN, A. WH. The effect of education on life satisfaction across countries. **Alberta Journal of Educational Research**, v. 55, n. 1, 2009. <https://doi.org/10.55016/ojs/ajer.v55i1.55278>

DAVIDSON, R.; PACEK, A. C.; RADCLIFF, B. Public policy and human happiness: The welfare state and the market as agents of well-being. In: BROCKMANN, H., DELHEY, J. (eds) **Human Happiness and the Pursuit of Maximization: Is More Always Better?**. 2ªed. Dordrecht: Springer Netherlands, 2013, cap. 12, p. 163-175. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6609-9_12

DEATON, A. **A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2017.

EASTERLIN, R. A. **An Economist's Lessons on Happiness**. Farewell Dismal Science! 1º ed. Cham, Suíça: Springer Nature Switzerland, 2021. https://doi.org/10.1007/978-3-030-61962-6_1

EASTERLIN, R. A. Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, P.; REDER, M. (Eds.). **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz**, 1ªed, Nova Iorque: Academic Press, 1974, cap I, p. 89-125. Disponível em: <https://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>. Acesso em: 20 ago 2023. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-205050-3.50008-7>

ELIAS, N. **O processo civilizador. Formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993, parte II, pp. 193-274.

EUR-Lex. **Jornal Oficial da União Europeia**. Portal Virtual. [2004]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=OJ%3AC%3A2004%3A310%3ATOC>. Acesso em: 7 out. 2024.

FENGER, M. Welfare regimes in Central and Eastern Europe: Incorporating post-communist countries in a welfare regime typology. **Contemporary issues and ideas in social sciences**, v. 3, n. 2, p. 1-30, 2007.

FREY, B. S.; STUTZER, A. **The Economics of Happiness**. World Economics, v. 3, n. 1, p. Jan./Mar. 2002. Disponível em: https://bsfrey.ch/articles/_365_2002.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

FIORAMONTI, L.; MATTHEIS, F. Is Africa really following Europe? An integrated framework for comparative regionalism. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 54, n. 3, p. 674-690, 2016. <https://doi.org/10.1111/jcms.12307>

GAL, J. Is there an extended family of Mediterranean welfare states?. **Journal of European Social Policy**, v. 20, n. 4, p. 283-300, 2010. <https://doi.org/10.1177/0958928710374374>

GREENE, W. H. **Econometric analysis 7th edition**. International edition. 7º ed. New Jersey: Prentice Hall, 2012.

GOKDEMIR, O.; TAHSIN, E. Factors that influence the life satisfaction of women living in the Northern Cyprus. **Social indicators research**, v. 115, p. 1071-1085, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11205-013-0265-3>. Acesso em: 23 já. 2025. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0265-3>

GUEDES, G. P.; KERSTENETZKY, C. L. O Welfare State Resiste?. Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE 1980- 2016. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.08702018>

GUJARATI, D.N; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. 5ª ed. - Porto Alegre: AMGH, 2011.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JONES, M.; SILBERZAHN, P. Without Na Opinion, You're Just Another Person With Data. **Forbes**, Nova Jersey, 2016. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/silberzahnjones/2016/03/15/without-an-opinion-youre-just-another-person-with-data/>. Acesso em: 21 abr 2025.

KARYMSHAKOV, K.; SULAIMANOVA, B.; BERGOLO, M. Employment vulnerability, wages, and subjective well-being in Kyrgyzstan. **Partnership for Economic Policy Working Paper**, n. 2020-03, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3574578. Acesso em: 17 jan. 2025. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3574578>

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do Bem-estar Social na Era da Razão: A reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KIM, R. Y. **What makes people happy? An empirical investigation of panel data**. *Applied Economics* v. 28, n. 2, p. 91-94, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504851.2020.1733471#2543de1e-a4b2-4753-a5c7-60ad3348142b-b6de7b7c-de82-45a5-9538-313dd15c6659>. Acesso em: 10 out. 2023.

KUZNETS, S. **National Income, 1929-1932**. National Bureau of Economic Research, Nova Iorque, 1934. Disponível em: <https://fraser.stlouisfed.org/title/national-income-1929-1932-971>. Acesso em: 20 ago. 2023.

KOTAKORPI, K.; LAAMANEN, J-P. Welfare state and life satisfaction: Evidence from public health care. **Economica**, v. 77, n. 307, p. 565-583, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.2008.00769.x>

KOLOSNITSYNA, M.; KHORKINA, N.; DORZHIEV, H. Determinants of life satisfaction in older Russians. **Ageing International**, v. 42, p. 354-373, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12126-017-9297-3>. Acesso em: 21 jan. 2025. <https://doi.org/10.1007/s12126-017-9297-3>

KIZILOVA, K.; HAERPFER, C.; KIZILOV, O. Population happiness, life satisfaction and well-being in transitional societies. **Ukrainian Sociological Journal**, n. 1-2, p. 16-27, 2015. Disponível em: <https://periodicals.karazin.ua/usocjour/article/view/7931/7411>. Acesso em: 16 dez. 2024.

LIMA, S. V. **Economia e Felicidade**: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil. Ribeirão Preto, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-15052007-142028/en.php>. Acesso em: 26 set. 2023.

MACKERRON, G. Happiness economics from 35 000 feet. **Journal of Economic Surveys**, Oxford, UK, v.26, n.4 p.705-735, 2011. Disponível: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6419.2010.00672.x>. Acesso em: 17 out. 2023. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2010.00672.x>

MACCHIA, L.; PLAGNOL, A. C. Life satisfaction and confidence in national institutions: Evidence from South America. **Applied Research in Quality of Life**. v.14, p. 721-736, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11482-018-9606-3>. Acesso em: 26 fev. 2024. <https://doi.org/10.1007/s11482-018-9606-3>

MANOW, P. Models of the Welfare State. In: BÉLAND, D. *et. al.* The Oxford Handbook of the Welfare State, 2ª ed., Oxford Handbooks online, Oxford Academic, 8 de dez. 2021. cap. 45, p.788.

MARTELA, F. et al. The Nordic Exceptionalism: What Explains Why the Nordic Countries are Constantly Among the Happiest in the World. In: HELLIWELL, J. F. et al. **World Happiness Report 2020. New York: Sustainable Development Solutions Network**, 2020. p.129-146, Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2020/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MOTA, G. L. Does Happiness Improve Welfare Economics a Lot? In: ROJAS, M. *et al.* **The Economics of Happiness**. How the Easterlin Paradox Transformed Our Understanding of Well-Being and Progress. 1ª ed. Cham: Springer Nature Switzerland, 2019, cap 5, p. 129-156. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15835-4_6

NIKOLOVA, M.; NIKOLAEV, B. Does joining the EU make you happy? Evidence from Bulgaria and Romania. **Journal of Happiness Studies**, Springer, v.18, n.2, p. 1593-1623 dec. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-016-9789-y>. Acesso em: 15 jan. 2024. <https://doi.org/10.1007/s10902-016-9789-y>

NIKOLOVA, M. Happiness – Using subjective well-being metrics. In: DRYDYK, J.; KELEHER, L.; **Routledge Handbook of Development Ethics**. Routledge Handbooks: Abindon e Nova Iorque, p.84-92, 2018. <https://doi.org/10.4324/9781315626796-10>

NORDHEIM, O.; MARTINUSSEN, P.E. Happiness and the role of social protection: how types of social spending affected individuals' life satisfaction in OECD countries, 1980–2012. **Journal of International and Comparative Social Policy**. v. 36, n. 1, p. 1–24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21699763.2019.1601586>. Acesso em: 17 out. 2024. <https://doi.org/10.1080/21699763.2019.1601586>

OASISBR. **Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto**. Base de dados. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

O'CONNOR, K. J. Happiness and Welfare State Policy Around the World. **Review of Behavioral** 2017, v. 4, p. 397–420. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/KelseyOconnor/publication/321948496_Happiness

[_and_Welfare_State_Policy_Around_theWorld/links/5b8ec4fe45851540d1c900bd/Happiness-and-Welfare-State-Policy-Around-theWorld.pdf](https://doi.org/10.1561/105.00000071). Acesso em: 20 abr. 2024.
<https://doi.org/10.1561/105.00000071>

ONU Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acessado em: 28 fev. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Demographic Yearbook: 74th Issue**. New York: United Nations, 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/products/dyb/index.cshtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural**. 1. ed. Campinas - SP/Uberlândia-MG: Editora Alínea/Edufu, 2008. v. 1. 245p. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-262-0>

OTRACHSHENKO, V. **Life Satisfaction and the Euro Adoption** In: POPOVA, O. Essays on Individual Perceptions of Economic Reforms. 2012. Dissertation - CERGE Center for Economic Research and Graduate Education Charles University Prague: Prague, 2012, cap.3. Disponível em: <https://www.cerge-ei.cz/pdf/dissertations/2012-popova.pdf>. Acesso em:

ØVERBYE, E. Disciplinary Perspectives on Welfare States. In: BÉLAND, D. *et. al.* **The Oxford Handbook of the Welfare State**, 2^a ed., Oxford Handbooks online, Oxford Academic, 2021, cap.13, p.222.
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198828389.013.13>

PERRIN, G. “Reflections on Fifty Years of Social Security”. **International Social Security Review**, v. 22, n. 4, p. 564-603, 1969. <https://doi.org/10.1111/j.1468-246X.1969.tb00071.x>

PIOTROWSKA, K.; RAE, G. Divergence not convergence. The strengthening of the post-communist welfare state model in Central and Eastern Europe after European Union Expansion. **Polish Sociological Review**, n. 203, p. 303-319, 2018.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 1997. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RAMOS, C. A. **Economia Da Felicidade**: Rumo a Uma Nova Medição da Prosperidade das Nações. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 1817. 1ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

ROJAS, M. The relevance of Richard A. Easterlin's Groundbreaking Work. A historical perspective. In: ROJAS, M. *et al.* **The Economics of Happiness**. How the Easterlin Paradox Transformed Our Understanding of Well-Being and Progress. 1ª ed. Cham: Springer Nature Switzerland, 2019, cap.1. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-15835-4>

RÖSLER, B. Does joining the European Union increase the happiness level in nations?. 2018. Dissertação em Economia – Postgrado Economía Negocios Universidad de Chile, Santiago 2018. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/175615/Tesis%20-%20R%C3%B6sler%20Bj%C3%B6rn.pdf?sequence=1>. Acesso 23 abr. 2024.

SANTOS, A. S. **Economia da felicidade**: Determinantes da felicidade e a influência das dimensões socioculturais. Um estudo multicultural. 2015. Tese (Doutorado em Economia) - Departamento de Ciências Económicas, empresariais e tecnológicas da Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1183>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, P. F.C. **Modelo de Estado de bem-estar social nórdico e a excepcionalidade da região no Relatório Mundial da Felicidade**. 2022. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia,

Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35454>
Acesso em: 27 out. 2024.

SCHARPF, F. **Governing in Europe: Effective and democratic?**. 1ºed. Oxford: Oxford University Press, 1999. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198295457.003.0001>

SCHMIDT, M. G. European and National Social Policy. *In*: BÉLAND, D. *et. al.* **The Oxford Handbook of the Welfare State**, 2ª ed., Oxford Handbooks online, Oxford Academic, 2021, cap.23, p.397.
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198828389.013.23>

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 1776. 1ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. 1759. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SHIMAKURA, S. Interpretação do coeficiente de correlação. [Material didático virtual]. Universidade Federal do Paraná. 2006. Disponível em: <http://leg.ufpr.br/~silvia/CE003/node74.html>. Acesso em: 13 set. 2024.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/8131721/8131772/Stiglitz-Sen-Fitoussi-Commission-report.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

STUTZER, A.; FREY, B. S. **Recent Developments in the Economics of Happiness: A Selective Overview**. IZA Discussion Paper Series, n. 7078. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2192854. Acesso em: 7 set. 2023.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.2192854>

SINGH, S. K. et al. Life satisfaction and stress level among working and non-working women. **The International Journal of Indian Psychology**, v. 1, n. 4, p. 121-128, 2014.

Disponível em :
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34349236/Life_Satisfaction_and_Stress_Level_among_Working_and_Non-Working_Women_by_Dr._Shashi_Kala_Singh-libre.pdf?1407056435=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLife_Satisfaction_and_Stress_Level_among.pdf&Expires=1745674539&Signature=AcOj7H9u7qYzRpFQhqT7tK0h~muMr-B9pJvcTBWFbwvSlV3ogRS32x1A-on1q~vlURPtspXQ-HuF~rkDE~06ZaRwsk6wjeCiSTdRXS~dkrVvTzBpo12X63GjgwIzWbcHQyVKJyoR9nH~K5uQ4JMYxo7jubW5BLwNlDnpWYL6mxXS8vt60cMrDdD0Ky4mJAVFFy91RebaMHvTHgu37O2DX4Q8B2wt-gyaLlnW5FyEsC6oZncsgUV8YyEO19uqXzT~WCQZLTtq~JHhMxPh32iOabxH~ERXN3stilsYdQdHIOy5ow6OkcsrFh8iAIUwt7S92kkZyKgVevznICgRm5CVCw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 7 dez. 2024.
<https://doi.org/10.25215/0104.015>

TOWNSEND, P. **The Last Refuge** – A Survey of Residential Institutions And Homes For The Aged In England And Wales. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1964.

UNIÃO EUROPEIA. **A sua porta de entrada para a União Europeia**. Portal virtual. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. In: Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 23 fev. 2024.

VANCEA, M.; SHORE, J.; UTZET, M. Role of employment-related inequalities in young adults' life satisfaction: A comparative study in five European welfare state regimes. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 47, n. 3, p. 357-365, 2019. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1403494818823934?casa_token=siCwXt4hmCQAAAAA:bFA_QN02e-6EsytCN3KOQrb9oaFVcJXYwIZWncR42LxML4VzXNk0CXe2XJlwhKlzx-0Y3rzxZX1aIG8. Acesso em: 7 dez. 2024.

WENG, H. et al. Governance, Labor Force Participation Rates and Life Satisfaction for the Elderly. **Innovation in Aging**, v. 1, n. Suppl 1, p. 1198, 2017. Disponível em: https://academic.oup.com/innovateage/article/1/suppl_1/1198/3901548. Acesso em: 7 dez. 2024. <https://doi.org/10.1093/geroni/igx004.4359>

WOLF, P. J. W. (2019). O projeto de integração regional e os estados de bem-estar social da Europa Ocidental: análise do período recente (2008-2016). (Tese, Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1089590>. Acesso em: 20 set. 2023.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

World Bank. World Development Indicators. In: World Bank Data. **Base de Dados**. 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 15 jan. 2024.

World Happiness Report. HELLIWELL, J. F. et al. **World Happiness Report 2023**. University of Oxford: Wellbeing Research Centre. 2023. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2023/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

World Happiness Report. University of Oxford: Wellbeing Research Centre, 2024a. **Portal virtual**. Disponível em: <https://worldhappiness.report>. Acesso em: 20 abr. 2024.

World Happiness Report. HELLIWELL, J. F. et al. **World Happiness Report 2024**. University of Oxford: Wellbeing Research Centre. 2024b. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2023/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

World Happiness Report. University of Oxford: Wellbeing Research Centre, 2024c. **Base de dados**. Disponível em: <https://worldhappiness.report>. Acesso em: 7 nov. 2023.

YORK, R.; BELL, S. E. Life satisfaction across nations: The effects of women's political status and public priorities. **Social Science Research**, v. 48, p. 48-61, 2014. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X14001021#:~:text=Highlights%20*%20%E2%80%A2%20Life%20satisfaction%20is%20higher,levels%20of%20public%20spending%20on%20health%20care. Acesso em: 7 dez. 2024.

APÊNDICE A - Resultados das regressões por efeitos aleatórios

Tabela A.1 – Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Mundo” (amostra total)

Variáveis	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
UE	0,0264 (0,0898)	-0,0735 (0,0876)	-0,0814 (0,0829)	-0,0015 (0,1003)	-0,0884 (0,0964)	-0,0964 (0,0921)	-0,0257 (0,0830)	-0,2130** (0,0996)	-0,0648 (0,0846)	-0,0741 (0,1034)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,5038*** (0,0401)	0,5531*** (0,0584)	0,5557*** (0,0577)	0,1376 (0,4942)	0,2001 (0,7950)	0,2016 (0,7932)	0,5500*** (0,0827)	0,6436*** (0,0785)	0,5725*** (0,0847)	0,5396*** (0,1082)
PIB <i>per capita</i> ² (logaritmo)				0,0209 (0,0283)	0,0194 (0,0435)	0,0194 (0,0434)				
Desemprego	-0,0315*** (0,0057)	-0,0421*** (0,0069)	-0,0421*** (0,0069)	-0,0304*** (0,0059)	-0,0413*** (0,0074)	-0,0413*** (0,0074)	-0,0440*** (0,0063)	-0,0371*** (0,0063)	-0,0396*** (0,0068)	-0,0353*** (0,0056)
Gastos Totais		0,0052 (0,0046)	0,0054 (0,0046)		0,0054 (0,0047)	0,0056 (0,0047)		0,006 (0,0047)	0,0055 (0,0042)	
Trabalho Vulnerável							-0,0002 (0,0040)			-0,0012 (0,0042)
Gastos Educação		0,0702*** (0,0239)	0,0685*** (0,0243)		0,0710*** (0,0235)	0,0692*** (0,0238)	0,0593*** (0,0205)		0,0737*** (0,0236)	
Vida Escolar								-0,0448* (0,0235)		-0,0317 (0,0237)
Gastos Saúde		0,0111 (0,0182)	0,0145 (0,0201)		0,0089 (0,0194)	0,0123 (0,0213)	0,0282 (0,0188)	0,0767*** (0,0258)		
Expectativa Vida									-0,0029 (0,0108)	0,0242* (0,0140)
Trabalho Feminino		-0,004 (0,0079)	-0,004 (0,0079)		-0,0039 (0,0082)	-0,0039 (0,0082)	-0,0072 (0,0075)	-0,0049 (0,012)	-0,0023 (0,008)	-0,0012 (0,01)
Apoio Social	2,1664*** (0,3024)	1,8303*** (0,3568)	1,8052*** (0,3516)	2,1548*** (0,3019)	1,8432*** (0,3619)	1,8181*** (0,3567)	1,5650*** (0,2998)	1,6453*** (0,4658)	1,9211*** (0,3441)	1,4911*** (0,3490)
Liberdade de Escolha	0,7006*** (0,1900)	0,6338*** (0,2075)	0,6718*** (0,2104)	0,7044*** (0,1897)	0,6442*** (0,2079)	0,6822*** (0,2112)	0,5106** (0,2013)	0,6118** (0,2477)	0,7105*** (0,2050)	0,6811*** (0,2246)
Generosidade	0,5310*** (0,1507)	0,4119*** (0,1395)	0,3962*** (0,1506)	0,5281*** (0,1522)	0,4117*** (0,1399)	0,3961*** (0,1509)	0,5770*** (0,1480)	0,3684** (0,1542)	0,3560** (0,1421)	0,3031* (0,1653)
Corrupção	-0,5771*** (0,1833)	-0,5682*** (0,1784)	-0,5796*** (0,1781)	-0,5402*** (0,1937)	-0,5446*** (0,1832)	-0,5559*** (0,1825)	-0,5513*** (0,1692)	-0,5610** (0,2303)	-0,5940*** (0,1739)	-0,3291 (0,2318)
População	-0,0315*** (0,0057)	-0,0421*** (0,0069)	-0,0421*** (0,0069)	-0,0304*** (0,0059)	-0,0413*** (0,0074)	-0,0413*** (0,0074)	-0,0440*** (0,0063)	-0,0371*** (0,0063)	-0,0396*** (0,0068)	-0,0353*** (0,0056)

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela A.1 – Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Mundo” (amostra total) – continuação

Variáveis / Estatísticas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Tendência			-0,002 (0,0047)			-0,002 (0,0047)	-0,0011 (0,0044)	0,0027 (0,0052)	-0,0022 (0,0043)	-0,0077 (0,0061)
Constante	-0,8359* (0,4280)	-1,3492** (0,6689)	-1,3723** (0,6638)	0,7079 (2,0672)	0,2266 (3,5524)	0,2085 (3,5463)	-0,7738 (0,9749)	-1,4536** (0,6924)	-1,4446** (0,5922)	-2,0624* (1,0919)
R ² <i>within</i>	0,2713	0,2838	0,2839	0,2716	0,2842	0,2844	0,2307	0,2824	0,2862	0,229
R ² <i>between</i>	0,7934	0,8232	0,8239	0,7943	0,8225	0,8232	0,8275	0,802	0,8181	0,7646
R ² <i>overall</i>	0,7348	0,7785	0,7794	0,736	0,7785	0,7795	0,7805	0,7915	0,7743	0,762
Observações	2.124	1.318	1.318	2.124	1.318	1.318	1.592	787	1.375	975
Teste Hausman	91,32***	70,24***	67,61***	94,48***	70,07***	67,34***	91,28***	68,66***	90,51***	84,82***

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela A.2 – Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto da Europa”

Variáveis	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
UE	-0,1225 (0,0979)	-0,1669 (0,1068)	-0,1659 (0,1064)	-0,1393 (0,0979)	-0,1757 (0,1099)	-0,1743 (0,1094)	-0,0879 (0,0974)	-0,1655* (0,0993)	-0,1472 (0,1050)	-0,0908 (0,0884)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,6494*** (0,2059)	0,7957*** (0,2069)	0,7980*** (0,2083)	4,1555 (3,9335)	2,2191 (3,5202)	2,2025 (3,5177)	0,8649*** (0,1987)	0,8415*** (0,1974)	0,7986*** (0,2792)	0,6697*** (0,2528)
PIB <i>per capita</i> ² (logaritmo)				-0,17 (0,1921)	-0,0689 (0,1671)	-0,068 (0,1670)				
Desemprego	-0,0185** (0,0077)	-0,0262*** (0,0094)	-0,0264*** (0,0094)	-0,0188** (0,0082)	-0,0265*** (0,0095)	-0,0267*** (0,0095)	-0,0250*** (0,0079)	-0,0264*** (0,0087)	-0,0267** (0,0107)	-0,0304*** (0,009)
Gastos Totais		0,0062 (0,0056)	0,0065 (0,0058)		0,0056 (0,0055)	0,0059 (0,0057)		0,0032 (0,0065)	0,0072 (0,0056)	
Trabalho Vulnerável							0,0137** (0,0063)			0,0117** (0,0049)
Gastos Educação		0,0464 (0,0361)	0,0438 (0,0342)		0,0492 (0,0388)	0,0466 (0,0368)	0,0570* (0,0334)		0,0543 (0,0363)	
Vida Escolar								-0,0355 (0,0272)		-0,029 (0,026)
Gastos Saúde		0,0148 (0,0230)	0,0159 (0,0217)		0,0135 (0,0227)	0,0147 (0,0213)	0,0344 (0,0231)	0,0509* (0,0295)		
Expectativa Vida									0,0019 (0,0209)	0,0529** (0,0228)
Trabalho Feminino		0,0146* (0,0089)	0,0152* (0,0091)		0,0138 (0,0093)	0,0145 (0,0094)	0,0087 (0,0074)	0,0215** (0,0086)	0,0158* (0,0092)	0,0186** (0,0088)
Apoio Social	2,7244*** (0,6761)	2,1997*** (0,7819)	2,1919*** (0,7982)	2,6788*** (0,6650)	2,1737*** (0,8069)	2,1667*** (0,8231)	2,4098*** (0,7822)	2,5269*** (0,9102)	2,3898*** (0,7996)	2,7575*** (0,8396)
Liberdade de Escolha	1,1456*** (0,3027)	1,1710*** (0,3416)	1,1907*** (0,3657)	1,0053*** (0,2604)	1,1407*** (0,3107)	1,1609*** (0,3316)	1,2155*** (0,3566)	0,6349* (0,3718)	1,2132*** (0,3737)	0,6139* (0,3666)
Generosidade	0,0538 (0,2061)	0,0941 (0,1923)	0,0807 (0,2095)	0,0325 (0,1966)	0,0865 (0,1947)	0,0728 (0,2120)	0,0631 (0,1999)	0,2592 (0,2377)	0,072 (0,2063)	0,0882 (0,2521)
Corrupção	-0,8260*** (0,2082)	-0,3978 (0,2760)	-0,4124 (0,2639)	-0,9372*** (0,2200)	-0,4363* (0,2544)	-0,4506* (0,2485)	-0,5102** (0,2506)	-0,427 (0,3151)	-0,3841 (0,2362)	-0,6535** (0,2723)
População	-0,0019 (0,0012)	-0,0013 (0,0015)	-0,0013 (0,0015)	-0,0023** (0,0012)	-0,0015 (0,0015)	-0,0015 (0,0015)	-0,0005 (0,0012)	-0,0012 (0,0014)	-0,0013 (0,0015)	0,0004 (0,001)

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela A.2 – Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto da Europa” – *continuação*

Variáveis / Estatísticas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Tendência			-0,0013 (0,0055)			-0,0013 (0,0055)	-0,0021 (0,0055)	0,0039 (0,0071)	-0,0021 (0,0053)	-0,0097 (0,0082)
Constante	-2,9671 (2,0945)	-5,5692*** (2,0735)	-5,6163*** (2,0914)	-20,7431 (20,1369)	-12,7568 (18,1937)	-12,7099 (18,1817)	-6,3220*** (2,2364)	-5,6001*** (1,875)	-6,0098*** (1,7744)	-7,6131*** (1,7493)
R ² <i>within</i>	0,5434	0,5382	0,5391	0,5482	0,5385	0,5393	0,5301	0,4715	0,5438	0,4728
R ² <i>between</i>	0,8547	0,8396	0,8392	0,8522	0,8399	0,8395	0,8817	0,8617	0,8267	0,8876
R ² <i>overall</i>	0,8076	0,8018	0,8015	0,8049	0,8023	0,8021	0,8398	0,8198	0,7924	0,8432
Observações	610	494	494	610	494	494	501	370	504	385
Teste Hausman	23,22***	35,90***	28,70***	24,65***	34,53***	25,43**	42,75***	38,05***	26,39**	18,87

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela A.3 – Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto do Mundo”

Variáveis	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
UE	0,0289 (0,0958)	-0,0792 (0,0921)	-0,0805 (0,0889)	0,0016 (0,1085)	-0,0934 (0,1018)	-0,0948 (0,0985)	-0,0287 (0,0909)	-0,2330** (0,1090)	-0,0605 (0,0911)	-0,0882 (0,1157)
PIB <i>per capita</i> (logaritmo)	0,5045*** (0,0415)	0,5331*** (0,0613)	0,5336*** (0,0606)	0,1675 (0,5095)	0,1984 (0,8228)	0,1968 (0,8239)	0,4919*** (0,0855)	0,6260*** (0,0855)	0,5573*** (0,0898)	0,5026*** (0,1148)
PIB <i>per capita</i> ² (logaritmo)	-	-	-	0,0193 (0,0562)	0,0184 (0,0952)	0,0185 (0,0938)	-	-	-	-
Desemprego	-0,0343*** (0,0064)	-0,0443*** (0,0074)	-0,0443*** (0,0074)	-0,0332*** (0,0067)	-0,0435*** (0,0080)	-0,0435*** (0,0080)	-0,0458*** (0,0066)	-0,0368*** (0,0074)	-0,0413*** (0,0073)	-0,035*** (0,0065)
Gastos Totais	-	0,0057 (0,0049)	0,0057 (0,0049)	-	0,0058 (0,0050)	0,0059 (0,0050)	-	0,0065 (0,0051)	0,006 (0,0045)	-
Trabalho Vulnerável	-	-	-	-	-	-	-0,0025 (0,0043)	-	-	-0,0038 (0,0049)
Gastos Educação	-	0,0774*** (0,0255)	0,0773*** (0,0258)	-	0,0783*** (0,0249)	0,0781*** (0,0252)	0,0615*** (0,0221)	-	0,0835*** (0,0249)	-
Vida Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-0,0469* (0,0241)	-	-0,0312 (0,0250)
Gastos Saúde	-	0,0189 (0,0193)	0,0193 (0,0214)	-	0,0168 (0,0206)	0,0172 (0,0226)	0,0337* (0,0197)	0,0964*** (0,0270)	-	-
Expectativa Vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,0029 (0,0117)	0,0234 (0,0151)
Trabalho Feminino	-	-0,0031 (0,0038)	-0,0031 (0,0038)	-	-0,0037 (0,0039)	-0,0037 (0,0039)	-0,0033 (0,0032)	-0,0019 (0,0042)	-0,0023 (0,0037)	0,0022 (0,0038)
Apoio Social	2,1487*** (0,3129)	1,8301*** (0,3608)	1,8257*** (0,3506)	2,1372*** (0,3124)	1,8414*** (0,3671)	1,8368*** (0,3570)	1,5676*** (0,3035)	1,4470*** (0,4730)	1,9288*** (0,3427)	1,3114*** (0,3512)
Liberdade de Escolha	0,7453*** (0,2071)	0,6239*** (0,2173)	0,6297*** (0,2096)	0,7488*** (0,2065)	0,6352*** (0,2170)	0,6413*** (0,2094)	0,4685** (0,2043)	0,6796*** (0,2346)	0,6607*** (0,2042)	0,7535*** (0,2262)
Generosidade	0,6111*** (0,1639)	0,4839*** (0,1488)	0,4807*** (0,1671)	0,6093*** (0,1649)	0,4854*** (0,1485)	0,4821*** (0,1667)	0,6590*** (0,1588)	0,4173*** (0,1495)	0,4185*** (0,1580)	0,3426** (0,1681)
Corrupção	-0,5344*** (0,1934)	-0,5983*** (0,1851)	-0,6004*** (0,1859)	-0,5025** (0,2022)	-0,5786*** (0,1889)	-0,5807*** (0,1898)	-0,5529*** (0,1766)	-0,5423** (0,2396)	-0,6157*** (0,1820)	-0,2358 (0,24)
População	-0,0010*** (0,0002)	-0,0003 (0,0002)	-0,0003 (0,0002)	-0,0009*** (0,0002)	-0,0003 (0,0002)	-0,0003 (0,0002)	-0,0006*** (0,0002)	-0,0003 (0,0002)	-0,0004** (0,0002)	-0,0006** (0,0002)

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela A.3 – Resultados das regressões por efeitos aleatórios (variável dependente *Felicidade*): União Europeia versus “Resto do Mundo” – continuação

Variáveis / Estatísticas	Especificações									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Tendência	-	-	-0,0003 (0,0050)	-	-	-0,0003 (0,0050)	0,0004 (0,0046)	0,0034 (0,0058)	-0,0006 (0,0046)	-0,0077 (0,0068)
Constante	-0,8759* (0,4481)	-1,0907 (0,7111)	-1,0949 (0,7066)	0,5419 (2,1282)	0,4039 (3,6689)	0,4098 (3,6752)	-0,1207 (1,0225)	-1,1148 (0,7569)	-1,2270** (0,6258)	-1,521 (1,2453)
R ² within	0,2581	0,2835	0,2835	0,2585	0,2841	0,2841	0,2285	0,2741	0,279	0,214
R ² between	0,7848	0,8219	0,822	0,7854	0,8208	0,8208	0,8241	0,7956	0,8155	0,7532
R ² overall	0,7285	0,7819	0,782	0,7295	0,7815	0,7816	0,78	0,7901	0,7761	0,743
Observações	1953	1205	1205	1953	1205	1205	1477	696	1258	874
Teste Hausman	96,52***	66,83***	66,11***	99,11***	66,54***	65,68***	94,22***	71,37***	86,35***	91,52***

Fontes: World Bank (2024) e World Happiness Report (2024c). Elaboração própria. Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.